

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ROBERT MORI

**OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO CAMINHO DOS GOIASES:
GUERRA E ETNOGÊNESE NO “SERTÃO DO GENTIO CAYAPÓ”
(SERTÃO DA FARINHA PODRE) – SÉCULOS XVIII E XIX**

UBERLÂNDIA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ROBERT MORI

**OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO CAMINHO DOS GOIASES:
GUERRA E ETNOGÊNESE NO “SERTÃO DO GENTIO CAYAPÓ”
(SERTÃO DA FARINHA PODRE) – SÉCULOS XVIII E XIX**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais
pelo Programa de Pós-graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Marcel Mano

UBERLÂNDIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M854a Mori, Robert, 1984-
2015 Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiaes: guerra e
etnogênese no “sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) –
séculos XVIII e XIX / Robert Mori. - 2015.
230 f. : il.
- Orientador: Marcel Mano.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Inclui bibliografia.
1. Sociologia - Teses. 2. Índios da América do Sul - Teses. 3. Índios
Cayapo - Teses. 4. Índios Bororo - Teses. I. Mano, Marcel. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

ROBERT MORI

**OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS NO CAMINHO DOS GOIASES:
Guerra e etnogênese no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha
Podre) – Séculos XVIII e XIX**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

Prof. Dr. Marcel Mano (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

1º Examinador:

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Celestino de Almeida
Universidade Federal Fluminense

2º Examinador:

Prof.^a Dr.^a Mara Regina do Nascimento
Universidade Federal de Uberlândia

Suplentes:

Dr. Robson Antonio Rodrigues
Fundação Araporã

Prof. Dr. Diego Soares da Silveira
Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, 07 de julho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer à minha família, pelo apoio e incentivo nesta importante etapa da minha vida, principalmente aos meus pais, Eni e Adalberto e à minha irmã, Marcela.

Agradeço aos amigos, em especial a José Hailton, Kamilla, Marcela, Lucas, Vinícius e Fernando, pelos momentos de sociabilidade, importantes para superar qualquer tensão e estresse.

Agradeço ao meu amigo Luiz Otávio, pelo apoio, pelas conversas e, principalmente, pelo ótimo acolhimento em sua residência.

Agradeço também à minha amiga Daniella (companheira de pesquisa de história indígena) pelas conversas, sugestões de leitura e incentivo.

Agradeço à minha amiga Glaura Teixeira Nogueira Lima, também docente da UFTM e uma grande incentivadora. Acreditou em mim desde quando propus, ainda na graduação, um projeto de iniciação científica sobre os índios do Sertão da Farinha Podre. Na UFTM, trilhamos juntos, um caminho vitorioso. Daquele projeto de iniciação científica, resultou meu projeto de Mestrado e consequentemente, minha dissertação.

Agradeço à minha amiga Sandra Dantas, docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), por ter me aceito como ouvinte na “Unidade Temática Seminários de História”, cuja discussão sobre sertão, barbárie e civilização foi importante para minha pesquisa.

Agradeço às professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), importantes para minha formação intelectual: Maria Lúcia, Fabiane, Marili e Claudelir.

Agradeço aos servidores da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em especial à Edvandra, secretária do PPGCS.

Agradeço aos colegas da turma de Mestrado, pelo convívio, pelas discussões e sugestões de leitura.

Nos tempos de pesquisa, do levantamento das fontes, agradeço especialmente aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e aos funcionários do Arquivo Público de Uberaba (APU), em especial às servidoras Amábile e Luzia.

Agradeço às professoras Maria Regina Celestino de Almeida e Mara Regina do Nascimento, pela leitura atenciosa e pelas valiosíssimas contribuições durante o exame de qualificação.

Agradeço também ao meu orientador Marcel Mano, uma pessoa ímpar e um grande pesquisador. Seu acolhimento e sua orientação segura foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço pela liberdade, autonomia e pela confiança depositadas em mim. O aprendizado nesses dois anos de convívio foi fundamental para o meu crescimento intelectual e profissional.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa de Mestrado, essencial para que esta pesquisa se concretizasse.

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é a compreensão da importância histórica dos aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre (atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais) criados a partir da reunião de diferentes grupos indígenas da América portuguesa em um território delimitado. O ponto de partida do processo histórico que culminou no surgimento desses aldeamentos se deu em meados do século XVIII, quando aquela região era local de habitação e deslocamento dos índios Kayapó do sul. Com o afluxo de não-índios para o território da capitania de Goiás a partir da delimitação do Caminho dos Goiases pela bandeira do Anhanguera e da descoberta das minas auríferas e diamantíferas, os Kayapó do sul passaram a realizar uma série de ataques aos não-índios, promovendo mortes, incêndios, destruições e a rapinagem de objetos e mantimentos. Para combater os Kayapó do sul, após inúmeras tentativas frustradas, foi contratado o sertanista Antônio Pires de Campos e seu exército de índios composto por Bororo e Paresí, deslocados dos arredores de Cuiabá. A estratégia de guerra idealizada pela Coroa portuguesa e pelo sertanista consistiu na criação de aldeamentos indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba (no Sertão da Farinha Podre) ao longo do Caminho dos Goiases. No ano de 1780, quando grupos de Kayapó do sul foram aldeados em Maria I, na capitania de Goiás, os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre passaram a perder importância para os não-índios. No início do século XIX, ocorreu um processo contínuo de espoliação das terras pertencentes aos indígenas aldeados com a concessão de sesmarias e a ocupação de não-índios oriundos principalmente das regiões oeste e centro-oeste da capitania de Minas Gerais. A guerra e os aldeamentos indígenas podem ser compreendidos com base na política indigenista vigente durante o período colonial, mas também a partir da relação entre a estrutura e o evento proposta por Marshall Sahlins. A relação entre História e Antropologia também se deu a partir da utilização do paradigma indiciário e do uso do método de projeção etnográfica, importantes para a compreensão das fontes arquivísticas dos séculos XVIII e XIX, que foram os materiais básicos da pesquisa.

Palavras-Chave: Índios da América do Sul; Kayapó do sul; Aldeamentos Indígenas; Bororo; Etnogênese

ABSTRACT

The main purpose of this study is to understand the historical importance of the formation of indigenous villages in Sertão da Farinha Podre (current regions of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba in the State of Minas Gerais). These villages were created from the reunion of different indigenous groups from the Portuguese America in a delimited territory. The starting point of the historical process that culminated in the emerging of these villages occurred in the middle of the 18th century when that region was the South Kayapó Indians' site for habitation and displacement. With the delimitation of the Goiáses Way by the Anhanguera expedition and with the discovery of auriferous and diamantiferous mines there was an inflow of non-Indians to the territory of Goiás. Because of that, the Kayapó Indians started to perform a series of attacks on the non-Indians resulting in death, fire, destruction and stealing of objects and provisions. After countless frustrated attempts, Antonio Pires de Campos, an inland explorer, was hired to combat the Kayapós. His army of Indians was composed of Bororo and Paresi that were displaced from Cuiabá surroundings. The war strategy which was idealized by the colonial authorities and by the inland explorer consisted in creating indigenous villages between Grande River and Paranaíba River (both in Sertão da Farinha Podre) along the Goiáses Way. The indigenous villages were cores that permitted the Indians to create a new identity through a process of dynamic and cultural exchange among their inhabitants, but in 1780 these villages became less important to the non-Indians when groups of South Kayapó Indians were settled in Maria I, in the territory of Goiás. At the beginning of the 19th century there was a continuous process of spoliation of the land that belonged to the settled Indians because of the sesmarias concession and the occupation of the non-Indians that came mainly from the west and mid-west regions of Minas Gerais. The war and the indigenous villages may be understood from the current Indian Culture Support policy during the colonial period but also from the relation between structure and event proposed by Marshall Sahlins. The relation between History and Anthropology also occurred from the application of the circumstantial evidence paradigm and from the use of the ethnographic projection method. Both practices were important to understand the archival sources from the 18th and 19th centuries which were the basic material for the research.

Keywords: Indians from South America; South Kayapó; indigenous villages; Bororo; Ethnogenesis

LISTA DE MAPAS

Mapa da Capitania de Goiás – 1749 a 1816, 17

Localização dos ataques dos índios Kayapó do sul, 57

Os primeiros aldeamentos da capitania de Goiás, 78

Localização geográfica das áreas anteriormente ocupadas pelos grupos indígenas aldeados no Sertão da Farinha Podre, 146

Aldeamentos e sítios indígenas do Sertão da Farinha Podre, 170

Sertão da Farinha Podre: sesmarias concedidas pelo governo da Capitania de Minas Gerais no termo do Desemboque entre 1818 e 1822 (localização aproximada), 181

Oeste de Minas Gerais, 1830: julgados do Desemboque e Araxá, 186

LISTA DE IMAGENS

O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebução desta Comarca, 15

Mapa geral dos limites da Capitania de Goiás, 16

Rota migratória dos Panará, 43

Detalhe do “Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão [...]”, 108

Plano que se acha construído da Aldeia Maria I [...], 126

Índio Kayapó João Luís, 202

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Incursoes guerreiras dos indios Kayapó do sul, 46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 1

CAPÍTULO 1 – OS KAYAPÓ DO SUL, 13

O “Sertão do Gentio Kayapó” e o Sertão da Farinha Podre, 13

Quem era o “gentio” Kayapó do sul?, 22

Sobre a utilização da expressão “guerras Kayapó do sul”, 24

Os primeiros contatos entre os Kayapó do sul e os não-índios, 26

As diferentes formas de combate ao “gentio” Kayapó do sul, 31

A continuidade histórica entre os Kayapó do sul e os Panará: a possibilidade da compreensão de eventos históricos dos séculos XVIII e XIX por meio da projeção etnográfica, 41

As guerras Kayapó do sul, 45

CAPÍTULO 2 – A GUERRA AO “GENTIO” KAYAPÓ DO SUL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ALDEAMENTOS EM GOIÁS, 70

O “ajuste” entre Dom Luís Mascarenhas e o sertanista Antônio Pires de Campos, 70

Aldeias e aldeamentos indígenas, 74

Os Kayapó do sul, os Araxá e o surgimento do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, 79

O deslocamento de índios para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas e o processo de territorialização, 84

A política indigenista em Goiás e a atuação do sertanista Antônio Pires de Campos na guerra contra os Kayapó do sul, 92

A morte do sertanista Antônio Pires de Campos e a sucessão do direito de combate aos Kayapó do sul, 98

O aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas e os Kayapó do sul, 103

Como ocorriam os combates ao “gentio” Kayapó do sul, 109

1775: o ano do deslocamento dos Xakriabá para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, 117

Finalmente a “paz”? O aldeamento dos Kayapó do sul, 123

Os aldeamentos no Sertão da Farinha Podre após 1780: um projeto em decadência?, 132

CAPÍTULO 3 – OS ÍNDIOS, OS NÃO-ÍNDIOS E OS ALDEAMENTOS DO SERTÃO DA FARINHA PODRE: SIGNIFICAÇÕES DIVERSAS PARA UM MESMO PROJETO COLONIAL, 134

Os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre e sua significação para os não-índios: a “civilização” dos indígenas, 134

A significação dos aldeamentos para os índios aldeados: uma nova possibilidade de existência em uma sociedade colonial, 142

O processo de etnogênese nos aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre, 145

Ver, ouvir e escrever: uma “etnografia” dos índios aldeados pelos olhares dos viajantes do século XIX, 159

Um breve histórico da origem e evolução dos aldeamentos e sítios indígenas do Sertão da Farinha Podre, 169

A expansão geralista pelo Sertão da Farinha Podre, 175

Os Kayapó do sul do Sertão da Farinha Podre: alianças e conflitos, 193

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 205

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS, 210

INTRODUÇÃO

O Sertão da Farinha Podre, atual região do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, foi, durante décadas, uma região administrada por diferentes capitanias: até 1748 era parte integrante de São Paulo; entre 1749 e 1816, com a criação da capitania de Goiás, esteve sob jurisdição goiana e, desde 1816, é administrada por Minas Gerais.

Importante ponto de passagem para os não-índios que se deslocavam para o interior da América portuguesa, após a demarcação do Caminho dos Goiaes pela bandeira capitaneada por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera II) e João Leite da Silva Ortiz, em 1722, o Sertão da Farinha Podre, entre os Rios Grande e Paranaíba, em meados do século XVIII, era uma região estratégica para a Coroa portuguesa, em virtude do combate movido contra os Kayapó do sul ou meridionais (índios que habitavam uma vasta área do que hoje é o Brasil Central), os quais realizavam ataques contra outros índios e não-índios, que resultavam em mortes de pessoas e animais, incêndios, destruições e rapinagem de objetos e mantimentos.

Os moradores de Goiás recorriam aos governadores e capitães-generais pedindo providências para combater os Kayapó do sul. Por sua vez, o poder político da capitania ou mesmo de São Paulo (quando Goiás ainda não havia sido desanexada), recorria aos monarcas portugueses para saber quais medidas deveriam ser tomadas contra os índios considerados “hostis”. Após inúmeras cartas, ofícios, requerimentos e das tentativas infrutíferas de combater os Kayapó do sul, em meados do século XVIII, a Coroa portuguesa optou por instituir mediante um ajuste (contrato) celebrado com o sertanista Antônio Pires de Campos, aldeamentos indígenas habitados por índios trasladados de diferentes regiões da América portuguesa e que foram assentados ao longo do Caminho dos Goiaes, entre os Rios Grande e Paranaíba.

Esses índios aldeados, aliados dos não-índios, atuaram por mais de três décadas na guerra contra os Kayapó do sul. Se esta estratégia de guerra, como veremos, não teve a eficácia desejada pelos membros do governo português no combate aos Kayapó do sul, foi certamente a mais duradoura. Assim, dedicaremos-nos, neste trabalho, a um estudo desses aldeamentos, priorizando Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas, pois foram os núcleos indígenas mais importantes e que forneceram contingentes de índios aldeados que, em um movimento de dispersão ao longo do Caminho dos Goiaes, constituíram outros aldeamentos e sítios indígenas.

É necessário ressaltar que a história de uma ocupação indígena no Sertão da Farinha Podre e suas particularidades, mostra-se ainda pouco pesquisada. Talvez isso se deva ao pequeno interesse por parte dos pesquisadores, uma vez que a presença indígena nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é marcante, seja por meio de nomes de algumas cidades como Uberaba, Ituiutaba, Iturama e Araxá, seja pelos vestígios arqueológicos, pelas fontes arquivísticas espalhadas por arquivos do país e de Portugal ou mesmo pela memória do povo *triangulino* ou que habita a região do Alto Paranaíba.

Sobre essa memória, é importante mencionar que é relativamente recorrente em algumas famílias da região, nas narrativas de algum antepassado, geralmente as avós e bisavós, o fato de se reconhecerem como descendentes de indígenas. Se por um lado essa presença indígena perpetuada pela memória é constante, principalmente pelas histórias contadas pelos membros mais velhos de um núcleo familiar, o mesmo não se pode dizer da produção historiográfica sobre os grupos indígenas que habitaram as regiões do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba.

A ausência de trabalhos sobre uma determinada temática (nesse caso, a história indígena do Sertão da Farinha Podre) pode ser encarada sob dois aspectos: o primeiro, a partir do limite da compreensão do processo histórico da região em questão, muitas vezes pela quantidade reduzida de obras à disposição dos pesquisadores ou pelo desconhecimento da existência de fontes arquivísticas. O segundo aspecto (e esse para nós, o mais importante) é a existência de lacunas que permitem o surgimento de novas pesquisas, importantes para a compreensão do processo histórico dos grupos indígenas que habitavam a região em questão. É o caso deste trabalho que objetiva discutir/analisar a importância histórica dos aldeamentos indígenas instituídos no Sertão da Farinha Podre, a partir do contato e da guerra promovida pela Coroa portuguesa contra os índios Kayapó do sul e, também, enquanto núcleos de deslocamento e reunião de grupos indígenas que, por meio de um processo de etnogênese (o qual contou com a participação de negros, mulatos, mestiços e “brancos”), forjou uma população que se reconhecia e que também era reconhecida pela sociedade envolvente como indígena.

É necessário ressaltar que, ao iniciarmos qualquer pesquisa, tenhamos em mente alguns objetivos a serem alcançados. Para alcançarmos os objetivos propostos, é importante também uma consulta a obras que tratam do assunto ao qual propomos a pesquisar, pois, conforme afirma João Pacheco de Oliveira Filho (1999, p.101-2), “todo avanço do conhecimento só é possível por meio da crítica e da retificação das certezas anteriores”.

Assim, procuraremos apresentar algumas obras que foram importantes referenciais e possibilitaram o surgimento de novos questionamentos para este trabalho. Começamos pelos Kayapó do sul. A principal obra sobre a história desses índios é “Kayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central”, de Odair Giraldin (1997). Este autor promoveu um interessante e proveitoso diálogo entre a Antropologia e a História, a partir da utilização da projeção etnográfica, o que permitiu a compreensão dos ataques Kayapó do sul não apenas pela defesa do seu território, de acordo com as reflexões de Jézus Marco de Ataídes (1998), em sua obra “Sob o signo da violência: Colonizadores e Kayapó do sul no Brasil Central”.

Segundo Giraldin (1997), os Kayapó do sul, enquanto sujeitos históricos, promoviam os ataques para a realização de cerimônias, para a aquisição de bens materiais e para a prática da vingança. O autor apresenta uma hipótese para o fato da ausência da prática de adoção entre esses índios a partir da existência de “grupos de descendência espacial”. Giraldin (1997) também analisa e propõe uma continuidade histórica entre os Kayapó do sul e os atuais Panará. Ambos os trabalhos (GIRALDIN, 1997; ATAÍDES, 1998) apontaram importantes aspectos da história e da cultura Kayapó do sul, com um recorte geográfico amplo, que englobava toda a área de ocupação desses índios (grande parte do atual Brasil Central).

Ainda sobre os Kayapó do sul, entre os anos de 2009 e 2012, o pesquisador Marcel Mano da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) coordenou o projeto denominado “Tupis, tapuias, não índios e a história do contato: as guerras Kayapó no Triângulo Mineiro”, que resultou, dentre outras produções, em dois artigos utilizados neste trabalho: “Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro” (2010) e “Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história” (2011), importantes referenciais para se compreender a dinâmica do contato entre os Kayapó do sul e os não-índios e a importância da prática da guerra para os indígenas (a partir da relação entre mito e história). Atualmente, o projeto de pesquisa coordenado por Marcel Mano, desde 2012, denomina-se “Itinerários e encontros culturais: índios e negros na história do contato dos Kayapó meridionais – séculos XVIII e XIX” e procura analisar as diferentes estratégias de contato desenvolvidas pelos Kayapó do sul com outros grupos indígenas e também com negros a partir da perspectiva da alteridade.

Sobre os aldeamentos indígenas localizados entre os Rios Grande e Paranaíba, temos o livro “Aldeamentos Indígenas (Goiás 1749 – 1811)” da historiadora Marivone Matos Chaim que fez um trabalho bastante amplo sobre os aldeamentos de toda a então capitania de Goiás.

É certamente um trabalho pioneiro, cuja leitura nos permite notar que a preocupação da autora recaiu mais sobre a perspectiva dos aldeamentos para os não-índios do que para os próprios índios. Chaim (1983) utilizou como principal suporte para seu trabalho, as fontes arquivísticas e suas reflexões incidem em uma análise da atuação do Diretório dos Índios nos aldeamentos goianos e o papel destes núcleos nos processos de “extinção” do indígena. Mesmo tratando da então capitania de Goiás, que até o ano de 1816 contava com o território do Sertão da Farinha Podre, a autora, por opção, utilizou um recorte geográfico que considerou Goiás com suas fronteiras correspondentes à década de 1970 (quando ainda fazia parte do território goiano o atual estado do Tocantins). Ou seja, os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, os primeiros da capitania de Goiás, foram pouco analisados, merecendo apenas rápidas menções no texto ou mesmo em notas de rodapé.

Outro pesquisador dedicado ao estudo dos aldeamentos indígenas desta região foi Oswaldo Martins Ravagnani, publicando um artigo sobre o tema na Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), “Aldeamentos goianos em 1750 - os jesuítas e a mineração” (1989) e “A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos” publicado na Revista Perspectivas (1987). Para o autor, o surgimento dos aldeamentos indígenas no Sertão da Farinha Podre se deu durante o período áureo da mineração em Goiás, e sua análise do processo histórico levou em conta a importância desses núcleos indígenas no combate aos Kayapó do sul.

Por fim, temos o livro “A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)”, do geógrafo Luís Augusto Bustamante Lourenço. Nesse trabalho, a cultura geralista é abordada de maneira aprofundada, pois o autor busca compreender a formação das cidades do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, visto que muitas delas surgiram com o empreendimento migratório dos geralistas.¹ O trabalho de Lourenço (2005) é o que mais páginas dedicou aos aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre (44 ao todo), analisando-os de maneira mais aprofundada, utilizando, principalmente para este fim, as obras dos viajantes do século XIX (Auguste de Saint-Hilaire, Wilhelm L. Von Eschwege, Francis Castelnau, e Luís D’Alincourt) e também as Corografias que abordavam dentre outros assuntos, aspectos históricos da região do Sertão da Farinha Podre, escritas por Manuel Aires de Casal e Raimundo José da Cunha Matos. Por uma opção do pesquisador, as fontes provenientes dos relatos destes homens do século XIX, foram os

¹ Geralistas eram os migrantes oriundos da região mineradora de Minas Gerais que, devido ao esgotamento das terras e queda da mineração, se dirigiram às regiões circunvizinhas em um processo iniciado na década de 1760, buscando terras para a agricultura e a pecuária (LOURENÇO, 2005).

principais suportes para a produção do capítulo sobre os aldeamentos indígenas. As fontes arquivísticas (cartas, ofícios e relatórios produzidos por representantes da Coroa portuguesa nos séculos XVIII e XIX) não constam neste trabalho, que objetivou compreender a importância dos aldeamentos na guerra contra os Kayapó do sul, sua utilidade para os não-índios e também o processo de ocupação/espoliação das terras indígenas pelos generalistas.

Como visto, a história desses aldeamentos indígenas ainda carece de novas pesquisas. O mesmo se pode dizer da produção, nas universidades brasileiras, de trabalhos sobre a história indígena. Por mais que nos últimos 30 anos tenha ocorrido uma expansão significativa de pesquisas as quais buscam compreender aspectos da história dos índios no Brasil, ainda há muito a ser pesquisado, pois há lacunas a serem preenchidas.

As pesquisas sobre história indígena nas universidades são importantes para a formação de especialistas, assim como também para a compreensão e crítica a um passado que ora quis esquecer os índios, ora quis relegar a eles um papel secundário. Nesta perspectiva de pensar os índios enquanto agentes históricos, reavaliando suas ações na história do Brasil, a historiografia tem um papel importante, fundamental e decisivo, uma vez que

cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes — que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão européia —, não apenas resgatar mais esses ‘esquecidos’ da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa — fracassada — de erradicar os índios (MONTEIRO, 1995, p. 227).

E foi exatamente a partir desta perspectiva mencionada por Monteiro (1995) que o presente trabalho buscou compreender, através do processo histórico, a importância dos aldeamentos indígenas criados no Sertão da Farinha Podre não apenas para os não-índios, mas principalmente para os próprios índios aldeados. Para tal empreendimento, utilizamos alguns referenciais teóricos com o objetivo de promover um profícuo trabalho de “diálogo” entre a Antropologia e a História.

Com o advento da expansão dos trabalhos no âmbito da História Cultural (o que gerou uma proveitosa aproximação entre História e Antropologia), uma das mudanças mais significativas deste encontro foi “o uso do termo ‘cultura’ no plural e em um sentido cada vez mais amplo” (BURKE, 2008, p.44).

Para os historiadores, a aproximação com a Antropologia se deu a partir do momento em que passaram a se dedicar aos estudos de manifestações culturais de anônimos, como as

formas de pensar, as festas ou as crenças. Já para os antropólogos, a História mostrou-se importante a partir do momento que se atentaram para os processos dinâmicos da cultura e para as transformações inerentes a ela enquanto criação humana.

Nesta perspectiva de um “diálogo” entre História e Antropologia, procuraremos brevemente abordar o processo pelo qual o presente trabalho foi construído. Primeiramente, para promover uma melhor compreensão do processo histórico sobre os aldeamentos indígenas, foram trabalhadas algumas fontes arquivísticas que estão acondicionadas em arquivos brasileiros e de Portugal, principalmente do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). A possibilidade de acesso a documentos digitalizados e disponibilizados on-line, certamente foi um elemento facilitador para a pesquisa. Encontramos documentos setecentistas e oitocentistas transcritos no site do Centro de Memória Digital (CMD/UnB) (www.cmd.unb.br), pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino, assim como documentos do Arquivo Público Mineiro (APM) (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>).

Destacamos importantes documentos transcritos por outros pesquisadores, como o trabalho realizado por Antônio Americano do Brasil, com a documentação do período setecentista sobre o Sertão da Farinha da Podre existente em Goiás. Esses documentos, pouco utilizados por pesquisadores, trataram da história da região em questão. Com a falta de uma política pública de preservação documental, não sabemos se esses documentos ainda hoje existem, pois o próprio autor em suas transcrições, realizadas nas primeiras décadas do século XX, talvez na década de 1930, chamou a atenção para a condição inadequada de conservação da documentação por ele consultada. O trabalho de Antônio A. do Brasil foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (números 8 (1979), 9 (1980) e 10 (1982)). Também foram consultados documentos e fontes iconográficas no Arquivo Público de Uberaba (APU).

Sabemos que, mesmo consultando as fontes, reproduzir o passado fielmente torna-se impossível. Historiadores, cientistas sociais, antropólogos e outros pesquisadores das Ciências Humanas ou mesmo de outras áreas do conhecimento, ao se depararem com um documento, um produto humano e, portanto, fruto de uma determinada visão de um tempo (pretérito para os atuais leitores), devem ter a consciência de que o que se pode reconstituir com este fragmento de passado é apenas uma parte de determinada época.

Desse modo, partindo de questionamentos formulados no presente, o pesquisador buscará no passado as respostas para as suas perguntas. E a leitura dos eventos e acontecimentos fragmentados deste passado torna-se possível a partir do paradigma indiciário,

pois se “a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, p.177, 1989).

Além do paradigma indiciário, o método utilizado com o intuito de ajudar e possibilitar avanços na compreensão da documentação consultada, principalmente da história dos Kayapó do sul, foi a projeção etnográfica. Ao lermos esta documentação, podemos notar que algumas informações sobre os índios são recorrentes, a título de exemplo, o tamanho das aldeias, a prática da guerra e os objetos que eram alvos de rapinagem.

É necessário ressaltar que não há uma unanimidade quanto ao uso da projeção etnográfica, uma vez que, a partir de etnografias atuais com grupos remanescentes ou aparentados, buscamos compreender sociedades indígenas que viveram nos séculos XVIII ou XIX. Uma das críticas a esse método diz respeito à possibilidade de mudanças culturais decorrentes do contato empreendido entre índios e não-índios durante séculos, o que pode ter acarretado transformações nos grupos indígenas.

Carlos Fausto, ao abordar e defender o uso da projeção etnográfica, afirma que

seria ingênuo desconsiderar o grau de ruptura representado pela conquista colonial; entretanto, seria igualmente ingênuo supor uma correlação simples entre demografia e complexidade sociocultural (ou sócio-política), de tal forma que a um processo de dizimação física correspondesse uma alteração proporcional e previsível em termos culturais (1992, p. 381).

Fausto (1992, p. 381) defende que a continuidade que propõe entre os índios do século XVI e XVII (no caso ele se dedicou aos estudos dos Tupinambá) não seria da “ordem das tipologias sociais, mas da compreensão da lógica do funcionamento dessas sociedades, em particular de uma relação específica entre estrutura e evento”. A projeção etnográfica teria a função de evitar “buracos negros” existentes de forma recorrente nas fontes, além de tentar desfazer o que seria alguns “equívocos” (FAUSTO, 1992, p. 381).

No caso desta pesquisa, a projeção etnográfica foi utilizada a partir da mesma perspectiva do trabalho de Giralдин (1997): com trabalhos que tratam dos Panará (atualmente residindo na região entre a fronteira dos estados do Mato Grosso e do Pará) e que, por meio de trabalhos antropológicos realizados pelos pesquisadores Richard Heelas e Stephan Schwartzman nas décadas de 1970 e 1980, além do trabalho de Odair Giralдин (1997), podem ser considerados como um grupo descendente dos Kayapó de sul e que empreendeu uma rota migratória, possivelmente fugindo dos violentos contatos com os não-índios. A utilização da projeção etnográfica permitiu compreender a dinâmica da guerra Kayapó do sul não somente

a partir da defesa do seu território a partir da invasão dos não-índios, hipótese defendida por Ataídes (1998), mas também a partir do próprio funcionamento da sociedade Kayapó do sul, conforme a perspectiva de Giralдин (1997).

Outro referencial importante para a compreensão do processo de contato entre os índios Kayapó do sul e os não-índios é a obra do antropólogo Marshall Sahlins (2011), “Ilhas de História”. A partir do termo “estrutura da conjuntura” em que história e estrutura se mostram em uma relação dinâmica e que foi notável para a análise do autor sobre a chegada do capitão Cook ao Havaí, este trabalho possibilitou compreender as diferentes percepções de contato entre os índios e os não-índios.

Outra discussão teórica essencial para a compreensão da formação de uma população indígena aldeada foram as obras de autores que se dedicaram aos estudos da etnogênese. Dos autores utilizados, podemos citar dois artigos de Guillaume Boccara (2005a; 2005b), “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas [...]” e “Mundos nuevos em las fronteras del nuevo mundo”. Para Boccara, a etnogênese consiste em uma capacidade de criação e adaptação das entidades indígenas, assim como a emergência de novas formações sociais a partir de processos de fissão, fusão e incorporação.

Outro teórico utilizado, cujo trabalho versa sobre etnogênese, é Neil Lancelot Whitehead (1996) em “Ethnogenesis and Ethnocide in the European Occupation of Native Surinam, 1499 - 1681”. Para Whitehead (1996), etnocídio e etnogênese são aspectos complementares de um mesmo processo de mudança cultural e social que são importantes para a compreensão da origem histórica de identidades ameríndias. Já para Jonathan Hill (1996) em “Ethnogenesis in the Americas 1492 – 1992”, a etnogênese pode ser compreendida como uma adaptação criativa de determinados grupos – indígenas ou afro-americanos – frente ao etnocídio e outros tipos de violências, como os deslocamentos forçados, as guerras ou colapsos demográficos.

Assim como Boccara, Miguel Alberto Bartolomé (2006), em seu artigo “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”, afirma que a etnogênese é também um fenômeno político que busca fortalecer a configuração social à qual se pertence, com o objetivo de torná-la viável e projetá-la além de um determinado momento. E a identificação dos membros de um mesmo grupo não pode ser considerada como uma invenção, mas sim uma atualização a partir de um passado que objetiva reconstruir um pertencimento a uma comunidade como a possibilidade de construção de um presente digno (BARTOLOMÉ, 2006).

Após esta breve apresentação de alguns trabalhos, é necessário ressaltar também o recorte cronológico desta pesquisa, compreendido entre os anos de 1748 e 1819. A primeira data, além de ser o período do ajuste entre o governador e o capitão-general de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas, celebrado com o sertanista Antônio Pires de Campos, marca também a instituição do aldeamento de Rio das Pedras, habitado pelo exército de índios “administrados” por Pires de Campos, composto naquele momento por contingentes de Bororo e Paresí deslocados dos arredores de Cuiabá. Rio das Pedras foi o primeiro aldeamento criado entre os Rios Grande e Paranaíba. Dois anos depois, em 1750, foi construído o segundo aldeamento da região, Santa Ana do Rio das Velhas, pelo padre jesuíta José de Castilho. A segunda data, 1819, marca a viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire pelo Sertão da Farinha Podre. Saint-Hilaire e Eschwege confeccionaram os mais importantes relatos de viagem do século XIX sobre a região analisada.

Outro ponto a ser tratado neste momento do texto diz respeito aos etnônimos indígenas. Conforme Almeida (2003, p. 48) afirma, a “designação dos grupos étnicos é, sem dúvida, bastante problemática e controvertida, sobretudo se levarmos em conta as dificuldades dos portugueses em identificar e compreender a etimologia indígena”. Mostra-se importante abordarmos a questão dos etnônimos indígenas para compreendermos a proposta do uso da expressão “guerras Kayapó do sul” (no capítulo 1), assim como o desenrolar do processo histórico que culminou com o desmantelamento dos índios Araxá pelos Kayapó do sul (no capítulo 2).

Vejamos primeiramente o caso do etnônimo Kayapó. “Kayapó” é um termo de origem tupi e significa “como macaco” (TURNER, 1992, p.311). Os Kayapó são grupos indígenas que, independentemente da etnia, pertencem ao tronco Macro-Jê. Portanto, não é uma etnotaxonomia social. Além disso, de acordo com estudos linguísticos e etnográficos (TURNER, 1992; URBAN, 1992), são conhecidos atualmente vários dialetos ou subgrupos filiados à designação genérica Kayapó (Kubrenkakren, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotiré, Xikrin, Panará, Mebêngôkre, Txukahamãe).

Outro exemplo é o caso dos Aragui (cuja história será abordada no capítulo 2). O termo “Aragui” era como se autodenominavam os Kurumarê (ou Kurumaré) que receberam este nome de Antônio Pires de Campos, quando o sertanista foi levado até a aldeia dos Aragui por um Karajá que se chamava “Corimbaré”.² O nome próprio de um índio Karajá, tornou-se a denominação utilizada pelos não-índios para outro grupo indígena. Outro etnônimo a ser

² Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 125.

analisado no decorrer do trabalho será o dos Araxá, quando trabalharemos com duas hipóteses: uma que levaria em consideração a possibilidade de ser um grupo indígena diferente dos Kayapó do sul, mas que habitava e se deslocava no sertão de ocupação destes índios. A outra hipótese é a possibilidade de que os Araxá na verdade fosse um grupo Kayapó do sul, cujos elementos que nos proporcionam essa análise recaem na questão do etnônimo, assim como na forma de ataque empreendida pelos Kayapó do sul, além da área de ocupação.

Ressaltamos que muitos dos etnônimos indígenas foram atribuídos aos índios por não-índios ou por outros indígenas, a partir da relação que estavam travando, seja ela pacífica ou hostil, ou seja, foram nomes dados por terceiros, não pelo próprio grupo, o que gerou assim, uma diversidade de etnônimos. De fato, na etnografia, e muito mais na documentação histórica, os termos usados para se referir a grupos indígenas são feitos por um olhar “estrangeiro”.

É necessário também tratarmos, neste momento do texto, da divisão deste trabalho. No primeiro capítulo, denominado “Os Kayapó do sul”, abordaremos o grupo indígena predominantemente encontrado pelos não-índios no século XVIII no Sertão da Farinha Podre, assim como na região central da então América portuguesa. Apresentaremos alguns aspectos culturais dos Kayapó do sul, além da importância da prática da guerra para este grupo indígena. Propomos também a utilização da expressão “guerras Kayapó do sul” enquanto um termo genérico, devido tanto à documentação produzida durante o período (cujos ataques creditados aos Kayapó do sul algumas vezes eram alvo de dúvidas), além da vasta extensão da área de ocupação desses índios, o que possivelmente permitiria a existência de outros grupos indígenas, cujas incursões guerreiras por estes praticadas, foram descritas como obra dos Kayapó do sul. Ainda assim, segundo Giralдин (1997), é possível trabalhar com a hipótese de um grupo étnico específico na área de ocupação dos Kayapó do sul (no caso os Panará), o que foi importante para a utilização do método da projeção etnográfica. Também foram abordadas as inúmeras e infrutíferas tentativas de combate aos Kayapó do sul levadas adiante pelos governos das capitanias de São Paulo e Goiás.

No segundo capítulo, “A guerra aos Kayapó do sul e o surgimento dos primeiros aldeamentos em Goiás”, abordaremos a criação dos aldeamentos indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba, além da estratégia mais duradoura de combate aos Kayapó do sul: uma guerra entre índios. Trataremos também da formação da população indígena aldeada a partir de um processo de deslocamento de índios de diversas regiões da América portuguesa. Discutiremos sobre a forma de ataque dos Kayapó do sul e o aldeamento destes índios, o que

iniciou o processo de decadência dos aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre, uma vez que já não havia mais a existência de um inimigo a ser combatido (principal função desempenhada pelos índios estabelecidos entre os Rios Grande e Paranaíba).

No terceiro capítulo, “Os índios, os não-índios e os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre: significações diversas para um mesmo projeto colonial”, abordaremos o papel desempenhado pelos aldeamentos e pelos índios aldeados, para os não-índios após o aldeamento dos Kayapó do sul. Entretanto, o mais importante deste capítulo é a discussão e análise do papel que os aldeamentos desempenharam na população indígena que nele residia. Mediante um processo de territorialização, conforme proposto por João Pacheco de Oliveira (1998), os índios trasladados, em um processo de etnogênese, que contou com a união pela via do casamento entre os membros de diferentes grupos trasladados com não-índios (negros, mulatos, mestiços e “brancos”) se configuraram enquanto uma população que se reconhecia e era reconhecida como indígena. É discutido também o aldeamento dos Kayapó do sul no Sertão da Farinha Podre e a ocupação não-indígena da região a partir da migração dos geralistas, o que resultou em um contínuo processo de espoliação das terras dos aldeamentos localizados ao longo do Caminho dos Goiaes e conflitos entre os índios e os não-índios.

Por fim, é necessário ressaltar algumas questões quanto ao texto. Optamos por manter a grafia existente nos documentos consultados sem alteração para o português contemporâneo, uma vez que foram utilizadas fontes transcritas por outros pesquisadores que respeitaram as normas ortográficas vigentes nos séculos XVIII e XIX. Essa prática tem como principal objetivo manter um padrão no texto quando foi necessária a utilização de trechos dos documentos como citação.

Quanto aos nomes dos grupos indígenas, optamos por seguir a norma da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) estabelecida na I Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, quando ficou decidido que os etnônimos indígenas não devem ser grafados com flexão de número e gênero, sendo utilizada a letra inicial maiúscula. É facultativo o uso de inicial maiúscula quando os etnônimos forem utilizados como adjetivos. As letras “c” e “q” devem ser substituídas pela letra “k”. Convém salientar que essa regra não é válida para os etnônimos constantes nas citações e que foram retirados dos documentos setecentistas e oitocentistas, uma vez que, como afirmamos anteriormente, respeitamos as normas ortográficas dos séculos XVIII e XIX.

Quanto às citações, optamos por manter o sistema autor/data para os livros, capítulos de livro e artigos científicos e as notas de rodapé para as fontes arquivísticas e/ou para as notas explicativas.

CAPÍTULO 1: OS KAYAPÓ DO SUL

O “Sertão do Gentio Cayapó”³ e o Sertão da Farinha Podre

Iniciaremos o primeiro capítulo objetivando de forma sucinta, abordar alguns aspectos históricos e geográficos do atual Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, uma vez que nestas regiões foram escritas importantes páginas da história dos Kayapó do sul e dos índios que habitavam os aldeamentos indígenas criados para combatê-los. No entanto, ressaltamos que, neste trabalho, não nos deteremos apenas aos acontecimentos pelos quais passaram nessas duas regiões mencionadas. Será necessário durante todo o texto, para uma melhor compreensão dos fatos históricos transcorridos durante os séculos XVIII e XIX, reportarmos aos eventos que fizeram parte da história das capitanias e, posteriormente, províncias de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

O Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba eram conhecidos até meados do século XIX, como “Sertão da Farinha Podre”.⁴ No século XVIII, quando se tornou importante ponto de passagem para as bandeiras que objetivavam adentrar o interior da América portuguesa, outros nomes foram utilizados para denominar essas regiões. O primeiro nome, conforme os incipientes mapas da capitania de Goiás, um de autoria do português Ângelo dos Santos Cardoso, datado de 1750 (Imagem 1) e outro do italiano Francisco Tosi Colombina, de 1751 (Imagem 2) encontra-se grafado como “Sertão do Gentio Cayapó”.⁵ O Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba correspondiam, então, ao sul da capitania de Goiás, recebendo, em diferentes períodos, a denominação de Sertão do Rio das Velhas⁶, Sertão do Novo Sul, Sertão dos Novos Descobertos do Paranaíba e, por fim, Sertão da Farinha Podre (PONTES, 1978).

³ Optou-se em manter no título do subcapítulo a grafia constante no mapa consultado de autoria de Francisco Tosi Colombina, datado de 1751.

⁴ Há duas vertentes históricas acerca da utilização da denominação “Sertão da Farinha Podre” para a região do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba: a primeira delas, afirma que o nome deriva de um costume comum aos homens dos séculos XVIII e XIX que, ao percorrerem os caminhos coloniais, deixavam em buacas, os víveres necessários para as longas viagens. Um destes viajantes ao abrir uma dessas buacas teria encontrado a farinha apodrecida, batizando a região com o nome de Farinha Podre. A segunda versão diz que o nome deve-se à semelhança entre os campos da região em questão com os campos de Farinha Podre, em Portugal.

⁵ O chamado “Sertão do Gentio Cayapó” englobava além do Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, o atual sudoeste e sul goiano e a região do Camapuã, atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul. Já o termo “Sertão da Farinha Podre” era utilizado especificamente para o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba, que pertenceram à capitania de Goiás até o ano de 1816.

⁶ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...]. (02/05/1773). AHU – Caixa 27, Documento: 1730.

Abaixo, nos mapas de Ângelo dos Santos Cardoso e de Francisco Tosi Colombina (Imagem 1 e 2), destacamos a região do “Sertão do Gentio Cayapó”. O mapa com os territórios que compunham a antiga capitania de Goiás (Mapa 1) encontra-se após a Imagem 2.

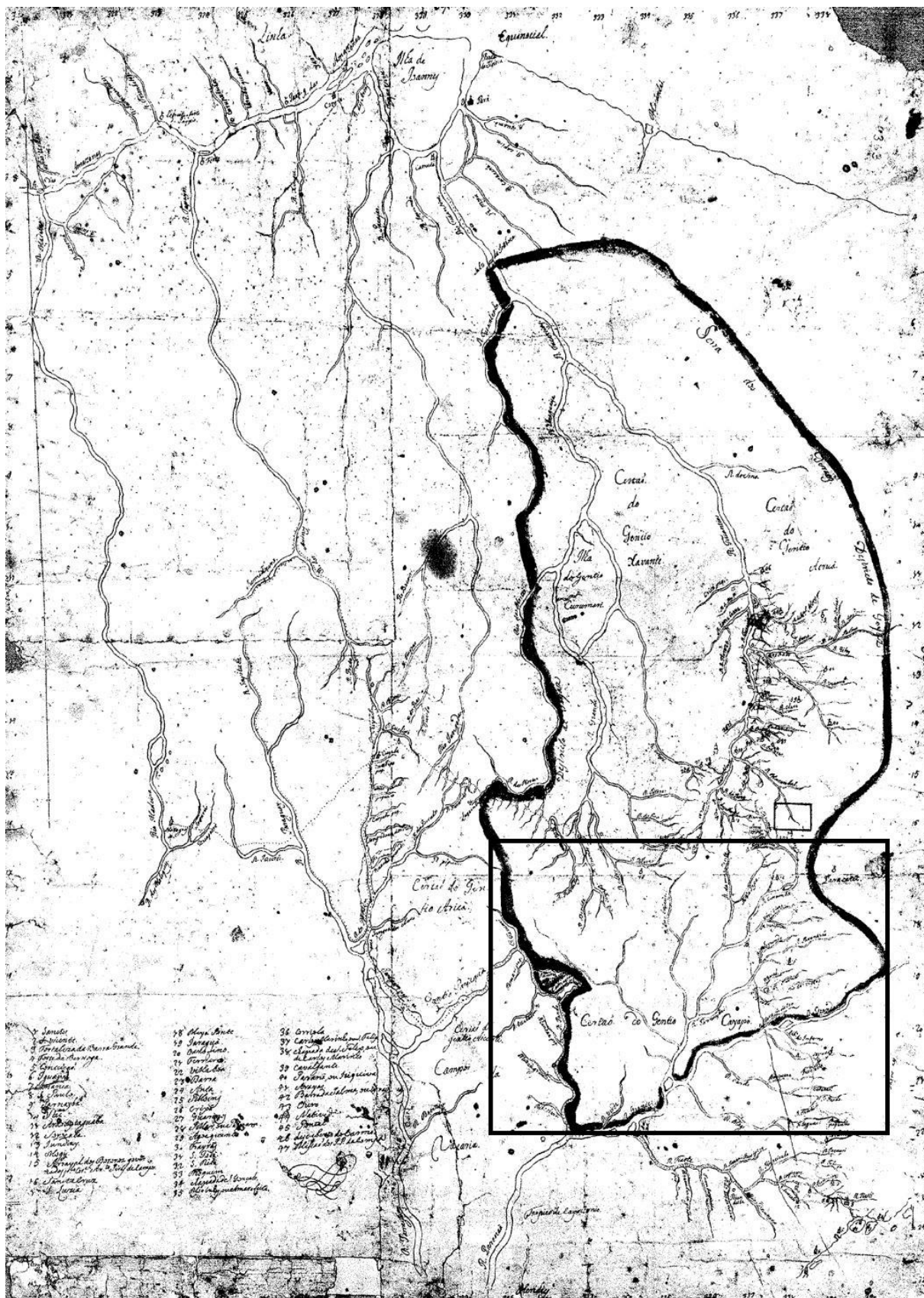
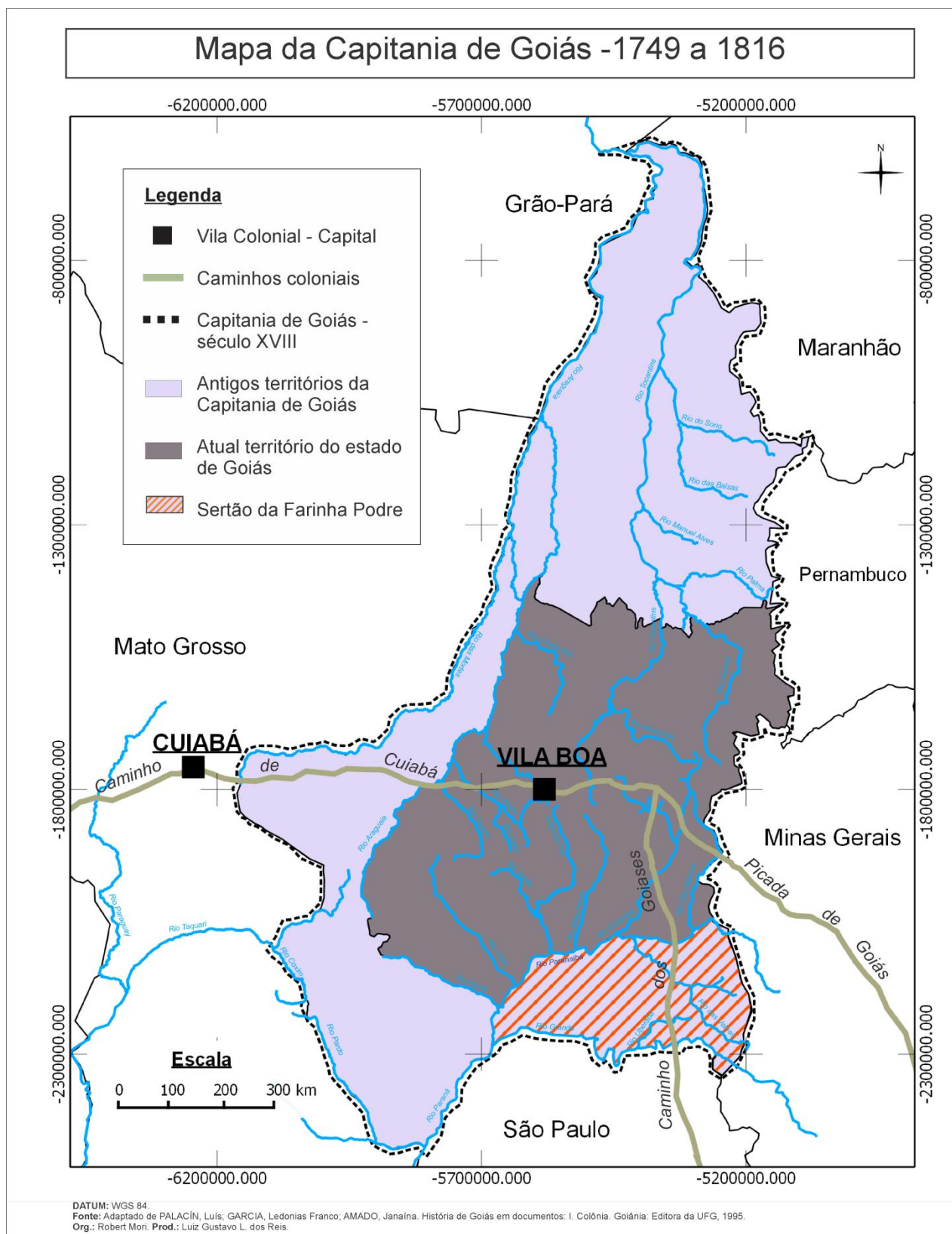


Imagem 1. “O prim.ro mais ajustado, que lá apareceu até [...]” de autoria de Ângelo dos Santos Cardoso. Fonte: ADONIAS, Isa. Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822). Vols. I e II. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960, p. 659. (Em destaque o “Sertão do Gentio Cayapó”).



Mapa 1. Mapa da capitania de Goiás – 1749 a 1816.

Mas o que poderia ser considerado sertão no século XVIII? Para responder a esta questão, recorreremos ao dicionário setecentista do padre Raphael Bluteau (1713, p.613), cujo

verbetes “sertão” é definido como “Região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras”.

Autores contemporâneos dedicaram suas reflexões para a compreensão do sertão. A historiadora Janaína Amado (1995, p.149) afirma que o sertão não era apenas os espaços do interior da colônia, mas também aqueles espaços vazios, de difícil acesso, isolados, perigosos, com domínio da natureza bruta “e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, civilização e da cultura”. O sertão também pode ser compreendido como uma fronteira étnica segundo Márcia Amantino (2008, p.28), pois seria um “local de trocas ou de imposições culturais de um grupo sobre o outro, e de estratégias diversas de resistências culturais e avanços desta mesma fronteira”. Para Glória Kok (2004), o sertão era uma região contraditória, em que liberdade e possibilidades estariam lado a lado com o tormento e a destruição. Segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes (2003), o sertão não é uma obra da natureza, nem mesmo um lugar, mas sim uma condição atribuída a diferentes e variados lugares, sendo um símbolo imposto em determinados contextos históricos a determinadas condições locais.

Por fim, o historiador Gilberto Noronha (2011, p. 291), ao tratar da região oeste de Minas Gerais, afirma que foi a partir do surgimento do termo “civilização” no século XVIII, que ocorreu a mudança semântica no termo sertão, “associado não apenas às significações e sentidos gestados na costa ou no litoral (sua significação geográfico-física), mas tomado em contraponto à região das Minas de Ouro”, detentora da ordem e da civilidade. O sertão seria um espaço ainda rude, quando comparado à forte regionalização e controle do Estado nas áreas de mineração e seria também um “espaço rural, *os gerais*”, o oposto de uma sociedade urbana de Minas, local de possível expansão da atividade mineradora ou dotado de caminhos pouco fiscalizados, esconderijo de contrabandistas, escravos fugitivos e salteadores (NORONHA, 2011, p. 291, grifo do autor).

Analisando a construção histórica do Sertão da Farinha Podre nos séculos XVIII e XIX podemos notar a confluência destas definições para o sertão. Ele era ao mesmo tempo uma região que estava em contraposição à costa ou litoral, localizada, portanto, no interior – e por isso, um sertão desconhecido, de difícil acesso, inóspito, local dominado pela natureza e habitado por índios, quilombolas ou vadios, marcado pela ausência da “civilização” e que suscitaria nos homens do século XVIII e XIX, sentimentos contraditórios, como a liberdade e/ou o tormento. Local de trocas, imposições e resistências culturais – poderia ser também, não apenas uma região, mas um símbolo. Como veremos ao longo deste trabalho, essas

características estiveram presentes no desenrolar do processo histórico de contato entre índios e não-índios ocorrido no Sertão da Farinha Podre nos períodos setecentista e oitocentista.

Como a maior parte da documentação utilizada neste trabalho foi produzida na então florescente capitania de Goiás, cuja formação (assim como a capitania de Minas) se deu a partir da descoberta do ouro e, portanto, tendo a mineração como principal atividade econômica, o Sertão da Farinha Podre pode ser analisado e descrito com a mesma perspectiva apontada por Noronha (2011) para o oeste de Minas. A capital Vila Boa e os principais núcleos populacionais que surgiram em decorrência da mineração, contando com a presença do aparelho colonial português, poderiam ser considerados o centro da “civilização” em Goiás, restando às demais regiões, a atribuição de sertão.

Contudo, como veremos a seguir, o Sertão da Farinha Podre foi uma região que, com o passar do tempo, desempenhou uma importante função para os interesses da Coroa portuguesa a partir da criação dos aldeamentos indígenas que combateram por décadas os índios Kayapó do sul. Era assim, um “sertão” que aos poucos, com o deslocamento de contingentes de não-índios para as minas goianas e, principalmente, pelo estabelecimento de aldeamentos indígenas formados por índios trasladados, passou a ser mais conhecido tanto por índios como pelos não-índios. Por outro lado, o Sertão da Farinha Podre já era bastante conhecido pelos Kayapó do sul, grupo que ocupava a região no século XVIII e que travou relações conflituosas com outros índios e os não-índios.

O Sertão da Farinha Podre durante o período colonial era considerado uma área de fronteira. Renato Pinto Venancio (2001, p. 184) ao tratar dessas áreas coloniais de fronteira, chamou a atenção para o fato de que estas não podem ser compreendidas a partir da noção de “vazio demográfico”, pois, “a expansão da fronteira não ocorria em áreas despovoadas, mas sim em regiões ocupadas por povos indígenas e quilombos”. No caso do Sertão da Farinha Podre, como visto anteriormente, havia os índios Kayapó do sul e também alguns quilombos.

Se os índios, quilombolas e mesmo vadios encontravam no sertão elementos importantes para sua sobrevivência, como a presença de áreas de difícil acesso (que podiam obstar o ataque do inimigo) ou mesmo a abundância de alimentos, o sertão não se encontrava desocupado. Assim, o conceito de sertão varia conforme o ponto de vista de quem dele discorre: ele não possuía o mesmo significado para os seus habitantes e para os não-índios que sobre ele (o sertão) e seus moradores, escreveram cartas, ofícios e requerimentos endereçados ao rei de Portugal ou para algum membro do aparelho burocrático colonial português.

De um conceito de sertão mais amplo, mostra-se necessário agora, abordarmos um pouco a história do Sertão da Farinha Podre. Do ponto de vista histórico, esta foi uma região integrante da capitania de São Paulo até o ano de 1748, quando ainda era governada por Dom Luís Mascarenhas, data em que o rei de Portugal, Dom João V, anunciou a fragmentação de São Paulo⁷, criando as capitanias de Mato Grosso e Goiás. Entre os anos de 1748 e 1816 foi administrada por Goiás e, posteriormente ao ano de 1816⁸, a região em questão passou para a jurisdição da capitania de Minas Gerais.

Para o cargo de governador e capitão-general de Goiás, foi escolhido Dom Marcos de Noronha⁹, então administrador de Pernambuco, cuja posse ocorreu em 8 de novembro de 1749 (ALENCASTRE, 1979), marcando oficialmente a instituição da capitania goiana. A criação de duas capitanias a partir do antigo território de São Paulo demonstrou “a importância das regiões mineiras de Goiás e Mato Grosso no contexto do império português” (LEMES, 2013, p.193). Quando uma determinada região atingia um nível de importância durante o período colonial, relacionada quase sempre à mineração, os membros do governo português achavam por bem a criação de uma capitania para facilitar o controle das minas e a cobrança dos impostos referentes às atividades mineradoras.

No caso de Goiás e também Mato Grosso não foi diferente: para Portugal, essas regiões possuíam um importante papel na produção de ouro e, em menor proporção, os diamantes. Em Mato Grosso, as minas são descobertas no ano de 1719 por Pascoal Moreira Cabral (PALACIN, 1972). Já em Goiás, o ouro é descoberto pela bandeira capitaneada por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera II) e seu genro, João Leite da Silva Ortiz, que percorreu os sertões do interior da colônia entre os anos de 1722 e 1725, descobrindo o metal precioso às margens do Rio Vermelho¹⁰.

A bandeira do Anhanguera, ao adentrar o sertão, foi a responsável por demarcar um caminho, o Caminho dos Goíases, que ligava São Paulo até o arraial de Santa Ana,

⁷ No ano de 1720, o território de São Paulo foi dividido, criando a capitania de Minas do Ouro, posteriormente Minas Gerais (KOK, 2004). Em 1748 a capitania de São Paulo, após a desanexação de Goiás e Mato Grosso, foi anexada à capitania do Rio de Janeiro, sendo governada por Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela (AMANTINO, 2008). O período de anexação de São Paulo à capitania do Rio de Janeiro durou 17 anos (1748 – 1765).

⁸ Por meio de um Alvará de 04 de abril de 1816, Dom João VI desanexou os Julgados do Desemboque e de Araxá da capitania de Goiás, passando-os para a jurisdição de Minas Gerais. O motivo alegado para tal ato foi um pedido feito pelos moradores de Araxá no ano anterior, que se diziam desamparados pelo governo de Goiás devido à distante localização da capital Vila Boa (PONTES, 1978).

⁹ Dom Marcos de Noronha foi agraciado com o título de “Conde dos Arcos” em 7 de setembro de 1750; em 1754, foi nomeado “Vice-Rei do Brasil” (ALENCASTRE, 1979).

¹⁰ A região onde se deu a descoberta do ouro, às margens do Rio Vermelho, corresponde à atual cidade de Goiás (GO).

posteriormente Vila Boa¹¹ (capital da capitania de Goiás). Talvez a bandeira tenha seguido um caminho indígena já existente e que permitia a comunicação entre grupos de índios: nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (1957), as chamadas “veredas do pé posto”, que antes de serem utilizadas respectivamente por índios e por não-índios, devem ter sido demarcadas por animais, principalmente pelos carreiros de tapir (anta).

O Caminho dos Goiaes foi uma importante via de acesso durante décadas ao interior da América portuguesa e os ataques dos Kayapó do sul encontram-se diretamente relacionados à abertura desse caminho e, conseqüentemente, à ocupação do território pelos não-índios a partir da primeira metade do século XVIII.

Surge outro questionamento: quais eram as características do Sertão da Farinha Podre no século XVIII? Primeiramente, era uma região de tradicional ocupação dos índios Kayapó do sul. Possuía grandes e caudalosos cursos d’água como os Rios Grande, das Velhas e Paranaíba e a cobertura vegetal era predominantemente do tipo Cerrado. Possivelmente era pouquíssima explorada pelos não-índios conforme pudemos notar ao pesquisar as fontes, pois, seguramente, a primeira e breve descrição desse sertão está relacionada àquela bandeira do Anhanguera, quando os membros da expedição atravessaram o Rio Grande, momento em que enfrentavam dificuldades consideráveis, uma vez que, conforme o testemunho de um integrante, “começou a faltar mantimento, e assim nos foi preciso marchar cinco dias passando com o que dava a espingarda, pássaros, macacos, palmitos e algum mel” (BRAGA, 1976, p. 122). Esse sertão, além de rios e córregos abundantes, também possuía “campos, e matos grossos” e muita “caça e peixe” (BRAGA, 1976, p.122). Era, conforme o relato de um homem do século XVIII, a abundância da natureza, expressa na sua fauna e flora, em contraste com as necessidades de sobrevivência dos bandeirantes geradas principalmente pela fome e pelos perigos dos ataques de índios, quilombolas e de animais como as onças.

Além de região inóspita e dominada pela natureza, o Sertão da Farinha Podre, até o início de uma ocupação mais efetiva por parte dos não-índios, tendo como principais representantes os geralistas e seus escravos negros (notadamente a partir do começo do século XIX), também poderia ser considerada uma região de fronteira, pois, limitava a expansão de forma proposital e organizada pelos representantes da Coroa portuguesa (mediante a quase ausência de concessão de sesmarias ou de um possível processo que posteriormente mostrou-se confuso, de demarcação de terras a serem ocupadas somente pelos índios utilizados nas expedições guerreiras contra os Kayapó do sul e que foram alojados nos aldeamentos a partir

¹¹ Atual cidade de Goiás (GO).

de meados do século XVIII) ou mesmo pela presença intimidadora dos Kayapó do sul, cujos ataques amedrontavam a sociedade colonial.

Talvez essa limitação da expansão não-indígena no Sertão da Farinha Podre possa estar relacionada à economia de Goiás, baseada na mineração: era importante para a Coroa portuguesa manter de forma eficiente, caminhos coloniais conhecidos (com a presença dos Registros) para evitar o descaminho de ouro e de diamantes. Em um sertão desconhecido, habitado por índios considerados hostis como os Kayapó do sul, poucas pessoas se aventurariam por terras ignotas, o que poderia significar a diminuição do contrabando.

Mas afinal, quem era o “gentio” Kayapó do sul?

Quem era o “gentio”¹² Kayapó do sul?

Como visto, o nome “Kayapó” é de origem tupi e significa, segundo o antropólogo Terence Turner, “como macaco” (1992, p.311) sendo aplicado “originariamente [...] aos Kayapó meridionais que habitavam o norte do Mato Grosso, entre Cuiabá e as cabeceiras do Xingu” (TURNER, 1992, p.312).

Os Kayapó do sul são linguisticamente filiados ao tronco Macro-Jê, família Jê, sendo que a rede de línguas que compõem este tronco encontra-se “concentrada na parte oriental e central do planalto brasileiro” (URBAN, 1992, p.90), em uma área em que predomina o bioma Cerrado, caracterizado por duas estações climáticas bem definidas: o período das chuvas (de outubro a abril) e o período da seca (de maio a setembro); áreas de campos com árvores baixas, galhos retorcidos, cascas e folhas grossas, além da presença de áreas de matas fechadas, sendo recortado por córregos e rios caudalosos.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1993) destaca quatro características marcantes dos povos Jê: a presença de um forte discurso sociológico, a existência de um plano da aldeia que permite operar a distinção entre os princípios natural e cultural, o pensamento ou mentalidade dualista, além da matrilocidade.

Carlos Fausto (2010, p.62) também aponta outras particularidades dos povos Jê, conhecidos como

praticantes de uma sofisticada economia bimodal, que combina períodos de dispersão com outros de agregação em grandes aldeias, estruturadas

¹² Gentio era o termo utilizado para designar os “indígenas independentes” (CUNHA, 2012, p.50), ou seja, aqueles que não estavam sujeitos a nenhuma autoridade colonial, não travavam relações amistosas com os não-índios e nem residiam em aldeamentos.

internamente por um conjunto de metades cerimoniais, por grupos etários e por segmentos residenciais. Essa estrutura não apenas permitiria a reunião de uma população numerosa em um mesmo local, como torná-la necessária para o pleno funcionamento institucional.

Conclui Fausto (2010, p.67), afirmando ainda que os Jê

são móveis e possuem grandes aldeias; a tecnologia de subsistência é simples mas os adornos corporais são elaborados; não há chefes supremos, embora haja uma economia política do prestígio; há um desenvolvimento notável de instituições comunitárias e cerimoniais, porém estas tendem a ser basicamente não-hierárquicas (ainda que encontremos assimetrias em várias partes do sistema).

Algumas dessas características comuns aos povos Jê nos serão importantes no decorrer do trabalho para analisarmos aspectos da cultura dos Kayapó do sul e mesmo do processo de contato entre estes e os não-índios ou mesmo com outros grupos indígenas.

Mas afinal, se os Jê predominantemente habitavam o Planalto Central do Brasil, no bioma Cerrado, qual seria a área de ocupação dos índios Kayapó do sul? Esta

pode ser descrita, com certa margem de segurança, como sendo formada pelo sul e sudoeste do atual estado de Goiás, o atual Triângulo Mineiro, parte do norte de São Paulo, o leste do atual estado do Mato Grosso e leste e sudeste do atual Mato Grosso do Sul (GIRALDIN, 1997, p.57).

Conforme apontou Odair Giralдин, a área ocupada pelos Kayapó do sul era bastante extensa. Essa mesma região foi denominada pelo viajante Aires de Casal (1976) de “Caiapônia” e contava com mais de 80 léguas¹³ no sentido norte-sul e 50 léguas de largura.

Giralдин (1997, p.57) aventava a hipótese de que é possível sustentar, nessa grande área de ocupação Kayapó do sul, a existência de um “grupo com características determinadas” confirmada também pelos “dados linguísticos”. O autor também assinala a existência de povos indígenas que estavam localizados nos limites do território Kayapó do sul, como os Payaguá, os Xakriabá, os Xavante, os Avá-Canoeiro e os Bororo (GIRALDIN, 1997).

Proporemos uma análise diferente ao tratarmos da área em questão. Reconhecemos a existência do grupo Kayapó do sul (cujos descendentes são os Panará, conforme veremos adiante), como um grande grupo que habitou aquela extensa região, porém, acreditamos que

¹³ A légua é uma medida de superfície que corresponde a 6.600 metros ou 6,6 quilômetros.

ele não foi o único. Essa perspectiva será importante para a compreensão do termo que utilizaremos no decorrer do trabalho: guerras Kayapó do sul.

Sobre a utilização da expressão “guerras Kayapó do sul”

Iniciaremos nossa análise citando o registro de um Bando de Dom Luís Mascarenhas, que versava sobre o cativeiro dos índios que fossem apanhados em combates nas aldeias. No documento é possível ler que “Por enquanto hé conveniente evitar as continuas mortes erepetidos insultos e grandes estragos q’ o Gentio barbaro da nasção Cayapó ou Bororó proximamente tem commettido nas vezinhanças do Arrazal [sic] do *Ouro fino*”.¹⁴

Ouro Fino atualmente é um arraial extinto que surgiu no período áureo da mineração em Goiás (primeira metade do século XVIII) e que estava localizado a três léguas de Vila Boa (SILVA E SOUZA, 1978). O que deve ser ressaltado dessa citação é a dúvida do capitão-general quanto à autoria do ataque: se este seria dos índios Kayapó do sul ou dos Bororo.

Lisandra Zago (2005), ao tratar da área de ocupação dos Bororo, sobre os quais abordaremos no capítulo 2, quando foram deslocados dos arredores de Cuiabá para o Sertão da Farinha Podre, aponta a existência de várias aldeias que ficavam próximas às atuais cidades de Mineiros, Rio Verde, Jataí e Iporá. Estas cidades estão atualmente localizadas no sul e no sudoeste goiano, área tradicionalmente reconhecida como de ocupação dos Kayapó do sul e palco de inúmeros ataques que foram creditados a estes índios.

Em outro registro de um Bando que versava sobre a guerra que se pretendia fazer aos Kayapó do sul, datado de 1745, o mesmo Dom Luís Mascarenhas mostrava-se preocupado com os “repetidos insultos, continuas mortes, estragos e roubos q.’ Gentio bárbaro de nação *Cayapó*, e os mais q.’ infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goyaz [...] commetterão”.¹⁵ O caminho citado pelo governador e capitão-general era a estrada que ligava São Paulo até Vila Boa, o Caminho dos Goiaes. O que é importante salientar é que Dom Luís apontou não somente os Kayapó do sul, mas também outros índios como os autores dos ataques, evidenciando a existência de grupos indígenas na área de ocupação Kayapó do sul.

¹⁴ Registro de um bando sobre se darem por captivos os Gentios que se apanharem (07/12/1740). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luiz Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 153-4.

¹⁵ Registro de hum Bando sobre a guerra q’ se pertende fazer ao gentio Cayapó (17/02/1745). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 185-7.

Há inúmeros relatos, conforme veremos por meio dos documentos utilizados neste trabalho, de ataques dos Kayapó do sul realizados em Vila Boa ou em seu entorno. A então capital de Goiás foi edificada às margens do Rio Vermelho, território dos índios Goyá que, posteriormente aos contatos empreendidos com os não-índios, foram capturados como cativos ou fugiram e, ainda no século XVIII, já eram considerados extintos. Os Goyá são, por Giralдин (1997, p.31), classificados como um grupo indígena “da família Jê”.

Os Araxá¹⁶, outro grupo indígena descrito nas fontes setecentistas como ocupante do “Sertão do Gentio Cayapó”, serão analisados no segundo capítulo deste trabalho, quando discutiremos questões referentes a um possível ataque Kayapó do sul que resultou na morte dos homens e na captura das crianças e mulheres. Pelas fontes consultadas, habitavam o antigo Sertão da Farinha Podre, na “passagem do Rio Grande no caminho que vay para São Paulo”.¹⁷ Ou seja, no atual Triângulo Mineiro, outra área descrita como de tradicional ocupação Kayapó do sul.

O que propomos a partir destas informações é a necessidade de se considerar que nesta extensa área de ocupação descrita para os Kayapó do sul, a possibilidade de existência de outros grupos indígenas que entraram em contato com os não-índios ou com outros índios, promovendo ataques, saques e mortes. Por isso, incursões guerreiras que foram atribuídas na documentação do século XVIII e XIX aos Kayapó do sul, poderiam ter sido praticadas por outros grupos indígenas. Nessa perspectiva, esses grupos seriam descritos nos documentos como Kayapó do sul, o que ocasionou a generalização deste termo.

Havia também, a partir da intensificação da mineração na parte sul da capitania de Goiás, a necessidade de constantemente atribuir aos Kayapó do sul, os ataques que aconteciam, objetivando desta maneira, encontrar razões que justificassem a instituição da guerra justa, empregada para a escravização e destruição de grupos indígenas que na visão da Coroa portuguesa, obstavam a expansão da mineração e, posteriormente, com a decadência desta atividade, a prática da agricultura e da pecuária.

Assim, ao tratarmos das “guerras Kayapó do sul”, na verdade estaremos utilizando este termo de uma maneira ampla, genérica e que objetiva compreender os ataques possivelmente realizados pelos próprios Kayapó do sul, mas também por outros grupos indígenas na área de ocupação daqueles índios e que foram descritos na documentação como obra dos Kayapó do sul. Como exemplo desta nossa proposição, retomamos o trabalho de

¹⁶ Na documentação consultada, é possível observar a utilização da palavra Araxá grafada com a letra “x” ou “ch”, o que não implica em diferença conceitual.

¹⁷ Carta do [governador e capitão-general de Goiás], Dom Marcos de Noronha, ao rei [D. João V] [...] (29/12/1749). AHU – Caixa 5, Documento: 427.

Turner (1992, p.312), o qual afirma que o termo Kayapó “ou corruptelas dele, era utilizado, entretanto, por povos nativos da região [a região em questão é a situada entre Cuiabá e as cabeceiras do Xingu] em relação a vários grupos indígenas”.

Os primeiros contatos entre os Kayapó do sul e os não-índios

A primeira descrição dos Kayapó do Sul é creditada ao capitão Antônio Pires de Campos em sua “Breve notícia [...]”, datada de 1723. Percorrendo o Rio Tietê, passando o Rio Grande (antigo nome do Rio Paraná) até o Rio Paranaíba, o sertanista afirmou que acima deste curso d’água “habita o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique” (CAMPOS, 1976, p. 181). A região citada por Campos corresponde ao atual sul de Goiás e pela descrição é possível notar o grande número de índios Kayapó do sul que nela residia, tendo o mesmo sertanista ainda indicado as regiões do Rio Pardo e de Camapuã como áreas de grande número de aldeias desses índios.

Pires de Campos (1976, p. 182) assim descreveu o aparato bélico dos Kayapó do sul: arcos “muito grandes” e flechas “muito compridas e grossas”, além do uso do que ele denominou de “garrotes”, descritos como “um páu de quatro ou cinco palmos¹⁸ com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça”. A arma em questão é a borduna, que era/é também utilizada por outros grupos indígenas como os Kayapó do norte (da família Jê), os Tupinambá (do tronco Tupi) e por estes denominada “ibirapema”, utilizada durante o ritual antropofágico, no momento da morte do cativo. Da mesma forma, foi documentado o uso da borduna pelo alferes José Peixoto da Silva Braga (1976, p.126), um dos membros que desertou da bandeira do Anhanguera, no momento de contato hostil com os Krixá¹⁹, tendo os índios ferido com arco e flecha e com dois golpes de “porrete” a Francisco Carvalho de Lordelo.

O uso dessas bordunas pelos Kayapó do sul rendeu a estes índios a denominação de “Bilreiros”²⁰ (CHAIM, 1983; ATAÍDES, 1998; MONTEIRO, 1994) até o século XVII e XVIII, quando passou “cada vez mais a predominar o primeiro designativo” (NEME, 1969, p. 105). Todavia, como visto, não seria exclusividade dos Kayapó do sul a utilização de

¹⁸ Palmos: medida de comprimento que equivale a 8 polegadas:203,2 mm (20,32 cm) (BERTRAN, 2010).

¹⁹ A área de ocupação destes índios corresponde à região em que hoje se encontra a cidade de Crixás, município localizado no noroeste de Goiás, cujas minas foram descobertas ainda na década de 1730.

²⁰ A denominação “Bilreiro” se deve à semelhança das bordunas dos Kayapó do sul com os bilros, instrumentos utilizados para a confecção de rendas.

bordunas, inclusive na região do atual Brasil Central. Essa relação entre os Bilreiros e os Kayapó do sul, corrobora, mais uma vez, para tratarmos das “guerras Kayapó do sul” como um termo genérico, devido a não haver ainda evidências muito esclarecedoras entre a ligação dos primeiros com os segundos.

A partir da década de 1720, há um aumento do processo de contato entre os Kayapó do sul e os não-índios. Contudo, este contato pode ter se iniciado ainda no século XVI, conforme as reflexões do historiador John Monteiro (1994, p. 43), que aventou a hipótese de que os “ibirabaquiyara”, aldeados junto com os “maromini (guarulhos)”, “guaianá” e “carijó” em São Paulo, no ano de 1585, fosse provavelmente um grupo Kayapó do sul.

No século XVII, segundo Monteiro (1994, p. 64), os paulistas não buscavam os Kayapó do sul como cativos: o primeiro motivo seria sua captura, considerada difícil, sendo que o segundo motivo seria devido às expedições que percorreram a região denominada “sertão dos Bilreiros” e que

trouxeram cativos não kayapó, o que sugere a possibilidade de os cativos terem sido fornecidos pelos próprios Kayapó. Tais relações amistosas, no entanto, tiveram uma duração breve. Nota-se que, em 1608 e 1612, duas grandes expedições foram atacadas e derrotadas pelos Kayapó. A partir de então, estes se tornaram objetos da hostilidade portuguesa. Expostos ao cativeiro ou ao extermínio, apenas refugiando-se nos sertões remotos é que os Kayapó conseguiram evitar, por mais de um século, novos confrontos.

Nessa perspectiva, até o início do século XVII, os Kayapó do sul mantiveram relações de contato amistosas e possivelmente promovendo trocas de escravos com os não-índios. No entanto, a partir de expedições portuguesas que objetivavam a captura dos Kayapó do sul como cativos e a intensificação da ocupação de não-índios em áreas de Goiás, já no século XVIII, iniciada principalmente após a bandeira do Anhanguera, esse contato que era amistoso passou a ser hostil.

Convém salientar que a própria bandeira do Anhanguera enfrentou os Kayapó do sul em “vários choques” quando “morreram alguns de uma e outra parte. Em um [ataque] que tiveram na paragem chamada Lençóis, para a parte das cabeceiras do Rio Claro, represaram cinco (índios), de que ainda existe uma, chamada Thereza [...]” (BERTRAN, 2010, p. 47). Este relato que compõe a “Notícia Geral da Capitania de Goiás”, datada de 1783 e transcrita por Paulo Bertran, além de informar os vários enfrentamentos entre os índios e os bandeirantes, trata também do aprisionamento de alguns Kayapó do sul e da existência de uma sobrevivente. Monteiro (1994) também citou a existência de um morador da capitania de

São Paulo que possuía como escravos em 1730, alguns índios Goyá e Kayapó do sul, capturados em Goiás.

A demarcação do Caminho dos Goíases pela bandeira do Anhanguera II não tinha como principal objetivo a captura de índios como escravos, mas sim a descoberta de ouro e diamante. É necessário ressaltar que os caminhos de acesso para Goiás já eram bastantes conhecidos no final do século XVII (PALACIN, 1972). O próprio Anhanguera buscava as terras dos índios Goyá, que ele percorreu cerca de 40 anos antes juntamente com seu pai.

Para Luís Palacin (1972), três fatores foram fundamentais para a descoberta das minas em Goiás: o primeiro deles, a busca de um caminho por terra até Cuiabá, uma vez que o caminho fluvial, percorrido pelas monções era longo e o trajeto difícil; o segundo fator seria os rumores de terras místicas repletas de ouro e prata; e o terceiro fator seria a necessidade de alargamento da capitania de São Paulo por meio da descoberta de novas minas, em consequência de, em 1720, ter sido criada a Capitania de Minas do Ouro.

Após a notícia da descoberta das minas de Goiás e com o retorno dos sobreviventes da bandeira do Anhanguera para a capitania de São Paulo, foi concedido a Bartolomeu Bueno da Silva o cargo de superintendente e guarda-mor das minas de Goiás. Então, a partir da segunda metade da década de 1720 ocorreu um afluxo mais contínuo de índios escravos e não-índios (brancos, escravos negros e mestiços) pelo Caminho dos Goíases, objetivando principalmente a prática da mineração. Para Palacin (1972), os primeiros ocupantes não-índios de Goiás eram em sua maioria, fugitivos da justiça, extraviadores de ouro ou devedores.

Com o constante deslocamento populacional para Goiás (utilizando como principal via de acesso o Caminho dos Goíases), além da formação de novas expedições que objetivavam a descoberta de minas de ouro e diamantes, foram surgindo próximos aos inúmeros descobertos, núcleos populacionais já nas décadas de 1720 e 1730.

O Caminho dos Goíases por meio de um Bando datado de 2 de outubro de 1732 e emitido pelo Conde de Sarzedas, então governador da capitania de São Paulo, foi reconhecido como única via de acesso às minas de Goiás, sendo que os “transgressores que se utilizassem de outro caminho que não o oficial sofreriam severas penalidades, como sequestro e confisco dos bens ou prisão” (CHAIM, 1983, p. 23). Contudo, em carta de 12 de outubro, o mesmo Conde de Sarzedas informou ao rei Dom João V, sobre “o já aberto caminho para as minas dos Goyazes, com graves prejuízos á Real Fazenda pelo extravio dos reaes quintos”.²¹

²¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde de Sarzedas dirigida ao rei Dom João V datada de 12/10/1732. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.112.

Assim, a obrigatoriedade de utilização do Caminho dos Goíases como única via de acesso para Goiás, mostrou-se ineficiente, por causa da presença de contrabando. Em 1736, Gomes Freire de Andrade, então governador e capitão-general da capitania de Minas, a partir de uma Ordem Régia, iniciou a construção de uma estrada que ligava as minas de Goiás a São João del-Rei e Vila Rica, objetivando retirar “o ouro goiano da influência de São Paulo e dos contrabandistas, pondo-o diretamente sob controle da fiscalização instalada em Minas e drenando-o para o Rio de Janeiro” (LOURENÇO, 2005, p. 108). Esta estrada ficou conhecida pelo nome de Picada de Goiás.

Três vias durante o período colonial, sendo duas essencialmente terrestres (o Caminho dos Goíases e a Picada de Goiás) e uma em grande parte constituída por um percurso fluvial (a rota das monções), serão importantes para nossa análise sobre a intensificação do contato dos Kayapó do sul com os não-índios e mesmo com outros índios no decorrer do século XVIII. Iniciaremos nossa análise pelos contatos empreendidos na região do varadouro de Camapuã, que pertenceu à capitania de Goiás após sua desanexação de São Paulo e que era rota das monções nos séculos XVIII e XIX.

É necessário ressaltar que, pelas fontes consultadas, empreenderemos nesse momento do texto uma análise dos primeiros contatos entre os Kayapó do sul e os não-índios em Camapuã (que ocorreram ainda na década de 1720). Sobre a Picada de Goiás e o Caminho dos Goíases, estas vias serão abordadas ao longo do trabalho, uma vez que, principalmente na estrada que ligava a Vila de Santos até Vila Boa (Caminho dos Goíases), os ataques foram constantes, sendo este caminho uma preocupação permanente dos governos de São Paulo e de Goiás.

A Fazenda de Camapuã²², criada por volta do ano de 1720, foi explorada pelos irmãos Leme, os quais foram executados e seus bens confiscados pela Coroa portuguesa (KOK, 2004). Camapuã, segundo Laura de Mello e Souza (1997, p. 65), “nunca se tornou um centro dinâmico”, apesar de ser um importante ponto para a varação entre rios, de cargas e canoas, pois a travessia era morosa, motivada pelos “carros de boi [que] eram poucos e os animais, mal alimentados, eram lerdíssimos”. Na propriedade eram cultivados mantimentos e “criavam-se capados e galinhas, fabricavam-se, para uso local, panos toscos, redes, louças” (SOUZA, 1997, p.65). Havia casas para hospedagem e uma capela dedicada a Santo Antônio (KOK, 2004).

²² A região de Camapuã atualmente pertence ao estado de Mato Grosso do Sul.

Localizada em um ponto estratégico no sertão – não havia outra propriedade com estas características até Cuiabá – Camapuã era importante para os monçoeiros como pouso para descanso, local em que era possível a prática da religião em um templo católico e como ponto de abastecimento dos víveres necessários para o término da longa viagem até as minas cuiabanas. Distante de núcleos populacionais, Camapuã teve que tornar-se autossuficiente, produzindo objetos úteis para a vida no sertão e para as viagens empreendidas até Cuiabá.

Todavia, essa importante fazenda para os não-índios foi construída em região que tradicionalmente era ocupada pelos Kayapó do sul. O contato e o conflito logo se tornaram evidentes. Em 1728, menos de uma década após a construção de Camapuã, Rodrigo Cesar de Menezes, governador da capitania de São Paulo, informou ao rei Dom João V sobre

o gentio barbaro q' habita nos Certões desta Capp.^{nia} de São Paulo [...] q' infestão o Citio de Camapoam invadirão os roceiros q' se achão naquela paragem matando-lhe alguns escravos intemidando aos mais p.^a despovoare aquella paragem, de q' se seguirá hum conciderável prejuízo a faz.^a real, e ao bem comum por serem aquellas roças as q' mais fornecem aos mineiros e viandantes, q' passam p.^a estas Minas a meter nellas escravos, e fazendas.²³

Nesta passagem do texto, Rodrigo Cesar de Menezes reconhece a localização estratégica que Camapuã possuía, assim como sua importância para os viajantes que se deslocavam até as minas de Cuiabá. Convém salientar que não há uma menção explícita a um ataque dos Kayapó do sul, porém, como afirmamos sobre a necessidade da utilização do termo genérico de “guerras Kayapó do sul”, Camapuã estava localizado em uma área de ocupação destes índios, permitindo-nos aventar a hipótese de que esse ataque que resultou na morte de escravos possa ter sido realizado por eles.

Em 1730, o rei Dom João V informou o seu parecer a outro governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, sobre os roceiros e mineiros de Camapuã, “oprimidos” pelo

gentio Cayapó que nas mesmas Cordilheiras tem os seus domicilios, e daly cursão as Campanhas, assim para a parte do Camapuan, como p.^a o Caminho dos Goyazes, nestes poucos anos passados tem feito os ditos gentios muitos danos, e hostilidades, por q' só dos Roceyros tem morto quarenta escravos,

²³ Reg.^o de hua ordem q' se mandou ao Onv.^{or} g.^{al} p.^a devaçar do gentio do Certão q' tem feito mortes (10/02/1728). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 135-7.

fora de algúas tropas que as Suas tyrantias fizeram acabar, sem darem quartel a pessoa algúa.²⁴

Neste documento, o monarca mencionou claramente os ataques Kayapó do sul, informando estar ciente da localização de aldeias em Camapuã e das expedições guerreiras dos índios tanto nesta região como ao longo do Caminho dos Goiaes. Há, ainda, a menção de ataques aos moradores, aos escravos destes e também às tropas, sem deixar sobreviventes, sendo que para conter as incursões guerreiras, o rei alegou a necessidade de combater os Kayapó do sul e que a melhor maneira de fazê-lo seria com a construção de um “presidio de Soldados pagos, e húa tropa de sessenta homens de Cavallo na parte mais conveniente”.²⁵

Esta foi a primeira tentativa de um combate mais sistemático junto aos Kayapó do sul. E sobre esta e outras tentativas é que trataremos agora.

As diferentes formas de combate ao “gentio” Kayapó do sul

Para o rei Dom João V, uma tropa de 60 homens com cavalos e a construção de um presídio seria uma maneira eficiente de combater os Kayapó do sul. Mas o que era um presídio? Segundo o dicionário setecentista de Raphael Bluteau (1713, p. 714), presídios seriam “Gente de guarnição. Os soldados que estão em uma praça, para a guardar, & defender do inimigo”.

O viajante oitocentista João Maurício Rugendas (1979, p.186-8) afirmou que esses presídios ou quartéis, consistiam na verdade em

simples postos, com alguns soldados, sob o comando de um suboficial. O mais das vezes, tais postos não passam de miseráveis choupanas; os fuzis dos soldados acham-se em péssimo estado e sua principal defesa está no gibão de armas, blusa de couro, estofada de lã que desce até os joelhos, cobrindo o corpo, o pescoço, as coxas e as espáduas e os resguarda das flechas dos índios. Cada posto possui um ou mais gibões. Alguns índios civilizados participam, às vezes, da guarnição e não lhes faltam bons cães.

O relato de Rugendas nos permite compreender quão precários eram os presídios, seja quanto às instalações físicas, conservação de armamentos ou mesmo pela quase ausência de

²⁴ Sobre os índios que infestão os caminhos do Cuyabá (08/08/1730). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p.27-8.

²⁵ Sobre os índios que infestão os caminhos do Cuyabá (08/08/1730). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p.28.

objetos que poderiam ser utilizados como defesa, no caso o gibão – objeto de origem castelhana nos combates aos índios.

Ao que parece, a construção do presídio e a criação da tropa de soldados pagos não foi levada adiante, pois, três anos após a correspondência citada anteriormente, o Conde de Sarzedas, em um Regimento destinado ao combate aos índios Payaguá, informava que em Camapuã, no período de variação das canoas e cargas, o comandante da tropa poderia expedir algumas bandeiras para fazer guerra ao “gentio” sem deixar sobreviventes.

Os constantes ataques dos Kayapó do sul preocupavam os membros do governo português no início da década de 1730. Quando foi elaborado o Regimento de guerra aos Payaguá, concedeu-se à tropa incumbida deste empreendimento, após destruir “em primeiro lugar os Payaguases, e todos os seus confederados [...] continuar a guerra contra os [...] *Bororó dos Morros*”, sendo para os Kayapó do sul, reservada a “guerra que se lhe há de fazer p.^a o fim”²⁶, ou seja, no momento de retorno da expedição que chegaria até Cuiabá. Entretanto, essa guerra só seria realizada se o comandante achasse conveniente. Essa foi a primeira menção encontrada na documentação pesquisada em que um membro do governo português defende a necessidade de se realizar a guerra aos Kayapó do sul.

Nas minas de Goiás, após a descoberta de diamantes na década de 1730, coube ao superintendente Bartolomeu Bueno da Silva a tarefa de vistoriar a região dos Rios Claro e Pilões e do córrego Santo Antônio. A prática de vistoria era frequente nos cursos d’água diamantíferos, devido ser vedada a prática da mineração, atividade que era monopólio da Coroa portuguesa (PRADO JÚNIOR, 1976).

Saindo do arraial de Vila Boa, Bartolomeu Bueno da Silva confirmou a existência de diamantes e, ultrapassando os limites dos rios, decidiu averiguar se havia ouro em outros locais, resultando em “hum encontro com os gentios cayapós q’ o obrigarão a retirar-se precipitadamente, deixando deserto os dous rios com o temor do gentio”.²⁷ Não há nenhuma menção na carta, de morte resultante desse encontro com os Kayapó do sul. Digno de nota é o pavor suscitado por estes índios, mesmo em bandeirantes experientes e que já haviam enfrentado os Kayapó do sul em outras ocasiões, como no caso do próprio Anhanguera.

Na região do Rio Pilões, os Kayapó do sul foram considerados os responsáveis por tornar o novo descoberto, rico em ouro, um verdadeiro deserto. Em 1735, nas vizinhanças de

²⁶ Registo do regimento que se fez p.^a a Tropa que vai dar Guerra ao gentio Payaguazes (30/08/1733). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 245-259.

²⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 6 de Fevereiro de 1734, do Conde de Sarzedas a Dom João V. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.115.

Vila Boa e, no caminho das minas, os índios fizeram mortes e destruições aos roceiros e viajantes, devastando uma fazenda, incendiando casas e matando escravos e cavalos.

A “solução” proposta pelos membros da Câmara de São Paulo foi a criação de “duas comp.^{az} pagaz e hum comand.^e com assento entre o Rio Meyaponte, e Guacarumbá [que] põem em socego as minas dos Guyaz e Cuyabá”.²⁸ O rio mencionado como Guacarumbá deve ser o Rio Corumbá, afluente da margem direita do Rio Paranaíba, no atual estado de Goiás. Esta segunda proposta de combate aos Kayapó do sul, ou seja, a criação de duas companhias pagas e lideradas por um comandante (a primeira foi proposta pelo parecer do rei Dom João V sobre a necessidade de se criar um presídio e uma tropa) só seria efetivamente colocada em prática alguns anos mais tarde, no governo de Dom Luís Mascarenhas.

Segundo o Conde de Sarzedas, havia muitas queixas por parte dos viajantes que se deslocavam para as minas de Goiás, assim como a existência de uma representação por parte dos moradores e roceiros que habitavam o caminho que desembocava na região mineradora, sobre as hostilidades e estragos que os Kayapó do sul haviam feito às roças e às tropas.

Buscando atender as reivindicações dos não-índios, que queriam com seus próprios meios combater os Kayapó do sul, o governador não só autorizou por meio de uma Portaria tal prática, como também deixou claro que “pessoa alguma lhe não ponha impedim.^{to} antes lhe dem toda ajuda e favor”.²⁹ Pelas fontes consultadas não obtivemos informações sobre o êxito dessas tentativas de combate aos Kayapó do sul (tanto a proposta pelo rei Dom João V, como pelo Conde de Sarzedas) porém, conforme veremos no capítulo 2, as formas de combate mais sistemáticas contra esses índios contou com a atuação de sertanista e de índios “mansos”, o que nos leva a conjecturar que, se foram colocadas em prática, não obtiveram o êxito desejado.

Em um Bando de 7 de dezembro de 1740, Dom Luís Mascarenhas, não apenas autorizou o combate conforme as determinações propostas pelo Conde de Sarzedas, ou seja, qualquer morador poderia empreender o combate aos Kayapó do sul, até mesmo nos “alojam.^{tos} daquelles inimigos”, como garantiu aos não-índios, “dar por captivos todos os que apanharem.”³⁰

²⁸ Representação da Camara de S. Paulo sobre a necessidade de caminhos por terra para Cuyabá e Goyaz (14/07/1736). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898, p. 230-4.

²⁹ Reg.^{to} de húa Port.^a q'. se deu no Cam.^o dos Guayazes p.^a se conquistar o Gentio Cayapó (18/12/1736). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 120-1.

³⁰ Registo de um bando sobre se darem por captivos os Gentios que se apanharem (07/12/1740). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes

Essas tentativas de combate aos Kayapó do sul continuaram a não surtir o efeito desejado, pois, em dezembro de 1741, representantes da Coroa portuguesa afirmavam, após a realização de uma junta formada por ministros e membros do governo de Vila Boa ocorrida em 22 de novembro de 1739, a necessidade de atacar as “Aldêas, e Alojamentos daquelles bárbaros [...] para cujo fim se fazia preciso mandasse vir de Cuyabá Angelo Preto pessoa experimentada em semelhantes conquistas, e ter gentio Bororó domestico”.³¹

No caso de Angelo Preto, ao que tudo indica, ele deve ter subjugado os Bororo que atacavam a região das minas de Cuiabá, pois, no início do ano de 1727, Rodrigo Cesar de Menezes emitiu uma Ordem ao sertanista e demais sócios, para combater os gentios dos Morros, e caso os índios resistissem, deveriam ser mortos e os sobreviventes repartidos após a retirada do quinto pertencente ao rei; caso os índios não oferecessem resistência, “ficarão admenistrados do d.^o Cappitão [Angelo Preto] e seus Companheiros”.³²

É necessário mencionar a utilização do termo “doméstico” para os índios que acompanhavam tanto Angelo Preto quanto outros sertanistas como Antônio Pires de Campos. Na verdade, o uso do termo “doméstico”, ocultava uma prática corrente durante o período colonial que consistia em atacar aldeias indígenas para “administrar” os indígenas sobreviventes, utilizados então para combater outros índios.

Afinal, o que era a administração? A administração, segundo Monteiro (1994) foi uma forma encontrada pelos não-índios para contornar os obstáculos jurídicos da legislação indigenista que era contrária ao trabalho escravo dos índios. Ao assumirem o

papel de administradores particulares dos índios – considerados como incapazes de administrar a si mesmos -, os colonos produziram um artifício no qual se apropriaram do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e propriedade dos mesmos sem que isso fosse caracterizado juridicamente como escravidão (MONTEIRO, 1994, p. 137).

Assim, a legislação indigenista no período colonial deve ser compreendida no contexto das relações de trabalho, em razão de o que estava em questão era quem exercia o controle e a administração dos índios (ALMEIDA, 1997). Nesse período, tornou-se relevante a lei colonial denominada “Diretório” que será discutida no capítulo 3. O Diretório, aplicado em toda a

Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 153-4.

³¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta ao dr. Intendente Sebastião Mendes de Carvalho, datada de Vila Boa, 8 de dezembro de 1741. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.131.

³² Ordem q’ levou Angelo preto p.^a o gentio dos Morros (03/01/1727). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 105-6.

América portuguesa em 1758, apontava as direções para a “civilização” dos índios, buscando controlá-los com diferentes mecanismos, como o trabalho nos aldeamentos – núcleos que deveriam se tornar autossuficientes economicamente e também eram importantes para os planos de povoamento de Portugal na então colônia (ALMEIDA, 1997).

Ainda sobre os índios “administrados”, estes eram empregados como mão de obra pelos colonos nos mais diversos tipos de trabalho. Aos colonos cabia também o ensino para os índios da língua portuguesa e dos preceitos da religião católica. A Coroa portuguesa, dessa forma, além de ganhar novos “braços” para o trabalho, arrebanhava para a Igreja (instituição parceira na promoção da conquista das novas terras e de novos súditos no Novo Mundo), fiéis que seriam importantes para redução de outros grupos indígenas.

Com o intuito de contratar Angelo Preto, os membros do governo de São Paulo aventaram a possibilidade de combate aos Kayapó do sul utilizando os serviços de sertanistas e de seus exércitos de índios administrados. Convém salientar que foram Angelo Preto com seus índios Bororo os responsáveis pela abertura da estrada que ligava Vila Boa até Cuiabá (ALENCASTRE, 1979), o que resultou na diminuição da importância das monções, porquanto o caminho terrestre mostrava-se mais seguro para os viajantes, apesar da presença intimidadora dos Kayapó do sul.

Em novembro de 1740, foi realizada uma nova junta, após mais ataques dos Kayapó do sul, uma vez que Angelo Preto ainda não havia chegado de Cuiabá, sendo o sertanista esperado em Vila Boa após a Páscoa de 1742. A população, segundo Dom Luís Mascarenhas, manifestava com clamores por uma ação contra os índios. A solução encontrada foi criar “duas Companhias de Soldados do Matto [...] regidas por dous Capitaens com seis alferes, três para cada Cia., homens de brio, resolução e valor, e os maes experimentados q’ for possível achar para semelhante empreza”.³³

Em dezembro de 1741, Dom Luís Mascarenhas, por meio de outro Bando, informou sua intenção de formar as duas Companhias de Soldado, com os carijós³⁴ e “bastardos forros

³³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta ao dr. Intendente Sebastião Mendes de Carvalho, datada de Vila Boa, 8 de dezembro de 1741, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.131.

³⁴ O termo carijó foi utilizado a partir de meados do século XVI para designar as levas de índios guarani escravizados que chegavam à capitania de São Paulo, sendo que após 1640, com a resistência indígena e jesuítica, os paulistas passaram a escravizar índios de diversas origens, o que resultou na utilização do termo carijó a todos os índios subordinados. Já os bastardos, assim como os mamelucos, indicavam os filhos de pais brancos e mães índias, sendo que a diferença entre os primeiros e os segundos, residia no fato que estes possuíam o reconhecimento paterno, aproximando-se da identidade portuguesa, enquanto os bastardos seguiam vinculados à sua origem materna, indígena. No século XVIII, bastardo passou a designar qualquer indivíduo que tivesse descendência indígena (MONTEIRO, 1994).

por não trabalharem, andão vadiando de q.' procedem fazerem dezaforos"³⁵, cuja pena aos que não cumprissem esta ordem, deveria ser o castigo ou multa.

O Regimento que regulamentou a atuação das duas Companhias de Soldado utilizadas no combate aos Kayapó (datado de 6 de janeiro de 1742), possuía seis itens que tratavam desde as áreas a serem patrulhadas, as táticas de ataque, o destino dos objetos de valor que porventura fossem encontrados nas aldeias atacadas, a hierarquia da Companhia, além da conduta a ser seguida pelos soldados, por exemplo, quanto ao repouso noturno, que não deveria acontecer mais de uma noite em um mesmo sítio.

Caso fosse necessário o auxílio às Companhias de Soldado, o corpo de Ordenanças e Dragões de Vila Boa entraria em ação. Aos Kayapó do sul, se aceitassem a rendição durante um ataque, deveriam ser presos e levados para Vila Boa, cujo destino seria decidido por uma junta. Caso houvesse resistência, o capitão-general ordenou que se passasse a

espada sem distinção ou diferença algúa de sexo, só não executarão a d.^a pena de morte nos meninos ou meninas de des annos p.^a baixo, porque estes os conduzirão a esta V.^a para delles se tirar o quinto de S. Mag.^e e os mais se repartirem por quem tocar.³⁶

Apenas as crianças menores de dez anos seriam poupadas, sendo, conforme a prática existente na época, distribuídas entre os moradores com o objetivo de torná-las administradas, trabalhando e sendo orientadas nos preceitos da religião católica e da língua portuguesa. Este era o discurso dos representantes da Coroa portuguesa, pois, como visto, a administração na verdade era um disfarce da escravidão indígena. Convém salientar que o rei Dom João V, após receber as súplicas dos moradores de Vila Boa havia concedido ordem para a guerra defensiva.

Dom Luís Mascarenhas, então, esperando a autorização para a operação e as despesas que deveriam ser feitas com a Companhia de Soldados, informou ao monarca que achou por bem unir as duas Companhias em uma só, pois esta seria importante no combate aos Kayapó

³⁵ Bando sobre os Bastardos e Carijós serem alistados p.^a as Comp.^{as} da Conquista do Gentio Cayapó (27/12/1741). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarennhas – 1732-1748 – Volume XXII, São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1896, p. 165-6.

³⁶ Regimento de q.' hão de uzar os Cap.^{es} de cavalos da Conquista do Cayapó no districto e circunvez.^{as} de V.^a Boa (06/01/1742). Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarennhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 166-9.

do sul “em quanto não há a total deffença que se espera”³⁷, ou seja, a ação do sertanista Angelo Preto e de seu exército Bororo.

Comandada por Antônio de Lemos Faria, a Companhia de Soldados chegou a atacar “huma partida avançada de hum trossos de gentio de guerra, que vinha para o nosso Pais a effectuar as suas hostilidades, e o puzera em fuga ficando alguns mortos”.³⁸ Ao que parece o ataque se deu a um grupo Kayapó do sul que estava em deslocamento para realizar alguma expedição guerreira.

Com o passar do tempo e a ausência de Angelo Preto, ainda em 1742, o governador de São Paulo optou por chamar para combater os Kayapó do sul outro sertanista, Antônio Pires de Campos, o Pai Pirá. Pires de Campos esteve anos antes, em 1718, juntamente com seu pai, também chamado Antônio Pires de Campos, na região do atual Mato Grosso, combatendo os Bororo e subjugando os sobreviventes, que levou posteriormente para São Paulo. Esse contato entre o Pai Pirá e os Bororo, pode ter sido importante para as vitórias que o sertanista e os índios conseguiram contra outros indígenas tradicionais inimigos dos Bororo, como os Payaguá (ZAGO, 2005). Os ataques dos Payaguá eram constantes durante o período em que as monções se dirigiam para Cuiabá, daí a utilização dos serviços de Pires de Campos e de seu exército Bororo no combate aqueles índios.

Os Bororo já eram admirados pelos bandeirantes e sertanistas que se dirigiam para a região de Mato Grosso devido ao seu vigor na luta contra os inimigos. Como hábeis guerreiros, utilizavam de maneira eficiente na guerra, inúmeras técnicas de combate, como cercos e emboscadas (ZAGO, 2005). Eram os combatentes ideais para a guerra contra outros índios.

Pires de Campos era natural da Vila de Itu³⁹, descendente de uma família de sertanistas que, desde o século XVII (no caso seu avô, Manoel Campos Bicudo), percorria os sertões em busca de índios, ouro e diamantes. Sabidamente, os governadores e os demais membros da administração das capitanias perceberam que a utilização de índios no combate a outros índios, além de não ter custo elevado, afinal só se pagava ao sertanista, já que os índios como vimos, estavam sob administração, era um meio eficaz também por incitar a rivalidade existente entre grupos indígenas inimigos.

³⁷ Carta do [governador e capitão-general de São Paulo], Dom Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (30/03/1742). AHU – Caixa: 2, Documento: 179.

³⁸ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 26/03/1743, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191.

³⁹ Atual cidade de Itu – SP.

Em 12 de outubro de 1742, Pires de Campos celebrou o contrato com Dom Luís Mascarenhas para combater os Kayapó do sul, tendo como recompensa, uma arroba de ouro arrecadada junto aos moradores de Vila Boa. No contrato, o sertanista juntamente com seus Bororo deveriam explorar as áreas no entorno da Serra Dourada em direção ao sul e, em caso de ataque, rechaçar os Kayapó do sul até suas aldeias, além de realizar expedições mensais de exploração, objetivando a descoberta de vestígios dos índios, sendo obrigado a “assistir e situar-se por tempo de dois anos para a parte que senhorêa o dito gentio”.⁴⁰

Segundo Giralдин (1997), o ataque de Pires de Campos com o auxílio de 120 Bororo, se deu no final do ano de 1742, em uma aldeia na região do Rio Claro e, desse confronto, resultaram cerca de 16 mortes e o aprisionamento de 32 Kayapó do sul. Esse ataque evidenciou a prática da guerra ofensiva.

Mas afinal, qual seria a diferença entre guerra defensiva e a guerra ofensiva, também chamada de positiva? Para entendermos as duas modalidades, devemos compreender que ambas estavam inseridas na categoria de “guerras justas”, “categoria jurídica criada a partir das Cruzadas e das guerras com os sarracenos” (CUNHA, 1986, p.154). A guerra justa foi utilizada na colônia pela primeira vez em 1562, contra os Caeté, que supostamente haviam devorado em um ritual antropofágico, o primeiro bispo do Brasil, o bispo Sardinha (MONTEIRO, 1994).

As guerras justas eram deflagradas quando o inimigo (nesse caso os índios) recusasse a conversão ou impedisse a propagação da fé católica, praticasse hostilidades contra os portugueses ou aliados ou, então, se rompesse algum pacto celebrado; aos sobreviventes das guerras justas, recaía ainda a permissão da escravidão legal (PERRONE-MOISÉS, 1992).

O elemento definidor da ética-moral da guerra justa residia na distinção entre fiéis e infiéis e, a partir do processo de conquista do Novo Mundo, foi trazida para um espaço e um contexto sócio-cultural que era distinto do Velho Mundo, principalmente no que diz respeito à categoria em que os índios estavam inseridos: eles não eram infiéis como os mouros, mas pagãos (FREITAS, 2014). Comparando com a guerra praticada contra o infiel, a guerra justa em solo americano não visava o extermínio do índio considerado hostil (ainda que durante os combates, vidas fossem ceifadas), mas sim sua submissão, uma vez que foi na condição jurídica de escravo legítimo que o índio passou a fazer parte da sociedade colonial (FREITAS, 2014).

⁴⁰ Anexo F. Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 229-263.

Na modalidade chamada de guerra justa defensiva, não era permitido o ataque às aldeias do inimigo, mas era permitido o ataque a grupos de guerreiros como no caso da Companhia de Soldados do Mato comandada por Antônio de Lemos Faria. No caso da guerra justa ofensiva ou positiva, o rei ou o governador/capitão general deveria autorizá-la e era permitido atacar aldeias.

As medidas de combate aos Kayapó do sul mostravam-se pouco eficientes, pois, em 1745, o governador de São Paulo informava ao intendente de Goiás, estar ciente do ataque e destruição que os Kayapó do sul fizeram ao sítio do Lanhoso⁴¹ no ano anterior. A denominação deste sítio deve-se ao seu primeiro proprietário, Antônio de Araújo Lanhoso, provedor da Fazenda Real e um rico dono de escravos que recebeu uma sesmaria em área estratégica, ao longo do Caminho dos Goiaes. A construção desse sítio ocorreu por volta de 1728 (TEIXEIRA, 2001). Deve ter sido idealizado, assim como o sítio do Camapuã, para servir de pouso para as tropas que se deslocavam para as minas de Goiás e local de abastecimento dos víveres necessários para a longa viagem até Vila Boa.

Após o ataque ao sítio do Lanhoso, ficou decidido que para a segurança do Caminho dos Goiaes, haveria “dois destacamentos de soldados pagos, hum para o Rio Grande, e o segundo para o Lanhoso”.⁴² Estes destacamentos realmente foram criados, mas não nessas localidades, pois o que seria construído em Lanhoso foi deslocado para o Rio das Velhas. Ambos foram liderados pelo capitão de Dragões Antônio de Sá Pereira.

Até então foram idealizadas ou colocadas em prática, quatro tentativas de conter os ataques Kayapó do sul: a autorização para qualquer pessoa que porventura quisesse atacar os índios até mesmo em suas aldeias; a criação da Companhia de Soldados do Mato; o ataque a uma aldeia, pelo sertanista Pires de Campos e seus Bororo; e, por fim, os dois destacamentos de soldados pagos (Dragões), entre os Rios Grande e Paranaíba.

Em 1745, Dom Luís Mascarenhas, ao escrever para o rei sobre a possibilidade de ceder 50 casais de tapuias⁴³ para cada uma das quatro comarcas da capitania de Minas Gerais para a utilização no combate aos quilombolas, informou ao monarca ser impossível tal empreendimento, uma vez que eram esses indígenas os responsáveis pela condução do

⁴¹ O sítio do Lanhoso estava situado em território da atual cidade de Uberaba (MG), às margens de um córrego homônimo. Posteriormente, no local foi edificado um dos aldeamentos indígenas localizados no Sertão da Farinha Podre.

⁴² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Em carta de 7 de março de 1745, dirigida por Luís Mascarenhas a Antonio de Sá Pereira, capitão de dragões da guarnição das Minas de Goiás, acusava ter recebido a sua carta de 28 de dezembro de 1744, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.117.

⁴³ O termo “tapuia” era empregado para designar os índios que não falavam a língua Tupi e significava, nesta mesma língua, “bárbaro”.

imposto do quinto, anualmente destinado ao Rio de Janeiro. Na missiva, o governador não deixou de lembrar que São Paulo “se acha[va] accommettida por espaço de maiz de duzentas legoas por numerosas bandr.^{as} de gentio que tem commettido os estragos que são presentes a V. Mag.^{de}”, sendo por sua vez, ele mesmo enquanto governador,

obrigado a pedir que na d.^a Capp.^{nia} do Ryo de Janr.^o sem exercício algum se tirem á custa da Fazenda Real quatro centos cazaes de tapuyas para os citar na passagem do Ryo grande e Ryo das velhas para segurança das passajens Reaes e por este modo fica a Faz.^a real poupando o gasto que fiz com os dous destacamentos q.^e defendem estes povos e segurão a estrada aos viandantes.⁴⁴

Outra tentativa por parte do governador de São Paulo, que se dizia impossibilitado de ceder os índios aldeados para combater os quilombolas em Minas Gerais, foi pedir auxílio à capitania do Rio de Janeiro, de 400 casais de índios “tapuias” que seriam alojados às margens dos Rios Grande e das Velhas, o que possibilitaria a retirada dos dois destacamentos de soldados Dragões que, por sua vez, geravam gastos à Fazenda Real. As fontes consultadas não nos permitiram obter maiores informações sobre a origem desses grupos indígenas, os “tapuias”.

Para os representantes da Coroa portuguesa, o trabalho dos sertanistas e de seus índios administrados novamente passou a ser cogitado no combate aos Kayapó do sul. Assim, no ano de 1745, Pires de Campos retornou a Goiás e, no ano seguinte, o sertanista rumou para Cuiabá. Em 8 de maio de 1746, o rei Dom João V expediu uma Real Ordem em que constava as condições para que Antônio Pires de Campos ou outro sertanista, fizesse um ajuste com o governador e capitão-general de São Paulo. Em 15 de julho de 1748, na Vila de Santos⁴⁵, o “Regimento” foi assinado entre o sertanista e Dom Luís Mascarenhas.

O ajuste celebrado entre Pires de Campos e o governador de São Paulo tratava basicamente da atuação do sertanista e de seus guerreiros (índios Bororo, Paresí e mestiços), com a criação do primeiro aldeamento indígena (Rio das Pedras) na região do “Sertão do Gentio Cayapó”, entre os Rios Grande e Paranaíba – posteriormente Sertão da Farinha Podre – além das mercês (recompensas) que seriam concedidas a Pires de Campos.

A identificação e discussão das inúmeras e infrutíferas medidas de combate que os governadores buscaram colocar em prática para reprimir ou subjugar os Kayapó do sul, foram

⁴⁴ Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (05/08/1745). AHU – Caixa: 3, Documento: 203.

⁴⁵ Atual cidade de Santos - SP

utilizadas até agora com o claro intuito de demonstrar a resistência oferecida por esses índios ao projeto de conquista e ocupação do território pelos não-índios. Para melhor compreensão, no próximo tópico, abordaremos alguns aspectos históricos sobre os Kayapó do sul.

A continuidade histórica entre os Kayapó do sul e os Panará: a possibilidade da compreensão de eventos históricos dos séculos XVIII e XIX por meio da projeção etnográfica

Para prosseguirmos nossa análise, será importante nesse momento do texto, avançarmos no tempo, até o século XX. Em 1967, os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, iniciaram um processo de tentativa de contato com os Kreen Akarore⁴⁶ – índios isolados, conhecidos como os “índios gigantes”. Essa tentativa de contato foi motivada após um severo ataque dos Kayapó do norte, a uma aldeia dos Kreen Akarore, quando aqueles, em uma incursão guerreira, haviam utilizado armas de fogo doadas por um missionário para a caça, causando grande número de mortes entre os “índios gigantes” (ARNT; PINTO; PINTO, 1998). Essa tentativa de contato por parte dos irmãos Villas Boas mostrou-se infrutífera.

Entretanto, alguns anos depois, na década de 1970, quando o país vivia o período denominado “milagre econômico”, os irmãos Villas Boas novamente foram convocados para que promovessem o contato com os “índios gigantes”, uma vez que o traçado da estrada denominada BR – 163 (Cuiabá – Santarém) cortava uma área da Floresta Amazônica próxima ao território dos Kreen Akarore.

Fartamente documentada pela mídia nacional e até mesmo internacional, após anos de tentativas, o contato finalmente foi efetivado em uma manhã de 4 de fevereiro de 1973, quando Cláudio e sua equipe, avistaram um grupo de 20 a 30 índios Kreen Akarore pintados de preto, às margens do Rio Peixoto de Azevedo, no norte de Mato Grosso (ARNT; PINTO; PINTO, 1998). Finalmente contatados, os não-índios puderam descobrir a forma como esses indígenas se autodenominam: Panará.

Retrocedamos agora no tempo, até o ano de 1911, quando o agrimensor e intelectual uberabense Alexandre de Sousa Barbosa realizava um serviço de medição de terras em uma fazenda localizada próxima à confluência entre os Rios Grande e Paranaíba, no pontal do Triângulo Mineiro. Nessa propriedade, Alexandre Barbosa avistou um grupo de índios Kayapó do sul da aldeia de Água Vermelha (localizada em território da atual cidade de

⁴⁶ Kreen Akarore é uma variante do nome kayapó “kran iakarare” e significa “cabeça cortada redonda”, uma referência ao corte de cabelo que então era utilizado pelos Panará (ARNT; PINTO; PINTO, 1998, p. 69).

Iturama – MG) e da aldeia do Areré (localizada no atual estado de Mato Grosso do Sul). O agrimensor, então, conversando com os três indígenas de Água Vermelha, decidiu coligar um vocabulário da língua Kayapó do sul que, posteriormente, com o auxílio da mãe desses índios que se chamava Cândida, foi corrigido e ampliado. Esses Kayapó do sul “da aldeia de Agua Vermelha, [...] se chamavam panarás” e informaram ao agrimensor

que havia antigamente no centro da aldeia uma casa maior que as outras e a que chamavam piruá, onde se tomavam as grandes deliberações collectivas e se celebravam as festas e os casamentos sob as ordens do capitão, este em tudo cegamente obedecido (BARBOSA, 1918, fl.5).

A disposição da aldeia relatada pelos índios, com uma casa ao centro, é a mesma encontrada entre os demais povos Jê, cuja “casa dos homens”, um local de decisões do grupo e um ambiente exclusivamente masculino, encontra-se disposta na região central do pátio da aldeia. Barbosa então, após reunir o vocabulário e fazer um breve histórico sobre os Kayapó do sul, remeteu o trabalho “Cayapó e panará” ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Este trabalho de Alexandre Barbosa só seria redescoberto na década de 1990 pelo historiador e antropólogo Odair Giraldin.

Retrocedamos ainda um pouco mais no tempo, na segunda década do século XIX, quando o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire visitou o aldeamento de São José de Mossâmedes, próximo à Vila Boa de Goiás. O primeiro aldeamento construído para receber os Kayapó do sul, conforme veremos adiante, foi Maria I, em 1780. Seguidamente, esses indígenas foram transferidos para Mossâmedes. No aldeamento, o francês descreveu alguns aspectos culturais dos Kayapó do sul e, ao conversar com alguns índios, ouviu que

um grupo deles, que ainda vive nas matas, sem nenhuma outra tribo nas vizinhanças, não tinha nome que os identificasse, e por isso passaram a usar a palavra panariá a fim de se distinguirem como raça, dos negros e dos brancos (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 66).

É notório que nos três fatos históricos descritos em diferentes períodos cronológicos, há a presença de uma mesma forma utilizada pelos índios Kayapó do sul para se autodenominarem: Panará. Ainda que o naturalista europeu tenha descrito em seu trabalho o termo “panariá”, ele é quase idêntico a “Panará” e isso talvez tenha ocorrido em virtude da origem francesa de Saint-Hilaire.

Entretanto, como explicar o encontro de índios na década de 1970 que se autodenominavam de maneira idêntica aos Kayapó do sul que estavam localizados em Goiás no século XIX ou no Triângulo Mineiro no início do século XX (até então considerados extintos) próximos à Floresta Amazônica e não no Cerrado, sua área tradicional de ocupação? Tentando resolver esta questão, Giralдин (1997, p. 134) aventou a hipótese de que a chegada dos Panará até o Rio Peixoto de Azevedo se deu pelo vale do Rio Teles Pires, situado entre duas serras, ambas em sentido norte-sul e que formaram assim, um “corredor” natural” que, ao ser margeado, permitiu aos Panará (oriundos possivelmente do Alto Araguaia), chegar até o Rio Peixoto de Azevedo. As terras próximas ao Rio Peixoto de Azevedo eram férteis para a agricultura, importante atividade para os Kayapó do sul/Panará, e semelhantes às da região do sudoeste goiano e do Triângulo Mineiro (GIRALDIN, 1997).

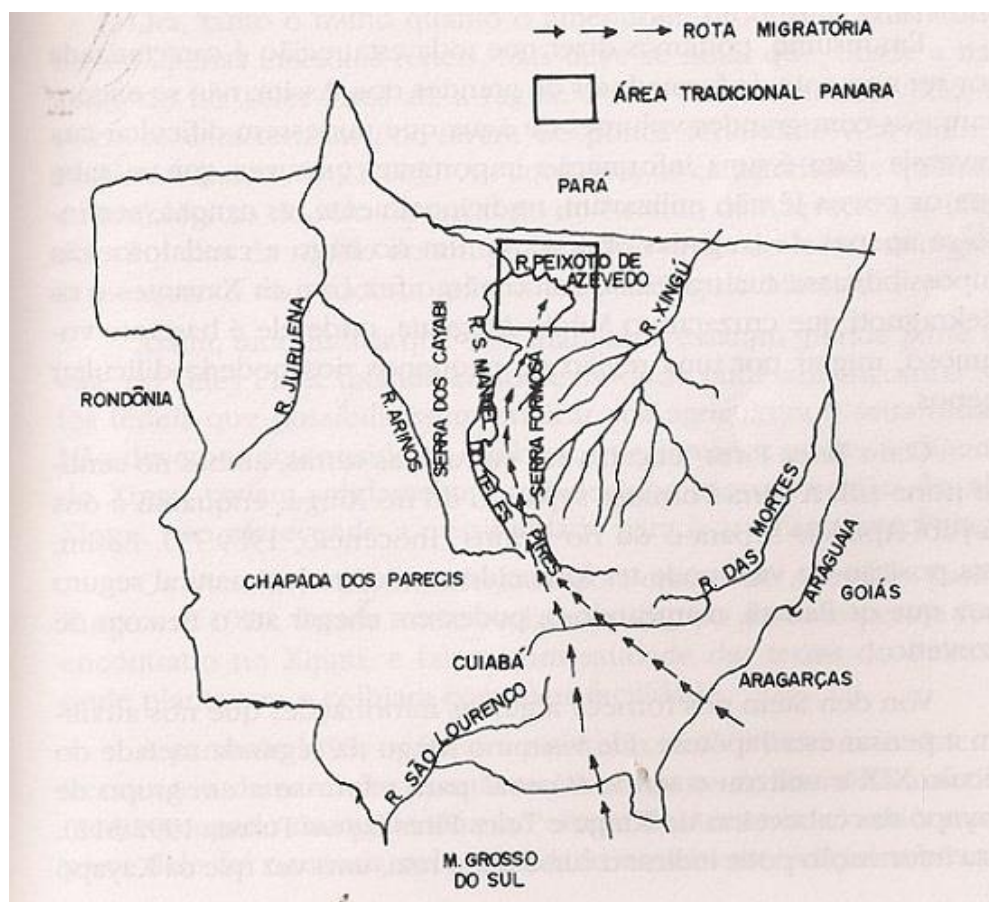


Imagem 3. Rota migratória dos Panará. Fonte: Giralдин, 1997, p. 133

Após o desastroso contato com os Panará em 1973, às margens do Rio Peixoto de Azevedo, houve um decréscimo populacional assustador, motivado principalmente por doenças transmitidas pelos não-índios. A população que antes do contato era de pelo menos

320 indivíduos, em 1975 contava com apenas 79. No mesmo ano (1975), os Panará foram deslocados para o Parque Indígena do Xingu (SCHWARTZMAN, 1995).

Em seguida a esta transferência, realizaram-se dois trabalhos antropológicos com os Panará: o primeiro, por Richard Heelas, antropólogo inglês; o segundo, por Stephan Schwartzman, antropólogo americano. Ambos analisaram o vocabulário coligido pelos viajantes Saint-Hilaire e Johann Emanuel Pohl, coletados com os Kayapó do sul aldeados em Mossâmedes e encontraram termos cognatos, o que permitiu aos dois pesquisadores lançarem a hipótese de que os Kayapó do sul e os Panará fossem um mesmo povo (GIRALDIN, 1997). Schwartzman foi além e apontou outras evidências da relação entre os Kayapó do sul e os Panará, como a técnica de construção de cestos, de flechas (unindo pequenos pedaços de bambu) e da prática da escarificação da testa com um pequeno arco e flecha objetivando a cura de dores de cabeça (GIRALDIN, 1997).

Além dessas características, Schwartzman (1995) aponta ainda a tradição oral dos Panará que diz que em um passado remoto eles se deslocaram para o oeste, longe dos “brancos” e de suas armas, a partir de uma área de savana (Cerrado) para uma área de floresta aonde não havia “brancos”. Assim, grupos de Kayapó do sul que não aceitaram ser aldeados, percorreram o Cerrado e, rumando para oeste, foram se estabelecer em florestas remotas do Mato Grosso e do Pará. (SCHWARTZMAN, 1995). A redescoberta do trabalho com o vocabulário coligido por Alexandre Barbosa, feita por Odair Giralдин, foi mais uma importante fonte para a confirmação da ligação entre os Kayapó do sul e os Panará.

Apoiado nas perspectivas de “sobrevivência” dos Kayapó do sul “na figura dos Panará”, Odair Giralдин (1997, p. 46) trabalhou com a hipótese de que “é possível utilizar alguns dados da etnografia dos segundos [Panará] para interpretar eventos históricos dos primeiros [os Kayapó do sul]”. No presente trabalho, procuramos trabalhar também nesta perspectiva da “projeção etnográfica”, objetivando interpretar as fontes documentais a partir da utilização de trabalhos que abordam aspectos culturais dos Panará.

Convém salientar que a utilização do método da projeção etnográfica não é uma unanimidade entre os pesquisadores. O antropólogo Carlos Fausto (1992, p. 381) fez uso desse método ao tratar dos Tupinambá do século XVI, alertando, no entanto, que sua preocupação não recaía sobre uma “continuidade [...] da ordem das tipologias sociais, mas da compreensão da lógica do funcionamento dessas sociedades, em particular de uma relação específica entre estrutura e evento”. Ainda que seja um método que não apresenta um

consenso entre os pesquisadores, é inegável que ele permite consideráveis avanços para a análise da história das sociedades indígenas brasileiras.

As guerras Kayapó do sul

Procuraremos descrever e apontar neste subcapítulo, algumas características das investidas dos Kayapó do sul, como a época do ano em que ocorriam os ataques, a frequência, suas eficientes táticas de guerra e, principalmente, a importância dessas incursões guerreiras para a sociedade Kayapó do sul. Para tal empreendimento, utilizamos basicamente para a confecção do Quadro 1, documentos setecentistas e oitocentistas.

Também estão incluídas no Quadro 1, as incursões guerreiras dos Kayapó do sul ocorridas após o ano de 1780, data em que alguns grupos aceitaram o aldeamento e foram residir em Maria I. Isto é importante na medida em que indica possíveis mudanças ou permanências no processo de contato e na prática guerreira dos Kayapó do sul. Para a análise, foram utilizadas descrições das incursões guerreiras disponíveis nos documentos consultados, o que certamente é apenas uma parte dos inúmeros ataques que tanto preocupavam os não-índios na região central da América portuguesa. Mesmo sendo uma fração do número de ataques, o quadro já nos fornece alguns indícios para a compreensão das guerras Kayapó do sul.

A localização geográfica das investidas, devido às fontes lacunares, foi outra questão significativa. Algumas vezes nos aproximamos do local indicado pela documentação consultada, enquanto outras, principalmente quando ocorria nos caminhos coloniais, os quais eram bastante longos, procuramos nos aproximar de outros ataques ocorridos ou de aldeias Kayapó do sul que estavam próximas. Quanto às datas, tentamos nos aproximar ao máximo do que os documentos indicavam, uma vez que nem sempre foi possível contar com as datas exatas das ocorrências.

QUADRO 1. INCURSÕES GUERREIRAS DOS ÍNDIOS KAYAPÓ DO SUL

GOIÁS (REGIÕES NOROESTE, CENTRAL, LESTE E SUL)

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO ATAQUE NO MAPA 2	FONTE CONSULTADA	PÁGINA(S)	DATA	LOCAL	ESTAÇÃO DO ANO (CHUVAS / SECA)	DESCRIÇÃO DO ATAQUE
1	BERTRAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783. Goiânia: ICBC, 2010.	47	Entre os anos de 1722 e 1725	Paragem dos Lençóis, cabeceiras do Rio Claro	***	Choque entre os Kayapó do sul e os membros da bandeira do Anhanguera, que resultou no rapto de cinco índios, sendo que uma sobrevivente ainda encontrava-se viva no ano de 1783.
4	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.	115	Possivelmente em 1733	Região dos Rios Claro e Pilões	***	Choque entre os Kayapó do sul e o Anhanguera, quando o bandeirante foi verificar a existência de diamantes nos Rios Claro e Pilões.
5	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898.	230 a 234	Anos de 1735 e 1736	Minas do Rio dos Pilões e áreas adjacentes de Vila Boa de Goiás	***	Morte de escravos, moradores e viajantes. Mortes de cavalos, além do incêndio em casas de uma fazenda.

6	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luís Mascarenhas – 1732-1748 São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896.	153 - 154	1740	Arraial do Ouro Fino	***	Morte de escravos, mulheres e crianças não-indígenas. Morte de cavalos, porcos e demais criações, além de incêndios em casas.
7	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.	131	1740	Adjacências de Vila Boa de Goiás	***	Mortes, insultos e estragos.
8	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.	131	Na semana do dia 08/12/1741	Aproximadamente 1 légua de Vila Boa	Chuvas	Mortes de negros, gados e incêndio em ranchos.
9	AHU – Caixa: 2, Documento: 179	***	Dezembro de 1741	Adjacências de Vila Boa de Goiás	Chuvas	Mortes, incêndios e destruição de roças.
13	AHU – Caixa: 19, Documento: 1191	***	Entre dezembro de 1750 e janeiro de 1751	Arraial do Rio Claro	Chuvas	Morte de um negro e de um soldado aventureiro chamado Francisco da Cruz. Também foi flechado o soldado Dragão Antônio Ferraz Passos.

14	AHU - Caixa: 19, Documento: 1191	***	Entre junho e julho de 1751	Arraial do Rio Claro	Seca	Morte de Antônio de Almeida Falcão.
15	Livro: Correspondência de D. Marcos de Noronha e Conde de S. Miguel para autoridades diversas e outros documentos (1755- 1763). AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	89	17/07/1755	Arraial da Anta	Seca	Morte de 44 escravos e um não-índio.
16	AHU – Caixa: 14, Documento: 867	***	Setembro de 1757	Arraial de Meia Ponte	Seca	Hostilidades.
18	Subsidios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919.	87 - 88	Possivelmente em fevereiro de 1764	Zona mineradora de Goiás	Chuvas	Morte de não-índios ("brancos" e escravos negros), além de roubos, ataques às roças e incêndios.

19	AHU – Caixa: 23, Documento: 1440.	***	1766	Arraial de Santa Luzia	Possivelmente na seca, uma vez que a bandeira que atacou os Kayapó saiu em 13/10 e nesta data as trilhas já se encontravam apagadas.	Mortes, roubos, ataques às roças e lavras, além de incêndios.
21*	Subsidios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919	96 a 98	1774	***	***	Morte de nove escravos de Francisco Lemos.
22	AHU – Caixa: 30, Documento 1920.	***	1777	Entre 4 e 5 léguas de distância de Vila Boa.	***	Mortes de 11 não-índios.
23	AHU – Caixa: 30, Documento 1920.	***	1778	Aproximadamente 1 légua e meia de Vila Boa.	Chuvas	Morte de 12 escravos, um alferes, além de incêndios em casas e destruição.
40	BERTRAN, Paulo. Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783. Goiânia: ICBC, 2010.	193 e 194	Até o ano de 1783	Rio Corumbá	***	Até o ano de 1783 foram mortas mais de 50 pessoas na região do Rio Corumbá
27	Livro: Registros e Ordens Régias (1799 – 1801) – Ordens, cartas e Portarias (1772 – 1778). AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	90 - 91	1805	Região dos aldeamentos de Maria I e Mossamedes	***	Ataques às fazendas

29	Conselho do Governo da Província. Goyaz, 4 de março de 1830. A Matutina Meyapontense, Meya Ponte, 07 de agosto de 1830, número 56, p. 2.	95	1830	Região do aldeamento de Mossâmedes	***	Ataque ao gado da fazenda Boa Vista.
30	A Matutina Meyapontense, 06/01/1831, número 121. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	95	1830	Caminho de Cuiabá	***	Ataques.
31	Assembléia (1858 – 1878). AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	99	1858	Distrito de Torres do Rio Bonito	***	Morte de um escravo, de gado, além de incêndios em casas.
32	Gazeta Oficial de Goyaz, 06/05/1859, número 15. AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	98	1859	Distrito do Rio Claro	***	Ataques na região do Rio Claro.

33	Correio Oficial – 02/06/1866. AHE – GO (manuscrito). ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	98 - 99	1864	Regiões do Rio Verde pequeno e do Rio Claro	***	Ataques às fazendas.
34	Câmara Municipal (1877). AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	100	Entre os dias de 25/02/1877 e 17/03/1877	Município de Jataí, Freguesias de Mossâmedes e do Rio Claro	Chuvas	Mortes.
35	Correio Oficial. 03/04/1880. AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	100	***	Termo do Rio Bonito	***	Ataque à Fazenda Rio Doce com a morte da mulher e da filha de José Severino, além de mais duas crianças e uma escrava.

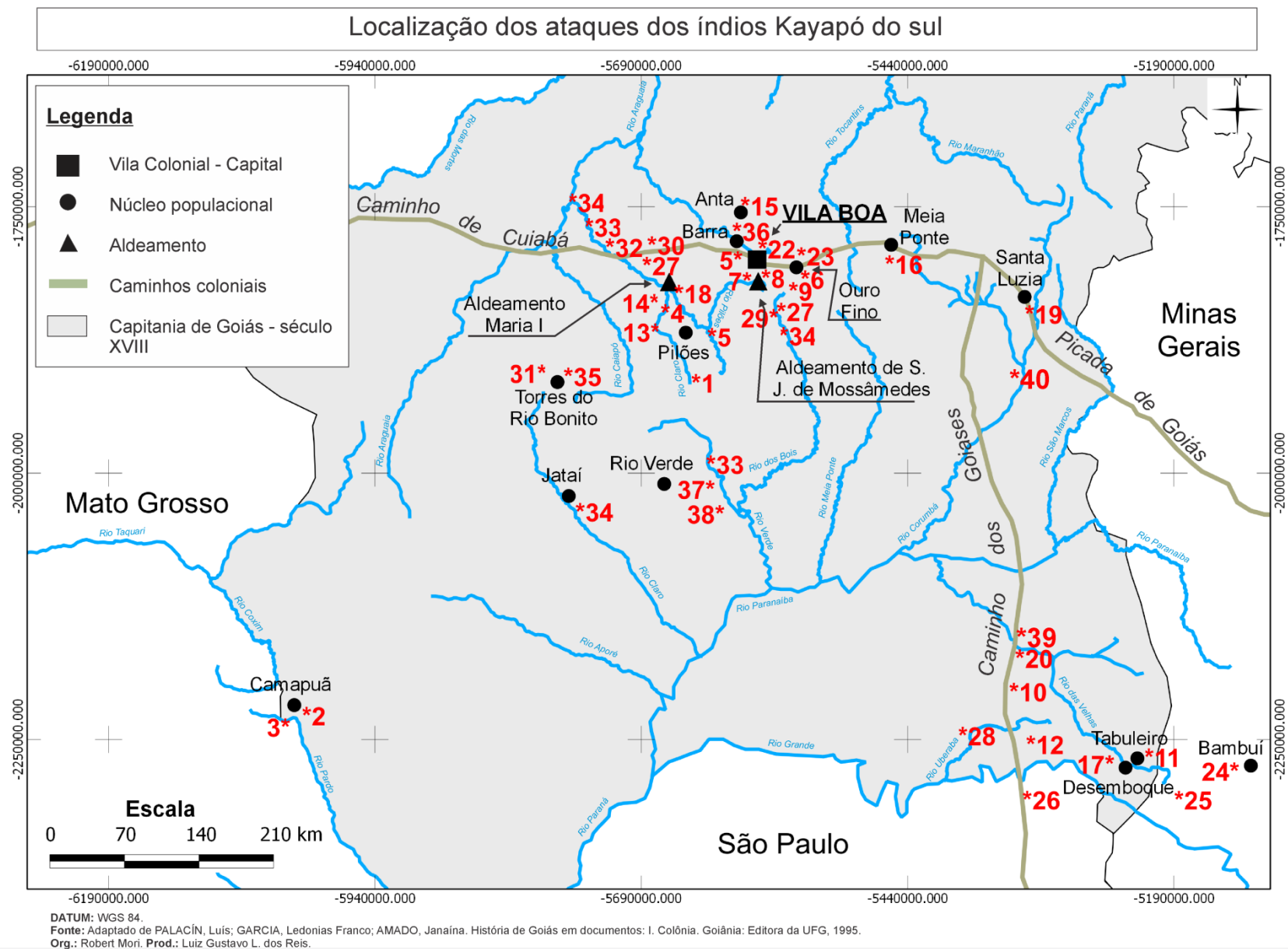
36	Correio Oficial, 26/07/1884. AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	101	12/03/1884	Distrito da Barra	Chuvas	Incêndios, morte do lavrador José Antônio Barbosa e ferimento em Francisco Rodrigues Paes.
37	Assembléia/ Câmara Municipal/ Catequese/ Correio/ Estatística/ Saúde Pública (1886). AHE – GO (manuscrito). ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	102-3	Possivelmente em agosto de 1886	Região localizada às margens do Rio Verde	Seca	Morte de Joaquim Vilela, seus dois filhos e mais dois camaradas.

38	Correio Oficial, 19/05/1888. AHE – GO. ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	104	Maio de 1888	Próximo à Vila de Rio Verde	Seca	Morte de uma pessoa. Duas foram feridas por flechadas. Morte de bois e animas de costeio.
CAMAPUÃ						
2	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895.	135 a 137	Entre os anos de 1727 e 1728	Camapuã	***	Ataque creditado aos índios que habitavam Camapuã, não especificando quais grupos.*

3	Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898.	27 - 28	Anos anteriores a 1730	Camapuã	Possivelmente no período das chuvas.	Morte de 40 escravos e membros de tropas.
SERTÃO DA FARINHA PODRE						
10	Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.	117 - 118	1744	Sítio do Lanhoso	***	Estragos no sítio do Lanhoso.
11	Revista do Arquivo Público Mineiro. Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897, p.372-388.	372 a 388	Meados do século XVIII (possivelmente em 1748)	Tabuleiro	Possivelmente no período da seca, uma vez que o ataque contou com incêndio nos campos próximos ao Tabuleiro.	Morte de cinco moradores do núcleo populacional do Tabuleiro e incêndio.
12	AHU – Caixa: 6, Documento: 465.	***	1750	Região compreendida entre os Rios Grande e Paranaíba.	***	Morte dos índios Araxá.

39	TEIXEIRA, Edelweiss. O Triângulo Mineiro nos Oitocentos. Uberaba: Intergraff Editora, 2001.	51	09/12/1754	Aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas	Chuvas	Morte de uma índia, um soldado índio e um cavalo.
17	Documento incompleto – s/d. AHE – GO (manuscrito). ATAÍDES, Jézus Marco de (Org.). Documenta indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.	90	Desde a década de 1760	Arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque.	***	Mortes contínuas desde a fundação do Arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque.
20	AHU – Caixa: 23, Documento: 1440.	***	Possivelmente em setembro de 1766	Dois sítios próximos ao Registro do Rio das Velhas.	Seca	Roubos.
28	PONTES, Hildebrando. História de Uberaba e a civilização no Brasil Central. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.	77	1810	Sertão da Farinha Podre	Seca. O ataque se deu durante uma expedição liderada por Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, que saiu do Desemboque em julho de 1810.	O ataque Kayapó do sul foi revidado e os índios fugiram.
OESTE DE MINAS GERAIS						
24	APM – Caixa: 12, Documento 25.	***	23/07/1782	Fazenda dos Medeiros, próximo à Bambuí.	Seca	Morte de um escravo.

25	APM – Caixa: 12, Documento: 61.	***	Ano de 1782	Serra da Marcela e Serra da Canastra	***	Morte de dois moradores da Serra da Marcela.
NORTE DE SÃO PAULO **						
26***	AHU – Caixa: 35, Documento 2131.	***	1783	Caminho dos Goias	Seca	Ataque em que foram mortos a mulher do dono de um comboio, um primo desta e mais oito ou 10 animais de carga.
<p>* O ataque Kayapó do sul de número 21, não foi possível determinar a localidade da investida pela fonte consultada.</p> <p>** Como visto, havia muitas aldeias Kayapó do sul nessa região, o que nos permite aventar a hipótese de que talvez algum grupo Kayapó do sul também tenha praticado suas incursões guerreiras. São narradas no documento a invasão de roças e a morte de escravos.</p> <p>***O ataque Kayapó do sul de número 26 ocorreu no Caminho dos Goias e, como não há na fonte consultada nenhuma referência geográfica, optamos por identificá-lo próximo à aldeia dos índios que assumiram o ataque e que estava localizada no norte da capitania de São Paulo. Ainda segundo o viajante Auguste de Saint-Hilaire, era comum os ataques dos Kayapó do sul às tropas de burros no norte de São Paulo, o que obrigou os não-índios a abandonar postos estabelecidos naquela região (1975).</p>						



Mapa 2. Localização dos ataques dos índios Kayapó do sul

Após mais de 150 anos de contínuas incursões guerreiras que ocasionaram mortes, rapinagem, incêndios e estragos e obstaram a expansão não-indígena no interior da colônia portuguesa, aos Kayapó do sul foram atribuídos adjetivos nos documentos produzidos pelos membros do governo das capitanias, tais como “bárbaros” “gentios”, “gentios de corso”, “gentios ferozes”, “índios repugnantes à civilidade”, “indômitos”, “inimigos irreconciliáveis”, “antropófagos”, “cruéis”, “piratas”, “vagabundos”, e “insaciáveis monstros de sangue humano”.

Antes que realidades incontestáveis, esses adjetivos devem ser entendidos sob a noção de representação proposta pelo historiador francês Roger Chartier. De acordo com Chartier (1985, p.16-7), o principal objeto da História Cultural consiste em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A História Cultural trabalha com as noções de prática, apropriação e representação. As representações do mundo social, segundo Chartier (1985, p.17),

embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

As representações dos Kayapó do sul na documentação setecentista e oitocentista foram produzidas pelos não-índios muitas vezes em momentos de embate, de tensões. A construção da imagem de um inimigo que se aproximava das feras (AMANTINO, 2008) que não possuía “civilidade”, na verdade objetivava direcionar para os índios, todos os motivos do fracasso de um contato não hostil, ocultando propositalmente, as práticas levadas adiante pelos não-índios, como mortes, destruição de aldeias, captura de indígenas para a escravização e que contribuíram substancialmente para a prática da guerra por parte dos Kayapó do sul.

Nesse momento do texto, as reflexões do antropólogo Gerald Sider são importantes. Sider (1994), ao tratar de identidade, etnogênese e etnocídio em grupos indígenas do Sudeste dos Estados Unidos (EUA), afirma que é importante incorporar a questão da violência no centro de processos que formam e são transformadores da cultura, como também em processos construtores de estratégias que visam contestar a dominação. A título de exemplo, Sider (1994) cita o caso da emergência e do crescimento de um poderoso grupo indígena

militarizado no Sudeste dos EUA (após o processo de contato com os não-índios) que escravizava outras confederações indígenas.

Para Sider (1994), formas de diferenciação foram impostas aos índios “de cima” “para baixo” pelos não-índios como parte do processo de dominação, passando por sua vez, a serem reivindicadas pelos próprios indígenas a fim de fazer valer os seus interesses. As identidades assumidas pelos indígenas, para Sider (1994), eram contextuais: se davam conforme o desenrolar das relações com outros ameríndios e não-índios e os interesses dos próprios indígenas. Ainda citando Sider (1994), os processos de criação e aniquilação de identidades se davam a partir de um processo paralelo de criação e aniquilação de sua história. Um processo histórico que se tornou mais dinâmico, uma vez que o contato não se dava somente entre índios, mas entre índios e europeus oriundos do Velho Mundo.

Para o também antropólogo Jonathan D. Hill (1996), o contato entre os índios americanos e os europeus, mesmo em áreas de fronteiras, localizadas de maneira distante dos pontos iniciais do contato, permitiu que os grupos indígenas construíssem uma nova identidade ajustada, surgida da existência das doenças europeias, das tecnologias dos não-índios e das lutas de poder.

Referenciados em Sider (1994) e Hill (1996), é possível trabalhar algumas questões sobre os Kayapó do sul. A primeira delas diz respeito às diversas formas de representação dos Kayapó do sul presentes na documentação setecentista e oitocentista: quase sempre descrita com base na violência praticada pelos índios. Essa “violência” pode ter se tornado mais acentuada entre os Kayapó do sul a partir do contato com os não-índios, uma vez que o que podemos perceber é que aqueles intensificaram os ataques a partir do afluxo de não-índios para regiões da América portuguesa, talvez buscando serem reconhecidos como índios dotados de uma identidade guerreira acentuada e, a prática da guerra, a maneira escolhida pelos indígenas para lidar com a florescente sociedade colonial, enquanto outros grupos indígenas (como no caso de alguns grupos Bororo) optaram por formalizar uma aliança com os não-índios. Mesmo com as contínuas bandeiras que objetivavam atacar as aldeias ou grupos de guerreiros Kayapó do sul e cativar os sobreviventes, os índios não se afastavam das fazendas e arraiais.

É necessário ressaltar que tanto a questão da violência quanto da identidade guerreira Kayapó do sul acima descritas, podem ter se tornado mais evidentes ou mais acentuadas a partir do contato com os não-índios, pois, conforme o proposto por Mano (2011), a partir da perspectiva do tempo mítico e do tempo histórico para os Kayapó do sul, estes índios sempre

tentaram controlar a situação de contato dentro de suas próprias perspectivas – em um primeiro momento a predação e, posteriormente, a “paz”.

Para uma análise das guerras Kayapó do sul que ora nos propomos a realizar, além dos textos de Sider (1994) e Hill (1996), serão úteis os trabalhos de Mano (2010; 2011), R. Brian Ferguson; Neil Lancelot Whitehead (1992), Manuela Carneiro da Cunha; Eduardo Viveiros de Castro (1985), e de Carlos Fausto (2001). Antes de uma reflexão mais aprofundada destes trabalhos, talvez seja importante a apresentação de alguns pesquisadores cujas obras ajudam a compreender a importância das guerras indígenas para os próprios índios, como Florestan Fernandes (2006)⁴⁷, Claude Lévi-Strauss (1976)⁴⁸ e Pierre Clastres (2011)⁴⁹.

Iniciemos nossa análise apoiados nas reflexões dos autores R. Brian Ferguson e Neil L. Whitehead que, em um texto do início dos anos 1990, propõem a utilização de fontes históricas para a análise das guerras nas sociedades nativas. Para Ferguson; Whitehead (1992a), a questão-chave para os estudos antropológicos sobre as ações guerreiras dos povos sem Estado deve ser o efeito do expansionismo europeu na sua dinâmica guerreira, uma vez que a estrutura política daquelas sociedades é transformada pelo processo de contato. Os autores também sugerem uma classificação dos tipos de guerra na zona tribal a partir da relação dos índios com os agentes do Estado (os conquistadores do Velho Mundo): 1) a guerra indígena de resistência, contra a presença de agentes de Estado; 2) as guerras entre grupos indígenas a partir do controle ou influência de agentes de Estado; 3) as guerras entre povos indígenas a partir de seus próprios interesses percebidos nas novas circunstâncias da zona tribal (FERGUSON; WHITEHEAD, 1992a, 1992b).

Para continuarmos nossa análise sobre as incursões guerreiras dos Kayapó do sul, além do trabalho de Ferguson; Whitehead (1992), utilizaremos o trabalho de Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de Castro, ainda que a reflexão destes autores recaia sobre a vingança e a temporalidade na sociedade Tupinambá, foi trabalhada também a diferença do papel desempenhado pela vingança entre os povos Jê e os Tupi.

⁴⁷ O autor propõe a interpretação da guerra nas sociedades ameríndias com base no modelo funcionalista. Os povos indígenas praticariam a guerra a partir de suas modalidades culturais, sendo que “os meios da guerra estavam em proporção natural com os fins sociais a que deviam corresponder e sofriam em consequência uma elaboração mágico-religiosa” (2006, p. 436).

⁴⁸ Para Lévi-Strauss, as guerras entre os índios americanos não podem ser compreendidas dissociando a guerra e o comércio, uma vez que as “trocas comerciais representam guerras potenciais, pacificamente resolvidas; e as guerras são o resultado de transações mal sucedidas” (1976, p. 337). Assim, as relações entre diferentes grupos e, consequentemente, a guerra, estariam baseadas nas relações comerciais; portanto, no mesmo plano.

⁴⁹ Opondo-se à interpretação de Lévi-Strauss Pierre Clastres afirma que a guerra promove, entre as sociedades indígenas, a fragmentação, pois é ela que atua como “principal meio sociológico de promover a força centrífuga de dispersão contra a força centrípeta de unificação. [...] Quanto mais houver guerra, menos haverá unificação, e o melhor inimigo do Estado é a guerra” (2011, p. 249-250). Assim, a sociedade ameríndia desejaria a fragmentação, pois é uma sociedade contra o Estado na medida em que é uma sociedade-para-a-guerra.

Cunha; Viveiros de Castro (1985) afirmam que os cativos utilizados para a realização do ritual antropofágico dos Tupinambá eram capturados durante as expedições guerreiras e a morte do inimigo no pátio da aldeia significava um ato de vingança. A memória dessa vingança seria, então, transmitida de uma geração a outra, na medida em que a única instituição entre os Tupinambá – que não possuíam nem linhagens propriamente ditas, grupos cerimoniais ou regras positivas de casamento – era a própria vingança (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985). Sendo a memória um “motor” para novas vinganças, o que estava em jogo não era o resgate da memória dos mortos, mas sim a persistência de uma relação com o inimigo que seria interminável.

Em oposição aos Tupi, estavam os Jê. Para estes, um encontro motivaria uma batalha, a qual representaria o encerramento da vingança, eventualmente mediante um massacre definitivo, sendo a relação cancelada com o inimigo por meio da apropriação de cantos e rituais; para os Jê, cada batalha é iniciada e terminada sem uma necessária referência ao passado e ao futuro – a vingança clamaria por conclusão, ao contrário dos Tupinambá (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985).

Ainda, nessa perspectiva de caracterização entre os povos Tupi e os Jê, outro teórico importante é o antropólogo Carlos Fausto (2001, p. 534) que distingue dois regimes sociocosmológicos indígenas que “se voltam para a produção social de pessoas como mecanismo de reprodução generalizado da sociedade”. Um centrífugo, “em que predominaria o esquema da predação familiarizante”, Tupi; e o outro, centrípeto, construído a partir da “transmissão vertical e/ou horizontal de bens e atributos”, Jê (FAUSTO, 2001, p.533). No caso dos sistemas centrífugos,

a pessoa ideal é constituída pela aquisição de potência no exterior da sociedade – na forma de nomes, cantos, almas, vítimas – cuja transmissão é limitada e que constitui diferenças antes ontológicas do que sociológicas (e quando fornece elementos de distinção sociológica, sua transmissibilidade é, mais uma vez, restrita) (FAUSTO, 2011, p. 534).

Enquanto isso, no sistema centrípeto, “a pessoa ideal é constituída pela transmissão e confirmação ritual de atributos sociais distintivos – emblemas, nomes, prerrogativas – que confirmam diferenças sociológicas” (FAUSTO, 2001, p. 534).

Fausto (2001, p. 534) chama a atenção para um ponto importante: “nenhuma formação social é inteiramente uma coisa ou outra – não apenas no plano pragmático”. Há, portanto, “gradações”, o que nos permite analisar o caso dos Kayapó do sul. Embora a economia

simbólica guerreira tenda a ser menor nos sistemas centrípetos, não há uma correlação entre a atividade bélica e modo de reprodução social: há sociedades centrífugas que não possuem uma atividade guerreira tão acentuada, enquanto em outras, do sistema centrípeto, como os Kayapó do norte, a guerra “surge como um mecanismo de acréscimo do estoque de riquezas (*nekrets*), que servem como insígnias cerimoniais e permitem a aquisição de status” (FAUSTO, 2001, p.535).

A mesma perspectiva utilizada por Fausto (2001) para os Kayapó do norte pode ser útil para uma análise da economia simbólica guerreira para os Kayapó do sul. Segundo Mano (2011, p. 198), em um primeiro momento, o contato entre os Kayapó do sul e os não-índios pode ter sido por aqueles interpretado a partir das estruturas culturais pré-existentes, sendo a história, a realização de um “visão sociocosmológica” (do mito fundante da sociedade kayapó)⁵⁰ que permitiu aos índios, atualizarem as “ações mitológicas de seus heróis civilizadores”, e suas ações guiadas por uma visão de tempo mítico atemporal ou reversível em que no presente eles reeditavam ações do passado.

Posteriormente, com o desenvolvimento do contato interétnico, os Kayapó do sul foram capazes de desenvolver novas estratégias de contato que os permitiram agir não mais como heróis de um tempo mítico, mas como “agentes conscientes de um novo tempo” (MANO, 2011, p. 203). Como exemplo, Mano (2011) aponta para as estratégias diversas de contato de grupos Kayapó do sul: a migração para regiões remotas ou a permanência em áreas de ocupação tradicional e que permitiam a convivência com os não-índios. Sobre a percepção de um tempo mítico e de um tempo histórico entre os Kayapó do sul, retornaremos a este assunto no próximo capítulo.

Para prosseguirmos nossa análise é necessário compreender os motivos que levavam os Kayapó do sul a realizar suas incursões guerreiras: em primeiro lugar, esses ataques se davam a partir do

contato com um ‘inimigo’ [...] o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto, deveria ser morta. Segundo, porque ao combater os ‘inimigos’, eles lhes forneciam bens como a ‘bravura’ necessária para que os homens pudessem realizar as cerimônias de escarificação de peito e costas, e perfuração de lábios e orelhas e tornava o homem ‘bravo’, uma condição ideal para provocar dor nas mulheres através de relações sexuais, a partir das quais as mulheres ficariam ‘tristes’, podendo engravidar. Terceiro, os inimigos eram fontes de bens materiais, como

⁵⁰ O mito trata da luta de dois irmãos míticos contra um grande gavião, que é uma ave predadora dos Kayapó. Com o passar do tempo, os irmãos conseguem matar o grande gavião e de suas penas fazem os adornos plumários, objetos muito estimados entre os povos Jê. Assim, os Kayapó passam de presas a predadores.

plantas, armas, etc., bens estes que, mitologicamente foram deles apropriados. [...] Quarto, estavam também vingando seus mortos, ou as pessoas capturadas pelos ‘brancos’. Finalmente não faziam cativos dos seus ‘inimigos’ porque não havia possibilidade de serem incorporados em seus ‘SDG’ ou ‘clãs’ (GIRALDIN, 1997, p. 50).

A relação guerreira entre os Kayapó do sul e os seus inimigos estava marcada não apenas pela defesa de seu território que era constantemente espoliado a partir da ocupação não-indígena. A vingança, o desencadeamento de cerimônias e a busca pelos bens materiais eram os elementos motivadores dos ataques Kayapó do sul. Assim, mediação com o mundo exterior para esses índios se dava partir da predação e os não-índios foram incorporados pelos Kayapó do sul “à sua lógica e serviram como agentes para a predação e incorporação dos elementos da alteridade” (MANO, 2010, p. 38). É necessário ressaltar que as guerras para os Kayapó do sul parecem ser anteriores ao contato com os não-índios e, talvez, devam ser compreendidas como parte de um sistema relacional e simbólico desses índios com o “outro”, no caso, grupos indígenas que também ocupavam áreas do atual Brasil central ou que estavam situados em áreas adjacentes.

Conforme o que já foi exposto sobre a importância da guerra para os Kayapó do sul e da relação predatória entre estes e os seus inimigos, é importante procedermos a uma análise dos ataques (descritos no Quadro 1) visando a compreensão de alguns aspectos sobre as incursões guerreiras. Dos documentos citados em que constam ataques dos Kayapó do sul, há alguns aspectos bastante marcantes: o primeiro deles diz respeito à constante presença de vítimas mortas, principalmente não-índios (“brancos”, escravos e mestiços) e, em menor proporção, de índios. Dos 40 ataques identificados, 29 (72,5%) contaram com o extermínio do inimigo: 27 (o que corresponde a 67,5%) com vítimas não-indígenas e 2 (o que corresponde a 5%) de vítimas indígenas. Talvez o número possa ser maior, pois algumas fontes apresentam os ataques de maneira bastante resumida. Essa porcentagem de ataque dos Kayapó do sul aos não-índios (67,5%) é bem próxima da encontrada por Fausto (2001) nos ataques dos Kayapó Mekrãgnotí (65%) quando estes, entre os anos de 1905 e 1956, atacavam os não-índios em busca de mercadorias, principalmente armas de fogo.

As constantes incursões guerreiras dos Kayapó do sul, como vimos, eram desencadeadas por diferentes motivos, a partir de uma ação lógica dos próprios indígenas enquanto sujeitos históricos. Podemos analisar também a guerra Kayapó do sul pela relação entre os Jê e seus inimigos, que clama por conclusão, quitação, mediante o esquema: encontro – batalha – encerramento da vingança (CUNHA; VIVEIROS DE CASTRO, 1985). Nesta

perspectiva, as sucessivas incursões guerreiras poderiam ser respostas às contínuas bandeiras⁵¹ que eram financiadas pelos moradores de Goiás, logo após o registro de um ataque por parte dos índios. Essas bandeiras causavam mortes, destruição de aldeias e captura dos sobreviventes. A cada nova bandeira era necessário uma nova vingança. Ora, assim, o esquema de conclusão de vingança não se findava, pelo contrário, incentivava novos ataques, conforme o relato do juiz ordinário e presidente da Câmara de Vila Boa, que afirmou que a atuação das bandeiras “antes mais incita a tomar o mesmo gentio no anno seguinte a despica-se, e vir mais forte para novos asaltos, como a experiência tem mostrado”.⁵²

No caso dos Kayapó do sul, os ataques também visavam à obtenção de mercadorias, dado que os inimigos eram fontes de bens materiais. Feito o ataque, que resultava em destruição, mortes de pessoas e animais e incêndios, os Kayapó do sul logo se punham em fuga, com extrema rapidez e sem deixar quase rastro algum, levando, como resultado da incursão guerreira, os despojos. Pergunta-se: do que eram constituídos esses despojos? Um documento é esclarecedor nesse sentido, ao afirmar que os Kayapó do sul vinham “quaze todos os anos [...] roubar ferram.^{tas}, e tudo q’ continha ferro”.⁵³ Esse trecho de um documento do início do século XIX, além de mostrar a periodicidade dos ataques Kayapó do sul (eram quase anuais), também revelou o gosto que os índios tinham para a rapinagem de objetos de ferro.

Convém salientar que, na documentação consultada, os roubos de objetos por parte dos Kayapó do sul passam a ser documentados a partir da década de 1760. Será que haveria algum motivo para os não-índios passarem a mencionar tal fato? Acreditamos que sim. O ferro era utilizado no século XVIII na confecção de objetos utilizados para a mineração, para uso doméstico (como panelas) e também para instrumentos utilizados na agricultura. Márcia Amantino (2008) afirma que na segunda metade do século XVIII houve um aumento excessivo do preço do ferro.

Em Goiás, a

⁵¹ Segundo Dulce Pedroso (1994), na capitania de Goiás havia dois tipos de bandeiras: a punitiva, composta por cerca de 40 integrantes formada a partir de milícias e de alguns recrutas e voluntários que recebiam munição do governo e partiam rapidamente no encalço dos índios que haviam realizado algum tipo de ataque. O outro tipo de bandeira era a de pacificação, organizada pelo governo, que fornecia munição, armamentos e expedia ordens de recrutamento e contratação de milicianos e sertanistas, enquanto a empresa particular participava com voluntários e com a alimentação. A força das bandeiras de pacificação geralmente era composta por soldados, por moradores das regiões mais atacadas pelos índios, por mulheres e por índios dos aldeamentos.

⁵² Carta do juiz ordinário e presidente da Câmara de Vila Boa José Cardoso da Fonseca, à rainha D. Maria I [...]. (04/06/1778). AHU – Caixa: 30, Documento: 1920.

⁵³ Offício do ex-ouvidor-geral de Goiás, Manuel Joaquim de Aguiar Mourão, ao governador e capitão-general de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas [...]. (30/12/1804). AHU – Caixa: 48, Documento: 2776.

partir da década de 1760, especialmente depois de 1770, a mineração declinou progressivamente, mergulhando a Capitania em estado de profunda depressão – em certas áreas, de miséria absoluta - [...]. Arraiais murcharam, sertões despovoaram-se, rendas governamentais despencaram, impostos, antes suportáveis, tornaram-se abusivos (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p.85).

Dependente quase exclusivamente da mineração, a capitania de Goiás teve sua economia alterada quando essa atividade apresentou sinais de declínio. Neste ínterim, começou a ganhar importância a agricultura e a pecuária, porém parte da população estava vivendo uma situação de grandes dificuldades econômicas. A rapinagem de objetos de ferro pelos Kayapó do sul, em um período do século XVIII em que esse material apresentava elevado preço no mercado e que impossibilitava sua aquisição por parte de uma população empobrecida como a de Goiás, pode colaborar para explicar a menção de roubos de objetos, assim como também os contínuos clamores que os não-índios faziam ao governo da capitania para combatê-los. Corrobora para essa informação, a prática das bandeiras que eram formadas para combater os Kayapó do sul em suas aldeias, teoricamente após algum ataque, isto é, na guerra justa, em “recoperarem oz despojos q’ levarão [os Kayapó] dos sítios”.⁵⁴ Ou seja, os despojos que estavam em poder dos índios, para os não-índios também possuíam valor.

Sobre o período de maior ocorrência das incursões guerreiras dos Kayapó do sul (se aconteciam no tempo da estação seca ou na das chuvas), não encontramos indícios que permitam afirmar uma preferência, pois há um equilíbrio entre ataques ocorridos tanto em um período quanto em outro. Dos 40 ataques descritos (Quadro 1), metade não possuía nenhum indício do período em que ocorreram. Dos outros 20 em que foi possível obter uma data exata ou próxima do ocorrido, 11 ataques foram descritos no período da seca e 9 no período das chuvas. Talvez este fato seja um indício de que as estações do ano não influenciavam na atividade guerreira dos Kayapó do sul.

Quanto à periodicidade dos ataques, conforme relatamos anteriormente, eram anuais e uma carta do juiz ordinário e presidente da Câmara de Vila Boa endereçada à rainha Maria I em 1778, dois anos antes do aldeamento de grupos Kayapó do sul é outra fonte importante para confirmar que os índios “todos os annos vinha em multidão a fazer-nos [ataques] com trayção”.⁵⁵

⁵⁴ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

⁵⁵ Carta do juiz ordinário e presidente da Câmara de Vila Boa José Cardoso da Fonseca, à rainha D. Maria I [...]. (04/06/1778). AHU – Caixa: 30, Documento: 1920.

Nos relatos das incursões guerreiras dos Kayapó do sul, há também menção a destruições e invasões de roças e fazendas, além da morte de animais como cavalos, bois e porcos. Nos ataques, as armas utilizadas pelos Kayapó do sul (arcos e flechas, além da borduna) se comparadas ao aparato bélico europeu da época, eram consideradas extremamente rústicas, porém bastante eficientes.

As táticas utilizadas nas incursões guerreiras dos Kayapó do sul eram mencionadas como muito eficazes nos documentos setecentistas e oitocentistas. Primeiramente, os índios procuravam com muito desvelo, a ocasião mais propícia do ataque “por espias q’ trazem avançadas”.⁵⁶ Além dos espias que buscariam informar o grupo o melhor momento para o ataque, os Kayapó do sul, acostumados a lutar nas matas, ao contrário dos Payaguá que lutavam nos rios ou dos Guaykuru, montados em seus cavalos e em campos abertos, “se escondiam atrás de alguma touceira depois de se besuntarem de barro” (HOLANDA, 1986, p. 68). Disfarçados em meio à vegetação, conseguiam atacar sem serem notados, o que rendeu aos Kayapó do sul, o título de índios “sagazes e ardilosos”, e que nos ataques às suas vítimas, como “bárbaros”, “comem as pessoas que mattão, tirando-lhes os buxos dos braços e as coxas das pernas”.⁵⁷ Esta última informação dos oficiais da Câmara de Vila Boa, sobre a antropofagia e o esquartejamento das vítimas dos Kayapó do sul, é mais um exemplo da representação desses índios nos documentos setecentistas, tratando-os como bárbaros, feras, enfim, um inimigo a ser subjugado pelas suas atitudes não “civilizadas”.

Nos seus ataques, além das armas, os Kayapó do sul também faziam uso do fogo como tática para promover a extinção da vida e/ou dos bens materiais dos não-índios. Em Goiás, os Kayapó do sul, “quando as condições eram propícias, faziam um cerco de fogo com intuito de impedir a fuga, abrasando *in loco* os viandantes” (KOK, 2004, p. 143).

O ataque Kayapó do sul ao Tabuleiro, primeiro núcleo populacional constituído por não-índios no Sertão da Farinha Podre, próximo à Serra da Canastra e que surgiu por volta do ano de 1748, quando alguns migrantes oriundos da capitania de Minas Gerais, dentre eles o guarda-mor Feliciano Cardoso de Camargos e seu primo Estanislau de Toledo Piza atravessaram “o Rio S. Francisco nas cabiceiras, ainda despovoado naquele tempo [e] descobrirão ouro no d.o Rio das Velhas”⁵⁸, já em território de Goiás, foi executado pelos

⁵⁶ Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei D. José [...]. (11/06/1757). AHU – Caixa: 14, Documento 856.

⁵⁷ Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei D. José [...]. (11/06/1757). AHU – Caixa: 14, Documento 856.

⁵⁸ Ofício do ex-ouvidor-geral de Goiás, Manuel Joaquim de Aguiar Mourão, ao governador e capitão-general de Goiás D. Francisco de Assis Mascarenhas [...]. (30/12/1804). AHU – Caixa: 48, Documento: 2576.

índios com a utilização do fogo. A duração de Tabuleiro foi efêmera e seus moradores viviam da mineração no Rio das Velhas, sendo “acometidos dos gentios coyapó com a morte de cinco companheiros que foram assados e comidos”.⁵⁹ Antes de prosseguirmos nossa análise, é importante salientar que a prática da antropofagia, comum entre os povos Tupi da costa brasileira (mas não uma exclusividade destes) não era praticada pelos povos Jê, como os Kayapó do sul. Retornaremos a esse assunto no próximo capítulo.

Possivelmente a utilização do fogo pelos Kayapó do sul se dava durante o período de seca, uma vez que as campinas encontravam-se com o mato seco, condição mais propícia para o fogo consumir a folhagem morta, ao contrário da vegetação verde que, por conter mais água, mostra-se também mais difícil de ser queimada. As estratégias descritas pelos homens do século XVIII para enfrentarem o cerco de fogo dos Kayapó do sul consistiam em fazer o “contra fogo” (queimando uma parte dos campos para evitar a propagação das chamas produzidas pelos índios), a retirada de gramíneas para o fogo apagar quando chegasse em solo descoberto, enquanto outros se untavam com “mel de páo, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou páos queimados”.⁶⁰

Outro fator que permitia grande êxito nas incursões guerreiras dos Kayapó do sul era o conhecimento que tinham do ambiente em que viviam, ou seja, o bioma Cerrado. Documentos setecentistas apontam a rapidez com que os índios fugiam pelos campos e pelas matas. Eram, portanto, ataques certos, pontuais, pois os índios se

poem logo em fuga, [...] por não deyxarem rasto e serem pressentidos, fazendo sempre caminho p.^a as suas Aldeas por qualquer parte q’ se lhes oferece, q’p.^a elles não há dificuldade algúa, o q’ para nós hé impenetrável.⁶¹

As matas eram um empecilho considerável para os não-índios e, conforme veremos no capítulo 2, não foi de maneira fortuita que os governadores das capitanias de São Paulo e Goiás decidiram utilizar nas guerras de combate aos Kayapó do sul, outros índios.

Outra eficiente estratégia utilizada pelos Kayapó do sul era não repetir os ataques em um mesmo lugar, pois “cada vez q’ vem a fazerem estas tiranias hé por diferentes rumos e

⁵⁹ Revista do Arquivo Público Mineiro. Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897, p. 372-388.

⁶⁰ Noticias praticas das minas do Cuiaba e Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, Tomo 4, 1842, p. 492.

⁶¹ Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei D. José [...]. (11/06/1757). AHU – Caixa: 14, Documento 856.

paragens”⁶², o que impedia os não-índios de adotarem táticas eficientes de defesa que impedissem as incursões guerreiras. Na região do Rio Pardo, próximo à Camapuã, o medo e a vigilância por parte dos não-índios eram constantes devido aos repetidos ataques Kayapó do sul. Dois roceiros viviam “como em um presídio”: para buscar água, roçar, plantar e colher os mantimentos, sempre estavam com espingardas à mão e “nem com toda esta cautela se livram de que em varias ocasiões lhe tenham os Cayapós morto à alguns”.⁶³

Contribuía também para o bom êxito das incursões guerreiras dos Kayapó do sul, a forma de habitação dos não-índios. Como vimos, uma ocupação mais efetiva não-indígena na capitania de Goiás iniciou-se a partir de meados da década de 1720, orientada pelas descobertas de ouro e diamantes. Mesmo com o afluxo contínuo de não-índios, Goiás nunca foi densamente povoada. Os arraiais que se formavam muitas vezes tinham duração efêmera e logo seus moradores se deslocavam para novos descobertos, buscando a quase ilusória riqueza.

As fazendas e sítios constituídos, com a abundância de terra a ser espoliada dos índios, eram distantes uns dos outros, conforme a comodidade e conveniência de seus moradores, o que facilitava o ataque dos Kayapó do sul, pois os não-índios não podiam “valer huns aos outros, pelas grandes distancias em q’ se achão”.⁶⁴ Em uma carta, o governador e capitão-general João Manuel de Melo afirmou que as paróquias na capitania de Goiás eram “tão extensas onde mais he a gente que habita pelo campo que a que está nos Povoados”.⁶⁵

Ao analisarmos os ataques dos Kayapó do sul, podemos perceber que grande parte das incursões guerreiras ocorreu em propriedades dedicadas à agricultura e pecuária ou então à mineração realizada em cursos d’água como córregos ou rios, nas adjacências dos arraiais e vilas que se configuravam advindas dessa atividade econômica. Os Kayapó do sul evitavam assim, os arraiais ou núcleos populacionais, à medida que a concentração de não-índios facilitava o revide aos ataques e poderia representar uma ameaça para os índios.

É notório nas fontes que, a partir de um afluxo maior de não-índios em direção principalmente às minas de Cuiabá e de Goiás, há um aumento dos ataques Kayapó do sul.

⁶² Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei D. José [...]. (11/06/1757). AHU – Caixa: 14, Documento 856.

⁶³ Noticias praticas das minas do Cuiaba e Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, Tomo 4, 1842, p. 491.

⁶⁴ Carta dos oficiais da Câmara de Vila Boa, ao rei D. José [...]. (11/06/1757). AHU – Caixa: 14, Documento 856.

⁶⁵ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.93.

Isto talvez seja mais um indicativo da ineficiência das contínuas bandeiras que atacavam esses índios, pois, ao contrário da crença dos membros do governo de Goiás, aquelas expedições punitivas não diminuía a intensidade guerreira dos Kayapó do sul, mas sim promoviam novos ataques.

Como reposta a esses embates entre índios e não-índios, alguns grupos de Kayapó do sul buscaram a fuga como alternativa ao contato com a sociedade colonial, como no caso dos Panará contatados na década de 1970. Outros, decidiram promover a guerra a índios ou não-índios, procurando cada vez mais não a fuga, mas a proximidade com o inimigo conforme o relato de João Manoel de Melo, que afirmou “q’ estes Barbaros [Kayapó do sul] cada vez si vão avezinando mais ao nosso País para nos fazerem as invazoens com menoz custo”.⁶⁶

Para os representantes da Coroa portuguesa, ao “bárbaro” Kayapó do sul só restava uma guerra contínua, ferrenha e eficaz, feita com índios. E, para isso, entraria em cena o experimentado sertanista e caçador de índios, Antônio Pires de Campos (o Pai Pirá) e seu exército composto por índios Paresí e Bororo, além de mestiços.

Do ano em que assinou o “ajuste” (1748) até o ano de sua morte (1751), o sertanista buscou incansavelmente subjugar os Kayapó do sul. E foi por meio de Pires de Campos, que um projeto não-indígena de ocupação do sertão entre os Rios Grande e Paranaíba, ainda que paradoxalmente feito predominantemente com índios, teve início. Os aldeamentos na região em questão surgem quando o sertanista e seus comandados são alojados no aldeamento de Rio das Pedras. E é sobre esse projeto de ocupação e seus desdobramentos que trataremos no capítulo 2.

⁶⁶ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

CAPÍTULO 2 – A GUERRA AO “GENTIO” KAYAPÓ DO SUL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ALDEAMENTOS EM GOIÁS

O “ajuste” entre Dom Luís Mascarenhas e o sertanista Antônio Pires de Campos

Se, no capítulo anterior, demonstramos a resistência dos Kayapó do sul às investidas dos não-índios, trataremos no presente capítulo de mais uma alternativa para combatê-los que, se não foi tão eficiente, por outro lado, foi mais duradoura: a criação de aldeamentos indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba, ao longo do Caminho dos Goiaes, no então “Sertão do Gentio Cayapó”.

Em 1745, fracassada a tentativa de Dom Luís Mascarenhas para conseguir os 400 casais de tapuias da capitania do Rio de Janeiro para a proteção do caminho de São Paulo até Vila Boa (Caminho dos Goiaes), cuja ideia inicial era abrigá-los em aldeamentos às margens dos Rios das Velhas e Grande, chegou a Goiás, no mesmo ano, o sertanista Antônio Pires de Campos para combater os Kayapó do sul.

Da Fazenda Real, o sertanista foi autorizado a receber algumas “armas e pólvora”⁶⁷, sendo obrigado, após o término da guerra, a restituí-las. Em 1746, Pires de Campos rumou para Cuiabá, com o intuito de buscar as “mulheres dos Bororós, q’ deixou em Goyaz e mais Bororós”.⁶⁸ A guerra mais efetiva ao “gentio” Kayapó do sul se aproximava.

A ordem para essa guerra foi repassada por meio de uma Resolução do rei datada de 15 de maio de 1744 e, em 1746, uma Real Ordem estipulava as condições para promover o ajuste com o sertanista encarregado de mover a guerra aos Kayapó do sul. Então, em junho de 1748, Pires de Campos chegou a Vila de Santos para tomar conhecimento do “Regimento”⁶⁹ que deveria obedecer no combate aos Kayapó do sul. O documento finalmente foi assinado entre o sertanista e Dom Luís Mascarenhas em 15 de julho de 1748.

⁶⁷ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 08/05/1746, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191.

⁶⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. De uma carta escrita de Santos, 21 de dezembro de 1746, D. Luis Mascarenhas dizia ao Intendente e Provedor da Fazenda Real de Goiás, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.119.

⁶⁹ Regimento que hade observar o coronel Antonio Pires de Campos no estabelecim.^{to} dos Bororós, ajuste de S. Mag.^e e procedim.^{to} mais que hade ter, como abayxo se declara. Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896, p. 210-3.

Comprometendo-se a cumprir os itens do ajuste, Pires de Campos, ao retornar para Goiás, tratou de reunir seus comandados, perfazendo um total de trezentas pessoas, entre índios e demais agregados, incluindo homens, mulheres e crianças, os quais possuíam “oitenta armas de fogo e frexas capazes de toda empresa”⁷⁰, ou seja, o número de guerreiros aptos para o combate era constituído por 80 homens.

Além dos Bororo, fazia parte também do grupo de combate aos Kayapó do sul, os Paresí (SAINT-HILAIRE, 1975), possivelmente subjugados pelo sertanista nas andanças por ele empreendidas no território do atual Mato Grosso. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1957), os Paresí mantiveram contatos contínuos com os paulistas, possuindo um temperamento dócil, sendo os preferidos como administrados, o que levou o poder público a intervir inúmeras vezes a favor dos indígenas para evitar a escravidão.

Por fim, é necessário ressaltar que o etnônimo “Bororo” acabou por se tornar comum nos documentos setecentistas que tratavam dos índios dos aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba, sem menção a indígenas de outros grupos, levando-nos a crer que esse etnônimo foi utilizado como um termo generalizante para os índios que compunham a força guerreira de Pires de Campos. No século XIX, o etnônimo “Bororo” foi utilizado pelos viajantes europeus também como um termo para designar os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre.

O trajeto percorrido pelos Bororo e Paresí até Goiás foi certamente muito penoso, a ponto de o governador ficar impressionado com o “miserável estado”⁷¹ em que os índios se encontravam. Dom Luís Mascarenhas, então, concedeu “três mezes para descansarem”⁷² e se refazerem fisicamente para a longa jornada até o sítio do Rio das Pedras.

O “Regimento” balizador da atuação de Pires de Campos era constituído por 8 itens. O primeiro deles determinou que o sertanista e seus administrados ficassem estabelecidos na paragem de Rio das Pedras. Segundo Dom Luís Mascarenhas, este foi um pedido dos próprios Bororo, “por ser muito abundante de cocos, cassas, peixe e varias ervas e raizes, de que [...] se sustentão”.⁷³ Para terem conhecimento da área a ser habitada, possivelmente os Bororo já conheciam a região em questão, talvez participando daquele primeiro combate que resultou no ataque a uma aldeia Kayapó do sul, no ano de 1742. É interessante notar o local de residência

⁷⁰ Carta do governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

⁷¹ Carta do governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

⁷² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta vinda da “Praça de Santos” de 28 de fevereiro de 1748, de D. Luiz Mascarenhas para o capitão de dragões, Antônio de Sá Pereira, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.17.

⁷³ Carta do governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

dos Bororo, uma escolha dos próprios índios, demonstrando capacidade de negociação, assim como a dependência dos portugueses perante os índios na fase inicial de colonização, variável, conforme a região da América portuguesa (ALMEIDA, 2010).

O segundo item do Regimento tratava das explorações ao longo do Caminho dos Goíases, com o fito de evitar as incursões guerreiras dos Kayapó do sul. O terceiro, versava sobre a necessidade de criação de um aldeamento no sítio do Lanhoso, cuja função seria a mesma de Rio das Pedras. Já o quarto, abordava a necessidade de combater os Kayapó do sul caso estes cometessem algum ataque ao longo da estrada ou em regiões vizinhas, e que se fosse necessário, o sertanista poderia contar com o auxílio de 20 ou 30 aventureiros.

O quinto, o sexto e o sétimo itens são dedicados às recompensas que o sertanista teria direito caso os Kayapó do sul não cometessem suas “hostilidades”. Após um ano sem ataque desses índios no Caminho dos Goíases, em Vila Boa ou em seu entorno, nas povoações e roças, Pires de Campos teria direito ao Hábito de Cristo e 50 mil réis de tença. Após três anos sem qualquer ataque Kayapó do sul, ao coronel seria destinado o ofício de escrivão da Ouvidoria de Vila Boa, isento de donativo e terças partes. Nota-se que as recompensas prometidas a Pires de Campos estavam relacionadas a mecanismos que permitiriam ao sertanista uma inserção na sociedade colonial, bastante hierarquizada, baseada no status e no prestígio.

O oitavo item determinava a gratuidade das passagens existentes ao longo do Caminho dos Goíases ao sertanista, seus acompanhantes, animais e cargas quando fosse necessário contra-atacar aldeias ou então nas incursões preventivas que objetivavam investir contra grupos de guerreiros Kayapó do sul que estivessem na iminência de um ataque.

Na Real Ordem de 1746, o rei Dom João V prometeu ao sertanista, além das recompensas citadas, “duas sesmarias de terra de trez Legoa em quadra cada huã nas terras, que hoje estão ocupadas pelo Cayapô e Acruã, a sua escolha não sendo terras mineraes e sem prejuízo de terceyro, nem das sesmarias permitidas aos descobridores de Goyaz”.⁷⁴

Os representantes da Coroa portuguesa aventaram a possibilidade de contratar Pires de Campos para também mover uma guerra aos índios Akroá⁷⁵, localizados no norte da capitania de Goiás. Inclusive o contrato estava firmado, porém não foi levado adiante, tendo o sertanista se empenhado somente no combate aos Kayapó do sul. No entanto, os Bororo que

⁷⁴ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 08/05/1746, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191

⁷⁵ Atualmente extintos.

acompanhavam o sertanista se recusaram a segui-lo para o norte goiano, pois estavam receosos com a possibilidade de não retornarem mais para suas terras (ALENCASTRE, 1979). Essa negativa dos Bororo em acompanhar Pires de Campos é um claro indício de que mesmo subjugados, estando na condição de “administrados”, os índios souberam expressar seus anseios, obrigando inclusive o sertanista a desistir de uma guerra. Afinal, a maior parte da força guerreira de Pires de Campos era constituída pelos índios.

As sesmarias não seriam concedidas apenas a Pires de Campos, pois aos Bororo “se lhe concederá junto as mesmas sesmarias [...] necessária[s] para sitoar e sustentar a Aldeia, com forme o numero dos Indios”.⁷⁶ Sobre o tamanho da sesmaria para o aldeamento, três léguas em quadra⁷⁷, esta medida será o motivo de intensos debates no começo do século XIX, conforme veremos no próximo capítulo. Posteriormente, Dom Luís Mascarenhas confirmou ao rei Dom João V que havia repassado a “carta de sesmaria por assim me requerer o dito Campos e V. Mg.^{de} o ordenar na mesma Real Ordem”.⁷⁸

Com a criação de Rio das Pedras, o capitão de Dragões Antônio de Sá Pereira, responsável pelos destacamentos situados no Rio das Velhas e no Rio Grande (edificados após o ataque dos Kayapó do sul ao sítio do Lanhoso e que objetivavam também a defesa do Caminho dos Goiaes) recebeu ordem de Gomes Freire de Andrade para se recolher à “Praça de Santos com [...] [os] quarenta soldados com que se acha”.⁷⁹

Rio das Pedras surgiu com o claro intuito de abrigar os índios Bororo e Paresí, os principais responsáveis pelos combates aos Kayapó do sul. Foi idealizado pelos membros do governo português e construído pelos índios Bororo, Paresí, por Pires de Campos que os administrava e pelos mestiços e escravos negros, formadores de sua força guerreira. Mas seria então uma aldeia conforme o rei nomeou em uma carta? Buscaremos nas linhas seguintes abordar o assunto, propondo uma diferenciação entre aldeias e aldeamentos, referenciado no trabalho do geógrafo Aroldo de Azevedo.

⁷⁶ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 08/05/1746, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191

⁷⁷ A légua de sesmaria é uma medida de superfície que corresponde a 6.600 X 6.600 metros (BERTRAN, 2010).

⁷⁸ Carta do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V [...]. (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

⁷⁹ Cópia de huma Carta do Illm.^o e Ex.^{mo} Conde de Bobadella Gomes Freyre de Andrada, que se acha no Livro de Praças do destacamento de soldados Infantes da Praça de Santos afolhas cento e dez, datada de 13/01/1749, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191.

Aldeias e aldeamentos indígenas

Aroldo de Azevedo (1959, p.23) diferencia duas categorias de habitações indígenas: a aldeia, “povoado construído pelos próprios índios, com os recursos de sua técnica primitiva e de acôrd com sua cultura, sem a interferência de elementos da cultura dita civilizada”; e o aldeamento de índios, de “origem religiosa ou leiga” que seria uma expressão utilizada para diferenciar os aglomerados “espontâneos” (aldeias) dos idealizados pelos não-índios, os “aldeamentos” (1959, p. 26).

Azevedo (1959) também diferencia três tipos de aldeamento no período colonial: Aldeias do Colégio, Aldeias de El-rei e Aldeias ou Missões. As duas primeiras, construídas próximas às cidades, congregavam os índios livres, ao passo que as Aldeias ou Missões estavam “afastadas dos aglomerados urbanos, isoladas em pleno sertão, ficando sua administração exclusivamente entregue aos religiosos” (AZEVEDO, 1959, p. 27).

Em Goiás, os membros do governo da capitania geralmente utilizavam o primeiro termo (aldeia), para designar os aldeamentos oficiais, enquanto o termo “alojamento” era empregado para designar as aldeias dos índios considerados “hostis”. Para continuarmos nossa análise, citaremos novamente o documento do ataque dos Kayapó do sul em Santa Luzia⁸⁰. Nessa fonte, o governador de Goiás, ao convocar os Bororo para rebater um ataque Kayapó do sul, justificou que o pequeno número de índios que constituíam a bandeira “hé o mais que se pode tirar daquele pequeno Prezidio”.⁸¹

Como visto no capítulo anterior, os presídios eram simples postos com soldados sob o comando de um suboficial e que serviam para defender um determinado território do ataque de inimigos. O termo “presídio” também foi utilizado pelos governadores de Goiás para outros núcleos indígenas da capitania, sejam eles criados com caráter defensivo ou não, o que pode ser um indicativo de que era também sinônimo de aldeamento.

O cientista social e historiador Oswaldo Ravagnani (1989, p.113) não considera Rio das Pedras (e também Lanhoso e Piçarrão – que serão tratados posteriormente) como uma “aldeia” ou “aldeamento”, pois poderiam ser considerados como

simples guarnições que foram estabelecidas ali com uma função específica: proteger a estrada [o Caminho dos Goíases] dos ataques Kayapó. E o prédio

⁸⁰ Atual cidade de Luziânia – GO.

⁸¹ Offício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

que as abrigava não era senão um quartel. Por isso chamei de quartéis-aldeamento.

Para Luís Augusto Bustamante Lourenço (2005, p.56) só deveriam ser considerados como aldeamento, o núcleo que contasse com igreja, pois a “presença do templo religioso era sinal da oficialidade de sua fundação, de que o núcleo havia sido reconhecido pelas autoridades religiosas”. Em Goiás, os aldeamentos receberam nomes em homenagem aos santos da Igreja Católica (Santa Ana do Rio das Velhas), de rainha (Maria I) ou de cursos d’água que estavam próximos ao núcleo (como Rio das Pedras).

Sobre a existência de religiosos entre os Bororo de Rio das Pedras, em 1748, Dom Luís Mascarenhas revelou ao rei a necessidade de “mandar lhe assistir com Missionarios para os instruir nos mistérios da nossa Santa Fé”.⁸² Pires de Campos também se queixava ao governador no mesmo ano, dos preços exorbitantes que os religiosos cobravam para a realização de confissões, batizados, casamentos e enterros. Em 1751, Dom Marcos de Noronha ordenou ao sertanista Pires de Campos que recorresse, para “as necessidades espirituaes dos mesmos Indios”⁸³, ao padre José de Castilho, que estava cuidando da criação do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas. Ou seja, ainda não havia missionários residindo em Rio das Pedras. Convém salientar que a ausência de missionários não significaria a inexistência de uma capela. Em 1837, Raimundo José da Cunha Matos mencionou a existência de capela em Rio das Pedras, ainda que o padre responsável pelo auxílio religioso residisse próximo ao aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas (1981b).

O aldeamento de Rio das Pedras guardava algumas peculiaridades. Primeiramente, surgiu como local de habitação dos Bororo, Paresí, mestiços e escravos, membros da força guerreira de Pires de Campos. Conforme os conceitos de Azevedo (1959), um aldeamento seria um núcleo criado pelas autoridades religiosas ou leigas, o que no caso podemos enquadrar Rio das Pedras na segunda categoria, uma vez que não havia um trabalho missionário no local.

Rio das Pedras também não se enquadraria nas três categorias criadas por Azevedo (1959): aldeias do Colégio, aldeias de El-rei e aldeias ou Missões, por não estar localizado próximo a nenhum núcleo urbano, o que caracterizava as duas primeiras categorias (muito pelo contrário, estava exatamente no meio do “Sertão do Gentio Cayapó”) e nem sua

⁸² Carta do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V [...]. (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

⁸³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos ao padre José de Castilho, datada de 22 de abril de 1751, Goiânia: editora Oriente, Número 9, 1980, p.136-7.

administração estava entregue nas mãos dos religiosos (o que era característica da terceira categoria), pois quem o administrava com amplos poderes, ainda que devendo obediência ao governador, era o sertanista Pires de Campos.

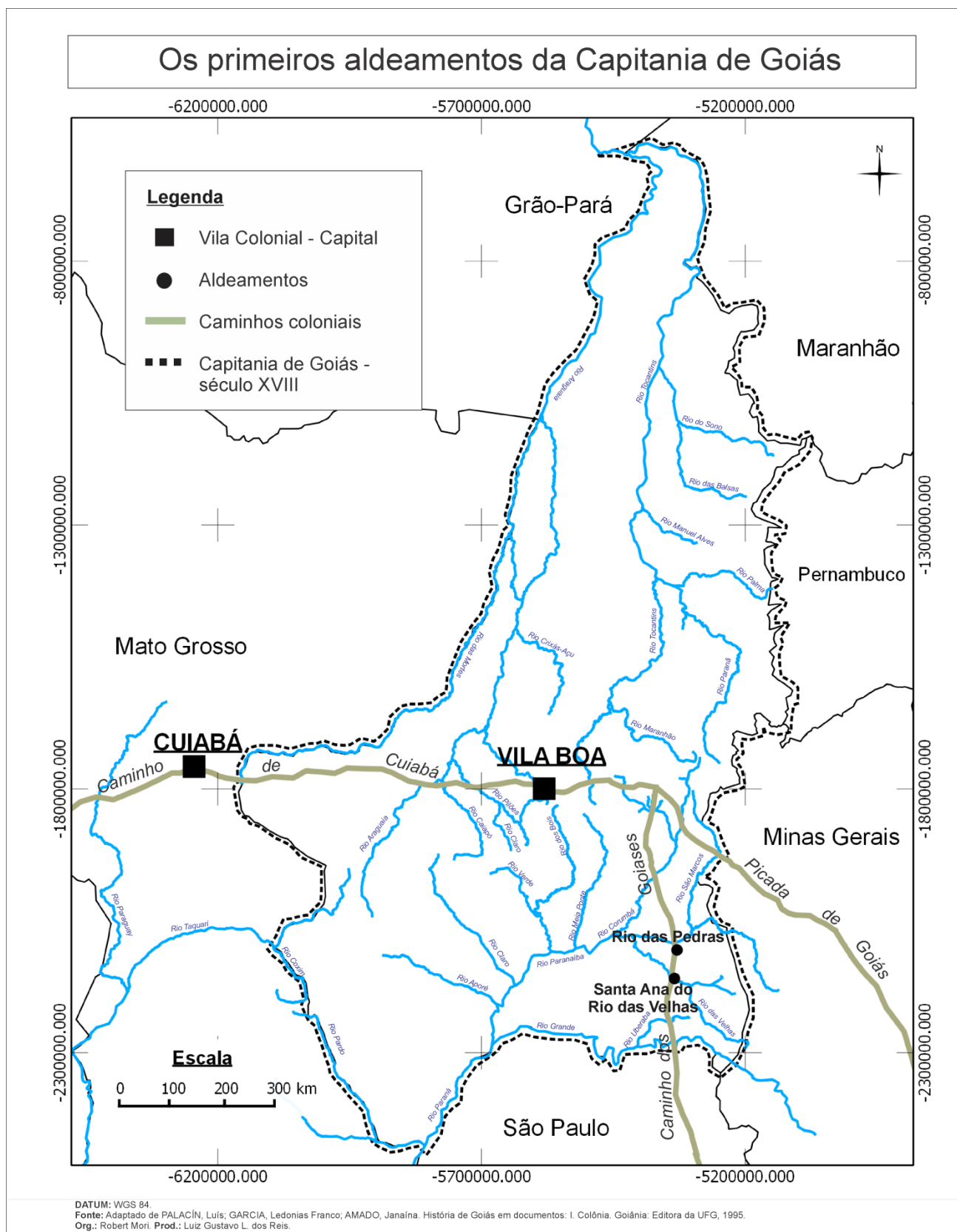
A definição de “quartéis-aldeamento” cunhada por Ravagnani (1989) para Rio das Pedras também merece uma análise mais cuidadosa. O mesmo autor afirma que Santa Ana do Rio das Velhas, criado em 1750, pode ser considerado o primeiro aldeamento de Goiás, pois estava sob administração dos religiosos, ou seja, havia trabalho missionário (RAVAGNANI, 1989). Entretanto, como veremos adiante, se Santa Ana foi criado com o objetivo de abrigar e catequizar os Araxá (que não chegaram a ser aldeados), tendo posteriormente recebido índios de outras regiões da América portuguesa, foi também idealizado desde o início, como um aldeamento para atuar na defesa do Caminho dos Goíases, cedendo índios para a força guerreira de combate aos Kayapó do sul. Como exemplo desta afirmação, podemos citar um fato ocorrido após um ataque dos Kayapó do sul a “dous sítios vizinhos do Registo do Rio das Velhas no caminho de Sam Paulo” em que foram convocados “os Bororos da Aldeya contigua [Santa Ana do Rio das Velhas]”.⁸⁴

Tanto Rio das Pedras como Santa Ana do Rio das Velhas e outros núcleos habitados por indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba surgiram com o claro objetivo de serem locais para defesa do Caminho dos Goíases e demais arraiais da capitania de Goiás contra os ataques dos Kayapó do sul. Talvez a exceção seja a categoria de sítio indígena, surgidos posteriormente, cujo conceito foi trabalhado por Lourenço (2005) conforme veremos no terceiro capítulo.

Assim, não proporemos categorias de aldeamentos: consideraremos como tal no presente trabalho, todo núcleo idealizado por não-índios (conforme alguma função preconizada, como por exemplo, defesa de um território) habitado e construído por estes e, principalmente, pelos índios, com ou sem a presença de templo religioso ou de missionários, ou seja, independentemente de uma administração religiosa ou leiga. Essas características claramente diferem das aldeias, construídas de acordo com a cultura de cada grupo indígena. É necessário ressaltar que no caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, o papel defensivo desempenhado pelos índios aldeados ao longo do Caminho dos Goíases, talvez tenha sido sua principal característica. O trabalho missionário não teve muita relevância como veremos adiante.

⁸⁴ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

O aldeamento de Rio das Pedras foi criado no governo de Dom Luís Mascarenhas, quando Goiás ainda estava sob jurisdição da capitania de São Paulo. Com a divisão territorial, passou a ser administrado por Goiás, sendo então, o primeiro aldeamento desta capitania. O segundo foi Santa Ana do Rio das Velhas, criado em 1750. Ambos estavam localizados entre os Rios Grande e Paranaíba, no Sertão da Farinha Podre (Mapa 3).



Mapa 3. Os primeiros aldeamentos da capitania de Goiás

A escolha do local do aldeamento de Rio das Pedras não foi aleatória. Ainda que a paragem, segundo o governador da capitania, fosse a preferida pelos índios, o local tinha uma posição estratégica, pois estava localizado no “Sertão do Gentio Cayapó” (área dos tradicionais inimigos dos Bororo e da Coroa portuguesa), às margens do Caminho dos Goiases (o que facilitava o deslocamento e servia também como pouso para os viajantes), além de estar equidistante de São Paulo e Vila Boa. Assim, a localização do aldeamento facilitaria a saída de incursões guerreiras contra os Kayapó do sul. Essa informação é confirmada por Dom Luís Mascarenhas, ao afirmar que o aldeamento estava localizado “no meyo dos lugares mais sojeitos ás interprezas dos Cayapós; e por essa razão maiz apto para lhes rebater”.⁸⁵

Para Rio das Pedras foram deslocados os Paresí e os Bororo, oriundos de Mato Grosso, totalizando em setembro de 1748, trezentos índios entre adultos e crianças, sendo que a maioria já se encontrava batizada, tendo Dom Luís Mascarenhas manifestado a esperança de que esse número crescesse mediante o nascimento de crianças, assim como também de novos índios que Pires de Campos conseguisse reduzir.

Os Kayapó do sul, os Araxá e o surgimento do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas

Neste subcapítulo, trataremos da criação do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, vizinho ao aldeamento de Rio das Pedras. Todavia, antes, dedicaremos mais algumas linhas deste trabalho aos Kayapó do sul.

Durante o ano de 1749, houve a produção de algumas cartas por parte do governador da capitania de Goiás (Dom Marcos de Noronha), sobre os índios Araxá, cuja história encontra-se entrelaçada com parte da história dos Kayapó do sul. Em dezembro de 1749, o governante informou ao rei Dom João V, que havia chegado em novembro do mesmo ano à Vila Boa, dois padres da Companhia de Jesus, oriundos de São Paulo, que estavam aguardando Pires de Campos para cuidarem do aldeamento dos índios Araxá.

Segundo o governador e capitão-general, os Araxá viviam no sul da capitania de Goiás, “sobre a passagem do Rio Grande no cam.^o q^e vay para S. Paullo”, sendo que os mesmos índios “tem pedido que querem Missionario, e que querem ser governados por

⁸⁵ Carta do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V [...]. (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

homens brancos”.⁸⁶ A região citada pelo governador, além de ser uma área de fronteira entre capitanias (Goiás e São Paulo), era relativamente próxima ao aldeamento de Rio das Pedras.

Ainda, segundo Dom Marcos, foram os Araxá que manifestaram a Pires de Campos, a vontade de serem aldeados. Nessa região, também havia ao longo do Caminho dos Goiaes, nos principais rios (Grande, das Velhas e Paranaíba), postos de cobrança de passagem⁸⁷ de pessoas, animais e cargas, que foram primeiramente concedidos aos dois descobridores das minas de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz, assim como a seus descendentes até a terceira geração. Esses fatores podem ter contribuído para um possível contato dos Araxá com os não-índios, o que culminou no suposto pedido de aldeamento ao sertanista.

Ao serem aldeados, os Araxá poderiam contar com o apoio e auxílio dos não-índios no combate a outros grupos indígenas rivais, aliados que poderiam garantir a própria sobrevivência do grupo. Também não podemos negligenciar a possibilidade de que esse pedido poderia, na verdade, ter partido de uma vontade do sertanista em subjugar os Araxá, como ele já havia feito com os Bororo, pois aqueles poderiam aumentar o contingente de guerreiros empregados nos combates aos Kayapó do sul. Conforme veremos adiante, a relação entre Pires de Campos e os Bororo foi forjada por meio da força e com a clara existência de atritos.

Ficou decidido que o aldeamento para os Araxá seria construído próximo ao Rio das Velhas. Como Rio das Pedras, a escolha do local não foi aleatória, pois ela atendia aos interesses tanto da Coroa portuguesa como do sertanista, pois “com ella se segurarà melhor aquelle caminho e ficasse menos exposto ás hostilidades que nelle tem feyto repetidas vezes o gentio Cayapó”.⁸⁸ Assim, está claro que o aldeamento dos Araxá serviria também para combater outros índios, além de defender o Caminho dos Goiaes.

Para a construção de Santa Ana do Rio das Velhas, o governo de Goiás escolheu o padre jesuíta José de Castilho. Em junho de 1750, mês do ano em que no Cerrado há o período de seca, o inaciano já estava empenhado na construção do aldeamento, isso permitiu ao governador informar por meio de uma carta a Pires de Campos, concordando com o religioso “que em qto. não tem mantimentos promptos não he justo convocar os índios” e que

⁸⁶ Carta do [governador e capitão-general de Goiás], Dom Marcos de Noronha, ao rei [D. João V] [...] (29/12/1749). AHU – Caixa 5, Documento: 427.

⁸⁷ Os postos não estavam restritos apenas à região entre os Rios Grande e Paranaíba, mas sim, ao longo de todo o trajeto de São Paulo até Goiás, às margens dos principais rios.

⁸⁸ Carta do [governador e capitão-general de Goiás], Dom Marcos de Noronha, ao rei [D. João V] [...] (29/12/1749). AHU – Caixa 5, Documento: 427.

também seria José de Castilho o responsável por indicar o tempo necessário para que o aldeamento tivesse condições de ser habitado, uma vez que havia índios “cayapós que podem se recolher á aldeya”.⁸⁹ Torna-se digno de nota a ideia do capitão-general e governador de Goiás, sobre a possibilidade de transferência de alguns Kayapó do sul para o aldeamento em construção exatamente no sertão, área tradicional de ocupação desses índios. Possivelmente esses Kayapó do sul foram capturados nas bandeiras ou demais expedições lançadas com o intuito de subjugar-los.

Na mesma correspondência, o governador rebateu qualquer tentativa do sertanista em querer atacar aldeias Kayapó do sul, pois o rei não desejava que se fizesse a conquista por “meyos violentos e só permite estas para rebates as hostilidades [...] que ir atacar os índios aos seus alojamentos por nenhum caso he permitido”.⁹⁰ Em uma carta de agosto de 1750, Dom Marcos de Noronha afirmava que não poderia permitir ataques às aldeias Kayapó do sul, uma vez que o rei proibia, pois o sertanista não tinha “armas bastantes com q’ pudesse ir a semelhante diligencia” em virtude “das aldeyas do gentio [que] erão numerosas q’ merecião o nome de Reyno”.⁹¹ Este “Reino” Kayapó do sul, segundo Pires de Campos havia informado ao governador, estava localizado na região de Camapuã.

A construção do aldeamento seguia normalmente com o padre José de Castilho à frente do projeto. No entanto, em fins de 1750, o religioso foi informado do ataque e da escravização dos Araxá sobreviventes (mulheres e crianças). Em janeiro de 1751, foi a vez do governador de Goiás, em carta ao rei Dom José, noticiar ao monarca sobre as “hostilidades” que os Kayapó do sul haviam feito aos Araxá “que não só lhe fizeram huma grande mortand.^{de} mas depois lhe cativarão todas as mulheres e crianças, as quais levarão p.^a o seo alojam.^{to} p.^a as comerem, porque sempre que tem ocasião se sustentão de carne humana”.⁹²

Antes de promovermos uma análise mais aprofundada da citação retirada do documento setecentista, recorreremos ao historiador Jacques Le Goff (2013), que afirma a necessidade de se fazer uma crítica ao documento, visto que este não é inocente ou objetivo, mas é capaz de exprimir o poder de uma determinada sociedade do passado sobre a memória

⁸⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de Vila Boa, 27 de junho de 1750, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antonio Pires de Campos, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.120-1.

⁹⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de Vila Boa, 27 de junho de 1750, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antonio Pires de Campos, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.120-1

⁹¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta datada de 21 de agosto de 1750, de D. Marcos de Noronha ao cel. Antônio Pires de Campos, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.17-8.

⁹² Carta do governador e capitão-general de Goiás, conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, ao rei D. José [...]. (24/01/1751). AHU – Caixa: 6, Documento: 465.

e o futuro. Assim, como toda construção humana, o documento possui uma intencionalidade, um motivo pelo qual foi produzido.

Em primeiro lugar, no documento alusivo à dizimação dos homens Araxá, é possível ler que os Kayapó do sul capturaram as mulheres e crianças para a prática da antropofagia. Esta última informação não procede, pois, como os demais povos Jê, os Kayapó do sul não praticavam o ritual antropofágico, como o realizado pelos Tupinambá, o qual foi tão bem descrito por Hans Staden (2008).

Então, por qual motivo essa informação estaria nos documentos? Podemos aventar uma hipótese relacionada ao período em que a documentação foi produzida: meados do século XVIII, um período que, segundo Palacin (1972) a mineração em Goiás atingiu seu auge. A área de ocupação dos Kayapó do sul, parte sul da então capitania de Goiás, era considerada pelos não-índios como potencialmente capaz de conter novos descobertos, o que propiciaria um possível acréscimo na produção do ouro goiano se novos locais para a mineração fossem explorados.

Em meados do século XVIII, Pires de Campos já atuava com o seu exército de índios e mestiços no combate aos Kayapó do sul. Creditar a antropofagia ao inimigo, na verdade uma “alegoria da colonização” (lembrando que antropofagia era um dos motivos para se mover a guerra justa, conforme a contraditória legislação indigenista do período colonial) seria mais um motivo para justificar a guerra que era movida aos Kayapó do sul e, conseqüentemente, com a captura, morte ou expulsão dos índios, garantir a exploração dos cursos d’água que porventura possuíssem ouro ou diamantes, além de conseguir novos braços para o trabalho mediante a escravização de índios capturados pelas bandeiras.

Quanto à captura de mulheres e crianças Araxá, supostamente devoradas pelos Kayapó do sul, poderemos trabalhar esses dados sob duas perspectivas: a primeira, a partir do trabalho de Odair Giraldin (1997, p. 50), que afirma que os Kayapó do sul “não faziam cativos dos seus ‘inimigos’ porque não havia possibilidade de serem incorporados em seus ‘SDG’ ou ‘clãs’”. Assim, a captura das mulheres e crianças Araxá, também estaria no mesmo patamar da afirmação de que os Kayapó do sul eram antropófagos, ou seja, seria uma afirmação tendenciosa, objetivando criar no imaginário do período colonial, a imagem de que estes índios eram verdadeiras “feras”, restando a eles a escravização ou a dizimação. Nessa perspectiva sustentada por Giraldin (1997), se os Kayapó do sul não faziam cativos, tanto os homens quanto as mulheres e crianças Araxá foram dizimados.

Também há a hipótese de que realmente as mulheres e crianças Araxá pudessem ter sido capturadas pelos Kayapó do sul, mas não para serem devoradas em um suposto ritual antropofágico. Segundo o sertanista Pires de Campos (1976, p. 182), em sua “Breve notícia”, nas investidas que realizavam, os Kayapó do sul “reservam os pequenos que criam para seus cativos”, ou seja, havia a prática da adoção. Ainda que Pires de Campos na mesma oportunidade tenha descrito os Kayapó do sul como antropófagos, podemos trabalhar com mais esse indício que as fontes apontam sobre a prática da incorporação de membros de outros grupos indígenas.

Giraldin (1997), como visto, afirma que os Kayapó do sul não faziam cativos dos seus inimigos. Contudo, entre os Panará (grupo indígena descendente dos Kayapó do sul) contatados na década de 1970 pelos irmãos Villas Boas, havia grupos que “se visitavam e mudavam de lugar para se juntar a parentes ou para fugir de lutas entre facções e clãs.” (ARNT; PINTO; PINTO, 1998, p. 73). Ou seja, havia guerras internas entre os Panará, o que também pode ter ocorrido com os Kayapó do sul, pois a população era bastante numerosa, conforme os documentos apontam.

Para o antropólogo Cesar Gordon (2006, p. 123), entre os Mebêngôkre⁹³, os confrontos internos (intra-étnicos, isto é, entre grupos que se reconheciam partilhando origem e idioma) “visavam também o rapto de mulheres e crianças, configurando uma espécie de reciprocidade negativa, em que mulheres circulavam entre as aldeias por meio da força”. Os ataques intercomunitários (internos) permitiam ao grupo guerreiro a aquisição de status, distintividade, dominação e beleza, sendo que a comunidade assaltada poderia ser reintegrada ao grupo (GORDON, 2006).

Ainda falando dos Mebêngôkre, índios Jê e um grupo aparentado aos Kayapó do sul, a prática da guerra interna e da adoção entre aquele grupo, além da existência de guerras internas entre os Panará do século XX, nos permite pensar também na possibilidade de que os Araxá pudessem ser um grupo Kayapó do sul. Além do mais, a característica do ataque, com a morte dos homens e rapto de crianças e mulheres, cuja prática evidencia a reciprocidade negativa, também era presente em outros grupos indígenas como os Karajá⁹⁴ e os Matsés ou Mayoruna.⁹⁵ E, na situação das mulheres e crianças Araxá, caso fosse um grupo Kayapó do sul, mesmo pertencendo a um grupo rival (clã ou facção), não estariam impossibilitadas de serem incorporadas a um grupo Kayapó do sul, na medida em que compartilhariam um

⁹³ Mebêngôkre, também conhecidos como Kayapó Xikrin, habitam o estado do Pará e são filiados linguisticamente ao tronco Macro-Jê, família Jê.

⁹⁴ Tronco linguístico Macro-Jê, família linguística Karajá.

⁹⁵ Família linguística Pano.

substrato cultural comum e o mesmo idioma, ou seja, fariam parte de um mesmo universo cultural.

Questionamentos podem surgir quanto aos etnônimos indígenas em questão, por serem nada semelhantes: Kayapó e Araxá. Como analisado anteriormente, o grupo Kayapó do sul da aldeia de Água Vermelha se autodenominava Panará (BARBOSA, 1918). Os Bororo, também conhecidos como Koxiponé, Araripoconé, Pararioné, Coroadó e por mais outros 20 etnônimos, na verdade se autodenominam Bóe (ZAGO, 2005) e os Kurumarê, se autodenominavam Aragui. Conforme discutido na introdução deste trabalho, a utilização de termos para a designação de grupos indígenas, tanto nas fontes documentais como na etnografia, é bastante problemática e quase sempre se deu por um olhar estrangeiro, ou seja, por terceiros.

O padre José de Castilho estava empenhado na construção do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas para os índios Araxá, mas não apenas estes índios habitariam o aldeamento. Dom Marcos aceitou a proposta do padre e reitor do Colégio de São Paulo, que ofereceu “seis casais de índios para a nova aldeia”⁹⁶, cujas despesas para a condução, como não eram elevadas, seriam pagas pela Fazenda Real de Goiás, caso o padre José de Castilho não tivesse condições financeiras de arcar com os custos.

No entanto, com o desmantelamento dos Araxá, o aldeamento que já estava em fase adiantada de construção e com investimentos oriundos da Fazenda Real, não teria serventia para os interesses da Coroa portuguesa. Era necessário aproveitar as instalações com novos índios que pudessem atuar na guerra contra os Kayapó do sul.

O deslocamento de índios para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas e o processo de territorialização

No final do ano de 1750, juntamente com seu exército de índios e mestiços, Pires de Campos saiu do aldeamento de Rio das Pedras encarregado por Dom Marcos de Noronha para promover o contato com “os gentios Taperapé, e Mangarirubas, e Curumarê q’ são de lingua geral [e que] haviam dito a Amaro Leyte que se querião aldear e que estavam promptos a receber Missionarios”.⁹⁷ Eram, portanto, índios que falavam línguas da família Tupi-Guarani. Tanto no mapa de Ângelo dos Santos Cardoso (Imagem 1) quanto no mapa de Francisco Tosi

⁹⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 30 de agosto de 1750, de D. Marcos Noronha ao Rvd.º Pe. Reitor do conselho de São Paulo, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.121.

⁹⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 24 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha, a el-Rei, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.43-6.

Colombina (Imagem 2) a atual Ilha do Bananal era denominada como “Ilha do Gentio Kurumarê”.

Com miçangas, baetas entre outros objetos utilizados para promover a aproximação e facilitar o contato, o sertanista e seu exército de guerreiros tentaram contatar os índios, que os receberam de maneira pouco amistosa, pois temiam travar relações com os não-índios, uma vez que no ano anterior, João Leme, sertanista de Cuiabá, havia estado naquele

certão e tratou os mesmos gentios tão bruscamente, q’ depois de os convidar para se aldearem e elles darem o seu assentimento, em huma madrugada cercou-lhe as aldeyas, e além das muitas mortes q’ se fizerão cativoulhe mais de 200 pessoas, que foi vendendo e trocando no mesmo certão.⁹⁸

Do contato hostil entre a bandeira capitaneada por Pires de Campos e os índios do Sertão do Gentio Kurumarê, foi o sertanista acometido por uma flechada. Esse episódio acabou por ser confundido com a causa da morte de Pires de Campos, que havia sido “flechado mortalmente pelos próprios Cayapó em 1751” (GIRALDIN, 1997, p.32). Conforme veremos adiante, o verdadeiro motivo do seu falecimento foi outro. Pires de Campos sobreviveu ao ferimento e se dirigiu até a aldeia dos Kurumarê, que segundo informações do governador, convieram em

quererem aseytar Missionario, e vierão com o mesmo Antonio Pires mais de cento e sincoenta pessoas, porem com o rigor da estação e grande epidemia que ordinariamente se encontra nos rios no tempo em q’ elles vão cheyos, morrerão muito mais de cem pessoas e chegando ao Rio Claro, compareceo mais de 50 indios de ambos os sexos, estes tomaram a determinação de não quererem passar daquele districto para diante, e que ali se querião aldeyar.⁹⁹

Ainda, segundo o governador Dom Marcos, o cacique Kurumarê havia prometido que no próximo verão estaria em “paz toda a sua nação”, pois os índios estavam “contentes” por “haverem vindo para a administração dos brancos”, porém, em uma noite, “fugirão todos”.¹⁰⁰ A maior parte dos fugitivos foi recapturada (exceto 14 índios), restando as mulheres, crianças e mais alguns homens a serem alojados nas proximidades do Rio Claro.

⁹⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 24 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha, a el-Rei, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.43-6.

⁹⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 24 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha, a el-Rei, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.43-6.

¹⁰⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 24 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha, a el-Rei, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.43-6.

Como apontamos anteriormente, a crítica ao documento é necessária e parece que a história com os Kurumarê foi um pouco diferente, a começar pelo sentimento de contentamento que, segundo o governador, os índios expressavam. Ora, que contentamento é esse em estar na companhia dos não-índios, cuja atitude dos indígenas foi buscar a fuga? Era notório que os Kurumarê não estavam satisfeitos com o tratamento dispensado pelo sertanista a eles. Além do mais, é digna de nota a grande mortandade, talvez, devido a algum tipo de epidemia, pois mais de dois terços dos índios morreram na viagem da Ilha do Bananal até às margens do Rio Claro.

Para o monarca português, Dom Marcos deveria demonstrar que seu governo transcorria dentro da normalidade e que havia por parte dele, enquanto governador e capitão-general, um cuidado especial no tratamento com os índios. Para confirmar esta afirmação, basta citar uma correspondência de Dom Marcos endereçada ao intendente de Pilões, 22 dias antes dessa escrita ao rei, em que o governador afirmava que não era surpresa se

nella [a aldeia dos Kurumarê] entrace o Antonio Pires de Campos com armas e que fizesse algumas mortes, não duvido eu posto que ele affirme o contrario, mas o q' está feyto não tem remedio nem eu já agora lhe possa dar nenhum.¹⁰¹

Mesmo sabendo do tratamento dispensado pelo sertanista aos índios, o governador ocultou esse fato do rei, talvez temendo algum tipo de repreensão por parte do monarca. Entretanto, em uma carta escrita em fins de março de 1751 a Pires de Campos, o governador foi mais incisivo, repreendendo a atitude do sertanista no contato com os índios, cujos meios utilizados não foram tão suaves, uma vez que se não viessem à força das armas “he certo q' elles não fugirão”.¹⁰²

Ainda tratando da expedição conduzida por Pires de Campos até a atual Ilha do Bananal, não foram só os índios Kurumarê os conduzidos pela bandeira do sertanista. Também havia alguns índios Karajá, ainda que parte destes tenha ficado em sua aldeia de origem. Sobre o contato com os Karajá, as informações do alferes de Dragões José Pinto da Fonseca, que liderava uma bandeira a qual promoveu a aproximação com grupos Karajá e Javaé, na então Ilha de Santa Ana (Ilha do Bananal) em meados do ano de 1775, são esclarecedoras ao afirmar que

¹⁰¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 2 de janeiro de 1751, de D. Marcos de Noronha ao Intendente de Pilloens, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.129.

¹⁰² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 30 de março de 1751, de D. Marcos Noronha, ao cel. Antonio Pires de Campos, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.132-3.

Haverá 20 annos que a este continente, veio o defunto Coronel Antonio Pires, que tratando esta nação [Karajá] debaixo de paz, e amizade alguns dias, no fim d'estes, lhe deu d'improvizo na principal aldeia, e não dando vida aos próprios inocentes, de cujos gemidos ainda hoje são os echos nos ouvidos d'estes miseráveis não podendo referir estas justas queixas, sem que as lagrimas testemunhem a sua dôr: feito este estrago, apanhou muitos prizioneiros, que conduziu em correntes para seus captivos, sendo a língua [intérprete] que nós trazemos hum a d'aquella preza: passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho amarrar estes prisioneiros em arvores, fazendo-lhe dar muitos açoites, dizendo que éra para lhes fazer conhecer o captiveiro: pelas fazendas por onde passou trocava gente a gados, e cavallos, que a maior parte d'estes fugirão para sua pátria, a publicar nella a tirania dos brancos.¹⁰³

O trecho transcrito do ataque de Pires de Campos aos Karajá nos permite compreender como o sertanista subjugava aldeias indígenas: por meio da força e com grande terror, promovendo mortes e maus-tratos aos índios, mesmo recebendo ordens de Dom Marcos para que efetuasse o contato de maneira branda, buscando atrair os índios para a chamada “civilização”. Assim, os Kurumarê tiveram como companheiros de viagem, os Karajá, que pelo caminho foram vendidos, o que talvez tenha ocorrido até mesmo com aqueles, motivo que pode ter contribuído para as fugas já mencionadas, assim como pelo baixo número de índios que chegaram até o Rio Claro.

A ideia inicial para receber os índios deslocados por Pires de Campos do Sertão do Gentio Kurumarê consistia na criação de um aldeamento na região do Rio Pilões¹⁰⁴. E, para a construção do aldeamento, ficaria encarregado o padre Bento Soares, até a chegada do padre José de Castilho, uma vez que era

desnecessaria a sua assistência no Rio das Velhas por agora, visto este gentio [Kurumarê] não querer por ser tão longe das suas terras, o q' o depois, poderemos conseguir com o tempo, e com a persuacção de VV. Rvmas. pa. q' não fique totalmente baldado, toda a despesa q' tem feito na Aldêa do Rio das Velhas.¹⁰⁵

Para o governador, os índios deveriam ser fixados em um aldeamento no Rio Pilões e, posteriormente, por meio do trabalho missionário feito com o padre José de Castilho,

¹⁰³ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.116.

¹⁰⁴ Na contraditória documentação consultada, ora se aventa a hipótese de construção de um aldeamento na região do Rio Pilões, ora na região do Rio Claro. Ambos os rios são próximos, sendo que o Rio Pilões deságua no Rio Claro.

¹⁰⁵ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 17 de dezembro de 1750, de D. Marcos Noronha ao Pe. Bento Soares, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.123.

transferidos para Santa Ana do Rio das Velhas, o que seria mais cômodo para o governo da capitania de Goiás, posto que os novos moradores poderiam ser empregados na defesa do Caminho dos Goíases, assim como nos combates contra os Kayapó do sul. Além do mais, o investimento feito pela Fazenda Real de Goiás no aldeamento de Santa Ana, não seria baldado.

Dom Marcos ordenou ao padre José de Castilho que se mudasse para a região do Rio Pilões juntamente com os casais de índios¹⁰⁶ oferecidos pelo reitor do Colégio de São Paulo, os quais já residiam em Santa Ana e que foram, assim, os primeiros moradores indígenas do local. Em Santa Ana além das ferramentas havia outros objetos que deveriam ser transferidos para o novo aldeamento que seria construído para os Kurumarê. Quanto aos “mantimentos” plantados, Pires de Campos seria o responsável por zelar por eles, assim como pela conservação das casas e das “madeyras q’ estiverem cortadas”¹⁰⁷ e que deveriam ser acondicionadas dentro das residências para que o tempo não as consumisse. Havia o claro interesse por parte de Dom Marcos em ocupar o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas em um futuro não muito distante.

Houve muitas incertezas quanto à possibilidade de que os Karajá e Kurumarê realmente pudessem ser aldeados às margens do Rio Pilões. A palavra final foi dada pelo padre Bento Soares, que achou por bem esses índios se mudarem para Santa Ana, devido às constantes fugas e por não haver grande quantidade de índios que permitisse a criação de um aldeamento. Os que ainda estavam às margens do Rio Pilões, mesmo oferecendo a eles mantimentos e roupas, optavam pela fuga.

Os poucos homens e mulheres que lá se encontravam, estavam presos a correntes, pois se não fosse assim, segundo Dom Marcos,

já se terião auzentado, o q’ precizamte. [precisamente] obriga a fazelos mudar de sitio porque a vizinhança das suas terras e a facilidade com q’ paixão o Rio lhe não esteja fazendo saude de se verem na sua liberde. [liberdade]”¹⁰⁸

¹⁰⁶ Pela documentação consultada não pudemos confirmar a origem dos índios dos aldeamentos da capitania de São Paulo. Segundo Pasquale Petrone (1995), os aldeamentos indígenas paulistas eram habitados por índios de diversas origens, grande parte deles deslocados de outras regiões da América portuguesa. Há, porém, uma forte presença de grupos indígenas da família Tupi-Guarani.

¹⁰⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 28 de dezembro de 1750, de D. Marcos Noronha ao Pe. José de Castillo, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.123-5.

¹⁰⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de D. Marcos Noronha, datada de 30 de março de 1751, ao padre José de Castillo, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.134-5.

As constantes fugas, a facilidade com que retornavam para suas aldeias, além da existência de um aldeamento em fase avançada de construção, ainda que distante, foram fatores decisivos para a mudança dos índios da região do Rio Pilões para o Rio das Velhas.

Então, qual era a situação de Santa Ana do Rio das Velhas quando ocorreu a mudança dos indígenas para o aldeamento? As palavras de Dom Marcos são esclarecedoras nesse sentido, quando o governador procurou obter informações do padre Bento Soares sobre a viabilidade da mudança dos índios. Dom Marcos também não deixou de mencionar os gastos da Fazenda Real no aldeamento que era

humã aldêa couza notável, não hé com grande abundancia de mantimentos, mas com muitas fructas, e todos os mais regalos que pemite a abundancia daquele certão, boas cazas p.^a assistência dos Pes. [padres], Capela para dizerem missa, muitas e largas acomodações p.^a os índios, porque ainda que fossem duzentos cazaes todos poderão viver sem aperto. Tudo isto [...] está feyto com gde. trabalho do Pe.[José de Castilho] e com não menos despesas da Fazenda Real e não havendo qm. habite estas cazas e cultive estes campos, ficarão se não perdido, ao menos em grande deterioração.¹⁰⁹

Grande parte dos Kurumarê e Karajá que aguardavam o momento para serem deslocados para Santa Ana foram acometidos por uma epidemia, sendo necessário um período de espera maior para que estivessem em melhores condições físicas para cumprir a longa viagem. Foi motivo também para retardar a mudança para o aldeamento, ordem de Dom Marcos para recolher os índios Karajá que haviam sido por “Antonio Pires dados, ou vendidos áquelles moradores a quem mandey tirar se for preciso”.¹¹⁰

O capitão Antônio de Lemos Faria foi o responsável por conduzir os índios até o arraial de Santa Cruz¹¹¹, local em que o padre José de Castilho receberia os indígenas para conduzi-los até o aldeamento de Santa Ana. Dom Marcos também informou ao intendente dos diamantes, Belchior Barreto, que não deixasse de recolher duas índias tendo uma delas um filho, que pertenciam a Antônio Jorge, que as possuía sob o título de administração, porém, “este não hé valiozo”.¹¹²

Para afirmar que o título de administração das índias não era válido, talvez o governador da capitania de Goiás tenha se baseado no fato de que administração foi proibida

¹⁰⁹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 16 de março de 1751, de D. Marcos Noronha ao Pe. Bento Soares, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.130-1.

¹¹⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 18 de junho de 1751, ao padre José de Castilho, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.137-8.

¹¹¹ Atual cidade de Santa Cruz de Goiás (GO).

¹¹² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 4 de agosto de 1751, ao intendente dos Diamantes, Belchior I. Barreto, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.139.

em São Paulo por meio de um Bando emitido pelo Conde de Sarzedas, datado de 19 de março de 1733 (quando Goiás e Mato Grosso ainda faziam parte daquela capitania), sendo a causa dessa proibição, o baixo número de índios residentes nos aldeamentos, núcleos importantes para os interesses da Coroa portuguesa (PETRONE, 1995). Com a proibição, os colonos se mobilizaram por meio de processos para evitar o fim da administração, e se mostraram dispostos a devolver os índios sempre que a Coroa requisitasse. A administração só seria oficialmente extinta em toda a América portuguesa mais de duas décadas depois, por meio de um Alvará de 8 de maio de 1758 (PETRONE, 1995).

A prática da administração que recaía sobre as duas índias e o filho de uma delas e que foi contestada por Dom Marcos, demonstra o quanto a legislação indigenista do período colonial era contraditória: se Antônio Jorge não poderia possuir nenhum índio administrado, pois era ilegal, Pires de Campos possuía centenas deles. Obviamente, pesava a favor do sertanista, o fato da existência do ajuste assinado com o então governador de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas, a mando do rei de Portugal, para mover guerra contra os Kayapó do sul.

As duas índias administradas e o filho de uma delas deveriam ser entregues também a Antônio de Lemos Faria para serem levados para Santa Cruz e havia uma preocupação especial por parte do governador com essas indígenas, uma vez que Dom Marcos pediria “exacta conta”¹¹³ ao capitão quanto ao destino final delas.

Entre o fim de agosto e início de setembro de 1751, finalmente os índios seguiram para Santa Cruz para serem recebidos pelo padre José de Castilho. Em uma carta ao religioso, o governador informou a quantidade de indígenas que estavam sob os cuidados de Antônio de Lemos, “vinte e nove índios, entre pequenos e grandes das nações Bororó, Curumarê e Carahá [Karajá]”, tendo ficado alguns impossibilitados de seguirem viagem em consequência de doenças. O pequeno número de indígenas que seriam aldeados em Santa Ana, concluiu o governador, era em decorrência da “grande quantid.^e q’ tem morrido”.¹¹⁴ Digno de nota são as epidemias que assolavam os índios, o que era relativamente comum, visto que muitos deles travavam os primeiros contatos com os não-índios e, conseqüentemente, com vírus e bactérias contra os quais não tinham imunidade.

Quanto aos Bororo conduzidos para o aldeamento, estes faziam parte da bandeira que Pires de Campos guiou pelo sertão do gentio Kurumarê, tendo por algum motivo (talvez doenças), ficado na região do Rio Pilões, pois, em 1751, Dom Marcos afirmava que havia

¹¹³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 4 de agosto de 1751, ao intendente dos Diamantes, Belchior I. Barreto, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.139.

¹¹⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 22 de agosto de 1751, de D. Marcos de Noronha ao padre José de Castilho, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.24.

“grande doença”¹¹⁵ nos Bororo que havia acompanhado Pires de Campos mas que já se encontravam em Rio das Pedras.

Esses deslocamentos de um pequeno número de indivíduos ou mesmo de grupos indígenas inteiros para os aldeamentos da região do Sertão da Farinha Podre, podem ser interpretados a partir da noção de “territorialização” proposta por Oliveira (1998, p. 55) que é um

processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (grifo do autor).

A territorialização pode ser compreendida como uma intervenção “da esfera política” que associa grupos ou um conjunto de indivíduos a “limites geográficos bem determinados” (OLIVEIRA, 1998, p. 56). O processo de territorialização consiste no “movimento pelo qual um objeto político-administrativo” (no caso do Brasil, as comunidades indígenas),

vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

Citando o antropólogo Fredrik Barth, mas sem se restringir à dimensão identitária, Oliveira (1998, p. 56) afirma que as

afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções.

Assim, mediante o processo de territorialização, grupos indígenas relativamente livres e que empreendiam movimentos de deslocamentos nos sertões da América portuguesa, conforme as necessidades de sobrevivência ou mesmo motivados por guerras, eram então

¹¹⁵ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de D. Marcos de Noronha ao Alferes João Gaudieley, datada de 30 de março de 1751, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.133-4.

assentados em limites geográficos fixos, a partir da criação dos aldeamentos, processo que permitiu aos índios uma reestruturação cultural e a criação de uma nova identidade.

Para encerrarmos este subcapítulo, é necessário mencionar que, no período de deslocamento da bandeira de Pires de Campos para promover o contato com os Kurumarê, ficou encarregado de defender o Caminho dos Goias e realizar incursões pelas áreas que os Kayapó do sul costumavam atacar, o alferes João Gaudieley, que recebeu ordens de Dom Marcos para que, enquanto o sertanista estivesse ausente, “sentace praça a dez soldados, a quem daria baixa logo que [...] [Antonio Pires de Campos] se recolhesse a esse districto”.¹¹⁶

A política indigenista em Goiás e a atuação do sertanista Antônio Pires de Campos na guerra contra os Kayapó do sul

Para compreendermos a guerra que foi movida aos Kayapó do sul em Goiás, é importante promovermos uma análise da legislação indigenista vigente na então capitania. Segundo a historiadora Mary Karasch (1992), a política indigenista em Goiás no século XVIII foi orientada pela busca de riquezas minerais, pela necessidade de abertura de fazendas e da obtenção de escravos índios, importante mão de obra em uma capitania onde um escravo de origem africana possuía elevado preço.

A legislação indigenista em Goiás, até o final do período colonial, mostrava-se como uma questão secundária para os funcionários da Fazenda e os membros do Conselho Ultramarino, uma vez que grande parte das correspondências produzidas durante o período enfatizava a mineração, sendo que os índios só apareciam nos registros quando ameaçavam as lavras ou as cidades mineiras (KARASCH, 1992). Como exemplo da importância da mineração para os governadores de Goiás, no relato já citado sobre o ataque de uma bandeira composta pelos Bororo a uma aldeia Kayapó do sul que havia investido contra o arraial de Santa Luzia, o governador João Manuel de Melo não deixou de informar ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a notícia dada pelos índios e que “mais estimarão os moradores do arrayal [de Santa Luzia]”: a descoberta de um córrego com “boas formaturas de ouro, e não obstante faltar-lhes almocafres e bateas fizerão com as mãos o exame e acharão vários grãos de Ouro”.¹¹⁷ O grande obstáculo,

¹¹⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de de 30 de março de 1751, de D. Marcos Noronha ao cel. Antonio Pires de Campos, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.132-3.

¹¹⁷ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

segundo o governador, para a extração do metal precioso, seria a presença de uma grande aldeia Kayapó do sul que estava próxima ao curso d'água.

A prática da guerra contra os índios era importante na medida em que poderia trazer grandes lucros ou mesmo resultar na obtenção de escravos (KARASCH, 1992). Nos relatos sobre as ações das bandeiras que atacavam os Kayapó do sul, é possível constatar o aprisionamento de índios como no caso das “seis gentias, e vinte e cinco crianças”¹¹⁸ capturadas pela expedição de João de Godói Pinto da Silveira ou na bandeira liderada por Victor Antônio, composta em parte pelos Bororo de Rio das Pedras e que aprisionou “dezoito rapazes [Kayapó do sul] de pouca idade”.¹¹⁹ Pires de Campos, em 1742, ao atacar uma aldeia Kayapó do sul, chegou a aprisionar 32 índios (GIRALDIN, 1997).

Em suas reflexões, a historiadora Juciene Ricarte Apolinário (2006) afirma que a política indigenista em Goiás mostrou-se contraditória ao longo do século XVIII, pois, mesmo proibida a escravidão indígena e os maus tratos, havia alvarás, provisões e cartas régias que permitiam aos moradores utilizarem mecanismos coercitivos e a própria escravidão contra os índios, além da declaração de guerra justa quando os indígenas considerados “hostis” obstavam a expansão e a execução de algum projeto colonial. Na primeira metade do século XVIII, a pacificação de grupos indígenas estava justificada em um discurso amparado na representação religiosa de salvação da “gentilidade” dos índios e “o Estado era o instrumento de conversão e ‘civilização’ através das práticas jurídico-administrativas aplicadas pelos seus vassalos” (APOLINÁRIO, 2006, p. 113).

Na segunda metade do século XVIII, no governo do Barão de Mossâmedes (1772 – 1778), fiel seguidor das instruções do Diretório (que será discutido de maneira mais aprofundada no capítulo 3), a política indigenista foi baseada na tentativa de submissão dos índios ao sistema colonial por meio dos aldeamentos, utilizando-os como mão de obra compulsória no entorno destes núcleos indígenas, em atividades agropastoris, como canoieiros, barreiras humanas contra grupos hostis e estrangeiros ou em trabalhos de manufatura, visto que as condições financeiras dos mineradores goianos não lhes permitia a aquisição de escravos africanos (APOLINÁRIO, 2006).

É importante ressaltar que a política indigenista em Goiás mostrou-se inseparável da empresa missionária (KARASCH, 1992). A atuação das ordens religiosas entre os índios

¹¹⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]. (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

¹¹⁹ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

objetivava, além da catequização, a transformação do indígena, sua “civilização” (tal discussão será mais aprofundada no próximo capítulo) que culminaria em novos súditos do rei de Portugal e novos membros para a Igreja Católica.

Em Goiás, a política indigenista mostrou-se variável conforme a região em questão: no norte, com ataques indígenas mais frequentes (de grupos Xavante e Avá-Canoeiro), a política indigenista visava o trabalho, a incorporação do indígena como mão de obra, enquanto no sul, os luso-brasileiros tinham “conquistado, escravizado, civilizado ou exterminado os índios assimilando os sobreviventes” (KARASCH, 1992, p. 402). Esse processo de extermínio dos índios na parte sul de Goiás não deixou de ser conflituoso e longo, uma vez que ainda, no fim da década de 1880, grupos de Kayapó do sul praticavam ataques contra os não-índios (conforme as descrições das incursões guerreiras constante no Quadro 1), matando pessoas e animais.

As reflexões de Karasch (1992, p. 401-2) apontam para mudanças na política indigenista em Goiás no início do século XIX, em virtude da saída de governadores portugueses “paternalistas” e a chegada ao poder de políticos goianos, os quais eram também poderosos fazendeiros e que se mostravam interessados na questão das terras e da escravidão indígena. Com a chegada da família real ao Brasil, pela primeira vez depois da Lei de 1755, que aboliu a escravidão indígena, cartas régias autorizavam a guerra aos índios considerados hostis em Goiás, assim como sua captura para serem utilizados como escravos (KARASCH, 1992).

Trazendo essa mudança na política indigenista em Goiás para os aldeamentos localizados na região do Sertão da Farinha Podre, apesar de a região em questão ter sido desanexada em 1816, sendo incorporada a Minas Gerais, veremos, no próximo capítulo, que a dinâmica foi em parte semelhante, com a ocupação de terras indígenas pelos geralistas e a atuação de um potentado que possuía grandes extensões de terra e que trabalhou constantemente pela expulsão dos índios. Talvez a diferença resida na questão da mão de obra indígena, uma vez que, pelas fontes consultadas, não pudemos perceber o interesse dos não-índios pelo trabalho exercido pelos índios no Sertão da Farinha Podre.

Por fim, é importante citar uma reflexão de Apolinário (2006, p. 181) afirmando que

nas gestões dos governadores da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha e João Manuel de Melo, a prática da política indigenista foi um verdadeiro fracasso devido a diversos fatores, principalmente as ações políticas dos grupos Akroá e Xakriabá que organizaram dois levantes, provocando a bancarrota dos planos dos colonizadores.

Devemos analisar a afirmação de Apolinário com cautela. Creditar um total fracasso da política indigenista durante o governo de Dom Marcos de Noronha pode ser um equívoco. Se no norte, os Akroá juntamente com os Xakriabá se rebelaram, na parte sul da capitania (ainda que os Kayapó do sul continuassem suas incursões guerreiras) com a criação dos aldeamentos de Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas e as expedições guerreiras que Pires de Campos capitaneava objetivando a defesa do Caminho dos Goiaes ou os ataques às aldeias quando algum grupo inimigo realizasse investidas em Goiás, estavam surtindo o efeito desejado pelo governo da capitania. Portanto, o fracasso da política indigenista no governo de Dom Marcos (compreendidos entre os anos de 1749 e 1755) pode ter sido parcial e diz respeito ao norte de Goiás. Conforme o próprio relato de Dom Marcos de Noronha, Pires de Campos estava

cumprindo com a sua obrigação de q' tem resultado grande utilidade aos viandantes q' continuamente andão pelo caminho de S. Paulo p.^a estas Minas, adonde experimentavão grandes hostilidades do gentio cayapó, e são passados mais de dous annos q' estes tem cessado e andão livremente os comboeiros por esta estrada posto q' em algumas outras partes deste governo o mesmo gentio tenha cometido alguns excessos com tudo hé em districto muito diverso do q' se incluiu nomes no mesmo ajuste sem embargo disto algumas vezes tenho ordenado ao mesmo Antonio Pires de Campos q' acuda com os seus Bororós e prontamente o tem feyto como se lhe determina.¹²⁰

Empenhado na conquista de suas “mercês”, o sertanista objetivava cumprir fielmente o acordo firmado com o então governador da capitania de São Paulo. Agindo dessa maneira, Pires de Campos garantia parcialmente o êxito da política indigenista na parte sul da capitania de Goiás. Embora os Kayapó do sul atacassem em outras regiões de Goiás, estas não estavam inclusas no “ajuste” firmado com Dom Luís Mascarenhas em 1748 (Pires de Campos deveria defender a estrada, a capital de Goiás - Vila Boa - e as circunvizinhanças desta vila).

Conforme o “Regimento” que orientou a atuação de Pires de Campos, como recompensa, o sertanista teria direito, caso os Kayapó do sul não cometessem seus insultos ou hostilidades após um ano, o Hábito de Cristo e 50 mil réis de tença. Não conseguimos encontrar nenhum documento que mencionasse a concessão destas “recompensas” ao sertanista, mesmo tendo o próprio governador Dom Marcos de Noronha reconhecido que já há dois anos não havia ataques Kayapó do sul. Amantino (2008) afirma que Dom Marcos não

¹²⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 12 de abril de 1751, do Conde dos Arcos, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.46-7.

cumpriu com o acordo firmado entre o sertanista e o então governador de São Paulo. Quanto à recompensa do ofício de escrivão da ouvidoria de Vila Boa, isento de donativo e terças partes, Pires de Campos não seria agraciado com tal prêmio conforme veremos adiante. Os Kayapó do sul não tardariam a promover novos ataques, inclusive em regiões próximas à Vila Boa.

Ainda sobre Pires de Campos devemos dedicar mais algumas linhas do trabalho, principalmente sobre sua história de vida, afinal, foi o homem que mais se empenhou no combate aos Kayapó do sul no século XVIII. Como afirmado anteriormente, o sertanista mantinha uma relação bastante conflituosa com seus índios administrados. Já relatamos o estado de penúria em que os Bororo chegaram a Vila Boa, o que fez com que Dom Luís Mascarenhas concedesse alguns meses de descanso para a recuperação física dos índios.

O temperamento de Pires de Campos era outra característica bastante intensa de sua personalidade. O sertanista se indispôs com o padre José de Castilho que, mesmo morando em Santa Ana do Rio das Velhas, era o responsável pelo auxílio espiritual dos índios em Rio das Pedras. Também não se relacionava muito bem com o alferes João Gaudieley, apesar de este ser considerado pelo governador da capitania de Goiás, como pessoa não muito confiável, a ponto de Dom Marcos escrever uma carta para o padre jesuíta relatando que o religioso se encontrava

situado em hum Certão tal, e com gente tão fora de proposito, como são esses seus vizinhos, com quem eu considero huma total opposição, entre Ant.^o Pires de Campos e o Alferes João Guadieley, q' suposto nenhum deles se me queyxe , estou informado q' pouco lhe falta para serem inimigos declarados.¹²¹

Segundo Dom Marcos, o sertanista tinha “grande ciúme” do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas e temia ser retirado dele “todos os Indios da sua administração”.¹²² A indisposição do sertanista com João Gaudieley foi motivada devido ao auxílio que o alferes prestava para a edificação de Santa Ana do Rio das Velhas, indicando que Pires de Campos, após a dizimação dos Araxá, não se mostrava muito contente com a criação desse aldeamento.

Com o jesuíta, a indisposição de Pires de Campos teve início após uma farta colheita de mantimentos nas roças de Santa Ana do Rio das Velhas, que seria, então, por ordem do governador, utilizada para a alimentação dos índios e dos soldados, sendo o excedente

¹²¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 28 de junho de 1751 ao padre José de Castilo, fundador da aldeia de Santana do Rio das Velhas, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.19-20.

¹²² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 12 de novembro de 1751 ao dr. Manoel Gomes da Costa, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.31-2.

vendido para a compra de peças de vestuário para os indígenas e para o término da construção do aldeamento. Talvez Pires de Campos esperasse algum tipo de contribuição da abundante colheita e, ao não recebê-la, se indispondo com o inaciano.

Contribuiu ainda mais para a relação conflituosa entre o jesuíta e o sertanista, o trabalho missionário do religioso que, ao ouvir a confissão de uma índia, filha de um cacique, pedindo a ele para livrá-la do miserável estado em que se encontrava, solicitou ao padre que falasse com

Antonio Pires [para que] a deixace cazar, tanto q' lhe falou nesta matéria: concebeu hum tal ódio, e tomou tal vingança na índia q' pela primeira vez lhe deram 600 asoutes [açoutes], de q' esteve a morte, e Antonio Pires em g.^{de} cuidado, porq' os Paes da mesma India lhe disseram se vinham queixar a mim.¹²³

Ainda, segundo Dom Marcos, os índios que acompanharam Pires de Campos para o sertão em busca dos Kurumarê, disseram em Pilões, que “estavam m.^{to} mal satisfeito da administração de Ant.^o Pires, pelo m.^{to} trabalho q' lhe dava, ao mesmo tempo dandolhe pouco, ou nada de comer, e nenhum vestuário”.¹²⁴ Tendo ficado alguns Bororo em Pilões, por motivo de doença, disseram que preferiam fugir a ter que voltar para a administração do sertanista.

Os trechos da carta de Dom Marcos ao ouvidor geral são provas da conturbada relação de Pires de Campos com seus índios. Era por meio da força que o sertanista subjugava as aldeias e o controle que Pires de Campos exercia sobre os índios se dava também pela mesma força e pela prática da guerra. Afinal, ambos – o sertanista e os Bororo – tinham um inimigo em comum a ser combatido e os índios eram muito importantes para essa empreitada, além da administração, que ao sertanista era permitida pelo governo (ao contrário de alguns moradores de Goiás, como o já citado Antônio Jorge, que foi obrigado a entregar as duas índias e o filho de uma delas para serem levados para Santa Ana do Rio das Velhas).

Nesse momento do texto é importante citarmos Laura de Mello e Souza e seu trabalho sobre a política e administração na América portuguesa. Segundo a autora, nas colônias, separadas por grandes distâncias das metrópoles (os centros decisórios do poder),

¹²³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O Conde dos Arcos [...] uma carta de 12 de novembro de 1751 [...], Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.29-30-1.

¹²⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O Conde dos Arcos [...] uma carta de 12 de novembro de 1751 [...], Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.29-30-1.

o mando estava fadado a ser contemporizador, pois caso vestisse apenas a máscara da dureza, o edifício todo se esboroava, a perda do controle levando à da própria colônia. Administração, portanto, só podia ser entendida à luz da política (SOUZA, 2006, p. 31).

Assim, governadores e capitães-generais, como no caso de Dom Marcos, em Goiás, grande parte de origem portuguesa, tinham que se adequar ao contexto vivido em suas respectivas capitanias. Governar somente conforme as ordens vindas de Portugal poderia ameaçar a estabilidade da própria colônia. Concessões eram feitas, assim como o ocultamento de fatos que poderiam prejudicar os membros mais influentes da administração na América portuguesa. Foi o caso de Pires de Campos, que mantinha índios administrados e que os tratava de maneira bastante rude, violenta, evidenciando pelos documentos consultados, certo desleixo e maus-tratos.

Dom Marcos sabia da proibição da administração de índios, tanto que mandou recolher as índias administradas por Antônio Jorge, assim como também que os indígenas aldeados deveriam ser tratados com respeito e humanidade em toda a América portuguesa. Contudo, em Goiás, em um ambiente de guerra contra os Kayapó do sul, ao sertanista Pires de Campos era permitido manter os Bororo sob administração, pois essa força guerreira era importante para combater um dos grupos indígenas mais aguerridos e que obstava a expansão não-indígena na região central da então colônia: os Kayapó do sul.

Igualmente é possível visualizar, nos trechos citados, que os índios, por mais que estivessem em uma situação de quase escravidão (eram administrados), sabiam a quem recorrer nos casos de maus-tratos, como os pais da índia que foi açoitada e morta em decorrência de um castigo e dos índios que reclamaram da administração de Pires de Campos na região do Rio Pilões. Ainda que os excessos que Pires de Campos cometia fossem recorrentes, o governador no máximo o repreendeu por carta, ocultando informações do que se passava em Goiás do próprio rei de Portugal. Mesmo assim, a ameaça dos pais da índia morta foi uma maneira de causar certa preocupação ao sertanista.

A morte do sertanista Antônio Pires de Campos e a sucessão do direito de combate aos Kayapó do sul

Em fins de 1751, corria um boato pela capitania de Goiás acerca de ladrões que estavam se preparando para furtar o quinto que seria transportado pela Picada de Goiás até o

arraial de Paracatu.¹²⁵ Segundo Dom Marcos, esse boato deve ter se originado com algumas pessoas que acompanhavam um fugitivo de Paracatu, de nome Joaquim de Macedo. De Paracatu, o quinto teria como destino a Vila de Sabará.¹²⁶ Temendo que o boato se transformasse em realidade, Dom Marcos decidiu reforçar a guarda que acompanhava o transporte do imposto que, além dos oito soldados Dragões e mais 30 soldados da Companhia de Pedestre, contava com negros e demais pessoas armadas, sendo que todo esse contingente, teria como auxílio, mais 10 soldados Dragões que estavam em Meia Ponte.¹²⁷

Entretanto, além de toda essa comitiva, o governador achou por bem convocar Pires de Campos “com huns poucos de trilhadores [possivelmente índios que] adiante [se ocupariam] [...] [de] examinar os capoens e as morrarias q’ há naquelle Districto”.¹²⁸ A experiência em percorrer as matas com seus índios foi o principal motivo para que Pires de Campos fosse chamado para descobrir trilhas de possíveis ladrões e até mesmo de índios, pois o sertanista iria com seus trilhadores adiante da comitiva para percorrer os sertões que eram cortados pela Picada de Goiás.

Essa foi a última viagem de Pires de Campos que não morreu flechado por um índio Kayapó do sul (CASAL, 1976); (GIRALDIN, 1997); (KOK, 2004) ou em decorrência de complicações de um ferimento causado por uma flecha que recebeu no ano de 1755, próximo à Vila Boa, conforme Toledo Piza afirmou nos “Documentos Interessantes”¹²⁹. Aliás, em 1755, ele já se encontrava morto há quatro anos.

A verdadeira causa da morte do sertanista “aquem não poderam aproveitar os muitos remédios, e a cuidadosa assistencia [...] [foi] a furioza malina q’ lhe sobreveyo em menos de cinco dias [e] o reduzia ao ultimo estado”.¹³⁰ Portanto, Pires de Campos morreu em decorrência de um malina fulminante, doença atualmente conhecida como malária e transmitida pela picada de um mosquito anofelino que era bastante comum no período colonial, sendo o responsável por grandes epidemias, principalmente em áreas que estavam localizadas próximas aos rios e de ocupação recente pelos não-índios.

Pires de Campos deixou dívidas com a Fazenda Real, com credores, além de alguns bens, que Dom Marcos afirmou ser

¹²⁵ Atual cidade de Paracatu (MG).

¹²⁶ Atual cidade de Sabará (MG).

¹²⁷ Atual cidade de Pirenópolis (GO).

¹²⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta do Conde dos Arcos, datada de 30 de setembro de 1751, para Belchior Izidoro Barreto, Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.141.

¹²⁹ Anexo I. Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895, p. 282-7.

¹³⁰ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. A carta [...] datada de 12 de novembro de 1751, D. Marcos de Noronha [...], Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p. 33-4..

trez sítios [...] no caminho de S. Paulo, tem mais de trezentas cabeças de gado, alguma prata de seu uzo emedizem q' não pouca; o movel da sua caza, e fora disto os seus escravos, cujo n.º eu não sey, porem a respeito destes pode haver algumas contendas, porque alguma parte deles estão ainda por pagar, e o direito de seus donos he mais bem fundamentado do q' o da Fazenda Real.¹³¹

Pires de Campos possuía um considerável número de bens: terras, cabeças de gado, escravos e objetos de prata. No entanto, a preocupação do governador da capitania de Goiás não recaía tanto sobre os bens do morto (ainda que o dirigente demonstrasse preocupação com uma possível fuga dos escravos para o sertão), mas sim sobre os índios “mansos” que deveriam continuar “naquelle Districto, porq' delles depende o socego dos moradores e segurança dos viandantes”.¹³²

A administração dos índios não poderia ser arrematada pela Fazenda Real, nem pelo juiz dos ausentes e nem pelos credores de Pires de Campos. Também era vedada tal prática aos irmãos do sertanista, Manoel de Campos e Cláudio Pires. Essa proibição da arrematação da administração dos índios (ninguém poderia fazê-la, nem mesmo a Fazenda Real, que era um órgão da administração fazendária no Brasil Colonial), talvez seja uma prova de que a administração dos Bororo por Pires de Campos era uma exceção, isso não quer dizer que tal prática não tenha sido comum na América Portuguesa.

Os governadores das capitanias, como visto, tiveram que adequar seu modo de governo à realidade com que se deparavam na colônia. A balança, nesse caso, nunca apresentou um peso igualitário, pois sempre pendeu para um dos lados, a partir da existência dessas “exceções”. Nas regiões mais afastadas da América portuguesa, geralmente locais em que escravos africanos eram caros, a administração dos índios poderia ser uma alternativa viável para os colonos como mão de obra. Soma-se a este panorama, a quase ausência de fiscalização de áreas remotas das capitanias, agravadas por caminhos difíceis, com o perigo de ataque de índios hostis, quilombolas e mesmo de animais.

Os irmãos de Pires de Campos, Manoel e Cláudio, eram considerados irracionais pelo governador Dom Marcos, cabendo a um deles, a expressão de misantropo e incapaz de conseguir realizar qualquer trabalho, ao passo que o outro, não era digno de confiança. Tendo más indicações sobre os consanguíneos do sertanista, até Dom Marcos temia que as ordens

¹³¹ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de “Vila Boa, 8 de Novembro de 1751”, de D. Marcos de Noronha para o dr.. Manoel Gomes da Costa, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.26-7.

¹³² Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 12 de novembro de 1751, do Conde dos Arcos, ao dr. Manoel da Costa, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.31-3

por ele expedidas não fossem cumpridas, em decorrência de um dos irmãos viver com “grande cafila de mulatos [...] fiado na distancia em q’ se acham”.¹³³

A preocupação com o destino dos índios que acompanhavam Pires de Campos não era fortuita, afinal, foram eles que combateram os Kayapó do sul e continuariam a combatê-los mesmo após a morte do sertanista. Isto demonstra a dependência dos não-índios frente ao trabalho exercido pelos índios.

Para Dom Marcos, os Bororo deveriam ser ouvidos quanto ao destino do local em que queriam residir: se desejavam continuar em Rio das Pedras ou se queriam a mudança para Santa Ana do Rio das Velhas, “por reconhecerem q’ serão mais fartos, e mais bem tratados”.¹³⁴ Em Rio das Pedras, Pires de Campos era o responsável por prover os índios com alimentos e vestuário, o que talvez explique o atrito entre o sertanista e o padre José de Castilho, quando Pires de Campos desejava obter o excedente das roças de Santa Ana, afinal, caso parte da colheita fosse encaminhada para Rio das Pedras, Pires de Campos, conseqüentemente, seria poupado de novos gastos. O fato de o sertanista ser o responsável pelo abastecimento de Rio das Pedras, nos permite compreender também as reclamações dos Bororo sobre a falta de vestuário e de alimentação feita na região do Rio Pilões.

Sem Pires de Campos para promover as incursões ao longo do Caminho dos Goíases ou rebater ataques dos Kayapó do sul, Dom Marcos recomendou ao alferes João Gaudieley ter cuidado com o “cam.^o p.^a q’ os cayapós não possam continuar os seus insultos, não só com os seus soldados, mas com os mesmos Bororós poderá VM trilhar a Campanha, tão frequentem.^{te} q’ possam os viandantes continuar a sua viagem sem o receyo de serem atacados”.¹³⁵

Até ser resolvido se seria assinado ou não um contrato com algum irmão de Pires de Campos para dar prosseguimento ao serviço que o sertanista desempenhava, Antônio de Lemos Faria seria o responsável pelos Bororo, tendo o alferes João Gaudieley o auxílio dos índios para percorrerem juntos, o Caminho dos Goíases. No campo da assistência espiritual, continuava no trabalho o padre José de Castilho.

No final de 1751, cinco índios que ainda estavam em Pilões (dois homens e três mulheres) foram batizados pelo padre Bento Soares e deslocados para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas. Já Manoel de Campos, que se encontrava em Vila Boa tratando dos

¹³³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 8 de Novembro de 1751, de D. Marcos Noronha ao dr. Ouvidor Geral, que revela, a exemplo da carta anterior, pela primeira vez, a morte do famoso caçador de índios, cel. Antônio Pires de Campos, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.27-8.

¹³⁴ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. O Conde dos Arcos [...] uma carta de 12 de novembro de 1751 [...], Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.29-30-1.

¹³⁵ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 8 de Novembro de 1751, de D. Marcos Noronha ao padre José de Castillo, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.29.

negócios de seu falecido irmão, levaria mais uma índia Bororo com seus dois filhos para serem entregues a Antônio de Lemos Faria que, por sua vez, os deixaria aos cuidados do padre José de Castilho. Em uma carta ao religioso, Dom Marcos escreveu que, com a morte do sertanista, o jesuíta se encontrava “mais livrem.”¹³⁶ [para] fazer o officio de Missionario” além de crer que, com o auxílio do inaciano, os índios andariam “mais bem vestidos”.¹³⁶

Objetivando dar prosseguimento ao trabalho de manter as minas de Goiás e o caminho de São Paulo até Vila Boa livre das hostilidades dos Kayapó do sul, o governo de Goiás decidiu conceder a Manoel de Campos, uma vez que este pretendia “continuar no mesmo serviço” de Pires de Campos e sob as mesmas “mercês que estavam prometidas a seo Yrmão”, o direito de defender os caminhos dos ataques Kayapó do sul ou, então, de tentar aldeá-los com “brandura”, não se esquecendo de obrigatoriamente, pagar as “outavas que setinhão emprestado”¹³⁷ para o sertanista falecido.

Manoel de Campos não prosseguiu com o trabalho de defesa do Caminho dos Goiaes ou de tentar aldear os Kayapó do sul, sendo sucedido por Antônio de Lemos Faria. As fontes consultadas não nos permitiram compreender o motivo para tal fato. Todavia, os Bororo não estavam satisfeitos com o comando de Antônio de Lemos Faria por não desempenhar suas funções de combate aos Kayapó do sul de maneira adequada e desejada pelos índios aldeados. Com a fuga de três índios Bororo que foram até Dom Marcos revelar sua insatisfação com o capitão que sucedeu Pires de Campos e que queriam no lugar dele um paulista, o governador acatou a queixa e a opinião dos índios, retirando Antônio de Lemos Faria do comando dos índios aldeados (AMANTINO, 2008).

É interessante notar a capacidade de negociação que os índios aldeados possuíam perante o governador de Goiás. Os indígenas que residiam nos aldeamentos não eram, portanto, manipuláveis, aceitando todas as decisões com resignação. Diversamente, souberam manifestar, expor e defender seus interesses, o que demonstra, ao contrário de uma historiografia praticada há algumas décadas, que os indígenas também foram sujeitos de sua própria história.

Segundo Almeida (2003, p. 45), nos aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro, as alianças que índios e não-índios fizeram expressavam “a mútua dependência entre os grupos envolvidos e os diferentes interesses que motivaram ao acordo, cada qual relacionado à dinâmica de suas respectivas organizações sociais”. No caso dos índios aldeados no Sertão da

¹³⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 20 de dezembro de 1751, de D. Marcos Noronha, ao padre José de Castillo, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p.37.

¹³⁷ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 22 de maio de 1753, de D. José, Rei de Portugal, ao Conde dos Arcos, Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982, p 42-3.

Farinha Podre, eles tinham consciência de sua importância para o governo e para os moradores da capitania de Goiás e, ao se aliarem para combater um inimigo em comum – os Kayapó do sul –, buscavam também, na medida do possível, manifestar seus anseios.

Por fim, é necessário dedicar mais algumas palavras aos dois aldeamentos localizados entre os Rios Grande e Paranaíba. Rio das Pedras, como visto, foi o primeiro a ser criado na região ainda em 1748, a partir do “ajuste” entre o sertanista Antônio Pires de Campos e o governador de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas, quando Goiás ainda era parte integrante daquela capitania. Pires de Campos era o responsável pela administração dos Paresí e Bororo e também deveria arcar com a alimentação e o vestuário dos índios. Já Santa Ana do Rio das Velhas foi edificado pelo padre jesuíta José de Castilho a mando do primeiro governo de Goiás. A presença, o controle do governo da capitania nos aldeamentos, era uma característica marcante e, conforme os documentos citados, tanto Pires de Campos quanto José de Castilho ou os militares do destacamento do Rio das Velhas, sempre prestavam informações ao governador, assim como aguardavam as ordens vindas de Vila Boa. Se compararmos Rio das Pedras e Santa Ana, a presença do governo goiano neste último aldeamento era maior, por ser Pires de Campos o responsável pela administração do seu exército de índios guerreiros alojados no primeiro aldeamento.

Com a morte de Pires de Campos, nenhuma instituição ou pessoa poderia arrematar os índios que eram administrados pelo sertanista. Então, a presença do governo de Goiás tornou-se ainda mais marcante em Rio das Pedras, inclusive com a troca de comando do aldeamento (de Antônio de Lemos Faria por João de Godói Pinto da Silveira) a partir de um pedido dos próprios índios. Com isso, os indígenas de Rio das Pedras passaram a contar com o auxílio do governo da capitania, estando no mesmo patamar que os índios de Santa Ana do Rio das Velhas. O trabalho religioso nos dois aldeamentos continuou sob a responsabilidade do padre José de Castilho.

O aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas e os Kayapó do sul

O capitão-mor da conquista do “gentio” Kayapó do sul, sucedendo Antônio de Lemos Faria, foi João de Godói Pinto da Silveira, cujo nome foi visto pelos índios aldeados como uma boa escolha por parte do governo da capitania de Goiás. Convém salientar que nos combates empreendidos contra os Kayapó do sul, João de Godói e os índios aldeados foram os responsáveis pelo aprisionamento dos Tapirapé (SILVA E SOUZA, 1978).

Os descendentes desses Tapirapé (já mestiçados com outros índios) habitaram o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas (SAINT-HILAIRE, 1975), ao contrário do que sustentou Silva e Souza (1978, p. 87) que afirmou que, após o aprisionamento de 100 Tapirapé, estes índios poderiam ter morrido “à mingua” em Vila Boa. Ao que parece, uma parte desses Tapirapé foi deslocada para Santa Ana com o intuito de ocupar o aldeamento e torná-lo útil para os interesses da Coroa portuguesa.

Voltemos aos Kayapó do sul e às expedições comandadas por João de Godói. Em 20 de dezembro de 1756, possivelmente em companhia dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba, chegou o dito capitão em Vila Boa com seis índias adultas e 25 crianças Kayapó do sul, capturadas em uma aldeia localizada próxima à capital de Goiás. Esse ataque e captura foi uma resposta a uma incursão guerreira que os Kayapó do sul fizeram ao Arraial da Anta, em 17 de julho de 1755, quando foi morto o dono da lavra e 44 escravos de sua propriedade.

Em Vila Boa, 23 crianças Kayapó do sul foram batizadas, sendo fornecido vestuário a todos. A decisão do então governador e capitão-general de Goiás, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora, o Conde de São Miguel, foi transferir as mulheres adultas para Santa Ana do Rio das Velhas, “no centro da habitação do mesmo Cayapô p.^a donde fogem logo que chegam”.¹³⁸ É interessante notar que, se o aldeamento de Santa Ana foi construído no “Sertão do Gentio Cayapó” como um núcleo útil para auxiliar no combate a esses índios, o local também seria utilizado para destinar índios Kayapó do sul aprisionados nas bandeiras que contra eles eram lançadas. E, pela sua localização, os índios logo fugiam, afinal, conheciam aquele sertão de maneira bastante satisfatória, pois era o local de sua habitação e deslocamento.

A opção de transferir os Kayapó do sul para Santa Ana do Rio das Velhas, talvez se explique pelo constante desejo do governo de Goiás, em destinar alguma função ao aldeamento, ou então, por acreditarem que esses índios poderiam ser utilizados para lutar contra outros Kayapó do sul, sem esquecer da possibilidade de conversão à fé católica, importante medida para a “civilização” dos índios. É notório que essas tentativas mostraram-se infrutíferas devido às constantes fugas empreendidas pelos indígenas.

Se Rio das Pedras era um local para abrigar guerreiros Bororo, Paresí e mestiços na luta contra os Kayapó do sul, Santa Ana, além de possuir um caráter defensivo, deveria também ser o local da conversão e catequese dos índios no sertão, uma vez que no aldeamento

¹³⁸ Cópia de uma carta do Conde de São Miguel, ao Rei Dom José I datada de 30/03/1756, constante na “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]” (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

havia missionário. Foi o que afirmou em 1753 o procurador da Coroa e da Fazenda Real de Goiás, ao escrever um ofício para o secretário da Marinha e Ultramar, informando sobre as condições difíceis em que se encontrava a Fazenda Real, segundo ele, decorrente dos gastos com a redução dos índios da capitania, que se mostrava infrutífera, pois havia despendido gastos

com huã Aldea no Rio das Velhas [...] sem fructo algum; porq' se hê para alojamento de alguns gentios de língua comum, e administrados que já nasserão em grêmio da Igreja, e criados com brancos, e Paulistas.¹³⁹

Construído para aldear os índios Araxá, desmantelados pelos Kayapó do sul, Santa Ana passou a receber contingentes de outros grupos indígenas oriundos dos aldeamentos de São Paulo, além dos Bororo, Paresí, Kurumarê, Karajá e Tapirapé. Muitos desses índios já travavam contatos mais contínuos com os não-índios, inclusive recebendo o batismo. Assim, o aldeamento que contava com um padre jesuíta, na visão do procurador da Fazenda Real, não estava cumprindo sua função que era exatamente conseguir novos cristãos e novos súditos para o rei de Portugal.

Uma daquelas índias Kayapó do sul trazidas por João de Godói, ainda em Vila Boa, fugiu, sendo recapturada quatro dias depois por “trilhadores.” Não querendo “ficar fazendo hum exorbitante gasto á Faz. De V. Mag.^e com o sustento de vinte bocas”¹⁴⁰, o governador enviou as seis índias, após descansarem 15 dias, aos cuidados do missionário de Santa Ana. Entretanto, como possivelmente era o primeiro contato com os não-índios, três índias morreram após percorrerem quatro léguas em decorrência de alguma doença. As outras três também adoeceram e foram reconduzidas para Vila Boa, tendo uma fugido, outra foi “entregue a huma Administradora até passarem as agoas para se conduzir p.^a a Aldêa [de Santa Ana]” e a outra Kayapó do sul “morreu de parto”.¹⁴¹

Quanto às crianças, o Conde de São Miguel expediu um Bando para que, em Vila Boa ou em até uma légua em seu entorno, qualquer pessoa que “quisesse criar hum Gentio Cayapô

¹³⁹ Ofício do procurador da Coroa e da Fazenda real de Goiás, Francisco Ângelo Xavier de Aguirre ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real [...] (15/09/1753). AHU – Caixa: 9, Documento: 607.

¹⁴⁰ Cópia de uma carta do Conde de São Miguel, ao Rei Dom José I datada de 30/03/1756, constante na “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]” (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

¹⁴¹ Cópia de uma carta do Conde de São Miguel, ao Rei Dom José I datada de 30/03/1756, constante na “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]” (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

por tempo de dez anos dando-o no fim destes criado, instruído na Fé, e no dialecto” podia fazê-lo; era a prática da “administração” ainda presente e motivada por uma contraditória legislação indigenista. O resultado dessa atitude, nas palavras do governador, era que ao fim de 10 anos, o rei ganharia “vinte e três vassalos com costumes patrios; e á Igr.^a vinte e trez catholicos; e estes a graça e a liberdade, e pode socorrerem eles a Aldêa q’ neccitar de mais povoada”.¹⁴²

Além da conversão à fé católica, os interesses que cercavam a criação das crianças Kayapó do sul por não-índios, era a possibilidade de ocupação dos aldeamentos com poucos moradores, frequentemente acometidos por epidemias, fugas ou rebeliões dos índios. A importância desses Kayapó do sul residia também nos chamados “línguas”, índios que sabiam a língua materna e o português, bastante úteis nas bandeiras que objetivavam contatar indígenas do mesmo grupo ou de grupos aparentados e que ainda travavam contato hostil com a sociedade envolvente.

Ainda no mesmo documento, Santa Ana do Rio das Velhas foi descrita como “perturbadíssima”, passando por grandes dificuldades, segundo o Conde de São Miguel, em virtude de controvérsias na administração do aldeamento por parte dos dois missionários que lá residiam, tanto que o governador despediu um e fez o relato sobre a conduta do outro aos religiosos que ocupavam cargos superiores aos dos sacerdotes. Pelo documento não sabemos se José de Castilho ainda se encontrava em Santa Ana durante esse período. Outro ponto a ser citado, diz respeito ao aumento de padres no aldeamento: não era apenas um como nos primeiros anos da criação de Santa Ana, mas dois. O ano da produção do documento, 1756, pode ser um indicativo do tratamento dispensado aos inácianos, pois já se encontrava no poder o Marquês de Pombal, grande responsável, três anos depois (1759), pela expulsão dos jesuítas da América portuguesa.

Também foram apontadas pelo Conde de São Miguel, como causas da crise pela qual o aldeamento passava, “a pouca subsistência e [a] vizinhança do Gentio Cayapô”.¹⁴³ O primeiro motivo, talvez derive de uma colheita insuficiente e que não foi capaz de suprir as necessidades alimentares dos moradores. Já o segundo motivo, a presença dos Kayapó do sul,

¹⁴² Cópia de uma carta do Conde de São Miguel, ao Rei Dom José I datada de 30/03/1756, constante na “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]” (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

¹⁴³ Cópia de uma carta do Conde de São Miguel, ao Rei Dom José I datada de 30/03/1756, constante na “Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José, sobre a carta do governador e capitão-general de Goiás, conde de São Miguel, Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora [...]” (05/02/1757). AHU – Caixa: 14, Documento: 829.

talvez se explique por ataques praticados contra o aldeamento, pois a localização geográfica desse núcleo indígena facilitaria as incursões guerreiras. Há um ataque documentado em dezembro de 1754, quando os Kayapó do sul mataram uma índia, um soldado índio flechado e um cavalo (TEIXEIRA, 2001). O que é realmente digno de nota é a rápida decadência do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, que, em seis anos de existência, encontrava-se com consideráveis problemas estruturais e de administração.

Em meados de 1759, a Fazenda Real da capitania de Goiás destinou recursos para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, para que fosse construída novamente a “Igreja da Snr.^a S.^{ta} Anna, e acomodação para os P.^{es} da Companhia Mecionarios q’ hê a unica Aldea que hâ nesta Comarca e com muy pouca gente”. O motivo para a baixa população apontado pelo intendente e provedor da Fazenda Real foi a ausência de tentativas de contato com os “gentios”. Consequentemente, isso não gerava novos contingentes de indígenas para serem aldeados, pois os Kayapó do sul, nas palavras do mesmo intendente, eram irreduzíveis “por serem de gênio feros e repugnante a civilid.^e e de tal sorte q’ inda domesticados nunca perdem a inclinação de fugitivos e atreçoadoz inda para com oz bem feitoresz.”¹⁴⁴

O fato de o intendente considerar apenas Santa Ana do Rio das Velhas como “única Aldea”, talvez seja em virtude da presença dos missionários da Companhia de Jesus e da existência da igreja. Conforme Lourenço (2005) afirmou, a presença do templo religioso demonstrava a oficialidade do aldeamento e o reconhecimento pelas autoridades religiosas.

Sobre Santa Ana e Rio das Pedras, o mapa de Francisco Tosi Colombina, possivelmente confeccionado em meados do século XVIII, pode ser útil para a compreensão da situação dos dois aldeamentos (Imagem 4).

¹⁴⁴ Ofício do intendente e provedor da Fazenda real de Goiás Luís Antônio Rozado da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real [...] (24/07/1759). AHU – Caixa: 15, Documento: 933.

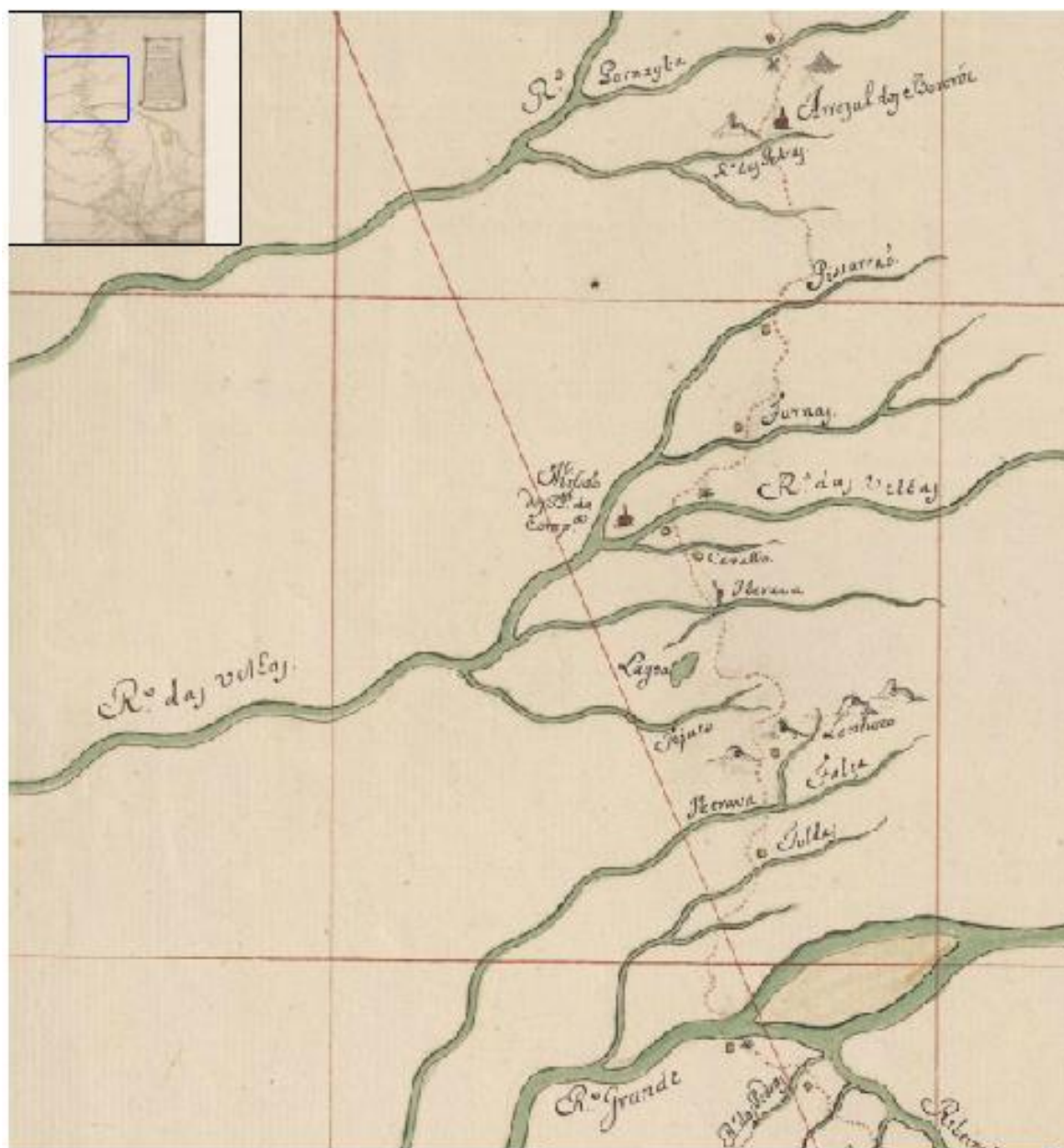


Imagem 4. Detalhe do “Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que se vem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes [...].” Autor: Francisco Tosi Colombina. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg - Acessado em: 26/06/2014 às 14 h.

O cartógrafo Francisco Tosi de Colombina, em seu “Mappa da Capitania de S. Paulo [...]”, que compreendia os antigos territórios pertencentes a esta capitania, entre os Rios Grande e Paranaíba, denominou Rio das Pedras de “Arraial dos Bororós” e Santa Ana do Rio das Velhas como “Missão dos Padres da Companhia” (Imagem 4). “Missão” era o nome dado a todo aldeamento dirigido por religiosos.

Ainda no mapa, o cartógrafo italiano enumerou e identificou, conforme a ordem decrescente de importância, as cidades, vilas, fortalezas, arraiais e sítios. No Sertão da Farinha

Podre, ele considerou tanto Rio das Pedras quanto Santa Ana do Rio das Velhas, como arraiais, categoria superior apenas aos sítios, podendo ser um indício de que ele não se preocupou em identificar as “aldeias” (aldeamentos) existentes até então naquele período e muito menos apontou qualquer tipo de diferença entre ambos (arraiais e aldeamentos).

Tosi Colombina ainda identificou na categoria de “sítios”¹⁴⁵ (entre os Rios Grande e Paranaíba), Toldas, Lanhoso, Cavallo, Furnas e Piçarrão. Lanhoso e Piçarrão posteriormente se transformariam em aldeamentos indígenas.

Como ocorriam os combates ao “gentio” Kayapó do sul

Vimos anteriormente que o aldeamento de Rio das Pedras surgiu como um núcleo habitado por índios e mestiços criado exclusivamente com o intuito de combater os Kayapó do sul. Pires de Campos capitaneava uma força de homens Bororo, Paresí e mestiços incumbidos de percorrer o Caminho dos Goiaes procurando nas matas, grupos de guerreiros Kayapó do sul que poderiam ser atacados, uma vez que foi autorizada a guerra justa defensiva, cuja prática permitia combater índios que estivessem em uma iminência de ataque (um grupo de guerreiros indígenas em deslocamento se enquadrava nessa categoria).

Além dessas medidas defensivas ao longo da estrada e nas adjacências de Vila Boa, quando ocorria algum ataque Kayapó do sul, geralmente com roubos, mortes e destruições, os membros do governo da capitania eram comunicados sobre o ocorrido. A partir daí, era emitida uma ordem para o aldeamento de Rio das Pedras para que Pires de Campos reunisse seus guerreiros que, então, como trilhadores experientes, os índios reconhecessem o trilho, as marcas de outros indígenas na vegetação, o que possivelmente os conduziria até o local da aldeia. Com a morte de Pires de Campos e a sucessão do comando dos índios aldeados em Rio das Pedras (que teve uma parte do seu contingente deslocado para Santa Ana do Rio das Velhas), os dois aldeamentos passaram a ceder índios para as atividades preventivas e de revide aos ataques Kayapó do sul.

O ataque de um grupo de Kayapó do sul ao arraial de Santa Luzia e de outro grupo dos mesmos índios a dois sítios vizinhos ao Registro do Rio das Velhas nos permite compreender claramente como se dava o combate em que os índios dos aldeamentos de Rio das Pedras e de Santa Ana eram empregados como força guerreira.

¹⁴⁵ Eram considerados “sítios”, todas “as unidades de produção agropastoris no período colonial” (LOURENÇO, 2005, p.87).

Todavia, antes de uma análise mais aprofundada sobre os ataques Kayapó do sul em Goiás, no arraial de Santa Luzia e nos pousos próximos ao Registro do Rio das Velhas, ressaltamos que não foi somente nesse estado que foram expedidas bandeiras com o objetivo de combater esses índios. Aproximadamente no mesmo período do ataque mencionado anteriormente, a partir da restituição da capitania de São Paulo (extinta e incorporada ao Rio de Janeiro em 1748, mas recriada em 1765), no governo de Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (o Morgado de Mateus), são expedidas bandeiras lideradas por José Gomes da Gouvêa com o objetivo de conquistar os Kayapó do sul entre os anos de 1767 e 1772 (MANO, 2006).

Partindo de Mogi-Mirim ou Mogi-Guaçu, essas bandeiras percorreram a região localizada entre os rios Pardo e Grande, ao longo do Caminho dos Goiaes, o que é um indício da “ampla distribuição e localização de aldeias Cayapó em território paulista durante toda a segunda metade do XVIII” (MANO, 2006, p. 280). É necessário ressaltar que não somente na região entre os Rios Pardo e Grande havia a existência de grupos Kayapó do sul, mas, segundo afirma Mano (2006), os Campos de Araraquara, uma área interposta entre os Rios Tietê, Paraná, Grande e Mogi-Guaçu, historicamente pode ser compreendida como uma área de deslocamento, ocupação e comunicação de grupos Kayapó do sul. Nessa ampla área de habitação em São Paulo, os Kayapó do sul promoveram ataques principalmente na região localizada entre o arraial de Mogi-Mirim e o Rio Grande (MANO, 2006). Conforme veremos adiante, um grupo Kayapó do sul que residia no norte da capitania de São Paulo, promoveu um ataque a um comboio no Caminho dos Goiaes que foi testemunhado pelo governador e capitão-general de Goiás, Tristão da Cunha Menezes. Esse mesmo grupo posteriormente se transferiu para o aldeamento de Maria I.

Já em Goiás, nitidamente com maior frequência que em São Paulo, as bandeiras continuavam a ser expedidas com o intuito de combater os Kayapó do sul. Em 1767, um ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, foi endereçado ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, relatando o ataque realizado pelos Kayapó do sul no ano de 1766 ao arraial de Santa Luzia e ao Registro de São Bartolomeu (próximo do mesmo arraial). Nesse ataque, os Kayapó do sul promoveram “incêndios, mortes e roubos”, e executaram “cruéis hustillidades nas Rossas e Lavras”, sendo que os índios, segundo o governador, chegaram “a tanto a sua ouzadia q’ pôz cerco e quis dar asalto ao Registo de São

Bartholomeu”.¹⁴⁶ Os soldados auxiliares desta localidade, juntamente com o Fiel e os Dragões, conseguiram afugentar os Kayapó do sul. Em represália ao ataque, foram convocados os Bororo de Rio das Pedras.

Sobre o ataque em Santa Luzia, algumas considerações são necessárias. O fato se deu em 1766 e Pires de Campos já estava morto há 15 anos. A sucessão do combate aos Kayapó do sul não ficou com o irmão do sertanista, Manuel de Campos, mas sim com o capitão Antônio de Lemos Faria que, depois, a pedido dos Bororo, seria substituído por João de Godói.

Os moradores de Santa Luzia “resolverão a armar huma Bandeyra a sua custa” e os juízes ordinários, por meio de uma petição, decidiram pedir o auxílio dos Bororo, “a melhor gente do mato” da capitania de Goiás, ao governador, que autorizou a incorporação de dezesseis Bororo “com o seu comandante Victo Antonio que hé o mais que se pode tirar daquele pequeno Prezidio”.¹⁴⁷ Assim, João de Godói, por algum motivo que as fontes lacunares não nos permitiram descobrir, já não estava mais à frente dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba. O comandante dos Bororo, Victor Antônio, era um cabo de Pedestres (ALENCASTRE, 1979).

Antes de prosseguirmos nossa análise, é conveniente frisar a notória queda populacional de Rio das Pedras no ano de 1766. Gustaaf Verswijver (1985 apud GIRALDIN, 1997), formulou um cálculo que pode ser utilizado para estimar a população total de uma aldeia a partir do número de guerreiros que esta possui, cuja proporção seria de quatro pessoas para cada guerreiro. Sendo assim, possivelmente a população de Rio das Pedras estaria compreendida por aproximadamente 64 pessoas.

Durante o período de formação do aldeamento de Rio das Pedras, em 1748, sua população estava compreendida em aproximadamente 300 indivíduos, sendo 80 guerreiros, e com expectativa de que esse número crescesse em virtude da chegada de mais índios. A proporção entre a população total naquele período e o número de guerreiros (3,75) era um número próximo do que foi proposto por Verswijver (1985 apud GIRALDIN, 1997).

Dezoito anos depois da criação de Rio das Pedras, apenas 16 guerreiros Bororo foram reunidos para combater o grupo de Kayapó do sul que havia atacado Santa Luzia e construído uma aldeia próxima ao arraial. Talvez o baixo número de índios se explique pela ocorrência de algum tipo de epidemia como a que acometeu os Bororo na volta de Pilões. Era comum em

¹⁴⁶ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

¹⁴⁷ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

época de chuva, epidemia de “febres”, possivelmente de malária, em Santa Ana do Rio das Velhas (MATOS, 1981a, p. 212). Não podemos deixar de mencionar, também, a possibilidade de existência de fugas levadas adiante por índios descontentes com o tratamento que recebiam ou o deslocamento de índios de Rio das Pedras para o aldeamento de Santa Ana.

Para constituir a bandeira punitiva, os moradores do arraial de Santa Luzia conseguiram reunir juntamente com os Bororo de Rio das Pedras, 36 homens – número considerado pequeno pelo governador. Para liderar a expedição, foi escolhido Victor Antônio, o comandante dos Bororo que, além da experiência que possuía no sertão, foi “sempre bem sucedido em todas as suas opoperaçoens”.¹⁴⁸

As bandeiras punitivas e as que objetivavam a pacificação dos índios considerados hostis eram constituídas de forma mista: tanto por índios “mansos” quanto por não-índios. Então quais poderiam ser os motivos da participação dos não-índios nesse tipo de expedição guerreira? O primeiro motivo certamente era aumentar o contingente, uma vez que eram poucos os índios aldeados em Goiás para compor uma bandeira. Alguns integrantes não-índios eram militares, como no caso dos Pedestres e já estavam acostumados ao combate contra indígenas. Outros eram recrutados enquanto alguns se candidatavam por vontade própria, talvez motivados pela crença de um combate contra um inimigo considerado pagão. É necessário ressaltar que na tradição cristã o

fundamento metafísico do direito de guerra é Deus: é a partir Dele que são estabelecidos os sentidos de justiça e injustiça, bem como é a busca da realização da ordem cristã que institui sua legitimidade. No interior do pensamento cristão, de um modo geral, havia o entendimento que a guerra justa era um meio para se obter a paz da justiça e do bem-comum, portanto, foi pensada como uma situação de exceção (FREITAS, 2014, p. 115).

Assim, o conceito de guerra justa enquadrava-se na concepção de mundo do cristianismo: uma luta constante entre o bem o mal, cuja função do homem é sempre lutar em nome de Deus (FREITAS, 2014). Aliada a esta concepção de guerrear em nome de Deus, de impor os valores cristãos, estava também presente uma questão econômica: a utilização, como escravos, dos índios que porventura fossem capturados pelas bandeiras, uma vez que a prática da guerra justa assim permitia. Outra questão a ser considerada para a participação dos não-índios nessas bandeiras, era a demonstração de bravura contra um inimigo bastante conhecido e temido pela sua identidade guerreira.

¹⁴⁸ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

A guerra também pode ser compreendida como um mecanismo de estruturação e expansão da Coroa pela América portuguesa. Guerreando e, conseqüentemente, expulsando, aniquilando ou cativando os indígenas, novas áreas eram ocupadas pelos não-índios, passando a ser controladas pelas autoridades políticas portuguesas, permitindo a expansão da capitania com a abertura de novos espaços que eram utilizados para a prática da agricultura e pecuária, além da possibilidade de descoberta de novas lavras para o trabalho da mineração. Em 1760, o governador João Manoel de Melo escrevia sobre a necessidade de “expulsar o Cayapó [...] para os remotos Certões”, uma vez que “quanto mais esta Capitania se for povoando para a parte do Poente, maior conveniencia faz ao Cuyabá, e ao Matto Grosso”.¹⁴⁹

Assim, a criação dos aldeamentos indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba pode ser compreendida como a presença do poder colonial em um sertão que era um local de habitação dos Kayapó do sul. Esses aldeamentos construídos e habitados por indígenas “mansos”, dirigidos por sertanistas ou por militares, foram importantes não só cedendo guerreiros contra os índios considerados hostis e, conseqüentemente, guerreando, cativando os indígenas e liberando áreas para a ocupação não-indígena, mas também servindo de pousos para os viajantes ou locais de comércio. Assim, contribuíram para uma ocupação não-indígena mais efetiva da capitania de Goiás.

Quanto a João Manoel de Melo – capitão-general e governador de Goiás na época do ataque dos Kayapó do sul em Santa Luzia – o dirigente não via muita importância nele próprio guerrear contra os índios. Em mais de uma correspondência suplicou ao rei que o mandasse novamente para Portugal, pois queria “lograr a fortuna de morrer em defeza da patria, que esta guerra que cá temos com os Tapuios, não hé couza que dê honra aos Governadores, duas bandeiras de Certanejos desfazem logo os seus acampamentos”.¹⁵⁰ O governador não estava contente em desempenhar as funções de direção da capitania de Goiás confiadas a ele pelo monarca. João Manoel de Melo queria morrer lutando por Portugal contra inimigos não-índios e, na sua missiva, é importante destacar o pouco valor dado aos combates contra os índios, uma vez que nas palavras dele, duas bandeiras eram capazes de destruir uma aldeia. Contudo, sabemos o quão resistentes se mostraram os índios nos sertões de Goiás, tanto na região norte, com ataques dos Akroá, Xakriabá, Avá-Canoeiro e Xavante, quanto no sul, com os ataques dos Kayapó do sul.

¹⁴⁹ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.64.

¹⁵⁰ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.82.

Voltemos à bandeira que foi montada em Santa Luzia. Esperando pela chegada dos Bororo, a expedição só conseguiu sair no dia 13 de outubro, quando principiava o período das chuvas, o que fez com que os integrantes da bandeira encontrassem apagada a trilha dos Kayapó do sul, dificultando a localização da aldeia. Por dias a bandeira percorreu o dilatado sertão, transpondo rios caudalosos, até que “encontrou repentinamente hum grande numero dos ditos Gentios q’ vinhão derigidos a nova invazão”.¹⁵¹ Possivelmente era um grupo de guerreiros Kayapó do sul.

Nesse primeiro encontro, os Bororo conseguiram matar 14 Kayapó do sul. Os que conseguiram fugir, se dirigiram rapidamente à aldeia para avisar os demais sobre a bandeira que se encontrava há cerca de duas léguas de distância. Com grande rapidez, os membros da expedição chegaram até a aldeia Kayapó do sul e ainda encontraram com alguns índios. Atirando contra estes, conseguiram aprisionar 18 crianças, recuperar os despojos e encerrar a ação de represália queimando as residências dos índios atacados. Não houve morte de nenhum membro da bandeira. Adiante dessa aldeia destruída ainda havia “outro Alojamento [aldeia] grande dos mesmos Cayapoz”.¹⁵²

Em outubro de 1766, outro grupo Kayapó do sul promoveu um ataque a dois sítios vizinhos ao Registro do Rio das Velhas, “no caminho de Sam Paulo onde se ranxavão os viandantes”.¹⁵³ Nesse ataque não há a menção de mortes e os índios promoveram apenas a rapinagem de objetos que estavam nos sítios e que eram utilizados pelos viajantes como pousos. Os pousos eram comuns ao longo das estradas coloniais, sendo úteis como ponto de parada, descanso e mesmo de comércio nas longas viagens que percorriam os sertões.

Nesse ataque Kayapó do sul sem vítimas fatais, o cabo da esquadra que se encontrava no Registro foi informado do ocorrido e procedeu à convocação dos índios de Santa Ana, que “como he pequena só poudes ajuntar vinte e quatro [índios]”¹⁵⁴. Santa Ana ainda cedeu um número de guerreiros maior que Rio das Pedras, mas ainda assim, um contingente baixo para o número de índios deslocados por Pires de Campos em meados do século XVIII.

Tendo como base para cálculo a proposta de Verswijver (1985 apud GIRALDIN, 1997), sobre a possibilidade de estimativa da população de uma aldeia a partir do número de

¹⁵¹ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

¹⁵² Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

¹⁵³ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

¹⁵⁴ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

guerreiros existentes, o contingente populacional de Santa Ana estaria compreendido em 96 indivíduos. Somando as estimativas da população de Santa Ana do Rio das Velhas e Rio das Pedras (cujo resultado seria a existência de 160 índios), este contingente representaria um pouco mais da metade do número de indígenas deslocados para a região entre os Rios Grande e Paranaíba, no ano de 1748.

Reunidos os indígenas de Santa Ana, o cabo da esquadra forneceu-lhes armas e munições. Conforme as reflexões de Ferguson; Whitehead (1992b), o uso das armas de fogo e, conseqüentemente, de novas tática militares, foi uma prática comum decorrente do contato entre índios e não-índios. No caso dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba, a tática de combate também foi sofrendo mudanças com o passar do tempo, pois, em carta de Dom Marcos Noronha ao rei Dom José, o governador revelou os motivos que o levaram a escolher firmar o contrato com Pires de Campos e utilizar os índios Bororo no combate aos Kayapó do sul, uma vez que

o fazer guerra a gentio bravo, só deve ser com gentio manço, porque estes estão acostumados a sofrer as calamidades do sertão a que senão sugeytão nem podem sugeytar os brancos, sendo também de grande ponderação, que gentio contra gentio briga com armas iguaes, o que não sucede com brancos, porque estes não uzão senão das armas de fogo, como naquelas campanhas são muitos os Rios, hé prejuízo passallos a nado, as mesmas armas, lhe servem mais de embaraço, que de deffeza.¹⁵⁵

A escolha de uma guerra entre índios na capitania de Goiás, em meados do século XVIII, assim como em outras partes da América portuguesa, levou em conta, portanto, além da rivalidade existente entre índios (no caso entre os Bororo e os Kayapó do sul) – ainda que, segundo Lisandra Zago (2005), ambos tenham se coligado contra os não-índios na região da capitania de Mato Grosso, no período setecentista – o conhecimento dos indígenas sobre o ambiente em que viviam e a utilização de armas semelhantes.

A partir do fato anteriormente citado (a coligação dos Kayapó do sul com os Bororo), as reflexões de Whitehead (1996) para o Suriname colonial podem ser úteis, na medida em que o autor aventa a hipótese de que a hostilidade entre os Arawak e Carib era muito mais um produto da influência europeia do que o resultado direto das diferenças culturais existentes entre ambos. Ferguson; Whitehead (1992b) também afirmam que as guerras indígenas ocorriam antes da chegada dos europeus na América e que o resultado da expansão e desse contato entre índios e não-índios na zona tribal resultou na geração de novas guerras e na

¹⁵⁵ Carta do [governador e capitão-general de Goiás], Dom Marcos de Noronha, ao rei [D. José] [...] (10/02/1751). AHU – Caixa 6, Documento: 466.

transformação da conduta destas contendidas. Talvez a rivalidade existente entre os Kayapó do sul e os Bororo tenha se desenvolvido ou mesmo se aprofundado a partir do contato com os não-índios, principalmente com os sertanistas paulistas do século XVIII.

Retomando a questão da utilização de índios contra outros índios, segundo os documentos consultados, isso se deu em virtude do uso das armas indígenas confeccionadas com matéria-prima encontrada nas matas e que não demandavam custos financeiros para sua aquisição, nem sofriam danos na transposição de rios caudalosos. Outros fatores preponderantes eram o conhecimento do ambiente – o bioma Cerrado – e a capacidade dos indígenas em conseguir produtos comestíveis por meio da caça, pesca e coleta de plantas, conforme os períodos do ano, os quais eram importantes para a subsistência das expedições guerreiras, gerando economia nos gastos direcionados para a alimentação dos combatentes.

Se, no início dos combates, a importância da guerra entre índios era devido, entre outros motivos, ao uso do arco e da flecha, com o passar dos anos, as armas de fogo passaram também a fazer parte do mundo dos índios aldeados, ainda que o armamento ficasse sob vigilância e cuidado dos não-índios, sendo entregues somente na saída das expedições guerreiras. Talvez os não-índios temessem que, com a posse de armas de fogo, os índios pudessem promover algum tipo de rebelião, como a que ocorreu na Missão de São Francisco Xavier com os índios Akroá e Xakriabá, conforme veremos adiante.

Entretanto, o uso de armas de fogo gerava certas limitações. Por exemplo, o arcabuz de roldete, arma bastante comum no período colonial, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1986), era sujeito à falha, principalmente nos períodos de chuva. Em um documento datado de 1764, o governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, noticiou aos membros da administração lusitana que em um ataque de uma bandeira a uma aldeia Kayapó do sul, a destruição teria maior magnitude “se não chovera tanto n’aquella manhã, que muitas espingardas não pegarão fogo”.¹⁵⁶

As armas de fogo geravam custos para sua aquisição e das munições, nesse caso, o chumbo e a pólvora. Há uma clara limitação das armas de fogo quanto ao seu funcionamento, pois eram lentas entre um disparo e outro, necessitando de recargas constantes, o que deixava o atacante vulnerável, uma vez que, em sua direção, pelos índios, eram destinadas chuvas de flechas. Por fim, o uso do arco e da flecha não deve ter sido abolido pelos índios aldeados. Talvez eles ainda fossem úteis para a caça e mesmo nas incursões guerreiras.

¹⁵⁶ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.87.

Ainda sobre a incursão guerreira dos Bororo de Santa Ana contra os Kayapó do sul na região do Registro do Rio das Velhas, as armas e munições foram distribuídas aos índios e a expedição saiu para vasculhar o sertão. Logo descobriram o rastro dos Kayapó do sul e dentro de poucos dias se depararam com o local da aldeia. Temerosos da quantidade de índios que poderia residir ali, os Bororo fizeram o cerco ao local no período da noite “para que não conhecessem [os Kayapó do sul] o piqueno numero que os accometia”; os Bororo atacaram e queimaram a aldeia, que era de construção recente, fazendo 14 cativos, além de “recoperarem os despojos q’levarão [os Kayapó do sul] dos sítios”.¹⁵⁷ Nesse ataque, a maior parte dos Kayapó do sul conseguiu fugir e não há relato de mortes.

1775: o ano do deslocamento dos Xakriabá para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas

Continuando o processo de tentativa de ocupação de um aldeamento que contou com recursos da Fazenda Real para sua edificação e que para os não-índios, esse investimento não deveria ser baldado, pois era útil na defesa do Caminho dos Goíases e dos demais arraiais da capitania de Goiás, mais um grupo indígena foi deslocado para Santa Ana do Rio das Velhas: dessa vez, os Xakriabá.

Os índios Xakriabá habitavam a parte norte da capitania de Goiás (região de ocupação também dos índios Akroá), norte de Minas Gerais, além da então capitania de Pernambuco (atualmente estado da Bahia). Com os inúmeros ataques (mortes e roubos) que os Xakriabá desferiam aos mineradores da região goiana, Dom Marcos de Noronha decidiu criar um aldeamento. Para empreender o contato com os índios, foi contratado o sertanista Antônio Gomes Leite e, em 1751, o aldeamento de São Francisco Xavier do Duro foi construído. A assistência espiritual do aldeamento estava sob responsabilidade dos padres da Companhia de Jesus.

Esse aldeamento recebeu mais de 250 Xakriabá e foi a primeira experiência da capitania de Goiás em aldear os índios considerados “hostis”. Rio das Pedras (construído em 1748) e Santa Ana do Rio das Velhas (construído em 1750) receberam índios que já estavam em contato mais contínuo com os não-índios ou então, pequenos grupos de índios recém contatados, mas batizados e que estavam sob os cuidados de moradores ou de representantes do governo de Goiás.

¹⁵⁷ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

Em meados de 1753, Antônio Gomes Leite faleceu e o término do trabalho de aldeamento dos Xakriabá foi realizado pelo cabo (posteriormente coronel) pernambucano Wenceslau Gomes da Silva, responsável também pelo aldeamento dos Akroá. Tanto os Xakriabá quanto os Akroá, nas palavras do governador João Manoel de Melo, foram reduzidos sob “á força d’armas”.¹⁵⁸

Para os Akroá, foi construído o aldeamento de São José do Duro¹⁵⁹, também conhecido como Formiga. São Francisco Xavier do Duro e São José do Duro formavam a Missão de São Francisco Xavier, cuja direção encontrava-se dividida entre Wenceslau e os padres jesuítas Bento Soares e José de Mattos, que ocupava o cargo de superior da Missão (SILVA, 2006).

Os gastos com os aldeamentos que compunham a Missão de São Francisco Xavier foram bancados pelos moradores e pelo governo da capitania de Goiás. Os custos foram considerados pelo governador João Manoel de Melo, exorbitantes e causadores de um grande rombo à Fazenda Real.

Em 1755, os Xakriabá iniciaram um processo de fuga de São Francisco Xavier do Duro, descontentes com o tratamento que recebiam. Ainda assim, Wenceslau Gomes da Silva conseguiu trazer alguns índios de volta ao aldeamento. Em 1757, os Xakriabá, juntamente com os Akroá, se rebelaram na Missão de São Francisco Xavier, matando 17 guardas e se refugiando nas matas da região (SILVA, 2006).

Os motivos que desencadearam essa revolta ainda são controversos. Apolinário (2006) cita quatro versões, todas elas envolvendo os jesuítas: a primeira delas aponta querelas entre o capitão índio Antônio e Wenceslau Gomes da Silva e deste com o padre José. A segunda versão diz respeito à falta de um fervor espiritual dos inacianos, o que resultava em desentendimentos e fuga entre os religiosos e desavenças com Wenceslau. A terceira versão diz que os padres incitaram a rebelião após o governo da capitania emitir ordens que colocavam os aldeamentos sob domínio direto do Estado. A quarta versão está relacionada ao fato de que Wenceslau Gomes da Silva trouxe para o aldeamento, cerca de 60 índios Akroá cedidos pelos inacianos a um homem para combater quilombolas. O padre José então passou a amedrontar os indígenas dizendo que Wenceslau os puniria com a degola.

É necessário ressaltar que na época do levante os jesuítas não possuíam mais tanto poder e, em 1759, seriam expulsos da América portuguesa. Assim, quando os membros do

¹⁵⁸ Subsídios para a história da Capitania de Goiás (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.72.

¹⁵⁹ Atual cidade de Dianópolis – TO.

governo português indicavam os religiosos como os responsáveis pelo ocorrido, isso poderia ser na verdade mais uma estratégia para enfraquecer ainda mais a Companhia de Jesus perante a sociedade colonial.

Fugindo para o sertão, os Akroá e Xakriabá voltaram a praticar roubos e a promover a morte de não-índios, agora “valendo-se para este efeito das armas de fogo [...] e das lições que tinham aprendido para o seu manejo”.¹⁶⁰ Para Ferguson; Whitehead (1992b), as guerras indígenas podem ter sido alteradas com o contato, inclusive, estimulando guerras adicionais, sendo que o uso das armas de fogo pode ter ocasionado mudanças na tática militar dos grupos indígenas. No caso dos Xakriabá, a mudança se deu a partir da incorporação das armas de fogo que eles utilizavam na Missão do Duro. Com a rebelião e posterior fuga, os índios passaram a utilizar as armas nas incursões guerreiras contra os não-índios, o que demonstra a apropriação de um objeto por parte dos Xakriabá e, conseqüentemente, uma mudança da prática da guerra, ao substituir – talvez parcialmente – o arco e a flecha pelas armas de fogo.

Em 1759, novamente Wenceslau Gomes da Silva conseguiu aldear alguns índios que haviam fugido, mas outra sublevação ocorreu e, conseqüentemente, novas fugas. Em 1760, com os constantes ataques dos Xakriabá, o governador João Manoel de Melo afirmou que as vítimas dos índios passavam de “duzentas, entre brancos e pretos, e além dos muitos feridos que com evidente perigo escaparão”.¹⁶¹

No ano de 1760, o aldeamento de São Francisco Xavier do Duro estava vazio, enquanto São José do Duro contava com cerca de 60 moradores entre velhos e jovens. A situação do aldeamento de São José era bastante crítica, pois não havia nenhum objeto para o trabalho na roça. É importante observar também as diferentes percepções que o contato com os não-índios gerou entre os Xakriabá. No contexto pós-rebelião, um grupo decidiu ficar no aldeamento, enquanto o outro optou por retomar a vida que levava no sertão, partindo em rota de fuga e promovendo novos ataques, o que talvez seja indício de uma possível cisão no grupo.

Os Xakriabá e os Akroá, até o ano de 1762, estavam unidos. Com os ataques que esses índios promoviam, foi lançada uma bandeira ao sertão por iniciativa dos moradores do norte da capitania de Goiás, sendo que a Fazenda Real contribuiu com pólvora e balas. Perseguidos pela bandeira, os Xakriabá conseguiram refúgio na aldeia dos Akroá. Deve ter ocorrido algum tipo de desentendimento entre os índios, pois, ao anoitecer, os Akroá assassinaram alguns

¹⁶⁰ Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.60.

¹⁶¹ Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.67.

Xakriabá, sendo que dos segundos, “só escaparão quarenta que vierão buscar a [...] bandeira pedindo-lhe paz que se lhe concedeu”.¹⁶²

Os Xakriabá informaram os membros da bandeira que queriam vingar seus mortos. A expedição aceitou o auxílio desses índios enquanto as mulheres e as crianças indígenas foram repartidas entre os moradores não-índios para serem administrados, uma vez que os homens foram guerrear contra os Akroá. Essa foi a terceira vez que os Xakriabá se aliaram aos não-índios.

A primeira vez aconteceu em território do atual estado de Minas Gerais, quando o bandeirante Matias Cardoso de Almeida, encarregado de exterminar aldeias de índios que estavam localizadas às margens do Rio São Francisco, combateu e subjugou os Xakriabá. Na década de 1720, os Xakriabá se uniram ao mestre de campo Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, para combaterem os Kayapó do sul. Em reconhecimento aos serviços prestados, conseguiram a liberdade, além de um lote de terras cuja delimitação se dava pelos Rios São Francisco, Peruaçu, Itacarambi e pelas Serras Boa Vista e Geral, cujo traçado atualmente corresponde ao território de Itacarambi, cidade do norte de Minas Gerais (SANTOS, 1994). A segunda vez foi quando aceitaram o aldeamento na Missão do Duro e a terceira, quando se uniram à bandeira para combater os Akroá.

Em Goiás, grupos de Xakriabá continuavam a praticar suas “hostilidades” ainda na década de 1770. O então governador, José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, barão de Mossâmedes, decidiu enviar até a aldeia dos Xakriabá, suas “proposições, por huns índios que descobri[u] domesticados”.¹⁶³ Eram na verdade três Xakriabá enviados para tentar um contato com os índios que estavam no sertão. Ouvindo as proposições do governador, os índios aceitaram novamente se deslocarem para um aldeamento. Um dos fatores que pode ter sido decisivo para que os índios aceitassem as proposições do governador foi a seca que assolou Goiás entre os anos de 1773 e 1776 e, possivelmente, prejudicou a agricultura praticada pelos Xakriabá.

Esse grupo de índios Xakriabá era o mesmo que anos antes havia sido aldeado em São Francisco Xavier do Duro, na década de 1750, tendo o cacique ou “maioral”, conforme as

¹⁶² Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p.83.

¹⁶³ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...]. AHU – Caixa 28, Documento: 1825.

palavras do Marquês de Pombal, “alguma intelligencia da Lingua Portuguesa”¹⁶⁴ adquirida nos anos em que ficou aldeado sob a supervisão de Wenceslau Gomes da Silva e dos jesuítas.

Só que dessa vez os Xakriabá não seriam mais aldeados na Missão de São Francisco Xavier, mas sim no sul da capitania de Goiás, mais precisamente em Santa Ana do Rio das Velhas. A ideia de transferir os índios para locais distantes de sua tradicional área de ocupação foi constante durante o período colonial. Em Goiás mesmo, no ano de 1760, o governador João Manoel de Melo afirmou que o primeiro erro cometido pelos responsáveis em aldear os Xakriabá e os Akroá foi

meterem estes Gentios no territorio confinante com as suas mesmas habitações quando devião arranxal’os em outro lado da Capitania que avezinhassem com os Caya-pó, ou com os Chavantes, que são Gentios de diferente nação contraria á sua, que assim estavam livres de tratarem com os seus nacionaes, e por aquella parte deffendião a Capitania.¹⁶⁵

Para o governador, retirar os índios da proximidade do seu território poderia evitar sublevações como a que aconteceu na Missão de São Francisco Xavier. João Manoel de Melo também defendeu a ideia de que os índios deveriam ter sido deslocados para regiões de ocupação dos Kayapó do sul ou dos Xavante, para que promovessem a defesa da capitania de Goiás contra estes índios. Essa ideia foi posta em prática 15 anos depois, a partir do terceiro processo de aldeamento vivenciado pelos Xakriabá.

O barão de Mossâmedes decidiu então deslocar os Xakriabá para o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, pois estava localizado em um sertão fértil. Além da fertilidade do local, interesses econômicos e relacionados à catequese foram determinantes para que os Xakriabá fossem impelidos a um longo trajeto até o Sertão da Farinha Podre. Para o governador, a Fazenda Real já pagava um missionário para os aldeamentos localizados entre os Rios Grande e Paranaíba, o que seria um custo a menos para os cofres da capitania, uma vez que em Santa Ana morava o padre e era o local onde estava situada a igreja.

Ademais, havia próximo ao aldeamento de Santa Ana, “hum dos mais importantes Registos da Capitania, com guarnição de Dragoens e Pedestres, que imponha resp.¹⁰ aquelles

¹⁶⁴ Ofício do secretário de estado dos negócios Estrangeiros, marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, ao governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho [...] (27/01/1777). AHU – Caixa 29, Documento: 1862.

¹⁶⁵ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 72.

reconselhados”.¹⁶⁶ Ou seja, o temor de uma nova rebelião entre os índios ainda era presente no imaginário do governador de Goiás. Era necessário cercar-se de todos os cuidados e de uma força composta por soldados, para que qualquer levante fosse logo suprimido.

Além dos motivos acima mencionados, contribuiu para o deslocamento dos Xakriabá o baixo número de índios que residiam no aldeamento de Santa Ana, pois parte dos antigos moradores decidiram se estabelecer no aldeamento de Rio das Pedras. Exatamente em 21 de agosto de 1775, 122 índios Xakriabá iniciaram a longa viagem em direção ao seu novo local de residência.

Chamado para regressar à Corte, o barão de Mossâmedes confeccionou em 1778, para o triunvirato que governaria Goiás até a chegada do novo governador, Luiz da Cunha Menezes, um minucioso relatório sobre a situação política, financeira e militar da capitania. Neste documento transcrito por José Martins Pereira de Alencastre (1979) o então governador afirmava o êxito da expedição que conseguiu aldear novamente os Xakriabá, não deixando de mencionar os baixos custos do empreendimento. O barão de Mossâmedes afirmou que o número de índios deslocados para Santa Ana era de aproximadamente 200 indivíduos (ALENCASTRE, 1979). Como visto anteriormente, o mesmo governador mencionou a existência de 122 índios que se dirigiam para o sul de Goiás em agosto de 1775. Esse aumento de índios Xakriabá talvez seja decorrente da chegada de novos grupos ao aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas.

O governador José de Almeida também não deixou de mencionar a utilidade dos Xakriabá para os não-índios ao serem transferidos para Santa Ana do Rio das Velhas, pois os

moradores da estrada de S. Paulo, e as tropas de comércio que frequentam para Minas, [teriam] a mais forte barreira naqueles índios contra os insultos do bárbaro caiapó, que o caminho teve despovoado, e que os xacriabás novamente animaram, conservando-se constantes, contentes e obedientes às direções do soldado dragão Miguel de Arruda (ALENCASTRE, 1979, p. 229).

O mesmo soldado Dragão foi o responsável pela condução dos Xakriabá até Santa Ana, que ficava exatamente na área de ocupação de seus tradicionais inimigos, os Kayapó do sul os quais já tinham sido combatidos na aliança que aqueles fizeram com Januário Cardoso de Almeida. Assim, a defesa do Caminho dos Goiaes, de Vila Boa e dos demais arraiais da capitania de Goiás contra os Kayapó do sul, ganharia mais um reforço com a chegada dos

¹⁶⁶ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...]. AHU – Caixa 28, Documento: 1825.

Xakriabá. No entanto, as incursões guerreiras contra os Kayapó do sul estavam com os dias contados, dado que a partir de 1780, grupos desses índios começaram a aceitar o aldeamento, e é sobre esse processo que trataremos agora.

Finalmente, a “paz”? O aldeamento dos Kayapó do sul

Em março de 1780, no governo de Luiz da Cunha Menezes, iniciou-se um trabalho mais efetivo de tentativa de aldeamento dos Kayapó do sul que há quase seis décadas promoviam ataques à sociedade colonial, impondo uma resistência permanente à expansão dos não-índios. Para tal iniciativa, foi formada uma bandeira capitaneada pelo soldado Pedestre José Luiz Pereira, que contou com 50 homens armados, sendo 26 índios Bororo do aldeamento de Rio das Pedras, 12 soldados Pedestres e 12 índios Akroá.

Os Akroá que participavam da bandeira eram parte de um grupo de 180 índios que havia chegado ao aldeamento de São José do Duro na década de 1770. O barão de Mossâmedes expediu “sem perda de tempo as ordens necessárias para se lhes propor o encaminharem-se a esta Capital”.¹⁶⁷ Os Akroá, então, foram deslocados para o aldeamento de São José de Mossâmedes, próximo à Vila Boa, mas distante cerca de 200 léguas da Missão do Duro. Esse foi o mesmo processo realizado com os Xakriabá, objetivando afastá-los das áreas que tradicionalmente ocupavam.

A bandeira era composta também por alguns “línguas” ou intérpretes Kayapó do sul, capturados por uma expedição que saiu ao sertão para combatê-los anos antes. Essa tentativa de atrair os Kayapó do sul para um aldeamento era vista pelo governador de Goiás, como uma maneira eficiente de cessar as hostilidades entre índios e não-índios e expandir o controle da capitania até as áreas ocupadas pelos indígenas.

Na documentação consultada sobre o processo de aldeamento dos Kayapó do sul, era constantemente mencionada a necessidade da utilização da brandura, ressaltando o método utilizado pelos ingleses e franceses [que] “sivilizarão, e avassalarão na America Setentrional, quatro milhoens de abitantes de outras Nascoens [...] indômitas como a referida Cayapó”.¹⁶⁸ Contudo, sabemos que na prática, a conquista da América do Norte por franceses e ingleses também se deu por meio de conflitos, guerra e extermínio de grupos indígenas.

¹⁶⁷ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 100.

¹⁶⁸ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, Luís da Cunha Menezes, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...]. (20/07/1781). AHU – Caixa: 32, Documento 2019.

No dia 21 de setembro de 1780, mais de seis meses depois da saída dos homens encarregados de contatar os Kayapó do sul, chegaram à Vila Boa, além de todos os membros da bandeira (não houve a morte de nenhum integrante), um velho cacique Kayapó do sul e seis guerreiros que, juntamente com suas famílias, perfaziam um total de 36 índios.

Todos foram recebidos com a “maior pompa”. Buscando impressionar os índios, estes foram recepcionados com uma salva de tiros. A convite do governador Luiz da Cunha Menezes, os índios assistiram a uma missa na igreja Matriz de Vila Boa que contou com o “Te Deum Laudamus”.¹⁶⁹ No tempo em que os índios ficaram na capital de Goiás, uma mulher Kayapó do sul de idade avançada faleceu e foi enterrada com todas as solenidades que o momento exigia na igreja Matriz de Vila Boa.

Do episódio relatado, devemos nos atentar para dois fatores: a morte e o enterro da índia. Conforme informação do governador Luiz da Cunha Menezes, ela havia saído doente da aldeia. Para Giralдин (1997), a morte da indígena poderia ser um indicativo de ocorrência de uma epidemia entre os índios. Ainda que as informações sobre a morte dessa Kayapó do sul sejam lacunares, é sabido que após os primeiros contatos entre índios e não-índios, as doenças causadas por vírus e bactérias resultaram na morte de talvez milhões de indígenas nas Américas.

Outro ponto a ser analisado é o empenho por parte dos membros do governo de Goiás em promover o enterro da indígena na igreja Matriz, local em que apenas uma parcela da população, geralmente a elite e os membros do clero, conseguiam ser sepultados. Era necessário, para ganhar a confiança dos índios e aldeá-los, dispensar-lhes bom tratamento e a morte dessa índia possivelmente significou para o governo de Goiás, um momento propício para tal prática.

E, nessa perspectiva de tratar os Kayapó do sul de maneira cordial, afável, buscando impressioná-los, o grupo de índios que estava em Vila Boa foi convidado para conhecer o aldeamento de São José de Mossamedes, importante para que

se familiarizassem mais com a continuação de os verem e hirem perdendo o grande horror, que se lhes tinha adquirido pelas suas hostilidades, e para que vissem o modo porque se cuida das mais nações que ali se achão aldeadas.¹⁷⁰

¹⁶⁹ O Te Deum Laudamus é um hino litúrgico da Igreja Católica de louvação a Deus e de agradecimento.

¹⁷⁰ Subsídios para a história da Capitania de Goiás (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 140.

Em São José de Mossâmedes, além dos Akroá, havia índios Karajá e Javaé, transferidos da Ilha do Bananal em 1780. Neste mesmo ano, o governador ordenou aos Kayapó do sul que retornassem para suas aldeias, levando ferramentas e objetos como sinal de “amizade.” O velho índio, no trajeto de volta para a aldeia, decidiu parar na região dos Rios Claro e Pilões, juntamente com as mulheres e crianças e determinou aos seis homens que buscassem os demais Kayapó do sul e os conduzissem até aquele local em oito luas.

Em maio de 1781, haviam chegado à região dos Rios Claro e Pilões, 237 índios Kayapó do sul liderados por dois caciques que seguiram para Vila Boa, sendo recepcionados pelo governador. Foram batizadas naquela ocasião, 113 crianças e mais uma velha índia que insistentemente demonstrou o desejo de participar do ritual católico.

Em 16 de Julho de 1781, 243 Kayapó do sul, pois no período em que ficaram em Vila Boa, nasceram mais seis crianças, rumaram para seu novo local de habitação, o aldeamento de Maria I, um “sitio que elles mesmos escolherão [...] na margem do rio chamado dos Indios abundantíssimo de peixe, que é huma das adições não pequena para ajuda da subsistência de estabelecimentos semelhantes”.¹⁷¹

Assim como Rio das Pedras, cujo local foi escolhido pelos Bororo, Maria I foi construído conforme a decisão dos Kayapó do sul, que manifestaram o interesse de que o aldeamento fosse edificado às margens do Rio dos Índios. Mesmo aceitando o aldeamento, concordando em viver sob determinadas condições impostas pelos não-índios, os índios foram capazes também de criar mecanismos que permitiram a eles expressar seus anseios.

¹⁷¹ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 141.

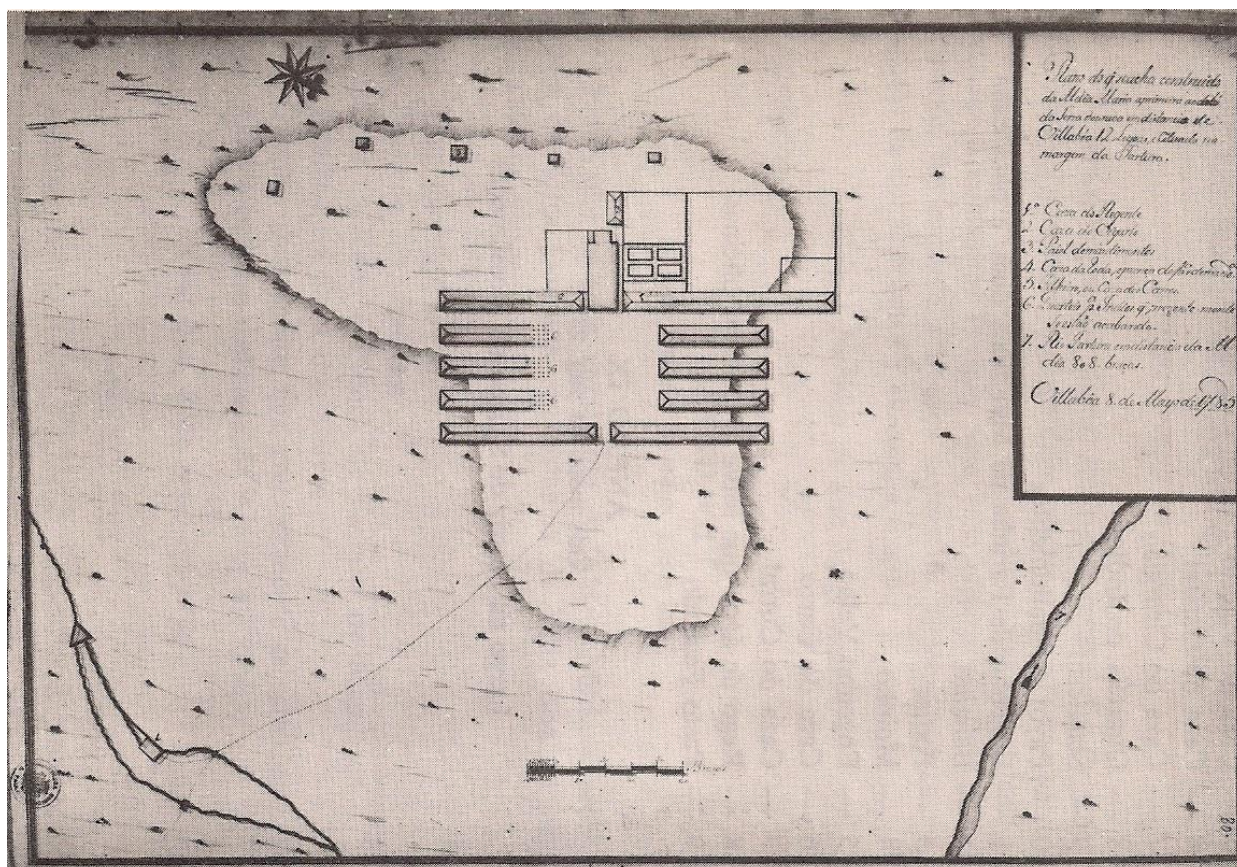


Imagem 5. Plano que se acha construído da Aldeia Maria I [...]. Fonte: Chaim, 1983, p. 228.

A chegada de novos grupos Kayapó do sul foi constante em Maria I nos anos subsequentes a 1781. Em 1782, havia no aldeamento 555 índios; em meados de 1783, um grupo de guerreiros Kayapó do sul esteve em Maria I e prometeu deslocar um novo contingente de índios, o que foi feito. No entanto, os guerreiros Kayapó do sul optaram por se abrigarem nas matas do entorno do aldeamento. Para o governador Tristão da Cunha Menezes, tal atitude tomada pelos homens Kayapó do sul foi motivada pelo seu temperamento e remorso de seus crimes, que os fazia viver constantemente receosos dos não-índios. Talvez, para os índios aldeados, os guerreiros estabelecidos no entorno do aldeamento era sinal de segurança, indicando que havia desconfianças de ambas as partes (dos Kayapó do sul e dos não-índios) sobre a “paz” estabelecida.

Sobre a origem dos índios aldeados em Maria I, o governador Tristão da Cunha Menezes informou que eram oriundos de quatro aldeias que existiam nas

campanhas do varadouro da Camapuã, mais pertencentes a Capitania do Cuyabá do que desta. Os q.º prezentemente chegarão a ditto Aldeya Maria

são os que habitavam as margens do Rio grande, mais da Capitania de S. Paulo do que desta d.^e Goyaz.¹⁷²

Essas cinco aldeias Kayapó que estavam reunidas em Maria I contavam com 600 guerreiros. Utilizando o cálculo formulado por Verswijver (1985), podemos então chegar a um número aproximado de 2400 índios residindo no aldeamento.

No ano de 1783, em sua viagem de deslocamento de São Paulo para Vila Boa, o governador de Goiás, Tristão da Cunha Menezes, testemunhou no Caminho dos Goiasés, um ataque Kayapó do sul que resultou no falecimento da mulher do dono de um comboio, um primo dela e na morte de oito ou 10 animais de carga. Alguns índios do último grupo que foi aldeado em Maria I, da região do Rio Grande, norte da capitania de São Paulo, assumiram a autoria do ataque.

O que podemos notar é que alguns grupos de Kayapó do sul foram, aos poucos, aceitando o aldeamento, pois, mesmo já residindo em Maria I, ataques continuaram a ocorrer, como esse que Tristão da Cunha Menezes presenciou em sua viagem para a capital de Goiás, cujo grupo de índios foi um dos últimos a se dirigir para o aldeamento.

Também não foram todos os Kayapó do sul que aceitaram residir em Maria I, uma vez que por volta de 1810, um grupo de guerreiros atacou a expedição que o capitão de Ordenanças Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, fundador de Uberaba, então liderava, objetivando conhecer, para depois ocupar, a região do Sertão da Farinha Podre. Como veremos adiante, foi o próprio Antônio Eustáquio juntamente com um geralista foragido da justiça que, na segunda década do século XIX, aldeou os Kayapó do sul que então viviam no atual Triângulo Mineiro, às margens do Rio Grande.

Nesse momento do texto, o trabalho “Ilhas de História” do antropólogo Marshall Sahlins (2011, p.7) pode nos ser útil ao conceituar história e estrutura. A primeira (a história) “é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas”; já a estrutura seria as relações simbólicas de ordem cultural e pode ser considerada um objeto histórico, assim como o evento, que é a “relação entre um acontecimento e a estrutura (ou estruturas)” (SAHLINS, 2011, p. 16).

Sahlins então propõe um terceiro termo entre a estrutura e o evento que é a “estrutura da conjuntura”, que consiste na “realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, [...] [que] se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos” (2011,

¹⁷² Ofício do governador e capitão-general de Goiás Tristão da Cunha Menezes, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro [...].AHU – Caixa 35, Documento: 2131.

p.16). Sendo assim, é possível determinar estruturas na história e história nas estruturas, ambas em uma relação dinâmica e que se desenvolve ao longo do tempo.

Em “Ilhas de História”, Marshall Sahlins analisa e descreve a chegada do capitão britânico Cook, juntamente com sua esquadra, ao Havaí. Os chefes e a população havaiana reagiram quanto à presença dos estrangeiros, de acordo com seus interesses e suas autoconcepções. De tal modo, as

condições específicas do contato europeu deram origem a formas de oposição entre chefia e pessoas comuns que não estavam previstas nas relações tradicionais entre elas. Temos aqui, então, a segunda proposição de nossa possível teoria da história: no mundo ou na ação – tecnicamente, em atos de referência – categorias culturais adquirem novos valores funcionais. Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada (SAHLINS, 2011, p. 171).

Assim como no Havaí, o processo de contato com os não-índios desencadeou, nos diversos grupos indígenas – os Kayapó do sul, os Xakriabá, entre outros – diferentes formas de reação. Enquanto alguns grupos de índios aceitaram o aldeamento, passando a conviver de maneira mais constante e relativamente próxima dos não-índios, outros grupos passaram a manifestar o desejo de manter um contato hostil, com assaltos, roubos e mortes do inimigo, enquanto outros tentaram retardar ao máximo o contato, fugindo para as matas mais longínquas. Um evento – o contato entre índios e os não-índios – foi interpretado de maneiras diferentes pelos sujeitos históricos envolvidos nesse processo.

Para Mano (2011, p. 203), se no início os Kayapó do sul interpretavam o contato a partir de uma perspectiva mítica, com o passar do tempo os índios foram desenvolvendo novas formas de “percepção, classificação e ação” que não mais reproduziam as “façanhas dos seus heróis mitológicos”. Ou seja, as estratégias de contato com o mundo exterior (a sociedade envolvente) foram se modificando no decorrer do tempo, de um contato hostil para um contato pacífico e isso pode ser compreendido como uma práxis histórica (MANO, 2010).

Ainda que a relação com os não-índios fosse baseada na aquisição de bens materiais, que antes eram conseguidos por meio da predação, mediante a guerra e a rapinagem, com a intensificação do contato, a obtenção desses objetos passou a se dar por meio do comércio, embora em trocas desvantajosas para os índios (MANO, 2011). Outra possibilidade de aquisição de objetos por parte dos Kayapó do sul pode ter ocorrido, conforme veremos adiante, a partir do momento em que a “paz” é selada e os índios aceitaram residir em um aldeamento.

Após esta análise do processo de contato e de aldeamento dos Kayapó do sul, devemos dedicar mais algumas linhas ao governo de Tristão da Cunha Menezes. O governador mostrou-se bastante preocupado com a segurança em Maria I, principalmente devido aos constantes deslocamentos de índios para o aldeamento. Contribuía também para um ambiente instável, as tensões que os Kayapó do sul tinham com os índios do aldeamento vizinho de São José de Mossâmedes (grupos de Akroá, Javaé, Karajá e Xakriabá), inimigos tradicionais dos Kayapó do sul (GIRALDIN, 1997). A situação ficou mais preocupante para o governador, quando ele ficou sabendo que os autores do ataque testemunhado por ele estavam residindo em Maria I.

Considerando os índios falsos e inconstantes e capazes de matar os não-índios que se deslocassem de Vila Boa para o aldeamento, o governador decidiu aumentar o efetivo da Companhia de Pedestres para 178 soldados, deslocando 80 para o aldeamento. Para completar o número que pretendia, foram convocados 20 Akroá do aldeamento de São José de Mossâmedes, que receberiam, como pagamento, meio soldo, uma vez que se alimentariam das roças de Maria I. Já havia 12 índios que faziam parte da mesma Companhia. A presença dos Akroá, inimigos dos Kayapó do sul, seria útil para conhecer nestes, “com mais facilidade algúia traição”.¹⁷³

Mas quais foram os motivos que levaram alguns grupos Kayapó do sul, após quase seis décadas de contato hostil, aceitarem o aldeamento? Giralдин (1997) afirma que foram três: derrotas nas guerras para os não-índios; epidemia de varíola; e a falta de alimentação provocada pela seca. Na década de 1770, ocorreu uma epidemia de varíola na capitania de Goiás; com as guerras, houve uma necessidade por parte dos Kayapó do sul, de realizar constantes deslocamentos; e a seca prejudicou a produção de alimentos (GIRALDIN, 1997).

Nessa perspectiva, deter-nos-emos na questão da guerra contra os não-índios. A cada ataque de maior magnitude que os Kayapó do sul realizavam, como já foi visto, era formada uma bandeira para atacar alguma aldeia em represália. Grupos de guerreiros Kayapó do sul também foram atacados nos seus deslocamentos, pois simbolizavam, na visão dos representantes da Coroa portuguesa, um perigo iminente. Sendo perseguidos constantemente, aos Kayapó do sul restou, além da realização de novos ataques, a fuga, como alternativa de sobrevivência.

Em deslocamentos constantes, a prática da agricultura tornava-se bastante difícil de ser executada, dado que para a formação das roças, era necessário o desmatamento de uma área, a

¹⁷³ Ofício do governador e capitão-general de Goiás Tristão da Cunha Menezes, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de melo e Castro [...]. AHU – Caixa 35, Documento: 2131.

preparação do solo e o plantio no período correto. A agricultura para os Kayapó do sul era importante e, segundo o sertanista Pires de Campos (1976, p.181), esses índios cultivavam “batatas, milho e outros legumes”.

Para os Panará, descendentes dos Kayapó do sul, contatados na década de 1970, a relação com a agricultura não era diferente, uma vez que

a roça é não só um espaço altamente socializado como também um campo de trabalho material e social fundamental. Parte daí a explicação da forma geométrica das roças que tanto deixaram perplexos os integrantes das frentes de atração. O desenho circular da roça, com certas plantas na periferia, e suas linhas, às vezes cruzadas, de bananeiras ou milho cortando o centro, é uma reprodução (parcial) do espaço da aldeia, com oposição entre centro e periferia, usando os mesmos conceitos de espaço que orientam a pintura corporal e o corte de cabelos, sempre em ressonância com o sistema social. O crescimento do milho e do amendoim são referências temporais para os ritos de perfuração de orelhas, do lábio inferior dos homens e da escarificação das coxas, que, por sua vez, articulam-se com o ciclo de trocas entre os clãs. Ter roças fracas, que não rendem, é um problema que abala toda a fábrica social panará (ARNT; PINTO; PINTO, 1998, p.78).

Utilizando como parâmetro os dados dos Panará para interpretar os eventos históricos dos Kayapó do sul, podemos notar o quão importante era agricultura para esses índios. O cultivo de algumas plantas, além de servir de importante meio de obtenção de alimentos, indicava o tempo de realização de rituais e das trocas entre os clãs, importantes instituições que reafirmavam a identidade do grupo e, conseqüentemente, movimentavam a sociedade como um todo.

Ora, devem ter sido frequentes as mudanças que os Kayapó do sul foram forçados a empreender, sendo inclusive mencionadas pelo velho cacique que chegou à Vila Boa conduzido pela bandeira de pacificação, quando foi comunicado ao governador de Goiás que os índios aceitariam o aldeamento. Quando parou na região dos Rios Claro e Pilões e ordenou que os guerreiros convocassem os demais índios para irem até Vila Boa, o velho Kayapó do sul afirmou que “já estava cansado de andar pelos matos, que queria viver, e finalizar os seus dias entre [...] os brancos”.¹⁷⁴

Sem a prática da agricultura, a fome talvez tenha realmente acometido os Kayapó do sul. O relato do ataque realizado em Santa Luzia é uma considerável fonte para compreendermos a situação que esses índios viviam 14 anos antes de aceitarem o aldeamento. Na bandeira composta pelos moradores não-índios e os Bororo de Rio das Pedras, montada

¹⁷⁴ Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 140.

após o ataque Kayapó do sul, os membros da expedição depois queimarem a aldeia, cativar algumas crianças, ainda recuperaram “os furtos que os Cayapos tinham levado das rossas”.¹⁷⁵ Ou seja, os índios não buscavam apenas os objetos, mas também alimentos que eram cultivados pelos não-índios.

Os períodos de seca que assolaram a capitania de Goiás, segundo Alencastre (1979) entre os anos de 1773 e 1776 e entre os anos de 1780 e 1781, possivelmente foram fatores decisivos para que os Kayapó do sul aceitassem o aldeamento, devido a agricultura ter se tornado impraticável pelas constantes mudanças e pela proximidade entre dois períodos de um evento climático caracterizado pela ausência de chuva.

Propomos também outra hipótese que pode ter levado os Kayapó do sul a aceitarem o aldeamento: a possibilidade de obtenção de objetos que os índios desejavam e que foram oferecidos pelos não-índios. Quais objetos os Kayapó do sul tanto almejavam quando empreendiam seus ataques? Como já foi visto, os objetos de ferro tinham certa predileção. E foi exatamente com as ferramentas de ferro levadas pelos seis guerreiros Kayapó do sul aos índios que ainda se encontravam na aldeia, além do bom tratamento dispensado pelos não-índios, que o governador Luiz da Cunha Menezes esperava que os demais indígenas se dirigissem até Vila Boa. Cesar Gordon (2006, p.143), ao tratar dos Mebêngôkre no século XX e XXI, afirma que as relações conflituosas que por décadas existiu entre estes e os não-índios, como saques e ataques, só foram interrompidos quando os “brancos começaram a renovar insistentemente as promessas de fornecer os objetos desejados”.

O aldeamento de Maria I durou pouco mais de 3 décadas. Em 1813, foi extinto mediante a “alegação de conveniências administrativas e econômicas, quais sejam: economia de soldos dispendidos com os soldados Pedestres que constituíam a guarda deste aldeamento e com o administrador” (CHAIM, 1983, p. 149-150). Além destes motivos, Giralдин (1997) aventa outras hipóteses, como o estabelecimento do aldeamento em território tradicional dos Kayapó do sul, sem regras de permanência e que permitia uma constante circulação dos índios entre as aldeias e o aldeamento, e a presença de epidemias de varíola e sarampo que podem ter contribuído para sua decadência.

Em 1813, os remanescentes Kayapó do sul foram transferidos para o aldeamento de São José de Mossâmedes (CHAIM, 1983); entretanto, insatisfeitos com o tratamento recebido, as fugas eram constantes. Para tentar aldear novos contingentes ou reconduzir os fugitivos para Mossâmedes, teve papel importante a ação da índia Damiana da Cunha, neta de

¹⁷⁵ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, João Manuel de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado [...]. (22/06/1767). AHU – Caixa: 23, Documento 1440.

um chefe Kayapó do sul e muito respeitada pelos índios. Todavia, com sua morte em 1831, novas fugas ocorreram, não tendo sucesso as tentativas de reconduzir os fugitivos para o aldeamento. Em 1846, Mossâmedes encontrava-se vazio, tendo sido extinto em 1879, restando ainda alguns índios Kayapó do sul no local (GIRALDIN, 1997).

Os aldeamentos no Sertão da Farinha Podre após 1780: um projeto em decadência?

Para Moraes (2003), o sertão sempre foi um espaço-alvo para a execução de projetos. Então, qual foi o projeto que os representantes da Coroa portuguesa gestaram para o Sertão da Farinha Podre? Acreditamos que o projeto idealizado e executado foi o de uma ocupação indígena da região, por meio da criação dos aldeamentos com índios trasladados de outras áreas da América portuguesa, objetivando claramente a defesa do Caminho dos Goíases, de Vila Boa e suas adjacências, além dos demais arraiais da capitania de Goiás contra os Kayapó do sul. Os aldeamentos, ainda que localizados distantes de Vila Boa, eram muito úteis no combate aos Kayapó do sul, na medida em que estavam situados exatamente na área tradicional de ocupação desses índios.

Criados a partir de 1748, no período áureo da mineração e da guerra contra os Kayapó do sul, os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre foram bastante úteis para os não-índios, principalmente atacando grupos indígenas considerados inimigos ou auxiliando as bandeiras na pacificação dos índios considerados “hostis”.

Uma área até então considerada inóspita passou a ser, em parte, controlada pela Coroa portuguesa após a abertura do Caminho dos Goíases (uma via estratégica para a penetração dos luso-brasileiros no interior da colônia) e, com a fundação dos núcleos indígenas – os aldeamentos –, cujo domínio das terras e do trabalho dos índios foi efetuado pelos representantes da administração portuguesa, seja com leigos, como Antônio Pires de Campos, seja com missionários, como foi com os jesuítas até o ano de 1759, quando foram expulsos da colônia, ou com membros do aparelho militar, ambos supervisionados diretamente pelos governadores e capitães-generais.

Ao contrário de outros aldeamentos que surgiram na América portuguesa e que geraram debates calorosos sobre o trabalho indígena entre os membros da administração da então colônia (os colonos e os religiosos) no Sertão da Farinha Podre, ao que parece, não houve muitas tensões com relação a esse tema. Ainda que, após a abertura do Caminho dos Goíases o governo da capitania de São Paulo tenha concedido sesmarias, como a que foi

destinada no ano de 1734 a João Pais Domingues (PONTES, 1978), ou mesmo a Antônio de Araújo Lanhoso, proprietário do sítio do Lanhoso, essas propriedades devem ter sido abandonadas, talvez em virtude das investidas dos Kayapó do sul.

Com a pouca presença de não-índios instalados ao longo do Caminho dos Goíases, o trabalho dos indígenas aldeados estava relacionado ao cultivo das roças, à produção de algum tipo de vestuário, ao transporte da balsa que atravessava o Rio Paranaíba e, obviamente, à guerra no sertão contra os Kayapó do sul, serviço efetuado pelos homens.

No entanto, os Kayapó do sul aceitaram ser aldeados. Então, quais funções poderiam exercer para os não-índios, os indígenas que habitavam os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, cuja criação estava diretamente relacionada com a presença de um inimigo a ser combatido? Por mais algum tempo esses aldeamentos serviriam, ainda que em menor importância, aos interesses dos não-índios. Teriam alguma “utilidade” como veremos no próximo capítulo. O projeto iniciado em meados do século XVIII, no início dos anos 1780 começou a apresentar sinais de falência. Sobreviveria, ainda por mais algumas décadas, mas seu fim estava próximo.

CAPÍTULO 3 – OS ÍNDIOS, OS NÃO-ÍNDIOS E OS ALDEAMENTOS DO SERTÃO DA FARINHA PODRE: SIGNIFICAÇÕES DIVERSAS PARA UM MESMO PROJETO COLONIAL

Os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre e sua significação para os não-índios: a “civilização” dos indígenas

Os aldeamentos criados em meados do século XVIII em Goiás, entre os Rios Grande e Paranaíba, desempenharam de forma primária, uma importante função de guerra e defesa para os não-índios contra os ataques dos Kayapó do sul. Esses núcleos indígenas surgiram com o claro intuito de combater os índios considerados “hostis” e o trabalho dos indígenas nas incursões guerreiras, foi abordado e discutido no capítulo 2, assim como as condições em que viviam e eram tratados os índios administrados por Pires de Campos e que residiam em Rio das Pedras. Com a morte do sertanista, o governo de Goiás se fez ainda mais presente na direção dos aldeamentos, que no Sertão da Farinha Podre passaram a ser comandados por membros do aparelho militar da capitania.

Após o aldeamento de alguns grupos Kayapó do sul, cujo início ocorreu no ano de 1780 em Maria I, as incursões guerreiras e de combate a esses índios gradativamente foram perdendo importância. Afinal, uma parcela do principal inimigo a ser combatido, já se encontrava travando relações que se não eram tão pacíficas, também não eram tão hostis com os não-índios.

Cabe ainda ressaltar que, no ano de 1811, os índios do aldeamento de Rio das Pedras foram convocados para se deslocarem para uma região localizada no entorno da Ilha do Bananal. As informações sobre essa mudança são confusas, pois Saint-Hilaire (1975) afirma que deslocaram os índios de Rio das Pedras para o aldeamento de Nova Beira, na Ilha do Bananal; para Matos (1981a; 2004), os índios foram deslocados para o aldeamento de Salinas ou Boa Vista e para o presídio de Santa Maria, no Rio Araguaia, o que talvez esteja correto, uma vez que Raimundo José da Cunha Matos, no ano de 1823, foi governador das armas da província de Goiás. Segundo Eschwege (1996), o motivo do deslocamento dos índios aldeados era a necessidade de promover a guerra aos indígenas considerados hostis e que habitavam as regiões próximas ao Rio Araguaia.

Até agora o caráter defensivo e guerreiro dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre foi apresentado e discutido, principalmente no capítulo anterior, mas, talvez, o papel mais

importante desempenhado pelos aldeamentos para os não-índios, fosse a “civilização” dos indígenas. Entretanto, o que era ser civilizado e como se dava esse processo de “civilização”? Primeiramente, devemos mencionar que, na documentação setecentista, quando os membros do governo português tratavam dos índios considerados por eles “hostis” ou mesmo daqueles que aceitaram um recente processo de aldeamento, a presença da clara oposição entre a “barbárie”, sempre ligada aos indígenas e a “civilização”, característica da sociedade europeia, era recorrente¹⁷⁶.

O conceito de civilização, conforme afirmou Norbert Elias (1994), expressa a consciência e o julgamento de superioridade que a sociedade ocidental tem de si mesmo, construído a partir de sua tecnologia, das suas maneiras, da sua visão de mundo e da sua cultura científica. A “civilização” pressupõe um processo ou seu resultado, sendo um movimento constante “para a frente” (ELIAS, 1994, p. 24).

O oposto da civilização, considerado um “estado supostamente primeiro”, encontra-se relacionado aos termos natureza, selvageria e barbárie (STAROBINSKY, 2001, p. 16). Se a civilização criou “instâncias ‘civilizadoras’ (o tempo, as letras, a corte, a arte, a conversação das damas)”, há também os candidatos a se tornarem civilizados, dentre os quais se encontram os “selvagens”, de “natureza ‘feroz’ e ‘grosseira’” (STAROBINSKY, 2001, p. 28). A civilização, tornando-se critério por excelência e que permite aos civilizados julgar em seu nome, quando ameaçada, pode, a seu serviço ou defesa, empregar legitimamente a violência (STAROBINSKY, 2001). E, no século XVIII, com relação aos índios, isso não foi diferente.

Na documentação consultada referente ao período setecentista em Goiás, o termo bárbaro é utilizado de forma recorrente para os grupos indígenas com os quais os moradores da capitania travavam relações conflituosas antes do aldeamento, como no caso dos Kayapó do sul, considerados “de gênio feros e repugnante a civilid.”¹⁷⁷ A “civilização” (aqui vemos o exemplo do processo ao qual Norbert Elias faz referência) só seria alcançada quando fossem

¹⁷⁶ Para os membros da Coroa na colônia, o modelo de civilização era o europeu e, em especial, o português. Para uma parcela de não-índios que habitavam a América portuguesa e que nunca havia se aventurado pela Europa (descendentes de portugueses nascidos no Brasil, mestiços, homens livres pobres ou então dotados de considerável poder aquisitivo), a civilização talvez fosse o modo de vida sedentário, católico, com forças produtivas rudimentares (porém melhores que a dos índios), possuidor de valores de enobrecimento e riqueza, dono de escravos e de posses e compatível com o melhor modo de vida possível para algumas parcelas não-indígenas dessa sociedade.

¹⁷⁷ Ofício do intendente e provedor da Fazenda real de Goiás Luís Antônio Rozado da Cunha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real [...] (24/07/1759). AHU – Caixa: 15, Documento: 933.

“reduzidos esses Homens silvestres ao Gremio da Religião, e á vida civil”¹⁷⁸, conforme as palavras do Marquês de Pombal, quando estava em curso o aldeamento dos Xakriabá, Javaé e Karajá. Ainda sobre a redução desses índios, a própria rainha Maria I, em carta ao governador da capitania de Goiás, o barão de Mossâmedes, expressou a importância do aldeamento dos indígenas e do papel do capitão de Dragões José Pinto da Fonseca, encarregado de cuidar da “conservação destes novos habitantes, para serem civilizados, e mantidos em pás, e justiça”.¹⁷⁹ Sobre José Pinto da Fonseca, é importante ressaltar que, após o contato da bandeira por ele capitaneada com os Karajá e Javaé, alguns índios o acompanharam em seu retorno da Ilha do Bananal e, posteriormente, fixaram residência em Santa Ana do Rio das Velhas (SILVA e SOUZA, 1978).

Nesse momento do texto, em que se discute a civilização dos índios, talvez seja significativo tratarmos de uma lei colonial, o “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão”. Assinado em 3 de maio de 1757 por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal e governador do Grão-Pará, o Diretório foi primeiramente instituído nas povoações indígenas da região norte, sendo posteriormente aprovado por um alvará em 1758¹⁸⁰ e aplicado em toda a América portuguesa (ALMEIDA, 1997).

O Diretório deve ser compreendido como um projeto da Coroa portuguesa que foi construído a partir da soma das experiências colonizadoras de Portugal e também como uma lei que apontou a direção para a civilização dos índios, que reafirmava a presença do Estado, vinculando as demais instituições em uma ideia de sociedade civil e, principalmente, organizando povoações para se tornarem unidades econômicas e núcleos de povoamento que, posteriormente, se transformariam em vilas e cidades (ALMEIDA, 1997). Assim, se antes do Diretório, o clero regular procurava resguardar os índios de um contato mais contínuo com os não-índios, com a secularização, o contrário ocorreu: a busca da assimilação do indígena, que deverá ser “civilizado”, a partir de medidas de incentivo ao casamento com os “brancos”, o trabalho nos aldeamentos, o ensino da língua portuguesa entre outras medidas constantes na lei colonial.

¹⁷⁸ Ofício do secretário de estado dos negócios Estrangeiros, marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, ao governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho [...] (27/01/1777). AHU – Caixa 29, Documento: 1862.

¹⁷⁹ Carta (cópia) da rainha D. Maria I ao governador e capitã-general de Goiás, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho [...] (04/04/1784). AHU – Caixa 35, Documento: 2141.

¹⁸⁰ Alvará de 17/08/1758. O Diretório dos Índios vigorou por quase 40 anos, sendo extinto por meio de uma Carta Régia datada de 12/05/1798.

Na direção dos aldeamentos, saíam de cena os missionários, substituídos pela figura de um diretor – um servidor secular nomeado pelo governador do Estado para a realização de serviços de interesse público nas missões –, cuja principal função do Diretório era orientar as ações do encarregado de dirigir os aldeamentos (ALMEIDA, 1997). No caso do Sertão da Farinha Podre, em Santa Ana, havia uma participação mais efetiva do jesuíta José de Castilho, responsável pela criação do aldeamento, mas a presença do governo de Goiás era constante mesmo em Rio das Pedras (que durante três anos esteve sob direção de Pires de Campos), uma vez que ambos eram dirigidos por militares do destacamento do Rio das Velhas. No caso de Rio das Pedras, a direção do aldeamento passou para os militares após a morte de Pires de Campos em 1751.

Almeida (1997) aponta uma classificação dos 95 parágrafos do Diretório a partir dos assuntos que cada um deles abordava: a civilização dos índios (do 1 ao 16), economia (17 ao 73), colonização, tutela, trabalho e demais providências (74 ao 95). Não é nosso intuito promover uma análise aprofundada da vigência do Diretório nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, mas, a partir das fontes consultadas, poderemos compreender o funcionamento dessa lei entre os índios aldeados na região compreendida entre os Rios Grande e Paranaíba.

O Diretório buscava assimilar os índios e os idealizadores dessa Lei estavam conscientes de que a

refórma dos costumes, ainda entre homens civilizados, he a empreza mais ardua de conseguir-se, especialmente pelos meios da violência, e do rigor; e a mesma natureza nos ensina, que só se pode chegar gradualmente ao ponto de perfeição vencendo pouco a pouco os obstaculos, que a removem, e a difficultaõ: Advirto aos Directores, que para desterrar dos Indios as ebriedades, e os mais abusos ponderados, usem dos meios da suavidade, e da brandura.¹⁸¹

Era um verdadeiro paradoxo os não-índios pregarem a utilização de “brandura” e “suavidade” para a transformação dos índios em “civilizados”, promovendo profundas mudanças culturais nos indígenas aldeados. O caráter “civilizador” dos aldeamentos e dos diretores destes núcleos era assim, reafirmado pela legislação portuguesa e, segundo os idealizadores do Diretório, os índios só alcançariam a “civilização” por meio da introdução da religião católica, do ensino da língua portuguesa, da prática da agricultura, do comércio e do uso do vestuário.

¹⁸¹ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 194-5.

Iniciaremos nossa análise pela influência da religião católica entre os índios aldeados. Segundo Karasch (1992), o trabalho dos missionários no século XVIII em Goiás, tinha um papel de pouco destaque, atuando na conversão de grupos indígenas não assimilados por meio do batismo e da catequese de escravos de guerra, em sua maioria, mulheres e crianças. Com a expulsão dos jesuítas em 1759 (desafetos do Marquês de Pombal), outras ordens religiosas assumiram a missão evangelizadora nos aldeamentos. O papel da Igreja Católica nos núcleos indígenas do Sertão da Farinha Podre era bastante limitado quanto à conversão dos índios. Os grupos de Bororo e Paresí aldeados em Rio das Pedras por Pires de Campos já se encontravam em contato mais contínuo com os não-índios e, possivelmente, eram batizados quando foram residir no núcleo indígena.

Quanto ao aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, este núcleo talvez tenha desempenhado, ainda que de maneira tímida, um papel de conversão dos grupos indígenas recém-contatados e trasladados para esse núcleo, como os Kurumarê e Karajá e, posteriormente, os Tapirapé, Javaé e os Xakriabá. No caso dos Xakriabá, alguns índios já deveriam ter recebido o batismo e noções sobre a religião católica quando residiram na Missão do Duro, antes da rebelião conjunta com os Akroá na década de 1750.

Em um ofício de Luís da Cunha Menezes ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o governador tratava da “falta de assistência espiritual”¹⁸² em Goiás, sendo necessária a criação de novas capelas filiais com capelães. Se nas vilas e arraiais goianos o panorama era o acima descrito, possivelmente nos aldeamentos a situação não era diferente, pois, segundo Karasch (1992), ainda que a política indigenista em Goiás fosse vista como inseparável da empresa missionária, os governos destinavam a ela limitados recursos.

Temos, como exemplo dessa falta de recursos no início do século XIX, a atitude do pároco responsável por Santa Ana e pela assistência espiritual dos demais aldeamentos do Sertão da Farinha Podre que, como não recebia há algum tempo seu pagamento, viajava por Goiás para ouvir confissões a um custo de oito vinténs por pessoa (ESCHWEGE, 1996). Em 1819, Saint-Hilaire (1975) encontrou os aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba sem qualquer assistência espiritual pela ausência de um padre há dois anos.

Assim, a ação e influência da Igreja Católica no Sertão da Farinha Podre deve ter sido bastante restrita. Geralmente com um padre (dois no máximo) que residia próximo à Santa Ana do Rio das Velhas, sendo o responsável pelo auxílio religioso deste núcleo indígena e dos

¹⁸² Ofício do governador e capitão general de Goiás, Luís da Cunha Menezes ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...] (15/02/1783). AHU – Caixa 34, Documento: 2085.

demais aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba (o que o forçava a empreender viagens geralmente longas, tanto entre aldeamentos como por outras regiões de Goiás), além da presença de índios já convertidos à religião católica ou recentemente batizados, nos leva a conjecturar que o trabalho missionário deve ter sido pouco praticado. Soma-se a esse panorama, a influência direta do governo de Goiás nos aldeamentos, ou seja, os religiosos possivelmente possuíam uma autonomia bastante restrita.

Um ponto importante para a “civilização” dos índios era o uso da língua portuguesa em detrimento da língua geral. Talvez o padre jesuíta José de Castilho tenha sido um dos introdutores da língua geral, uma língua de base indígena e que foi considerada no Diretório, uma “invenção verdadeiramente abominável, e diabólica”¹⁸³, mas que era amplamente falada na América portuguesa e utilizada pelos religiosos para o trabalho de catequização. Em Rio das Pedras, os índios que acompanhavam Pires de Campos possivelmente aprenderam a língua com os paulistas e os escravos do sertanista.

Outra atividade importante nos aldeamentos para a “civilização” dos índios era a prática da agricultura. Os diretores deveriam “persuadir” os índios para o

honrado exercício de cultivarem suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios componentes para sustentarem com abundância as suas casas, e famílias, mas vendendo gêneros, que adquirirem pelo meio da cultura, se aumentarão nelles os cabedões á proporção das lavouras, e plantaçoens, que fizerem. E para que estas persuasões cheguem a produzir o effeito, que se deseja, lhes farão compreender os Directores, que a sua negligencia, e o seu descuido, tem sido a causa do abatimento, e pobreza, a que se achão reduzidos.¹⁸⁴

A agricultura não era nenhuma novidade entre os grupos indígenas aldeados no Sertão da Farinha Podre. A mudança proposta pelo Diretório seria a prática da agricultura para a venda da produção excedente, o que permitiria o sustento dos aldeamentos, a prática do comércio e o aumento dos cabedais dos índios aldeados.

A atividade comercial consistia essencialmente na “venda, ou cõmutação dos gêneros, e na communicação com as gentes; e se desta resulta a civilidade, daquela o interesse, e a riqueza”.¹⁸⁵ Dessa forma, o comércio deveria ser feito com liberdade e os índios, por

¹⁸³ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 191.

¹⁸⁴ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 196.

¹⁸⁵ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 203.

possuírem “ignorância”¹⁸⁶ quanto a essa atividade econômica, deveriam ser supervisionados pelos diretores. Cabia também ao diretor, garantir a existência de pesos e medidas nos aldeamentos para a transação comercial correta, assim como também evitar que os índios comerciassem pelo seu pleno arbítrio, para que não fossem enganados. O comércio entre índios e não-índios era incentivado pelo Diretório de forma a evitar qualquer tipo de segregação.

No caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, a localização próxima a um importante caminho colonial, o Caminho dos Goiaes, propiciou também o surgimento de atividades comerciais importantes para a subsistência dos índios e para os não-índios que transitavam pela via ou que moravam próximos a esses núcleos indígenas. Poucos anos após o aldeamento dos Xakriabá em Santa Ana do Rio das Velhas, ocorrido em 1775, conforme o já mencionado relatório do barão de Mossâmedes, esses índios, incentivados pelo soldado Dragão Miguel de Arruda que, segundo o governador de Goiás, conseguiu despertar neles a “louvável ambição de negociarem com os tropeiros”, conseguiam dos não-índios o sal e o vestuário em troca dos “mantimentos e das criações” (ALENCASTRE, 1979, p. 229).

Nas primeiras décadas do século XIX, conseguimos notar uma mudança nos produtos comercializados, pois, segundo o naturalista Saint-Hilaire (1975, p. 131) ainda que não houvesse nos aldeamentos nem “vendas nem lojas”, os índios comerciavam com os viajantes ou fazendeiros da região, além dos produtos de suas colheitas, o algodão fiado pelas mulheres e as peles de veado.

O vestuário adquirido pelos índios do Sertão da Farinha Podre mediante o comércio, segundo o Diretório, era outro importante meio para a “civilização” dos indígenas e os diretores eram os responsáveis por

conduzir a hum virtuoso, e moderado desejo de usarem de vestidos decorózos, e decentes; desterrando delles a desnudez, que sendo effeito não da virtude, mas da rusticidade, tem reduzido a toda esta Corporação de gente á mais lamentavel miseria.¹⁸⁷

A nudez deveria ser “combatida” por meio dos ganhos que o trabalho dos índios poderia render a eles para adquirirem os panos necessários para a confecção de roupas e o diretor, não deveria consentir de modo algum que os indígenas andassem nus. Quanto ao uso

¹⁸⁶ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 204.

¹⁸⁷ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 195.

do vestuário, trataremos adiante sobre o uso de roupas como uma forma de distinção dos índios aldeados.

Retomaremos agora à questão do trabalho dos índios dos aldeamentos localizados entre os Rios Grande e Paranaíba. Trabalho que, segundo o Diretório, era outra atividade “civilizadora”. Os índios foram empregados nas bandeiras que objetivavam promover o contato e o aldeamento de outros grupos indígenas, como no caso dos Kayapó do sul e dos Kurumarê, cuja expedição contou com índios de Rio das Pedras. A importância desses indígenas residia principalmente no fato de conhecerem os sertões da América portuguesa, retirando das matas, os alimentos necessários para a sobrevivência em longas viagens, além da defesa da bandeira contra possíveis ataques de outros índios.

Outra função dos índios aldeados consistia na participação das expedições que percorriam o território de Goiás para conduzir o imposto da mineração (o quinto) até as terras da capitania de Minas. Possivelmente os índios eram convocados para descobrir as trilhas dos inimigos, além de atuarem na defesa da comitiva contra outros índios ou ladrões que eram muito presentes no imaginário dos que percorriam os sertões.

Os aldeamentos também foram importantes para os não-índios, ao servirem de locais de abrigo e descanso para os que transitavam ao longo do Caminho dos Goiasenses nos séculos XVIII e XIX, seja com algum pouso próximo a eles ou mesmo acolhendo-os nas residências dos índios. Algumas descrições dos aldeamentos no século XIX, conforme veremos neste capítulo, foram feitas por viajantes europeus que conseguiram se estabelecer por algumas horas ou mesmo dias, entre os índios aldeados.

Como exemplo do trabalho dos índios e da importância dos aldeamentos para os viajantes, temos o fato ocorrido em junho de 1807, quando os indígenas aldeados foram convocados pelo governador da capitania de Goiás, Dom Francisco de Assis Mascarenhas (Conde de Palma e posteriormente Marquês de São João da Palma), para que cuidasse do trânsito da comitiva do governador e capitão-general do Mato Grosso, que se encontrava próxima ao Rio Grande com “avultado número de bestas de carga, [e] ser-lhe-há m.^{to} trabalhoso a passagem do Rio Grande, e a dos mais que se encontrão nesse Districto”.¹⁸⁸ Além da travessia e auxílio na condução da comitiva, os índios também deveriam cuidar da hospedagem do governador.

Quando necessário, os indígenas de Rio das Pedras eram convocados para trabalhar no Porto Real do Paranaíba, como auxiliares dos membros do destacamento do Rio das Velhas.

¹⁸⁸ Ofício ao Regente da Aldeia de Santa Ana. Cartas e ofícios do Capitão Geral da Província e diversos. AHEG – Livro 03 – 1804/1809 – p.55. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 122.

A atividade desempenhada pelos indígenas consistia em conduzir a balsa (na verdade, duas canoas amarradas uma à outra com uma prancha na parte superior) que atravessava o Rio Paranaíba, entre Goiás e Minas Gerais, sendo que os índios de Rio das Pedras eram convocados um de cada vez, recebendo um salário de 1.500 réis por 30 dias de trabalho (SAINT-HILAIRE, 1975).

Essa atividade realizada pelos índios no Porto Real do Paranaíba, talvez tenha sido um dos raros momentos em que os indígenas se dedicavam à execução de tarefas fora dos limites dos núcleos indígenas do Sertão da Farinha Podre, principalmente após o aldeamento dos Kayapó do sul, uma vez que a atividade guerreira era realizada nos sertões e, obviamente, necessitava de grandes deslocamentos para atacar as aldeias dos inimigos considerados hostis.

Os índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba dedicaram a maior parte do seu tempo aos trabalhos que eram realizados nos próprios aldeamentos, seja na agricultura ou no comércio, as atividades básicas. A expansão geralista, que resultou na ocupação das terras indígenas e na formação de fazendas próximas aos aldeamentos, tornou-se mais efetiva na segunda década do século XIX. Antes deste período, as propriedades no Sertão da Farinha Podre que se dedicavam à agricultura e pecuária eram quase inexistentes e, possivelmente, não demandavam o trabalho dos índios. Aliás, no Sertão da Farinha Podre, a questão do trabalho indígena não será o “cerne” dos conflitos entre os índios e os geralistas, mas sim, a questão da terra, uma vez que os não-índios cobiçavam as férteis áreas dos aldeamentos para a implantação de propriedades destinadas à agropecuária. Ou seja, os índios deveriam ser, e foram, expulsos das áreas que habitavam.

Até esse momento, predominantemente tratamos tanto no capítulo 2, quanto no início deste capítulo, sobre o trabalho dos índios e o significado dos aldeamentos principalmente para os não-índios, seja quanto à defesa e guerra contra os Kayapó do sul (uma atividade primária), seja com atividades secundárias e que, posteriormente, passaram a ter maior importância. Mas e para os índios aldeados, o que representou esses núcleos além de um novo local de moradia? É sobre esse tema que trataremos agora.

A significação dos aldeamentos para os índios aldeados: uma nova possibilidade de existência em uma sociedade colonial

Até agora fizemos uma análise sobre os aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre a partir da interação entre os seus habitantes, os índios aldeados, os índios considerados

inimigos e que deveriam ser combatidos (na maioria das vezes os Kayapó do sul) e os não-índios. Demonstrou-se também a participação efetiva dos índios aldeados enquanto sujeitos históricos: aceitando ou negociando condições para se aldearem, negando a seguir o administrador em alguma expedição em terras longínquas, ou requerendo, junto ao governador de Goiás, a troca do comando nas expedições guerreiras.

Mesmo tratando dos aldeamentos, ainda não procedemos a uma análise acerca do que representou esses núcleos para os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre, não somente enquanto um novo local de habitação, mas, de acordo com as reflexões de Almeida (2003) sobre os aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro, enquanto locais de rearticulação histórica, social e cultural.

Em primeiro lugar, os aldeamentos possivelmente representaram um meio de sobrevivência para alguns grupos indígenas, conforme visto no caso dos Araxá, sobre o pedido de aldeamento que fizeram ao sertanista Antônio Pires de Campos, talvez acossados pela presença dos Kayapó do sul. Os aldeamentos também podem ter representado a possibilidade de sobrevivência dos índios a partir da aliança com os não-índios diante de algumas dificuldades, por exemplo, durante os períodos de seca que assolaram a capitania de Goiás entre os anos de 1773 e 1776; 1780 e 1781. Por isso, não é de se estranhar que tenha ocorrido o aldeamento de grupos indígenas exatamente nesses períodos, como no caso dos Akroá, deslocados para São José de Mossâmedes em 1775; o estabelecimento, na atual Ilha do Bananal, em 1775, dos índios Karajá e Javaé no aldeamento de Nova Beira e também no mesmo ano, o deslocamento dos Xakriabá que aceitaram ser novamente aldeados e foram deslocados para Santa Ana do Rio das Velhas; além do caso dos próprios Kayapó do sul, conhecidos pela sua identidade guerreira, cujo aldeamento se deu a partir do ano de 1780. Talvez incapacitados de promoverem a agricultura devido a períodos de seca muito próximos ou longos, o que deve ter gerado um abastecimento de alimentos de origem vegetal insuficiente, restou aos índios aliar-se aos não-índios, tendo a possibilidade de conseguir alimentos mais facilmente, uma vez que os aldeamentos contavam com investimentos da Fazenda Real, o que pode ter sido outro fator decisivo para a aliança com os não-índios.

Não é nosso intuito apenas reduzir os aldeamentos de índios ocorridos nos períodos de seca prolongada a este evento climático. Outros motivos devem ter sido preponderantes, como as epidemias, a expansão dos não-índios em terras antes habitadas pelos índios, empreendendo a abertura de fazendas, além dos ataques das bandeiras, o que possivelmente forçava os deslocamentos de grupos indígenas pelo sertão.

Claro que em alguns casos, o pedido de aldeamento fez com que os representantes da Coroa portuguesa também vislumbassem nos índios aldeados, a existência de guerreiros que seriam importantes no combate aos índios “hostis”, como no caso dos Xakriabá, que teriam a função de guerrear contra os Kayapó do sul. Era, conforme se pode notar, uma via de mão dupla, pois interesses convergiam. Contudo, não podemos, sob o risco de uma historiografia praticada décadas atrás, reduzir os índios a sujeitos passivos, que foram manipulados pelos não-índios, quase relegados à categoria de “vítimas”. Segundo veremos adiante, essa perspectiva histórica não mais se sustenta.

Os grupos indígenas, ao buscarem o aldeamento, procuravam terra e proteção, conforme as reflexões de Almeida (2003) sobre os aldeamentos coloniais do Rio de Janeiro. Quanto à proteção, já tratamos nos parágrafos acima, estava relacionada ao fato de que ao aceitarem o aldeamento, talvez os índios estivessem tentando uma aliança com os não-índios que garantiria a sobrevivência do grupo frente a um inimigo mais poderoso, como outros grupos indígenas ou mesmo com as guerras empreendidas pelos não-índios. Outra possibilidade era garantir a alimentação, que pode ter se tornada escassa pela seca e também para evitar deslocamentos constantes pelo sertão.

Como novos súditos do rei e na condição de neófitos da religião católica, os índios dos aldeamentos, atuando mediante a aliança com os não-índios, principalmente nas guerras de combate ao inimigo, conseguiam angariar em determinados momentos, junto aos representantes da Coroa portuguesa, o respeito e a defesa dos seus interesses, principalmente no que tange à garantia de suas terras ou em auxílios financeiros da Fazenda Real.

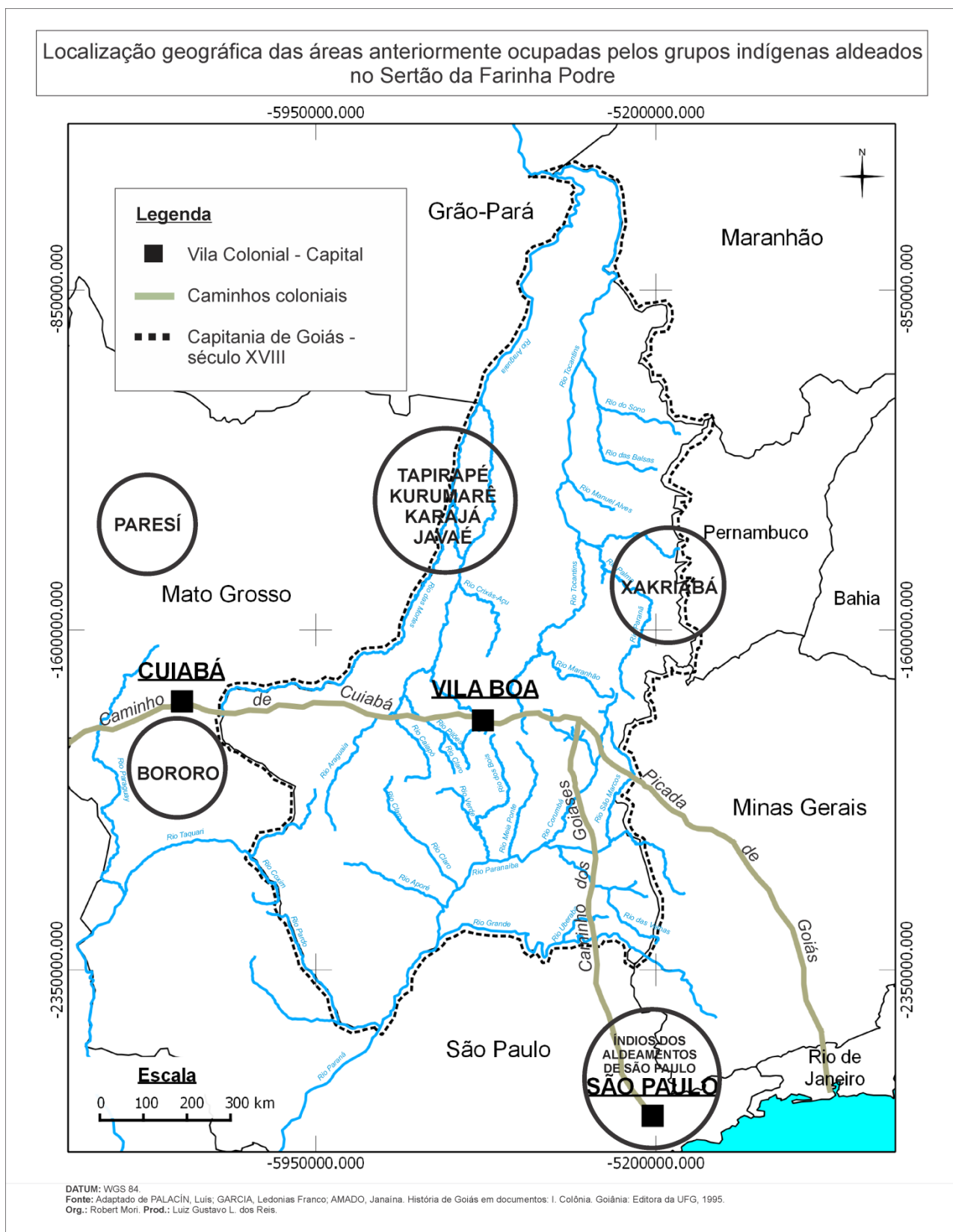
No caso da terra, e neste capítulo, discutiremos um pouco mais o assunto, trata-se de conseguir uma área delimitada e reconhecida pela Coroa portuguesa e que, assim, pertenceria por direito aos índios. Como exemplo, temos o caso da doação de sesmária aos Bororo e Paresí que compunham a força guerreira de Pires de Campos, conforme já tratado anteriormente, cujo tamanho seria de 3 léguas em quadra. Do mesmo modo deve ter ocorrido com Santa Ana do Rio das Velhas, fundada pelo padre jesuíta José de Castilho.

Nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, bem como em outros locais da América portuguesa, a convergência de diferentes grupos indígenas possuindo origens diversas, sejam elas geográficas ou culturais, compartilhando experiências e vivências em um mesmo núcleo populacional, a partir do processo de etnogênese, permitiu a formação de uma população aldeada que se reconhecia e era reconhecida como indígena. E é sobre o processo de etnogênese que trataremos agora.

O processo de etnogênese nos aldeamentos indígenas do Sertão da Farinha Podre

Ao aceitarem o aldeamento, os índios tiveram que se adaptar a um novo espaço físico e social, com novas regras e comportamentos que permitiram a criação de novas estratégias de luta e sobrevivência. Eram diferentes “etnias” reunidas em um mesmo espaço, na condição de aldeados, compartilhando uma experiência nova e em comum, que os colocava em uma condição diferente dos demais segmentos da colônia.

Primeiramente, conforme podemos ver no Mapa 4, a população dos aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba era composta por diferentes grupos indígenas, como os Bororo, os Paresí, os índios dos aldeamentos de São Paulo, possivelmente de origem Tupi-Guarani, os Xakriabá, os Tapirapé, os Karajá, os Kurumarê e os Javaé. Eram em sua maioria, excetuando-se os Kayapó do sul capturados pelas bandeiras e que os representantes da Coroa portuguesa tentaram inutilmente fixar em Santa Ana do Rio Velhas, uma “população exógena” no sentido de que suas áreas tradicionais de ocupação estavam distantes da área compreendida entre os Rios Grande e Paranaíba.



Mapa 4. Localização geográfica das áreas anteriormente ocupadas pelos grupos indígenas aldeados no Sertão da Farinha Podre.

Assim, se por um lado o aldeamento pode ser compreendido como uma alternativa importante para a sobrevivência de grupos indígenas, no caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, os índios que aceitaram ser aldeados, foram forçados a empreender uma longa jornada por centenas, milhares de quilômetros até os núcleos indígenas destinados a eles. Eram grupos trasladados de diferentes regiões da América portuguesa, cujos deslocamentos visavam muitas vezes retirar os índios de suas áreas tradicionais de ocupação, pois, por décadas, estiveram em contato hostil com os não-índios.

Deslocados, esses grupos foram assentados nos aldeamentos do sertão localizado entre os Rios Grande e Paranaíba, tendo por moradores outros índios e mesmo não-índios, em um processo de territorialização, conforme as reflexões de Oliveira (1998). Até mesmo inimigos compartilharam um mesmo espaço, ainda que talvez por um curto período de tempo, como os Kayapó do sul aprisionados pelas bandeiras e transferidos para Santa Ana do Rio das Velhas, local em que residiram juntamente com os Bororo e demais indígenas que compunham a população do aldeamento.

Não obstante um espaço indígena, os aldeamentos também receberam contingentes de não-índios e isso está presente na documentação consultada. O processo de mestiçagem foi digno de menção por parte do barão de Mossâmedes, ainda em 1773, quando o governador se referiu aos aldeamentos do sertão do Rio das Velhas (Sertão da Farinha Podre), cujos habitantes “poucos [...] sejam verdadeiramente índios, por se terem mesclado com mulatos, mestisos, e cabras”.¹⁸⁹ O Diretório nos parágrafos 87, 88, 89 e 90 incentivava os matrimônios “entre os Brancos, e os Índios, para que por meio deste sagrado vinculo se acabe de extinguir totalmente aquella odiosissima distincção”.¹⁹⁰ Essa lei colonial estimulava a mestiçagem por meio do casamento entre “brancos” e índios como uma maneira de evitar as distinções então existentes entre ambos e, também, para efetivar e acelerar o processo de assimilação dos indígenas.

Segundo as reflexões de Ingrid de Jong; Lorena Rodriguez (2005), os estudos sobre a mestiçagem atualmente não devem mais ser encarados a partir de uma ideia de homogeneidade, resultante de uma mescla, uma vez que não só esconde e bloqueia as diferenças e desigualdades, mas se transforma em um conceito pouco operativo, pois não são caracterizados os espaços intermediários e nem destacam que as fronteiras, culturais, espaciais

¹⁸⁹ Ofício do governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro [...]. (02/05/1773). AHU – Caixa 27, Documento: 1730.

¹⁹⁰ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 222.

ou raciais, são muito mais tênues, mais complexas, dinâmicas e multideterminadas do que a História, a Antropologia e as fontes até agora manejadas apontaram.

Guillaume Boccara (2005a), ao tratar das pesquisas recentes sobre a mestiçagem, afirma que esses estudos têm tido o cuidado especial em dar conta de que os processos de mestiçagem não removem o caráter violento e arbitrário da conquista e da colonização, assim como também se dedicam a apreender a dominação e a resistência em toda a sua complexidade. Ainda, segundo o mesmo autor, para se falar sobre mestiçagem, considerada por ele um fenômeno político, é necessário interrogar-se sobre a maneira em que as estruturas objetivas e cognitivas de diferentes sistemas sociais se ajustam ou não a um contexto de conquista e colonização (BOCCARA, 2005a).

O processo de etnogênese que configurou os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre se deu principalmente a partir da mestiçagem entre índios e não-índios (negros e mestiços e, em menor número, com “brancos”), que deve ter ocorrido nos primeiros anos do aldeamento dos Bororo e Paresí, em meados do século XVIII. E, como visto, os indígenas dos aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba, ainda que para o barão de Mossâmedes não pudessem ser considerados índios por terem se mesclado com mulatos, mestiços, e cabras (mas que, por sua vez, se reconheciam e eram reconhecidos como índios conforme veremos adiante), foram essenciais para os planos do governo de Goiás, ao guerrear, cativar ou exterminar os Kayapó do sul, garantindo a expansão dos não-índios para novas áreas destinadas à agricultura e à pecuária, assim como também a exploração de parte das lavras que se encontravam em território de índios considerado hostis, garantindo, na medida do possível, a exploração econômica dessas atividades. Eles foram importantes também participando da bandeira de pacificação que culminou no aldeamento dos Kayapó do sul em Maria I. Assim, conforme expôs Boccara (2005a), sem a participação dos mestiços, as empresas de dominação social, sujeição política e exploração econômica no período colonial seriam em muitos casos, impossíveis de serem realizadas.

Buscaremos, neste momento do texto, apresentar e analisar a partir das fontes consultadas, o processo de mestiçagem nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre. No início do século XIX, Eschwege (1996) descreveu sua chegada ao sítio do Tijuco¹⁹¹, habitado por um português casado com uma índia, levando-nos a concluir que a união por via do casamento entre “brancos” e índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba, conforme o

¹⁹¹ Próximo ao Rio Tijuco, afluente da margem esquerda do Rio Paranaíba.

Diretório estabelecia, foi uma realidade, embora durante o período em que o viajante esteve na região – 1816 – essa lei colonial já não se encontrava mais em vigência.

Quando Saint-Hilaire (1975, p. 143) no ano de 1819, visitou Santa Ana do Rio das Velhas, encontrou no aldeamento um vadio, descrito como um “homem branco que morava ali fazia três meses”. Assim, podemos conjecturar que a incorporação de membros exteriores ao grupo indígena pode ter sido constante entre os Rios Grande e Paranaíba. Pode ter contribuído para as poucas uniões matrimoniais mencionadas pelos viajantes entre “brancos” e índios, o fato de que até o início do século XIX, grande parte das terras próximas aos aldeamentos ainda não havia sido concedidas aos não-índios por meio de sesmarias e as cedidas, encontravam-se abandonadas.

Contudo, conforme os mesmos relatos dos viajantes oitocentistas, os quais analisaremos adiante, foram com os “negros” que a aliança por meio do matrimônio se constituiu de maneira mais constante nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre. Já em 1748, em Rio das Pedras, havia um grande número de mulatos que acompanhavam Pires de Campos, além dos seus escravos e que possivelmente foram incorporados pelos Bororo, Paresí e demais grupos indígenas que vieram posteriormente, pela via do casamento.

Em 1816, o viajante Eschwege (1996, p. 116-7) mencionou a presença de mulatos e negros em Rio das Pedras, relatou sobre sua população mestiçada e concluiu que dos índios “muito pouco sobrou de seus costumes originais”. A mestiçagem em Rio das Pedras também foi alvo de menção de outro viajante, Saint Hilaire (1975, p. 129), que afirmou que à “exceção de um ou dois indivíduos, não via (sic) na Aldeia do Rio das Pedras indígenas de raça pura. Quase todos eles são fruto de uma mistura da raça americana com a dos negros”. O naturalista fez uma descrição minuciosa das características físicas dos habitantes do aldeamento, concluindo ainda que, mesmo com essa mestiçagem, eles se aproximavam “menos dos negros que dos índios americanos” (SAINT-HILAIRE 1975, p. 129).

Deve ter contribuído para a chegada de negros aos aldeamentos, a localização geográfica desses núcleos, às margens do Caminho dos Goíases, um importante ponto de passagem que facilitou o contato entre índios e não-índios. Possivelmente, escravos libertos que saíam dos decadentes arraiais mineradores de Goiás, ao percorrerem o caminho colonial em direção à capitania de São Paulo (ou os que faziam o caminho inverso) encontravam abrigo e a possibilidade de serem incorporados ao grupo indígena por meio do casamento.

Pode-se questionar também a possibilidade da incorporação de negros fugitivos ou quilombolas pelos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre. Segundo Mary Karasch

(1996), Goiás era um local ideal para a formação de quilombos, uma vez que se encontrava distante dos centros administrativos e das forças coloniais responsáveis pela destruição destes núcleos habitados em sua maioria (mas não exclusivamente) por negros fugitivos e devido ao fato de que a população goiana se encontrava bastante dispersa pelo território da capitania.

A formação de quilombos em Goiás estava diretamente relacionada à escravidão mineradora que, por sua vez, facilitava a fuga de escravos nas lavras mais distantes pela falta de um número expressivo de feitores armados e pelo tipo de terreno que Goiás possuía, com vegetação típica do Cerrado, florestas densas, ilhas fluviais, rios caudalosos e grande distância dos “brancos” (KARASCH, 1996). Esses negros fugitivos além de buscarem a fuga, objetivavam encontrar ouro para efetuar a compra da sua liberdade (KARASCH, 1996).

Segundo Karasch (1996), a região sul de Goiás (que compreendia o então Sertão da Farinha Podre) propiciava a criação de quilombos, uma vez que se encontrava distante dos destacamentos de Vila Rica, em Minas Gerais, e de Vila Boa, em Goiás, o que dificultava a captura e o combate aos aquilombados e, além do mais, os quilombos goianos tinham a característica de serem transitórios, sem continuidade temporal e territorial, ou seja, seus habitantes estavam constantemente em deslocamento.

Quanto à localização dos quilombos em Goiás, Karasch (1996) aponta a presença de quilombolas em áreas de ocupação Kayapó do sul, como o famoso quilombo do Ambrósio e na região de Meia Ponte, Crixás e Vila Boa. Na região do Sertão da Farinha Podre, havia quilombo no Rio Grande e também abaixo do Rio Paranaíba, um “célebre refúgio de quilombolas” (KARASCH, 1996, p. 252).

A relação entre índios e negros em Goiás era, na maioria das vezes, conflituosa, ainda que houvesse exceções. Como exemplo, temos os ataques Kayapó do sul aos escravos negros (descritos no Quadro 1) e, no norte da capitania, os ataques dos Xavante. Quanto a estes índios, em 1767, a prática da guerra passou a ser substituída pela incorporação de escravos, uma vez que

surpreendendo huns negros de huma roça [os Xavante] os não matarão como praticavão nas antecedentes abalroadas, e he costume inveterado de todas aquellas nações; mas levando-os ás suas Aldeas lhes fizeram muitos afagos, e os cazarão com as gentias, asseverando-lhes que todo o preto que quisesse passar para elles acharião nas suas Aldeias o mesmo bom tratamento”¹⁹².

¹⁹² Subsídios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 88-9.

Para Karasch (1996), eram três as motivações antinegra dos índios: a primeira estava relacionada às recompensas, como as obtidas pela troca de objetos com os “brancos” pelos negros capturados; a segunda era a vingança, uma vez que os negros quilombolas raptavam mulheres indígenas; e a terceira seria pelo fato de que os índios aldeados compunham uma parte importante da força de combate empregada contra os quilombos.

Daniella Alves e Marcel Mano (2013) questionam essa motivação antinegra por parte dos Kayapó do sul. Segundo os pesquisadores, a relação entre estes índios e os negros escravos era conflituosa; porém, os Kayapó do sul promoviam a aliança étnica com negros quilombolas, evidenciando que as ações desses índios eram construídas a partir dos sujeitos sociais envolvidos, das circunstâncias e dos graus (tênuos) de diferenciação social (ALVES; MANO, 2013).

A partir da leitura das fontes consultadas para este trabalho, não encontramos nenhuma menção sobre a utilização dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba no combate aos negros quilombolas, o que não quer dizer que isso não possa ter ocorrido. Talvez, para o governo de Goiás, a mineração e a guerra contra os Kayapó do sul eram mais importantes que o combate aos quilombos. E os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre foram constantemente empregados na guerra contra os índios considerados “hostis”, especialmente os Kayapó do sul.

Quanto à existência de negros fugitivos acolhidos nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre ou da realização de trocas comerciais com os quilombolas, não encontramos nenhuma fonte sobre este assunto, o que não quer dizer que isso não tenha ocorrido. Mesmo existindo quilombos entre os Rios Grande e Paranaíba, possivelmente os aquilombados evitassem o contato ao saber da condição dos índios dos aldeamentos (a de aliados dos “brancos”) e da existência de um destacamento no Rio das Velhas com militares responsáveis pela direção dos índios aldeados e que, se soubessem da condição de fugitivo de algum negro nos aldeamentos, poderiam promover a captura e a entrega do escravo ao seu respectivo dono.

Situação contrária aconteceria com os negros libertos, cuja condição na sociedade colonial diferia dos quilombolas, pois, juridicamente se encontravam alforriados (ou seja, um escravo que conseguiu sua liberdade mediante a compra ou a concessão de seu dono). Já o quilombola, possuidor de uma liberdade na maioria das vezes provisória e fruto de uma fuga, continuava sendo escravo (um escravo fugitivo) cuja existência em uma sociedade escravocrata representava um perigo para a ordem estabelecida, necessitando de medidas para

sua captura e o extermínio dos locais que habitavam: os quilombos¹⁹³. Por fim, a integração de negros por parte dos índios aldeados seria apenas uma consequência da determinação e da vontade dos habitantes dos núcleos indígenas instituídos ao longo do Caminho dos Goiaes.

Escravos, ex-escravos, mulatos, mestiços, “brancos” (incluindo os que eram considerados “vadios”) foram incorporados pelos grupos indígenas aldeados no Sertão da Farinha Podre. Talvez isto tenha ocorrido devido ao pequeno número de índios de um mesmo grupo, posto que para estes, seria bastante difícil manter seus aspectos culturais anteriores ao contato (como as regras de casamento ou os rituais funerários) ou então pela guerra desempenhada pelos homens, uma atividade perigosa e que custava a vida de muitos índios ou mesmo pelo decréscimo populacional causado pelas epidemias. A sobrevivência do grupo só seria possível com a incorporação dos não-índios por meio do matrimônio, em um processo de mestiçagem que configurou o grupo indígena aldeado entre os Rios Grande e Paranaíba. Assim, o Sertão da Farinha Podre, uma região central da América portuguesa, foi um local de convergência de índios e, conseqüentemente, de culturas indígenas trasladadas. E dessa convergência de elementos culturais indígenas e também não-indígenas, uma nova cultura foi formada nos aldeamentos.

À formação da população indígena aldeada se deu um processo denominado “etnogênese” que consiste na “construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 43). Nos recentes estudos sobre etnogênese, Boccara (2005a) afirma que as pesquisas enfatizaram a capacidade de adaptação e criação das sociedades indígenas e passaram a considerar que as novas configurações sociais se delinearam não somente através de processos de fissão e fusão, mas também pela incorporação de elementos alógenos. A etnogênese, segundo Hill (1996), não pode ser compreendida como um rótulo para o surgimento histórico de povos distintos culturalmente, mas sim um conceito que engloba simultaneamente, povos, lutas culturais e políticas para a criação de identidades duradouras em contexto de mudanças e discontinuidades.

¹⁹³ Sobre os negros escravos ver a obra de MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003 - Sobre escravos e libertos, ver a obra de RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 – Sobre os libertos ver as obras de GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011 e PAIVA, Eduardo França. *Depois do cativeiro: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. In: LAGE DE RESENDE, Maria Efigênia; VILALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007 - Sobre os quilombos e quilombolas, ver a obra de REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Novamente citando Boccara (2005a), a etnogênese, assim como a mestiçagem, um fenômeno político, é uma dimensão inseparável da etnificação, uma vez que ambas fazem parte de uma mesma realidade. A etnogênese consiste na capacidade de criação e adaptação das entidades indígenas e a emergência de novas formações sociais, ao passo que a etnificação, caracteriza os dispositivos coloniais (do Estado capitalista) que produzem efeitos de normalização e especialização e participam da criação étnica através da reificação e das práticas e representações das sociedades indígenas (BOCCARA, 2005a).

A noção de etnogênese tem a preocupação de superar modelos rígidos e etnocêntricos, com o fito de restituir a complexidade da realidade colonial e é utilizada para caracterizar processos diversos de transformação, não somente políticas, mas também nas formas de definição identitária de um mesmo grupo através do tempo (BOCCARA, 2005b). Segundo Hill (1996), para os indígenas e afro-americanos, a etnogênese pode ser compreendida como uma adaptação criativa para a história de mudanças bruscas e violentas que incluem colapsos demográficos, deslocamentos forçados, escravidão, guerras e etnocídio.

O contato empreendido entre os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre e os não-índios (antes e também após o processo de aldeamento) foram caracterizados pela presença da violência. Os grupos de Kurumarê e Karajá da atual Ilha do Bananal, contatados por Pires de Campos, sofreram violência física e mortes decorrentes dos vírus e bactérias e dos ataques liderados pelos não-indígenas. Os grupos indígenas trasladados para os aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba foram deslocados muitas vezes mediante o uso da força, uma vez que não queriam se distanciar de sua área de ocupação tradicional. Já aldeados e administrados pelo sertanista, as violências e as mortes (por epidemia ou maus-tratos) continuaram, como no caso do estado deplorável que os Bororo e Paresí chegaram a Goiás para combater os Kayapó do sul, a falta de mantimentos e vestuário dos índios de Rio das Pedras ou a morte da índia açoitada por Pires de Campos. Assim, segundo Whitehead (1996), o etnocídio e a etnogênese devem ser vistos como aspectos complementares de um mesmo processo de mudança social e cultural que nos permite compreender as origens históricas específicas das identidades ameríndias.

Algumas vezes a etnogênese, segundo Bartolomé (2006, p. 45), pode ser o “resultado direto e não planejado de políticas públicas específicas”. Os índios, a partir do contato com os não-índios, perceberam este fato de maneiras distintas: alguns grupos procuraram a fuga para regiões afastadas do sertão, evitando ao máximo o contato. Outros optaram pela prática da guerra, enquanto outra parte optou pela aliança. Aos grupos que optaram pela aliança, restou,

na maioria das vezes, a política de aldeamento, posta em prática pelos governadores e capitães-generais na América portuguesa, caracterizada pela transição de uma vida no sertão (na natureza e, portanto, para os não-índios, considerada bárbara) para um núcleo relativamente sedentário (o aldeamento, importante para a transformação do indígena em “civilizado”).

Assim, a guerra não foi o único meio utilizado pelos não-índios para a sujeição de grupos indígenas. Além dos aldeamentos (ou as missões), os europeus mostraram grande capacidade inovadora em áreas cujo controle era predominantemente indígena, valendo-se de dispositivos de saber-poder com o fito de “civilizar”, normalizar e sujeitar os índios, como as instituições políticas, a educação nas escolas, os agentes intermediários de negociação, a criação de novas formas organizacionais, além do controle do comércio (BOCCARA, 2005a).

No processo de configuração étnica que se desenvolveu nos aldeamentos – locais que objetivavam a transformação do modo de vida indígena –, muitas vezes tornou-se latente uma vontade de “associação política” entre os índios aldeados, pois a construção comunitária presume a confrontação, ao mesmo tempo, de uma

busca pelo fortalecimento da configuração social à qual se pertence para torná-la viável e projetá-la além de um determinado momento. E essa confrontação, ou articulação, geralmente recorre à dinamização da lógica política preexistente ou à sua reformulação e, inclusive, à sua criação para torná-la mais eficaz diante das necessidades de incrementar mecanismos de mediação entre a coletividade étnica e a sociedade envolvente (BARTOLOMÉ, 2006, p. 59-60).

Uma questão política importante para ser analisada, diz respeito ao fato de que os habitantes dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre se reconheciam e também eram reconhecidos como índios. Mesmo os viajantes do século XIX (nesse caso, Eschwege e Saint-Hilaire) apontando e descrevendo a mestiçagem, evidente pelo fenótipo dos habitantes dos aldeamentos, os europeus reconheciam os moradores dos aldeamentos como indígenas e, nas palavras do francês, “é como índios que são tratados em toda a região” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 129). Podemos compreender esse fato por meio da dinamização e atualização de antigas filiações étnicas “às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam, combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Outro exemplo de ação política dos índios aldeados diz respeito à questão da defesa de suas terras. Segundo o viajante alemão Eschwege (1996, p. 127), no ano de 1821 os índios

realizaram uma contagem dos moradores dos aldeamentos que habitavam “as margens da estrada São Paulo – Goiás, acompanhada de uma queixa que eles apresentaram contra a invasão de portugueses em suas terras, chefiados pelo indivíduo [o capitão Antônio Eustáquio].” Eschwege esteve no Sertão da Farinha Podre após a transferência da região de Goiás para Minas Gerais e tinha a incumbência de percorrer e conhecer os limites da área. Retomando a questão da queixa dos índios contra a espoliação de suas terras citada por Eschwege (1996), não encontramos o documento citado. Possivelmente a queixa foi endereçada à Câmara do Desemboque, Araxá ou então ao governador da capitania de Minas Gerais e, como veremos adiante, não surtiu efeito algum.

Nesse momento do texto talvez seja importante recorrermos novamente a Hill (1996) e suas reflexões sobre a enogênese, uma vez que, segundo este autor, a resistência dos povos marginalizados aos sistemas de dominação e de hegemonia cultural se dá a partir da construção de um entendimento compartilhado de um passado que permite a eles compreender as suas condições como o resultado de suas próprias maneiras de fazer história. Surge o questionamento: de que maneira se deu esse processo com os índios do Sertão da Farinha Podre? Analisando o caso dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba, eles já se encontravam compartilhando há gerações, um território em comum – com base na noção de territorialização formulada por Oliveira (1998), com uma ascendência em comum (ainda que composta por uma diversidade de grupos indígenas de diversas regiões da América portuguesa, todos estavam na mesma condição, a de índios trasladados) e que se aliaram aos não-índios na batalha contra um inimigo da Coroa portuguesa: os Kayapó do sul.

Por fim, é necessário ressaltar a própria colaboração dos não-índios no processo de etnogênese dos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre, na medida em que estes núcleos indígenas (os aldeamentos) foram idealizados por aqueles a partir da junção de diferentes grupos indígenas e das tentativas de imposição de elementos da cultura não-indígena que foram apropriados pelos índios fundamentado em suas perspectivas.

Os índios aldeados permaneceriam como índios, mas portadores de alguns elementos culturais, os quais não deixam de ser históricos, e que permitiria a eles uma diferenciação daqueles indígenas que ainda residiam nos vastos sertões da América portuguesa, seja em um contato hostil com os não-índios ou mesmo promovendo fugas constantes, buscando retardar o contato.

Um destes elementos culturais foi a língua. Segundo Eschwege (1996, p. 117), o idioma falado nos aldeamentos era a língua portuguesa ou o “dialeto dos paulistas”. O dialeto

dos paulistas era a língua geral, falada por parte dos índios Tupi da capitania de São Paulo. Saint-Hilaire (1975) mencionou o uso da língua geral em Rio das Pedras, Estiva e Boa Vista. Dos grupos indígenas trasladados (conforme o Mapa 4), os Kurumarê foram descritos como falantes da língua geral e os Tapirapé são filiados linguisticamente à família Tupi-Guarani.

Em uma conversa com o índio Leopoldo, capitão do aldeamento de Rio das Pedras, o viajante Saint-Hilaire (1975, p.132) ouviu desse homem que “os antigos paulistas falavam todos a *língua geral*. Sabiam rezar nessa língua, e os índios de Antônio Pires tinham-na forçosamente aprendido com eles e com seus escravos” (grifo do autor). Possivelmente, os índios dos aldeamentos de São Paulo, os primeiros moradores de Santa Ana, também deveriam falar a língua geral, uma vez que a maioria dos índios aldeados naquela capitania era de origem Tupi-Guarani.

O uso da língua geral foi combatido durante o período de vigência do Diretório. Nesta lei colonial constava, entre as grandes nações que conquistavam novos domínios, a prática corrente de introduzir nos povos conquistados o idioma dos conquistadores, pois era “hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rústicos a barbaridade”.¹⁹⁴ A base fundamental para a civilidade dos índios era o uso da língua portuguesa, e os diretores dos aldeamentos foram alertados para que não permitissem que os indígenas “usem da Lingua própria das suas Naçoens, ou da chamada geral”.¹⁹⁵ A imposição da língua portuguesa também pode ser compreendida como uma forma de tentar superar qualquer resquício da ação dos jesuítas, na verdade, os grandes responsáveis pela difusão, entre os índios aldeados, da língua geral como um meio importante para a catequização.

Os índios do Sertão da Farinha Podre realmente aprenderam a língua portuguesa e faziam o uso dela nas conversas com os não-índios. Entretanto, o uso da língua geral pelos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre não se dava em conversas com os não-índios, pois “quando conversavam entre si deixavam de falar o português e – o que é bastante curioso – usavam um idioma que, salvo algumas ligeiras diferenças, era a língua geral” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 132). Por fim, é necessário ressaltar que, mesmo utilizando o português ou a língua geral, alguns índios ainda preservavam sua língua materna (ainda que tentassem esconder esse fato de estranhos, temendo represálias dos outros indígenas ou dos responsáveis pela direção dos aldeamentos), a exemplo o caso da indígena Maria Rosa, que sabia a língua

¹⁹⁴ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 191

¹⁹⁵ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 191.

Xakriabá e era uma das sobreviventes mais antigas do processo de aldeamento vivido por esses índios em 1775 (SAINT-HILAIRE, 1975; ESCHWEGE, 1996).

Forçados a não mais utilizar suas línguas em detrimento da língua geral, com o advento do Diretório, os índios foram pressionados a trocar mais uma vez de língua e aprenderam forçosamente o português. As gerações que já nasceram nos aldeamentos quando a língua geral era majoritariamente falada, aprenderam o português, mas não deixaram de utilizar a língua geral, uma língua de base indígena, entre eles, os índios aldeados. Convém salientar que a língua geral também sofreu influência do português falado na América portuguesa. Essa atitude de preservar a língua geral pode ser compreendida como uma demonstração de resistência, de afirmação cultural perante a sociedade colonial.

Outro elemento cultural importante seria a utilização do vestuário por parte dos índios aldeados. O viajante oitocentista Saint-Hilaire (1975, p. 131) notou, no Sertão da Farinha Podre, o uso de roupas pelos índios dos aldeamentos, se atentando para o fato de que em geral, devido ao comércio dos produtos com os viajantes, se apresentavam geralmente “bem vestidos”. Mais um exemplo do uso do vestuário seria o caso dos índios Kayapó do sul do aldeamento de Maria I, que haviam recebido da Fazenda Real, 40 camisas e 40 ceroulas de algodão fabricadas pelos índios Karajá e Javaé de São José de Mossâmedes “por [...] pedirem, e não quererem já andar nus”.¹⁹⁶ O uso de vestuário por parte dos índios aldeados, uma apropriação dos não-índios, pode ter sido utilizado por aqueles como um elemento cultural diferenciador perante os índios que habitavam os sertões e também perante os não-indígenas, dado que, diferentemente daqueles (os índios do sertão), já não andavam mais nus.

Outro elemento cultural incorporado pelos indígenas diz respeito à apropriação dos cargos criados pela Coroa portuguesa para os índios aldeados, no caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, os de capitão e de oficiais subalternos. O capitão chefiava o aldeamento tendo o auxílio dos oficiais, mas ambos estavam subordinados ao comandante do Registro do Rio das Velhas, um soldado não-índio que era também o diretor dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre. Segundo Clastres (1978, p.33), para o exercício do poder nas sociedades indígenas, o chefe tinha que apresentar algumas propriedades essenciais, como ser uma instância moderadora, ser generoso, ser um bom orador e enquanto “depositário de riquezas e de mensagens, o chefe não traduz senão sua dependência com relação ao grupo”. Com o advento dos aldeamentos, a chefia (nesse caso o cargo de capitão), deixou de se traduzir como exclusivamente dependente do grupo para se tornar dependente também dos

¹⁹⁶ Subsídios para a história da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919, p. 157.

representantes dos governos das capitanias que concediam poderes aos que ocupavam os cargos de capitães.

O cargo de capitão do aldeamento passou a funcionar também como um “elo” entre os índios aldeados e os representantes da Coroa portuguesa. Saint-Hilaire (1975, p. 131) afirmou que o capitão Leopoldo, de Rio das Pedras, tinha a tarefa de “punir os preguiçosos” que não se dedicavam ao cultivo da terra e, de tempos em tempos, o comandante do Rio das Velhas enviava um militar para percorrer as plantações, demonstrando que o capitão estava subordinado ao comandante e o trabalho daquele era alvo de constante vigia.

Retomando o Diretório, o parágrafo 18 da Lei colonial tratava dos “empregos honoríficos” que Sua Majestade poderia conceder aos índios, cuja habilitação a esses cargos estaria vinculada ao rendimento no “frutuoso trabalho” realizado em suas terras, e os índios que se empregassem nessas tarefas teriam com isso, a “preferencia a todos nas honras, nos privilégios”.¹⁹⁷ Assim, a emulação passou a fazer parte do universo dos indígenas aldeados para ocuparem os cargos criados pela Coroa portuguesa.

Ao que tudo indica, o cargo de capitão proporcionou aos que ocupavam a chefia dos aldeamentos, a possibilidade de possuírem uma vida um pouco melhor se comparada a dos demais índios aldeados, conforme Eschwege (1996, p.120) notou ao passar pelo aldeamento de Rio das Pedras em 1816, composto por pequenas residências e “onde se distinguia apenas a pequena fazenda do capitão Leopoldo, um tanto afastada, com o seu engenho de açúcar e a fábrica de aguardente”.

Não podemos negligenciar a possibilidade de existência de conflitos entre o capitão e os demais índios nos aldeamentos. Ainda que as fontes lacunares não permitam compreender a existência de tais conflitos, eles podem ter ocorrido e, na condição de índios aldeados, havia a possibilidade dos indígenas recorrerem ao governo da capitania quando algum capitão não correspondia aos interesses dos habitantes de um aldeamento. No caso do capitão de Rio das Pedras, Leopoldo, ao que parece ele não deve ter tido grandes problemas quanto à sua atuação, devido ser um “índio que desfrutava de grande prestígio na região” (ESCHWEGE, 1996, p. 116).

Por fim, é necessário considerar o papel desempenhado pelos aldeamentos na vida dos seus habitantes. Aldeados, os índios souberam, a partir de suas experiências e vivências, da sua cultura e da apropriação de elementos da cultura não-indígena, se reestruturarem e se adaptarem a um novo modo de vida e de contato mais permanente com os não-índios. No

¹⁹⁷ Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 196.

próximo subcapítulo, buscaremos analisar os habitantes, a cultura, e o espaço físico dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre a partir dos relatos dos viajantes do século XIX.

Ver, ouvir e escrever: uma “etnografia” dos índios aldeados pelos olhares dos viajantes do século XIX

O pesquisador Roberto Cardoso de Oliveira (1996) afirmou que três “atos cognitivos” são de suma importância para o trabalho de um antropólogo: o olhar (a domesticação teórica do olhar talvez seja a primeira experiência de um pesquisador de/no campo); o ouvir (a partir da troca de informações e ideias entre si – antropólogo e nativo – altera-se uma relação de mão única, para uma de mão dupla, resultando em uma verdadeira interação); e o escrever (que é a configuração final de um trabalho de campo – ao contrário do olhar e ouvir, que são preliminares – momento em que a questão do conhecimento torna-se crítica).

No século XIX, foi recorrente o desbravamento dos sertões do Brasil pelos viajantes (um desbravamento no sentido científico, posto que os sertões eram desbravados e conhecidos pelos grupos indígenas). Cientistas e artistas europeus percorreram o então “Reino Unido a Portugal e Algarves” ou o “Império do Brasil”, conforme as datas de suas expedições. Conheceram, pesquisaram e relataram inúmeros ambientes desconhecidos para a grande maioria dos cientistas oitocentistas, como o Cerrado, a Mata Atlântica, a floresta tropical, regiões do semiárido e do extenso litoral brasileiro. Dedicaram-se ao estudo da fauna e da flora, a identificação, descrição e catalogação de plantas, animais e do solo. Percorreram inúmeros caminhos tendo os habitantes do Brasil como seus guias.

Estes viajantes foram os responsáveis pelo estudo científico da então desconhecida biodiversidade brasileira e por confeccionarem relatos que depois foram transformados em livros. Homens de um continente diferente (Europa), com formação intelectual e cultural pouco encontrada em um país que havia passado de colônia de Portugal a “Reino Unido” e, a partir de 1822, em uma monarquia, esses viajantes foram os responsáveis por importantes relatos sobre a cultura da sociedade brasileira do século XIX.

Ainda que dotados de uma visão ocidental (científica e eurocêntrica), esses viajantes foram capazes de captar o que para muitos brasileiros, por constituir algo cotidiano, trivial, não possuía grande importância em ser documentado ou descrito, mas que, nos séculos XX e XXI, tornaram-se importantes fontes para pesquisas na área da História, da Antropologia e das Ciências Biológicas.

Nessas andanças pelo Brasil afora, muitos viajantes estiveram pessoalmente em aldeamentos indígenas e descreveram, alguns de maneira breve enquanto outros de maneira mais aprofundada, os aspectos históricos e culturais das sociedades indígenas brasileiras. Determinados grupos indígenas, extintos atualmente, além de serem pesquisados a partir das fontes arquivísticas dispersas em diferentes locais, podem também ser conhecidos, compreendidos e descritos, na medida do possível, com o auxílio dos trabalhos desses viajantes.

Todavia, antes de continuarmos nossa análise, é necessário ressaltar que não queremos com o título do subcapítulo comparar os viajantes a “antropólogos do século XIX”, o que obviamente seria um erro. É inegável que muitos desses viajantes, ainda que possivelmente não tivessem consciência do trabalho que realizavam, acabaram, mesmo passando poucos dias nos aldeamentos, realizando um trabalho de campo. Aliás, as obras desses viajantes são constituídas por relatos do que viram, ouviram e vivenciaram, com quase ou total ausência de textos de outros pesquisadores. Esse trabalho guarda algumas semelhanças com o trabalho dos antropólogos contemporâneos e o texto de Roberto Cardoso de Oliveira será de grande serventia para nosso intuito.

Mostra-se importante para nossa análise, apresentarmos os viajantes e as datas em que percorreram a região do Sertão da Farinha Podre. O primeiro deles foi o alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege no ano de 1816, logo após a passagem da região do Sertão da Farinha Podre para a jurisdição de Minas Gerais. O segundo foi o português Luiz D’Alincourt, em 1818. Em 1819, foi a vez do francês Auguste de Saint-Hilaire. Sete anos depois, em 1826, o também português Raimundo da Cunha Matos passou por alguns aldeamentos. Em 1844, o francês Francis Castelnau foi o último dos viajantes a percorrer a região entre os Rios Grande e Paranaíba e dedicar algumas poucas palavras aos índios dos aldeamentos. Os mais completos relatos dos índios do Sertão da Farinha Podre são de autoria de Saint-Hilaire e Eschwege. E, por isso, suas obras servirão como principal suporte para a comparação com os demais viajantes.

Se, conforme Oliveira (1996), o antropólogo, ao se dedicar ao trabalho de campo, deve ter seu olhar domesticado a partir do referencial teórico que possui, esse claramente não foi o caso dos viajantes oitocentistas que, dotados da cultura científica do século XIX e de um pensamento eurocêntrico, possuíam uma visão que se aproximava dos leigos que, com ingenuidade, viam os aldeamentos e seus habitantes como “mera curiosidade diante do exótico” (OLIVEIRA, 1996, p.16).

Mesmo assim, como homens de seu tempo, os viajantes olharam. E seu olhar nos legou um pouco do que viram. Se Oliveira (1996) começou seu artigo exemplificando como seria a entrada de um antropólogo para seu trabalho de campo em uma aldeia Tikuna, descrevendo as moradias indígenas, os viajantes também se atentaram para os aldeamentos e para as residências dos índios. Convém ressaltar que neste subcapítulo, analisaremos os relatos dos viajantes sobre quatro aldeamentos: Rio das Pedras, Santa Ana do Rio das Velhas, Boa Vista e Estiva.

Rio das Pedras estava situado às margens de um rio homônimo, daí a origem de seu nome. É importante ressaltar que no Sertão da Farinha Podre apenas dois aldeamentos tinham nomes de santos da Igreja Católica: Santa Ana do Rio das Velhas e São Domingos, estabelecido às margens do córrego de São Domingos. Dessa forma, a maioria dos núcleos, recebeu denominação de cursos d'água que corriam próximos e eram essenciais para a sobrevivência dos índios aldeados. Rio das Pedras foi construído em um “trecho cheio de árvores, sobre a encosta de um morro que vai em declive suave até a beira de um riacho” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 128). As casas eram dispersas, sendo que

a maior parte delas, coberta de palha, pouco difere das dos luso-brasileiros, e embora algumas delas tenham as paredes e tetos feitos de folhas de palmeira, como as choças dos Coiapós, são muito maiores e mais altas que as destes (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 129).

Pela técnica de construção das moradias, que mesclava elementos da cultura indígena e não-indígena, Eschwege as considerou como “pequenos casebres miseráveis” (1996, p. 116). Talvez a capela do aldeamento tenha sido construída com o mesmo material das casas, pois, no ano de 1826, ao templo religioso, Matos (2004, p. 249) utilizou o mesmo termo de Eschwege para as residências: “miserável”.

Quanto à descrição dos moradores, tanto para Eschwege (1996) quanto para Saint-Hilaire (1975), aqueles eram oriundos da mestiçagem entre negros, mulatos e indígenas, mas durante todo o relato, são, pelos dois europeus, reconhecidos e tratados como índios. O francês observou atentamente os traços fisionômicos dos indígenas aldeados em Rio das Pedras e os descreveu com riqueza de detalhe. A pele era

muito mais escura que a dos índios, é praticamente negra; têm o peito largo, o pescoço curto e grosso, quase sempre acrescido de um enorme bócio¹⁹⁸; as pernas não são finas como as dos índios, a cabeça é grande e angulosa, e o

¹⁹⁸ O bócio é o aumento da glândula tireoide, geralmente causada pela carência de iodo na alimentação.

nariz desmesuradamente chato; os olhos são amendoados, mas menos afastados um do outro que os dos índios de raça pura, e os lábios não são tão grossos quanto os dos negros; têm barba e usam os cabelos compridos, os quais são bastos, muito duros e no entanto crespos. Aí estão os traços gerais desses mestiços. Não obstante, observam-se entre eles diferenças individuais bastante notáveis. Vi, por exemplo, umas poucas crianças que, embora de pele quase negra, tinham cabelos inteiramente lisos (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 129).

Ainda que a descrição física dos índios seja longa, ela é importante para que possamos compreender o fenótipo dos habitantes dos aldeamentos. Saint-Hilaire (1975, p. 129) considerou os indígenas dotados de uma fisionomia “desagradável” e de uma “feiura extrema”, apesar de mansos e afáveis.

Se por um lado o viajante Eschwege (1996, p. 118) não se dedicou muito a narrar os aspectos físicos dos índios aldeados, por outro lado, ele observou atentamente as danças dos índios e, presenteando-os com um “pipote de cachaça”, pode vê-las e descrevê-las. A primeira delas foi o “cururu”, também realizada pelas índias em Santa Ana, na presença do viajante. Uma roda se formava pelos participantes da dança, sendo que os homens ficavam de um lado e as mulheres de outro. Com uma música de ritmo acelerado, a

grande ciranda gira lentamente, os homens separados; as mulheres movem-se devagar, colocando o braço esquerdo no ombro da vizinha, de modo que o corpo fica de lado, a fim de encobrir as partes pudendas das índias nuas, participantes da roda. Alternando-se de duas a duas, as mulheres entram em seguida no centro da roda, cantando estrofes em louvor de uma pessoa presente, repetidas por todas as outras. A orquestra compreende guitarras¹⁹⁹, tamborins e maracas. A guitarra deve ser considerada elemento advindo da civilização (ESCHWEGE, 1996, p. 119).

Outra dança vista pelo viajante alemão foi o “taiá”, dançada por nove pessoas, sendo que seis delas bailam “um em frente do outro, dão-se as mãos e trocam de lugar, tudo muito depressa. As três restantes tocam os instrumentos já mencionados [guitarra, tamborins e maracás] enquanto cantam alguns versos, que os outros acompanham com o bater de palmas” (ESCHWEGE, 1996, p. 119). As outras duas danças eram o “recortado”, uma grande roda que é acompanhada por cantigas e os “bailes” que eram dançados com duas filas de homens e mulheres, uma em frente à outra, fazendo

evoluções, dão-se as mãos, para formarem a roda. A música é viva e seguida de cantigas variadas; os homens cantam primeiramente, e toda vez que

¹⁹⁹ Possivelmente era uma viola ou um violão.

evoluem frente a frente, as mulheres entram em seguida, com suas vozes penetrantes” (ESCHWEGE, 1996, p. 119).

Talvez Eschwege (1996) tenha descrito as danças dos índios do aldeamento de Rio das Pedras mais a título de curiosidade. No entanto, ele se atentou com seu olhar, para algumas questões interessantes, como a introdução da “guitarra”, um objeto da cultura não-indígena, além da influência das danças luso-brasileiras nas danças realizadas pelos índios, chegando inclusive a diferenciar o cururu e o taiá, por serem de origem indígena e brasileira, ou seja, eram danças surgidas a partir de elementos culturais dos índios e dos não-índios, ao contrário do recortado e dos bailes, influenciados pelas danças africanas, portuguesas e espanholas.

Por fim, sobre Rio das Pedras, é importante tratarmos da economia do aldeamento. A atividade econômica básica era a agricultura e, ao que tudo indica cada índio possuía sua roça, conforme o mutirão testemunhado por Saint-Hilaire no aldeamento de Boa Vista (1975). O dinheiro, talvez raro, fazia parte do dia-a-dia, pois os índios trabalhavam na travessia da balsa no Rio Paranaíba, recebendo salário por esse ofício e também pela existência do comércio, “pois os moradores [de Rio das Pedras] compravam dos tropeiros os artigos de que tinham necessidade ou então faziam trocas com os fazendeiros das redondezas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 131). Os principais produtos comercializados eram as peles de veado, o algodão fiado e também os produtos cultivados pelos índios nas roças (SAINT-HILAIRE, 1975).

Saindo de Rio das Pedras, percorrendo o Caminho dos Goíases no sentido de São Paulo, aproximadamente uma légua do Rio das Velhas, encontrava-se o aldeamento de Santa Ana, construído em uma região “descampada e no alto de uma colina, ao pé da qual passa um córrego cujas águas vão reunir-se às do rio das Velhas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143). O sítio do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas era em “acrópole”, ou seja, erguido em local elevado que, se por um lado, pela sua topografia, apresentava dificuldades na obtenção de água, era um sítio “*defensável* por excelência” (PETRONE, 1995, p. 150, grifo do autor). E, como vimos, os aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba, possuíam nitidamente um caráter defensivo na guerra contra os Kayapó do sul.

As residências dos índios e a disposição das casas em Santa Ana foram descritas por Saint-Hilaire. Segundo o francês, o aldeamento era constituído por

umas trinta casas muito pequenas, quase quadradas e cobertas de palha. Algumas ficam espalhadas pela colina, sem nenhuma ordem, enquanto outras se enfileiram ao redor de uma praça de formato quadrangular, com um dos lados ocupado pela igreja, que é muito pequena. As paredes das casas são feitas de barro vermelho escuro, mas na frente são rebocadas com barro cinzento (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143).

As moradias e a igreja do aldeamento estavam em condições precárias. Tanto Eschwege (1996) como Saint-Hilaire (1975), não encontraram homens no aldeamento, pois todos estavam nas roças, que possivelmente ficavam um pouco distante do núcleo indígena.

Próximo ao aldeamento residia o padre responsável pelo auxílio espiritual dos índios aldeados entre os Rios Grande e Paranaíba. Em 1816, o pároco possuía uma boa roça em suas terras, mas não se encontrava no aldeamento quando Eschwege esteve por lá. Como o religioso não recebia há algum tempo seu pagamento, para sobreviver, empreendia em Goiás, visitas para ouvir as confissões dos fiéis (ESCHWEGE, 1996).

Segundo Hildebrando Pontes (1978), entre os anos 1818 e 1819, o responsável pelo auxílio religioso aos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre era o padre Cláudio José da Cunha, um dos primeiros não-índios a desbravar a região entre os Rios Grande e Paranaíba, levando consigo outras pessoas, dentre as quais, João Batista de Siqueira. João Batista, conforme veremos adiante, foi um dos responsáveis, juntamente com o capitão de Ordenanças Antônio Eustáquio, pelo aldeamento dos Kayapó do sul na região da confluência dos Rios Grande e Paranaíba.

Os índios de Santa Ana eram bem menos “mestiçados” que os do aldeamento de Rio das Pedras, “e conservaram na íntegra, ao que parece, o temperamento dos índios”, e seus moradores se assemelhavam “à raça americana pura ou quase pura” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143). Eschwege afirmou que a população era majoritariamente de origem Xakriabá ou descendente destes, mas também havia remanescentes de outros índios. Possivelmente, o baixo número de mestiços deve-se ao fato da chegada dos Xakriabá em Santa Ana do Rio das Velhas a partir do ano de 1775. A população, encontrada no ano de 1819, deve ter se constituído predominantemente a partir do casamento entre os Xakriabá e entre estes e os descendentes dos índios que habitavam o aldeamento desde sua criação, em 1750.

Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas eram os aldeamentos mais importantes do Sertão da Farinha Podre, mas não eram os únicos. A partir do que os viajantes viram e descreveram, abordaremos de maneira bastante breve sobre os índios de outros dois núcleos indígenas localizados entre os Rios Grande e Paranaíba, às margens do Caminho dos Goíases: Boa Vista e Estiva. Em Estiva, segundo Saint-Hilaire (1975, p. 134), havia um capitão e seus habitantes (também formados a partir da mestiçagem entre índios e negros), eram mais altos e robustos, demonstrando “a mesma cordura, a mesma delicadeza, o mesmo bom senso dos mestiços do Rio das Pedras”.

Distante de Estiva cerca de duas léguas, estava situado em uma baixada, às margens de um córrego de águas velozes, Boa Vista. Neste aldeamento, os moradores mestiços de índios e negros foram descritos por Saint-Hilaire como não tão belos quanto os da Estiva e também menos “civilizados”. Esta impressão sobre os habitantes deve ter sido formulada quando o francês chegou ao rancho destinado aos viajantes e foi abordado pelas mulheres que pediam colares e pulseiras, ao contrário das índias de Estiva e do Rio das Pedras, cuja conduta era mais reservada. Tal acontecimento foi atribuído pelo francês “ao fato de que Boa Vista não teve a vantagem de ser dirigida por um homem sensato” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 135).

Quando Saint-Hilaire chegou a Boa Vista, era um dia de festa, pois um

de seus moradores tinha acabado de derrubar um trecho da mata, o qual, depois de queimado, iria servir para fazer uma roça. Todos os lavradores pedem a ajuda dos vizinhos para esse tipo de serviço e em seguida lhes oferecem um repasto, com muita cachaça, o qual termina sempre com danças e batuques (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 135).

Essa prática consistia no chamado mutirão.²⁰⁰ Os mutirões eram importantes não só como uma forma de trabalho, na medida em que congregava uma parte dos moradores para uma determinada tarefa, como era importante também na forma de lazer, quando era oferecido, por parte do membro do grupo que foi auxiliado pelos demais, a comida e a bebida para a festa. O mutirão possuía assim, o caráter da reciprocidade e da troca, além da sociabilidade, na medida em que estreitava ou firmava laços de convívio dentro de um grupo. Por fim, sobre o aldeamento de Boa Vista, é necessário ressaltar que sua atividade econômica mais importante era o comércio, uma vez que os índios ofereciam muitos produtos cultivados em suas roças aos viajantes que transitavam pelo Caminho dos Goíases (SAINT-HILAIRE, 1975).

Após esta breve análise sobre os aldeamentos do Sertão da Farinha Podre a partir da obra de Eschwege e Saint-Hilaire, continuaremos a discussão entre as semelhanças do trabalho do antropólogo com o trabalho que foi feito pelos viajantes oitocentistas e, para isso, retomaremos as reflexões de Oliveira (1996). Olhar e ouvir não são faculdades independentes. O antropólogo ou o cientista social em seu trabalho de campo deve atentar para a maior dificuldade que é inerente a uma entrevista: a diferença entre “idiomas culturais” – entre o mundo do pesquisador e o do nativo (OLIVEIRA, 1996, p. 20). Em uma entrevista, durante o

²⁰⁰ Em muitos grupos indígenas do Brasil, a roça e a tralha para cozer alimento é da família. Mas existe o trabalho coletivo (mutirão) em que todos ajudam um integrante na abertura da roça que, depois, pelo caráter da reciprocidade e da troca, deverá contribuir. Os caipiras, por exemplo, herdaram essa prática dos indígenas.

ato de ouvir seu informante (o nativo), o pesquisador exerce uma influência (ainda que se tente colocar como o mais neutro possível sobre o entrevistado), mas essa relação não é dialógica (OLIVEIRA, 1996).

Segundo Oliveira (1996), se o pesquisador transformar seu informante em um interlocutor, trocando ideias entre ele (pesquisador) e o nativo, um novo horizonte se descortina para uma interação e a realização de uma etnografia que envolve a observação participante, quando o cientista passa a ser aceito pelo grupo, gerando uma maior interação entre ambos (OLIVEIRA, 1996). Reafirmamos que não podemos comparar o trabalho de um antropólogo contemporâneo com o trabalho dos viajantes, que mais se assemelhavam a relatos do que a trabalhos acadêmicos, ainda que a ciência do século XIX seja citada e debatida ao longo das obras. Seria também anacrônico comparar o trabalho dos viajantes a uma etnografia no sentido contemporâneo do termo.

O que propomos é que os viajantes fizeram, à sua maneira, um trabalho de campo, talvez movidos pela curiosidade e o que escreveram, não foi utilizado para apenas documentar o que viram e ouviram. Os livros escritos pelos viajantes tinham o claro intuito de serem publicados, de atingir um grande número de pessoas curiosas em conhecer um país que então emergia enquanto nação independente e que foi, durante séculos, na literatura europeia, descrito como exótico, habitado por índios antropófagos e por uma natureza exuberante e desconhecida.

O ato de “ouvir” dos viajantes que percorreram o Sertão da Farinha Podre estava mais condicionado ao fato de esclarecer dúvidas e conhecer a história dos aldeamentos, do que compreender a cultura dos índios aldeados, que claramente era considerada “exótica”. Entretanto, ainda assim, os viajantes se atentaram para algumas características culturais, como a língua. Com o intuito de coligir um vocabulário, seja por curiosidade ou para comparação (como no caso de Saint-Hilaire que, conforme veremos adiante, coligiu e comparou a língua geral falada em Rio das Pedras com a que constava em um dicionário feito pelos jesuítas), os viajantes tiveram momentos de interação com seus informantes indígenas. E é sobre a língua dos aldeamentos que trataremos agora.

Anteriormente vimos que os índios falavam com os não-índios fazendo o uso do português e entre eles conversavam utilizando a língua geral (ESCHWEGE, 1996; SAINT-HILAIRE, 1975). Saint-Hilaire (1975) chegou a coligir um pequeno vocabulário de 48 palavras, possivelmente ouvindo o capitão Leopoldo que, segundo o francês, respondeu às perguntas com cortesia e boa vontade. A língua geral era “muito gutural e falada com a boca

quase fechada”, tendo o viajante chegado à conclusão que, a maioria das palavras do vocabulário por ele coligido em Rio das Pedras, eram “bastantes semelhantes às encontradas no dicionário da *língua geral* elaborado pelos jesuítas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 133, grifo do autor).

Possivelmente em Santa Ana do Rio das Velhas, a língua geral também era falada. O português, claro, era língua corrente no trato com os não-índios, mas o que chamou a atenção dos viajantes foi a língua Xakriabá, ainda conservada por alguns índios. O comandante do Rio das Velhas indicou para Saint-Hilaire uma índia de nome Maria Rosa, que anos antes havia ditado um vocabulário da língua Xakriabá para Eschwege. Do encontro que Saint-Hilaire teve com Maria Rosa, resultou a descrição da casa em que a indígena residia, da atividade que ela desempenhava e do vestuário que utilizava. Segundo o francês, em uma

choça cujos móveis consistiam unicamente em alguns bancos de madeira, mas que mostrava imaculadamente limpa, encontrei uma índia quarentona a fiar algodão, ainda cheia de viço, bem nutrida e saudável. Bastante diferente das outras mulheres da aldeia, Dona Maria Rosa trajava roupas limpas e decentes. Usava uma saia de chita e trazia os cabelos presos num lenço de algodão (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 144).

Maria Rosa recebeu Saint-Hilaire com cortesia, mas estava reticente em ditar algumas palavras para o francês. Com a insistência e a promessa de receber um colar de pérolas artificiais, a indígena resolveu falar sem a presença de nenhum índio ou não-índio, temendo sofrer algum tipo de represália por parte dos moradores do aldeamento ou do diretor, talvez sem fundamento, pois foi o próprio comandante (que também tinha o cargo de diretor dos índios), quem mencionou o nome de Maria Rosa ao viajante como uma das índias que ainda sabia a língua Xakriabá (SAINT-HILAIRE, 1975). Saint-Hilaire (1975), então, com paciência, ouviu e coligiu um pequeno vocabulário da língua Xakriabá composto por 39 palavras que depois foram lidas para Maria Rosa com o intuito de verificar a veracidade do que havia sido dito pela índia.

Após o trabalho de ver e ouvir, os viajantes confeccionavam seus escritos, como todo trabalho de campo feito por um pesquisador. Continuando a traçar um paralelo entre o trabalho dos viajantes e o dos antropólogos e, nesse intuito, retomando Oliveira (1996), se o olhar e o ouvir são etapas iniciais de um trabalho de campo, o ato de escrever é a configuração final, um ato que está relacionado, por excelência, a ocorrer dentro de um gabinete a partir das anotações do pesquisador e do referencial teórico que o auxilia na compreensão dos fenômenos socioculturais por ele pesquisado (1996).

Se tomarmos como exemplo a obra de Matos (2004) [1826] e D’Alincourt (1975) [1818], ambos militares, veremos trabalhos que são essencialmente (mas não unicamente), compostos por relatos de viagem. Na obra de Eschwege (1996), Saint-Hilaire (1975) e Castelnau (2000), até pela formação que possuíam enquanto cientistas há, além de relatos de viagens tão detalhados quanto os de Matos e D’Alincourt, discussões sobre a antropologia, a botânica, a zoologia, a geologia e a meteorologia. Se utilizarmos como exemplo Saint-Hilaire (1975), o viajante chegou mesmo a citar autores, ora concordando, ora discordando de suas obras.

Retomando o trabalho de campo de um antropólogo ou cientista social, os dados coletados que nunca são “puros”, pois já são construídos pelo pesquisador desde a descrição, em conjunto com o sistema conceitual, apresentam uma relação dialética, interinfluenciável, sendo que o ato de escrever sofre um novo processo de “refração”, pois a escrita é influenciada pelos debates em congressos, pela atividade docente e de pesquisa nas bibliotecas (OLIVEIRA, 1996, p. 24).

Assim, se utilizarmos como exemplo a obra de Saint-Hilaire (1975, p. 129), além da influência de suas leituras, veremos também algumas características do pensamento do século XIX ainda existentes no século XX, como o fato de considerar os “índios puros” ou “crianças grandes”. Pelo fato de reconhecer nos “brancos” uma superioridade frente aos negros e indígenas; ou por acreditar que o “mestiço nem sempre é superior às duas raças que lhe deram origem, mas é sempre melhor do que uma delas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 136). No caso dos descendentes entre negros e indígenas, os chamados curibocas²⁰¹, para Saint-Hilaire (1975, p. 137), os frutos dessa união “sobrepõem as duas raças que lhes deram origem por sua constância, seu bom senso e sua capacidade em atingir um mais alto grau de civilização que os seus ancestrais”.

As palavras de Saint-Hilaire são as de um homem culto, representante do naturalismo e do positivismo iluminista e que acompanhava as discussões científicas que ocorriam nos oitocentos. Como “branco”, o francês confiava na superioridade de sua “raça” e da Europa enquanto parâmetro de “civilização”.

Como afirmamos anteriormente, não foi nosso intuito comparar os viajantes citados a “antropólogos do século XIX”, nem mesmo afirmar que as obras daqueles eram trabalhos antropológicos. É necessário ressaltar que a antropologia do século XIX era essencialmente realizada dentro dos gabinetes. Mas ainda que à sua maneira, os viajantes viram, ouviram e

²⁰¹ Atualmente denominados “cafuzos”.

escreveram, ou seja, seguiram as mesmas etapas do trabalho de um cientista social ou antropólogo. Viram e descreveram as casas, os tipos físicos, as danças. Ouviram histórias e a língua falada nos aldeamentos. E escreveram. Escreveram sobre a história e a cultura presente nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre a partir do que vivenciaram e dos referenciais que estavam à disposição da ciência do século XIX.

Para finalizarmos este subcapítulo, a citação de Saint-Hilaire (1975, p. 137) é esclarecedora para compreendermos o mundo oitocentista, em que para explicar a mestiçagem, era necessário ter a “posse de outros dados. Talvez a antropologia seja uma ciência tão obscura ainda porque age mais no campo das especulações do que das observações”.

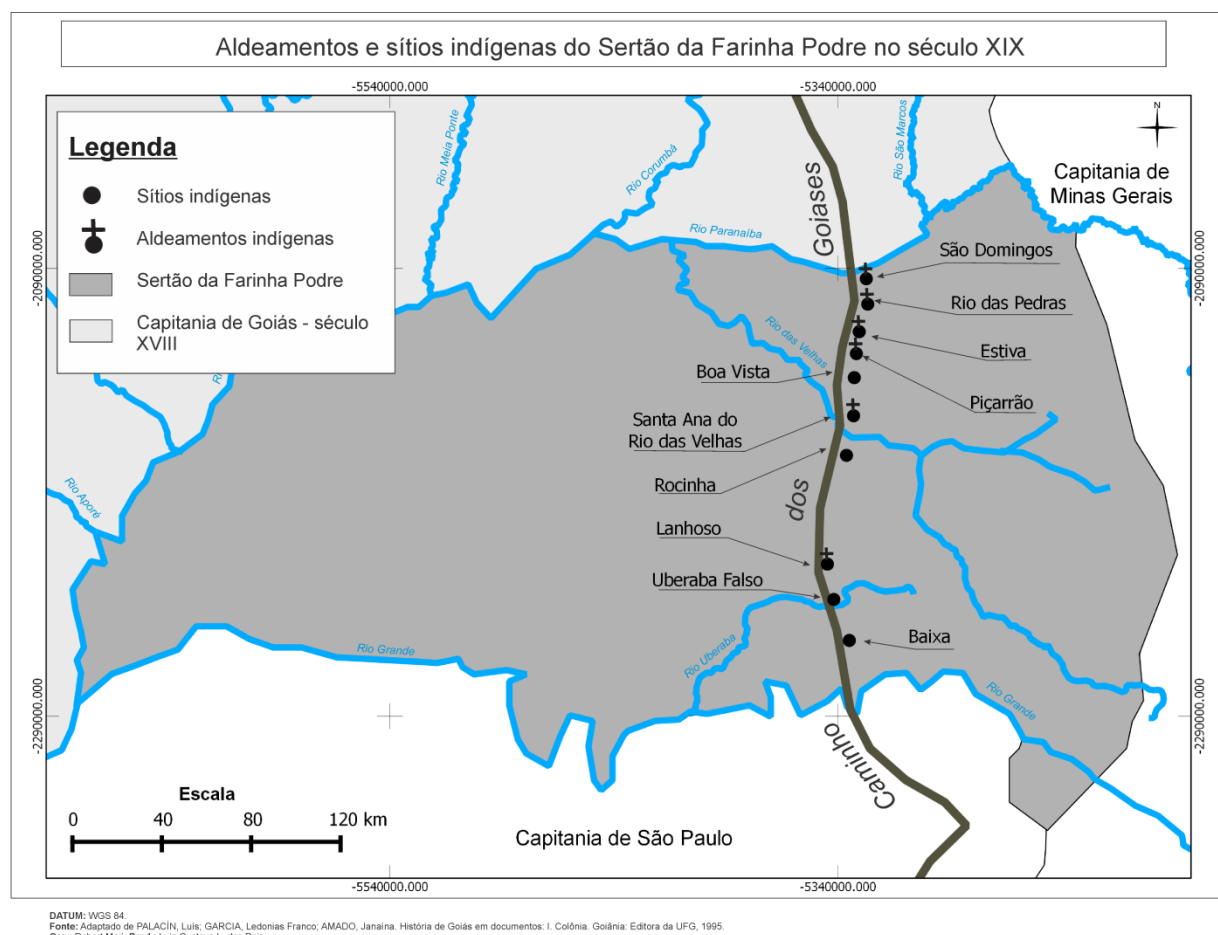
Um breve histórico da origem e evolução dos aldeamentos e sítios indígenas do Sertão da Farinha Podre

O primeiro aldeamento a ser administrado pela capitania de Goiás, após a desanexação de São Paulo foi Rio das Pedras, criado a partir do ajuste entre Pires de Campos e o então governador Dom Luís Mascarenhas. Para habitá-lo, foram deslocados os Paresí e Bororo que eram administrados pelo sertanista e mais alguns escravos negros, além de mulatos e mestiços que acompanhavam Pires de Campos. Segundo Eschwege (1996), em 1816 havia 37 famílias e 127 índios. Saint-Hilaire (1975), em 1819, afirmou que o aldeamento era composto de umas 30 casas.

Em 1750, surgiu o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, construído para receber os Araxá (que não chegaram a ser aldeados) e que recebeu seis casais de índios dos aldeamentos de São Paulo (seus primeiros habitantes) e contingentes de índios Bororo, Kurumarê, Karajá e Tapirapé. Em 1775, foi a vez dos Xakriabá, oriundos do norte da então capitania de Goiás – atualmente Tocantins, serem deslocados para Santa Ana. Após o ano de 1775, também foram trasladados índios Javaé, além de mais alguns Karajá contatados pela bandeira liderada por José Pinto da Fonseca na atual Ilha do Bananal (SILVA e SOUZA, 1978).

Assim, é inegável a importância que foi dada a esses aldeamentos no presente trabalho. Eles foram os primeiros núcleos indígenas ao longo do Caminho dos Goiases a serem administrados ou criados pela então capitania de Goiás. De agora em diante, trataremos

de aldeamentos e sítios indígenas que surgiram a partir do deslocamento de contingentes de índios de Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas e que também foram estabelecidos ao longo do Caminho dos Goiaes. Como já tratamos de maneira mais aprofundada daqueles dois núcleos indígenas principais, nesse momento do texto eles não serão analisados. Descreveremos brevemente cada aldeamento ou sítio começando com as fontes consultadas e conforme a disposição daqueles núcleos indígenas ao longo do Caminho dos Goiaes (no sentido norte-sul, ou seja, do Rio Paranaíba até o Rio Grande). No Mapa 5 estão identificados os aldeamentos (os núcleos que contavam com capelas) e os sítios indígenas. É importante ressaltar que a maioria dos aldeamentos estava localizada antes do Rio das Velhas. Talvez isso se deva à proximidade com Santa Ana do Rio das Velhas, uma vez que contíguo a este aldeamento, residia o padre responsável pelo auxílio religioso aos índios aldeados.



Mapa 5. Aldeamentos e sítios indígenas do Sertão da Farinha Podre

O primeiro aldeamento que um viajante visualizava ao atravessar o caudaloso Rio Paranaíba era São Domingos, localizado às margens de um ribeirão homônimo que deságua

no Rio Paranaíba, sendo cercado por um sombrio arvoredado (D'ALINCOURT, 1975). Para Matos (1981a), esse núcleo indígena foi criado por Pires de Campos em 1741, o que não se confirma, tendo como parâmetro o ano do ajuste assinado pelo sertanista e a construção de Rio das Pedras: 1748. Quando passou pelo aldeamento em 1826, o viajante encontrou

doze miseráveis choças, onde vegetam seis miserabilíssimas famílias descendentes dos referidos primeiros bororós, e uma pequena e imunda capela de pau-a-pique coberta de sapé, a qual, por falta de portas, serve de abrigo aos poucos porcos e vacas pertencentes aos moradores indolentes daquele lugar, que parece achar-se, ou realmente se acha abandonado, tanto pelas autoridades civis, como pelas eclesiásticas (MATOS, 2004, p. 249).

Adiante de São Domingos estava localizado Rio das Pedras e, à frente deste, cerca de duas léguas, estava Estiva. O aldeamento foi edificado às margens de um córrego homônimo, cujo nome deriva da presença de uma estiva de madeira, importante para a travessia de um brejo. Estiva foi elogiado pelos viajantes pela paisagem aprazível, pela fertilidade e pelo zelo de seus habitantes. Eschwege (1996) visitou o núcleo indígena quando a maioria das famílias estava nas roças, tendo o viajante encontrado os restos de uma grande festa em que os índios dançaram o cururu.

Próximo a Estiva, havia um rancho e o traçado do aldeamento não diferia dos demais, pois se compunha de uma grande praça com as casas construídas desordenadamente em seu entorno (SAINT-HILAIRE, 1975). Em 1826, a capela encontrava-se destruída e residiam no aldeamento, sete famílias de índios (MATOS, 2004). Em Estiva havia também o comércio de algodão fiado e peles de veado com os moradores das áreas adjacentes, tendo Saint-Hilaire (1975) presenciado a troca dos produtos produzidos pelos índios ou mesmo a compra por meio de um comerciante que negociava carne suína salgada, linguiças, cachaça e rapadura.

Depois de Estiva, estava o aldeamento de Piçarrão, que foi construído em um sítio com o intuito de formar um pouso para os viajantes às margens do Caminho dos Goias, a partir do deslocamento de índios do aldeamento de Rio das Pedras. Todavia, os indígenas não gostaram das terras do novo local de habitação e decidiram empreender uma nova mudança, formando o aldeamento de Estiva e o sítio indígena de Boa Vista (SAINT-HILAIRE, 1975). O aldeamento de Piçarrão, próximo a um córrego de mesmo nome, contava com um rancho para os viajantes, algumas casas e uma capelinha, mas encontrava-se abandonado em 1819 (SAINT-HILAIRE, 1975). Eschwege (1996) três anos antes, havia contabilizado seis casas e trinta índios, o que demonstra que a saída dos moradores do aldeamento era relativamente recente quando o viajante francês passou pelo local. Talvez, o abandono do aldeamento no

fim da década de 1810, tenha sido em decorrência da expansão dos não-índios (os geralistas) nas terras indígenas conforme veremos adiante.

Depois de Piçarrão estava o sítio de Boa Vista. Esse núcleo indígena possuía um rancho próximo ao aldeamento para acolher os viajantes e era composto por oito ou dez casas, ocupadas por oito famílias com grande número de crianças e jovens (SAINT-HILAIRE, 1975). Adiante de Boa Vista, estava o aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas.

Ao atravessar o Rio das Velhas, aproximadamente uma légua depois deste curso d'água, estava Rocinha²⁰², local em que Eschwege (1996) registrou a presença de dez índios divididos entre duas famílias. Rocinha começou, como o próprio nome sugere, a partir da formação de uma roça pelo padre José de Castilho para fornecer mantimentos para Santa Ana. A picada construída pelo religioso e que ligava Santa Ana à Rocinha foi, pelo contratador das entradas de Goiás, alvo de críticas, uma vez que era proibida pelo contrato vigente a abertura de novos caminhos, tendo Dom Marcos Noronha advertido José de Castilho para que “ponha todo o cuidado pa. q’ o d.º caminho senão frequente, pa. evitar queixas q’ estes homens fazem de qualquer couza por pequenas q’ seja”.²⁰³

Seguindo o Caminho dos Goiases em direção ao Rio Grande, depois de Rocinha estava o aldeamento de Lanhoso. Em 1744, os Kayapó do sul haviam atacado o então sítio, que, como Camapuã, deve ter sido um importante ponto de apoio para os viajantes que se deslocavam para a capitania de Goiás ou para a de São Paulo. Após o ataque, o sítio deve ter sido abandonado, pois já no ajuste celebrado entre Pires de Campos e Dom Luís Mascarenhas, em 1748, ao sertanista foi ordenado, no terceiro item do documento, “Que crescendo o n.º dos Bororôs, será obrigado a ter hú lote delles na paragem chamada o Lanhoso actualm.º p.ª dahy fazerem as mesmas surtidas pela estrada”.²⁰⁴

Segundo Matos (1981a), o aldeamento foi criado em 1741 (como no caso do aldeamento de São Domingos, data incorreta, uma vez que o ajuste celebrado com Pires de Campos aconteceu em 1748 – a não ser que o autor tenha citado a data da concessão da sesmaria a Antônio de Araújo Lanhoso ou a construção do sítio destruído pelos Kayapó do sul). Com a chegada dos Xakriabá ao aldeamento de Santa Ana, os antigos índios deste núcleo foram deslocados para o Lanhoso para ocuparem o aldeamento que então se formava (MATOS, 1981a). Em 1816, Eschwege (1996) contabilizou quatro famílias e 27 indígenas.

²⁰² Localizada em território do atual distrito de Tapuira, pertencente ao município de Uberlândia – MG.

²⁰³ Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Carta de 30 de agosto de 1750, de D. Marcos Noronha ao pe. José de Castilho. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980, p.122.

²⁰⁴ Carta do governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, D. Luís de Mascarenhas, ao rei [D. João V] [...] (12/09/1748). AHU – Caixa: 3, Documento: 233.

Saint-Hilaire (1975), por sua vez, mencionou que no local existiu uma aldeia, mas em 1819 encontrou um rancho para os viajantes e duas casas habitadas pelos índios descendentes dos Bororo. D'Alincourt (1975, p. 76) afirmou que, próximo ao aldeamento, era possível observar uma escavação feita pelas águas em que a terra se soltava facilmente, misturando com cascalho grande e pequeno, sendo informado por um morador não-índio que naquele local “se tinham tirado pedras preciosas, e algum ouro”.

Percorrendo três léguas no Caminho dos Goíases, após o aldeamento de Lanhoso, estava Uberaba Falso²⁰⁵, edificado às margens de um rio de mesmo nome. Foi criado no início do século XIX, conforme uma carta do governador da capitania de Goiás, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, ao vigário e regente do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas, que afirmou que o “estabelecimento na Uberaba falso não pode deixar de ser de muita utilidade para os passageiros, e grande lucro para os índios, q' lá se arranxarem, para tanto, V M.^{ce} deverá felicitar-lhes esta licença”.²⁰⁶

O que podemos notar é que a dispersão dos aldeamentos e sítios indígenas ao longo do Caminho dos Goíases não foi aleatória, mas sim orientada pela utilidade desses núcleos para os índios e para os não-índios. E o surgimento de novos aldeamentos estava condicionado também a uma aprovação, por meio de uma licença, do religioso responsável pelo auxílio espiritual dos índios do Sertão da Farinha Podre e que morava próximo a Santa Ana do Rio das Velhas. Residiam em Uberaba Falso, em 1816, nove famílias de índios perfazendo um total de 47 habitantes (ESCHWEGE, 1996). Após Uberaba Falso, cerca de seis léguas distante, estava o último sítio antes do Rio Grande, denominado de Baixa²⁰⁷, um pequeno núcleo indígena habitado por quatro famílias e 14 índios (ESCHWEGE, 1996).

Contavam com templo religioso (capela), Rio das Pedras, Santa Ana do Rio das Velhas, Lanhoso, São Domingos, Estiva e Piçarrão. A presença da igreja era, conforme as reflexões de Lourenço (2005), sinal da oficialidade do aldeamento, do reconhecimento das autoridades religiosas. Boa Vista, Rocinha, Uberaba Falso e Baixa poderiam ser enquadrados na categoria de “sítios indígenas”, pequenos núcleos “resultado da dispersão espontânea da população [aldeada], ao longo da faixa de terras aldeanas, a partir dos aldeamentos verdadeiros” (LOURENÇO, 2005, p.87-8). Lourenço (2005) não considerou Lanhoso, São

²⁰⁵ Uberaba Falso era o nome do atual Rio Uberaba, enquanto Uberaba Verdadeiro era o nome do atual Rio Uberabinha.

²⁰⁶ Cartas e ofícios do Capitão Geral da Província e diversos. AHEG – Livro 03 – 1804/1809 – p.31. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 114.

²⁰⁷ Baixa atualmente é um bairro rural da cidade de Uberaba – MG.

Domingos e Estiva aldeamentos, talvez por um descuido, pois estes núcleos contavam com capelas conforme as fontes consultadas.

Não foram somente sítios indígenas que surgiram a partir do deslocamento de grupos de índios aldeados no Sertão da Farinha Podre. Aldeamentos também foram criados se considerarmos como tal, os núcleos que contavam com capela. Como exemplo, temos o deslocamento de índios aldeados em Rio das Pedras que, posteriormente, edificaram Piçarrão e que não contentes com as novas terras em que residiam, se mudaram, construindo o aldeamento de Estiva e o sítio da Boa Vista.

Surge, assim, outro questionamento: quais motivos podem ter levado os índios aldeados a empreenderem esses deslocamentos? Para Lourenço (2005), foram três: as epidemias, no século XVIII; os deslocamentos forçados, como no caso da chegada dos Xakriabá e da mudança dos antigos moradores de Santa Ana do Rio das Velhas para o Lanhoso; e a busca de solos férteis, quesito importante para a subsistência de uma população indígena sedentária.

Acrescentamos como outra possível causa, as cisões advindas de situações de conflito entre os índios aldeados tendo em vista os constantes deslocamentos de grupos indígenas culturalmente distintos e forçados a conviverem em um território delimitado, como no caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre. Necessário ressaltar que foram exatamente os dois primeiros aldeamentos, Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas, os principais núcleos de dispersão de indígenas ao longo do Caminho dos Goias, seja com a formação de novos aldeamentos ou com a formação de sítios indígenas.

Talvez seja importante, nesse momento do texto, mencionar a síntese que o viajante Saint-Hilaire confeccionou ao passar alguns dias visitando os núcleos indígenas entre os Rios Grande e Paranaíba, quando afirmou que jamais havia visto

índios tão felizes quanto aqueles. Raros eram os portugueses que se tinham estabelecido entre eles. Ninguém os incomodava, ninguém perturbava o seu repouso, e eles nem mesmo pagavam o dízimo. Tinham poucas necessidades e poucas tentações. Suas terras eram excelentes e com pouco trabalho produziam o suficiente para o seu sustento. Com o algodão colhido em suas terras fabricavam em casa os panos com que se cobriam, e eles próprios faziam também seus utensílios de cerâmica. O sal e o ferro eram os únicos artigos que se viam obrigados a comprar, e a quantidade de dinheiro que obtinham com a venda de seus produtos era muito maior do que a necessária para essas pequenas compras. Viviam na mais perfeita paz e união, como é comum entre os índios. Aproveitavam-se das genuínas vantagens da civilização e ignoravam suas desvantagens. Desconheciam o luxo, a cupidez, a ambição, e essa mania de previdência que persegue os homens de nossa

raça e lhes envenena o presente em nome de um futuro incerto (1975, p. 136).

A afirmação de Saint-Hilaire pode soar um pouco exagerada, traçando a vida nos aldeamentos como harmônica e perfeita. Todavia, em 1819, ano da viagem do francês, a expansão dos não-índios (nesse caso, principalmente os geralistas) pelas férteis terras do Sertão da Farinha Podre já estava em curso há aproximadamente uma década.

Se as terras destinadas aos índios eram férteis e poucos não-índios estavam estabelecidos entre eles, o cenário começaria a ser transformado a partir da segunda década do século XIX, tendo como principal líder, o então capitão de Ordenanças, Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira. Essa ocupação não foi consolidada sem a presença de atritos e os índios buscaram resistir e garantir as terras que lhes foram concedidas. Com o advento de uma legislação indigenista, cujo foco recaiu sobre a terra, e não tanto sobre o trabalho escravo, os índios foram aos poucos expulsos de suas terras e os aldeamentos, extintos. E é sobre esse processo paulatino que trataremos agora.

A expansão geralista pelo Sertão da Farinha Podre

Até a primeira década do século XIX, a população do Sertão da Farinha Podre encontrava-se concentrada em três regiões: na confluência dos Rios Grande e Paranaíba (nesse caso, os Kayapó do sul que ainda travavam relações hostis com os não-índios), ao longo do Caminho dos Goiases (os índios dos aldeamentos) e, por fim, a população não-indígena reunida em dois núcleos populacionais principais: Nossa Senhora do Desterro do Desemboque e São Domingos do Araxá²⁰⁸. Desemboque, como veremos adiante, com sua decadência, foi um importante polo irradiador de geralistas para a região mais a oeste do Sertão da Farinha Podre em busca de terras férteis para a prática da pecuária e da agricultura, o que gerou embates com os índios dos aldeamentos no século XIX e a formação de núcleos populacionais que mais tarde se transformaram em cidades das atuais regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, como Uberaba, Campo Florido, Patrocínio e Prata.

As notícias de antigos moradores do Desemboque sobre a fertilidade das terras localizadas a oeste daquele núcleo, que se encontrava em processo de decadência com a queda da mineração ou do contrabando de ouro, incentivaram Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira

²⁰⁸ Atual cidade de Araxá (MG).

a empreender uma expedição para reconhecer a região habitada pelos Kayapó o sul e pelos índios dos aldeamentos. Foi o irmão de Antônio Eustáquio, o coronel José Manuel da Silva e Oliveira, que levou o propósito da expedição para o governador da capitania de Goiás, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, que, então, nomeou Antônio Eustáquio para o cargo de “Comandante Regente dos Sertões da Farinha Podre” por meio de uma portaria datada de 27 de outubro de 1809 (SILVA, 1896).

Em julho de 1810, no período de seca, formou-se a primeira expedição composta por 30 homens que percorreram a região localizada a oeste do Desemboque, sendo atacados por onça (animal cuja presença inspirava grande temor entre os índios e os não-índios) e pelos Kayapó do sul, quando os membros da bandeira almoçavam (PONTES, 1978). A presença dos Kayapó do sul era reconhecida “pelas queimadas, que fasia, de campos, ou pelos seus ranchos encontrados aqui e ali” (SILVA, 1896, p. 340). A presença desses ranchos, construções temporárias, provavelmente estava relacionada às expedições guerreiras ou de caça dos Kayapó do sul.

A fertilidade do solo e a presença de matas e de campos nativos úteis para a pecuária foram importantes fatores para que os membros da expedição lançassem posses pelo sertão e fizessem roças durante os dois meses em que percorreram a região entre os Rios Grande e Paranaíba (SILVA, 1996). Dois anos depois, em 1812, Antônio Eustáquio empreendeu nova expedição, composta por antigos participantes daquela realizada em 1810, por outras pessoas convidadas por ele, além do vigário do Desemboque e seu primo, Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick.

No mesmo período das expedições comandadas por Antônio Eustáquio, ocorria, às margens do córrego do Lajeado²⁰⁹, a formação de um pequeno núcleo populacional denominado “arraial da Capelinha”²¹⁰ ou do Lajeado, por José Francisco de Azevedo em terras de José Gonçalves Pimenta, juntamente com migrantes oriundos do Desemboque. Esse pequeno núcleo populacional contava com algumas casas e uma pequena capela, ambas construídas com palha. O templo religioso era dedicado a Santo Antônio e São Sebastião.

Visitando o arraial da Capelinha, Antônio Eustáquio notou a falta de elementos que permitiam o desenvolvimento de um núcleo populacional, como um curso d’água de maiores proporções e terras férteis (PONTES, 1978). Outro fator importante foi a distância de Capelinha do Caminho dos Goiaes, além da própria vontade, por parte de Antônio Eustáquio, em fundar um núcleo populacional e exercer o poder local, como era corrente no século XIX.

²⁰⁹ Afluente do Rio Uberaba.

²¹⁰ Extinto. Estava localizado próximo ao atual bairro rural de Santa Rosa em Uberaba (MG).

Antônio Eustáquio decidiu avançar cerca de 15 quilômetros e, na confluência do córrego das Lajes²¹¹ com o Rio Uberaba, construiu a “Chácara da Boa Vista”²¹², próxima ao sítio indígena de Uberaba Falso. Cerca de dois quilômetros de distância da chácara, seguindo o curso do córrego das Lajes, Antônio Eustáquio construiu um retiro para seus animais.²¹³

Os geralistas, principais responsáveis pela ocupação não-indígena do Sertão da Farinha Podre, migravam para novas terras em decorrência da queda da mineração, do esgotamento dos solos e da pressão demográfica que era exercida em regiões agropastoris onde a agricultura e a pecuária eram realizadas em condições técnicas que limitavam a densidade demográfica e forçavam uma mobilidade horizontal (LOURENÇO, 2005).

A ocupação de novas áreas pelos geralistas foi constituída por meio de parentelas, uma vez que os laços de parentesco

eram importantes em todas as fases do processo, desde a organização das expedições sertanistas até o assentamento das fazendas e arraiais. Normalmente, após um pioneiro tomar posse das novas terras, voltava ao núcleo de origem para trazer sua família – esposa, filhos, dependentes e escravos, se os tivesse – para iniciar a estruturação do sítio ou fazenda. Após algum tempo, uma vez constituída a unidade produtiva, o pioneiro poderia retornar várias vezes à região de origem para buscar parentes (consanguíneos ou rituais), para que se estabelecessem nas vizinhanças (LOURENÇO, 2005, p. 123).

Os ocupantes que geralmente não possuíam muitas posses e, por isso, não podiam adquirir escravos, permitiam o uso de suas terras por agregados (posseiros pobres); pequenos e médios proprietários também se estabeleceram na região do Sertão da Farinha Podre (LOURENÇO, 2005). Havia simultaneamente, no caso da ocupação das terras que era comandada pelo capitão Antônio Eustáquio por meio das sesmarias, a formação de um núcleo populacional, no caso o arraial da Farinha Podre²¹⁴, a partir do afluxo de migrantes vindos da capitania de Minas Gerais, principalmente de Formiga²¹⁵, Oliveira²¹⁶, Tamanduá²¹⁷, Paracatu, Vila Rica²¹⁸ e Desemboque. Convém salientar que essa população não-indígena de Minas, era

²¹¹ Afluente do Rio Uberaba. Atualmente encontra-se canalizado sob a Avenida Leopoldino de Oliveira, a principal via da cidade de Uberaba.

²¹² Nesse local atualmente encontra-se a sede da Fazenda Experimental Getúlio Vargas da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) no Parque Tecnológico da Univerdecidade, em Uberaba (MG).

²¹³ O local do retiro corresponde atualmente à esquina da Praça Rui Barbosa com o Calçadão da Rua Artur Machado, região central de Uberaba (MG).

²¹⁴ Arraial da Farinha Podre foi o primeiro nome da cidade de Uberaba.

²¹⁵ Atual cidade de Formiga, localizada na região oeste do estado de Minas Gerais.

²¹⁶ Atual cidade de Oliveira, localizada na região oeste do estado de Minas Gerais.

²¹⁷ Atual cidade de Itapequerica, localizada na região oeste do estado de Minas Gerais.

²¹⁸ Atual cidade de Ouro Preto, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte.

descendente das primeiras levas de migrantes oriundos da capitania de São Paulo, e que se deslocaram para aquela região logo após a descoberta das lavras (SOUZA, 2006).

Antônio Eustáquio possuía o cargo de juiz de sesmarias, com o poder de estabelecer os limites de sesmarias e posses (LOURENÇO, 2005) e também o de curador dos índios Kayapó do sul (SAMPAIO, 1971) ou comandante-regente dos índios (TEIXEIRA, 2001). Sobre esta última atribuição de Antônio Eustáquio, o de curador ou comandante-regente dos índios, temos poucas informações, mas talvez tenha sido destinado pelo governo da capitania de Goiás, uma vez que ainda havia índios Kayapó do sul em contato hostil com os não-índios.

Como visto, o próprio capitão foi atacado pelos Kayapó do sul em sua primeira expedição. Pelas fontes consultadas, podemos notar a ação contraditória de Antônio Eustáquio com os índios do Sertão da Farinha Podre: se com os Kayapó do sul instituiu-se uma aliança, construída também com o aldeamento destes, com os índios dos aldeamentos ao longo do Caminho dos Goíases, o tratamento mostrou-se radicalmente diferente, baseado na violência e na espoliação de terras. Sobre a diferente relação de Antônio Eustáquio com esses dois grupos indígenas, trataremos adiante, mas é necessário frisar que a aliança com os Kayapó do sul e o conflito com os índios aldeados eram absolutamente importantes para o seu principal interesse: a ocupação das terras do Sertão da Farinha Podre pelos não-índios.

Se o arraial da Farinha Podre crescia paulatinamente com a chegada de inúmeras famílias oriundas principalmente da capitania de Minas Gerais, Capelinha ou Lajeado, por sua vez, entrava em decadência, o que ocasionou o êxodo de seus moradores para Farinha Podre. As causas desta mudança ainda são controversas e vão desde a ausência de água e solos férteis em Capelinha (SAMPAIO, 1971), passando pela elevada posição social e preponderância nos negócios que Antônio Eustáquio possuía (PONTES, 1978) e até um possível ataque dos Kayapó do sul, que resultou na morte do capelão, cujo relato oral de uma ex-moradora e neta de um dos proprietários das terras onde outrora havia sido edificado o arraial, foi recolhido por Teixeira (2001). Capelinha teve duração efêmera, tendo seus habitantes, juntamente com os oragos de Santo Antônio e São Sebastião, se mudado para o arraial da Farinha Podre.

As concessões de sesmarias no Sertão da Farinha Podre foram reiniciadas a partir do final do século XVIII, quando a mineração já não tinha muita importância enquanto atividade econômica para a capitania de Goiás. Reiniciadas, pois, como visto no caso do sítio do Lanhoso, sesmarias foram concedidas ao longo do Caminho dos Goíases na primeira metade do século XVIII, quando ocorreu um afluxo de não-índios para Goiás (que ainda não existia

enquanto capitania e encontrava-se ainda subordinada à São Paulo), quando a principal atividade econômica era a mineração.

Segundo Pontes (1978), a fazenda de Ponte Alta, que abrangia três sesmarias (Ponte Alta, Santo Inácio e Bebedouro), foi requerida por Joaquim da Silva e Oliveira e concedida pelo governo de Goiás em 30 de dezembro de 1799, momento em que a pecuária e a agricultura começavam a ter maior importância, motivando a expansão geralista que buscava terras férteis para a realização dessas atividades. Por fim, convém ressaltar que Joaquim era irmão de Antônio Eustáquio, o que demonstra que um projeto de ocupação do Sertão da Farinha Podre pela família Silva e Oliveira, já estava em curso em fins dos setecentos. A concessão das sesmarias no Sertão da Farinha Podre a partir da intensificação da ocupação pelos não-índios, gerou atritos que envolveram os índios dos aldeamentos e os geralistas, tendo, obviamente, o capitão Antônio Eustáquio defendido os interesses destes que, por sinal, eram também os seus.

Como visto no capítulo 2, foi concedida uma sesmaria de três léguas em quadra para o sustento dos índios do aldeamento de Rio das Pedras. Posteriormente, com a construção de Santa Ana do Rio das Velhas em 1750, essa mesma medida deve ter sido destinada para o aldeamento, prática comum durante o período colonial. É recorrente em alguns trabalhos de pesquisadores que se dedicaram a escrever a história do Triângulo Mineiro, a menção a uma faixa de terras de uma légua e meia de cada lado do Caminho dos Goíases (totalizando três léguas) entre os Rios Grande e Paranaíba, como destinada aos índios aldeados (PONTES, 1978) (TEIXEIRA, 2001). Antônio Borges Sampaio (1971), por sua vez, como um membro da elite uberabense do século XIX, afirmou que as terras destinadas aos aldeamentos eram de apenas meia légua de cada lado do Caminho dos Goíases, totalizando, portanto, uma légua.

O Rei Dom João V ordenou ao governador da capitania de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas, que repassasse uma sesmaria de “trez legoas em quadra”²¹⁹ para Pires de Campos e os índios aldeados. Ora, se dividirmos as três léguas tendo como parâmetro o Caminho dos Goíases ao centro, teríamos exatamente uma faixa de uma légua e meia em cada lado daquela via, e não apenas meia légua conforme afirmou Sampaio (1971).

Convém ressaltar que não encontramos nenhum documento do século XVIII ou XIX que afirme que toda a faixa de terra compreendida entre uma légua e meia de cada lado do Caminho dos Goíases, entre os Rios Grande e Paranaíba, era de uso exclusivo dos índios.

²¹⁹ Cópia de uma carta do rei Dom João V, ao governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luiz Mascarenhas datada de 08/05/1746, constante no “Ofício do sindicante, desembargador Manuel da Fonseca Brandão, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado] [...]” (26/11/1763). AHU – Caixa: 19, Documento: 1191

Mesmo na ausência de tal documento, é claro que os indígenas tinham direito às terras. Trasladados, submetidos a um processo de territorialização e de agregação de diferentes grupos indígenas, os índios aldeados já ocupavam há décadas as terras que, posteriormente, seriam espoliadas pelos geralistas.

Embora a documentação disponível ainda não nos permita afirmar com precisão a extensão correta das terras indígenas, os viajantes do século XIX mencionaram em seus trabalhos que a extensão das terras correspondia a uma légua e meia em ambos os lados do Caminho dos Goíases, entre os Rios Grande e Paranaíba: Eschwege (1996, p. 117) afirmou que a “Mesopotâmia Grande – Paranaíba, légua e meia de largura em ambos os lados do caminho, foi a área de recepção dos [índios] deslocados”, enquanto Saint-Hilaire (1975, p. 129) confirmou que foi “doada a Antônio Pires e ao seu bando uma faixa de terra dos dois lados da estrada de 1 légua e meia de largura, que se estende desde o Paranaíba até o Rio Grande”. Ainda que até o século XIX, a região entre os Rios Grande e Paranaíba fosse considerada sertão e pouco habitada pelos não-índios, era bastante considerável (se levarmos em conta uma légua e meia de cada lado do Caminho dos Goíases), a extensão das terras para os índios aldeados. Segundo Lourenço (2005), a área chegaria 1072 km².

Para continuarmos nossa análise, voltaremos a mencionar o documento que trata da fundação do sítio de Uberaba Falso, cujo regente do aldeamento de Santa Ana Rio das Velhas, deveria “felicitar-lhes [...] [a] licença”²²⁰ aos índios que queriam instituí-lo. Ou seja, os aldeamentos ou sítios indígenas criados ao longo do Caminho dos Goíases, não foram fruto de uma dispersão aleatória, pois, para a edificação desses núcleos era necessária a autorização do regente do aldeamento de Santa Ana Rio das Velhas. O regente então analisava a conveniência do local escolhido, de acordo com as condições para a sobrevivência dos índios e a utilidade para os viajantes.

Assim, podemos trabalhar com duas hipóteses sobre as terras indígenas dos aldeamentos: a primeira delas, aventando a possibilidade da existência da concessão de uma légua e meia de cada lado do Caminho dos Goíases entre os Rios Grande e Paranaíba. Conforme o Mapa 5, os aldeamentos foram instituídos exatamente nessa faixa de terra, sempre às margens da via que ligava São Paulo e Goiás.

Outra possibilidade poderia ser a tradição das autoridades em conceder três léguas aos aldeamentos (ALMEIDA, 2003). Assim, para cada núcleo criado no Sertão da Farinha Podre, fosse ele sítio ou aldeamento (e, como visto, a expansão desses núcleos era regulada pelo

²²⁰ Cartas e ofícios do Capitão Geral da Província e diversos. AHEG – Livro 03 – 1804/1809 – p.31. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, p. 114.

havia encontrado duas famílias de índios em Rocinha, três anos depois, Saint-Hilaire encontrou apenas um morador que havia se deslocado do Arraial de Bonfim²²¹ em Goiás.

Os não-índios podiam constituir propriedades nas terras indígenas na condição de agregados, com o consentimento dos índios e a ratificação dos chefes, sendo proibida a venda para outros não-índios e, em caso de mudança, as benfeitorias deveriam ser destinadas aos índios (SAINT-HILAIRE, 1975). D'Alincourt (1975), por sua vez, afirma que em caso de mudança, os não-índios só poderiam vender seus bens para os índios. Esse era um “privilégio” normalmente adquirido pelos não-índios que se uniam, por meio do matrimônio, às índias aldeadas, além, é claro, da possibilidade de utilização das terras dos aldeamentos.

A expansão não-indígena pelo Sertão da Farinha Podre gerou atritos entre estes e os índios dos aldeamentos. Além da queixa que foi realizada contra a invasão dos geralistas e a ação de Antônio Eustáquio, em 1821 (ESCHWEGE, 1996), houve também ações mais enérgicas por parte dos indígenas, como em Lanhoso no ano de 1818, “onde há um só morador carregado de família, a quem dois índios ali estabelecidos queimaram tudo quanto possuía, e ainda quando passei estava arranchado debaixo de uma copada árvore” (D'ALINCOURT, 1975, p. 76).

A terra possivelmente representava a possibilidade de existência para os índios aldeados e a perda do território a eles concedido representaria consideráveis dificuldades de sobrevivência. O sentimento dos índios de Rio das Pedras, em 1816, é bastante esclarecedor para que possamos compreender a importância da terra para os indígenas aldeados. Segundo o viajante alemão Eschwege (1996, p. 120), quando chegou ao aldeamento, notou a

timidez dos homens, tristes e solitários, coisa que me era estranha. Finalmente fiquei sabendo, do capitão Leopoldo, que haviam dito a eles que perderiam os direitos que até então lhes haviam sido assegurados, passando a ser tratados como escravos.

Não podemos afirmar que, com a perda de suas terras, os índios se tornaram escravos, o que parece pouco provável, mas a eles restariam poucas possibilidades de inserção em uma sociedade brasileira bastante hierarquizada como a do século XIX. A terra era essencial para a sobrevivência dos índios aldeados.

As tentativas de tomar as terras dos índios por parte de Antônio Eustáquio também foram mencionadas pelos viajantes. Tanto Saint-Hilaire quanto Eschwege não tiveram boas impressões do potentado quando visitaram o arraial da Farinha Podre. O francês o chamou de

²²¹ Atual cidade de Silvânia (GO).

“pequeno déspota” com “maneiras bem mais rudes que as dos fazendeiros das vizinhanças de Vila Rica” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 151-2). Já o alemão, ao afirmar que nos sertões era comum o surgimento de homens que, devido a sua inteligência ou sua riqueza, exerciam um poder muitas vezes superior ao do governador, ao conversar com o Antônio Eustáquio afirmou que este lhe havia comunicado “o projeto que tinha em mente, de tomar pouco a pouco aos índios o seu distrito, para distribuí-lo entre os portugueses, sob o pretexto de que o rei deles não auferia lucro” (ESCHWEGE, 1996, p. 126). Eschwege (1996), por sua vez, saiu em defesa dos índios, o que deixou Antônio Eustáquio bastante descontente. O viajante alemão percorreu o Sertão da Farinha Podre tendo a responsabilidade de demarcar as novas divisas entre Minas Gerais e Goiás, após a desanexação da região entre os Rios Grande e Paranaíba em 1816.

No entanto, o plano de espoliação das terras indígenas idealizado por Antônio Eustáquio foi levado adiante. Em uma correspondência de 1827, endereçada a Francisco Pereira de Santa Apolônia, então vice-presidente da província de Minas Gerais, o já sargento-mor²²² contou com detalhes como se deu a espoliação das terras dos aldeamentos. Na missiva, Antônio Eustáquio trata de um requerimento do alferes Caetano Alves de Rezende e de Luciana Alves Rezende, que possuíam sesmarias ao longo do Caminho dos Goíases e se queixavam da atitude do Fiel do Registro do Rio das Velhas, levantando suspeitas quanto à regularidade da concessão de terras dentro da área compreendida entre uma légua e meia de cada lado da via que ligava São Paulo e Goiás.

Ressaltando seu título de comandante por portaria do Marquês de São João da Palma, Antônio Eustáquio afirmou que veio em sua

companhia muitas pessoas que desejavam apossear terras p.^a sua residência e de suas famílias, depois de se achar em marcados os lugares mais ao longo da estrada, estando devolutas os lugares mais próximos q’ se respeitavam p^r se ouvir dizer q’ pertencião aos índios d’Aldeia de Sta. Anna²²³.

Pelas palavras do potentado, podemos compreender que, em um primeiro momento, a ocupação não-indígena ocorreu nas terras que se encontravam fora da área compreendida entre uma légua e meia de cada lado do caminho dos Goíases e, em um segundo momento, as que já estavam dentro daquela demarcação.

²²² A promoção a sargento-mor se deu no ano de 1820 (TEIXEIRA, 2001).

²²³ Arquivo Público Mineiro – Caixa: 10, Documento: 40. 1816/1827. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 62.

Preocupado em preservar os interesses dos novos ocupantes e em manter sua influência no Sertão da Farinha Podre, possuindo amplos poderes concedidos pelos governadores de Goiás e, posteriormente, de Minas Gerais, além de ser um membro de uma família influente, Antônio Eustáquio buscou resguardar suas atitudes. Para isto, recorreu a uma pesquisa sobre as terras dos aldeamentos, procurando

indagar se havia alguma Ordem Regia, ou do Governo da Província que lhes concedesse legoa e meia como se pertendia de cada lado da estrada entre o rio Grande, e o das Velhas, e como não a encontrasse ainda m.^{mo} consultando o Diretório q' servia aos dos Índios.²²⁴

A vigência do Diretório ocorreu entre os anos de 1757 e 1798, mas foi em 1758 que ele foi estendido para toda a América portuguesa e Antônio Eustáquio sabia da importância histórica do documento. Ainda que os principais aldeamentos do Sertão da Farinha Podre fossem instituídos antes da vigência dessa lei colonial, a partir de 1758 o Diretório norteou a ação dos diretores nos aldeamentos existentes em toda a América portuguesa. O potentado também teve o cuidado de pesquisar se alguma Ordem Régia resguardava o direito dos índios à terra e, não encontrando, decidiu então “franquiar todo o terreno as pessoas já mencionadas p.^a lançar suas posses, reservando todavia meia legoa de cada lado da referida estrada para a residência de alguns poucos Índios q' se achavão dispersos da aldeia”²²⁵.

A primeira ação de Antônio Eustáquio foi a diminuição das terras dos aldeamentos (de uma légua e meia para meia légua de cada lado do caminho dos Goiasenses), pois

muitos entrantes marcarão terrenos e obtiverão cartas de sesmarias que medirão depois e nelas residem sem que ninguém os inquiete. A meia legoa reservada também se foi pouco ocupando athe que hoje p^r q' o povo custa a conter-se, acha-se com mais de mil pessoas.²²⁶

Entretanto, a ação final contra as terras dos aldeamentos indígenas que foram instituídos entre os Rios Grande e das Velhas, logo foi consumada. Depois de ocupar e diminuir as terras dos índios, Antônio Eustáquio decidiu pela transferência dos indígenas aldeados para a região entre os Rios das Velhas e o Paranaíba, ainda ao longo do Caminho

²²⁴ Arquivo Público Mineiro – Caixa: 10, Documento: 40. 1816/1827. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 62.

²²⁵ Arquivo Público Mineiro – Caixa: 10, Documento: 40. 1816/1827. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 62.

²²⁶ Arquivo Público Mineiro – Caixa: 10, Documento: 40. 1816/1827. Transcrito no Guia “Origens de Uberaba”, 1995, p. 62.

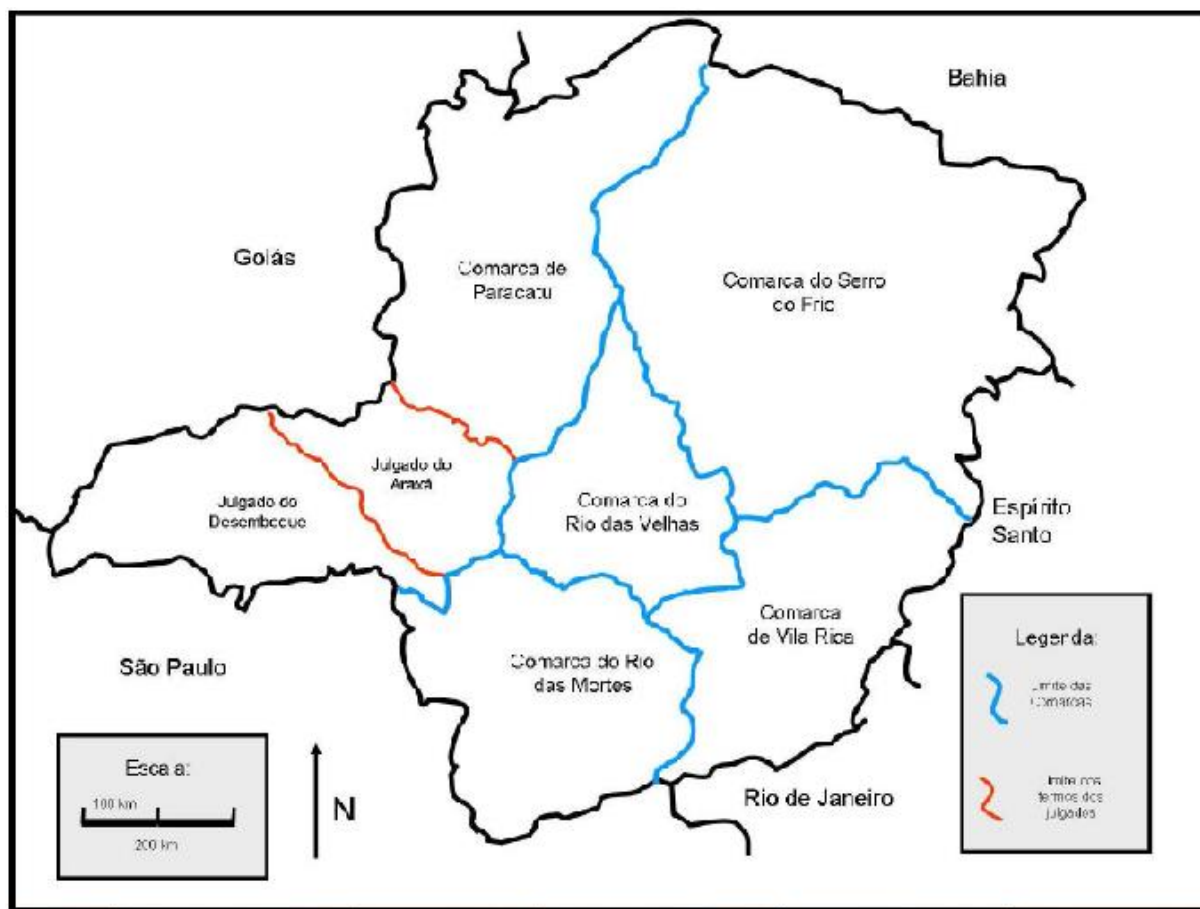
dos Goias. Essa transferência de índios se deu no governo de Dom Manuel de Portugal e Castro, compreendido entre os anos de 1814 a 1821. Deve ter ocorrido no ano de 1821, mesma data da queixa dos índios aldeados no Sertão da Farinha do Podre sobre a invasão de suas terras pelos não-índios.

Em um manuscrito de autoria de Hermógenes Cassimiro de Araújo Brunswick, primo de Antônio Eustáquio e contemporâneo da espoliação de terras dos índios dos aldeamentos, que foi transcrito por Sampaio (1971, p. 109), é possível compreender como se deu o processo, uma vez que o sargento-mor propôs

que algumas dessas hordas de índios, que ainda existem entre o Rio das Velhas e o Rio Grande território do Julgado do Desemboque fossem mudados para o território do Araxá que fica entre o Rio das Velhas e o Rio Paranaíba: anuiu a esta representação o Govêrno de Minas, sendo então o Governador da Província D. Manuel de Portugal e Castro e por seu despacho mandou que a Reg.^a dos mesmos índios fizesse mudar essas hordas de índios para o indicado território que de fato se mudaram.

Ou seja, as ações de Antônio Eustáquio contra os indígenas aldeados, tiveram a colaboração e, conseqüentemente, a anuência do governo da província de Minas Gerais, que autorizou a mudança dos índios para o Julgado²²⁷ de Araxá (região entre os Rios Paranaíba e das Velhas). No Mapa 7 é possível visualizar os Julgados na província de Minas Gerais.

²²⁷ Julgado era considerado o “núcleo de povoamento que dispusesse de um juiz de fora, isto é, nomeado pelo capitão-general da Capitania; ou ordinário, ou seja, escolhido pelos eleitores locais” (LOURENÇO, 2007, p. 22).



Mapa 7. Oeste de Minas Gerais, 1830: julgados do Desemboque e Araxá. Fonte: Lourenço, 2007, p. 107.

O processo vivenciado pelos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre é mais um exemplo que vai ao encontro das reflexões de Cunha (1992a, p. 4), quando a autora afirma que a “‘questão indígena’, no século XIX, deixou de ser uma questão de mão de obra, para se converter essencialmente numa questão de terras”. É necessário ressaltar que a escravidão indígena no século XIX, mesmo proibida pela Lei de liberdade dos índios de 1755, ainda foi uma realidade em algumas localidades da América portuguesa, mesmo quando não se originava das guerras justas (como a que foi movida contra os Botocudo e autorizada por Dom João VI). Em uma região considerada sertão e que vivia uma rápida expansão de não-índios dedicados às atividades agropastoris, deslocar os índios para outras áreas representava novas terras a serem ocupadas mediante a concessão de sesmarias. As terras do Sertão da Farinha Podre eram muito férteis e, durante o período de seca prolongada,

os campos queimados estavam cobertos por um espesso tapete verde e viçoso. Os colonos da região souberam tirar proveito dessa enorme vantagem. A criação de ovelhas, de porcos e principalmente de bois constitui sua principal ocupação, sendo que vários deles já possuem de 500 a 1.000

cabeças de gado (1819). Os negociantes de Formiga, que não é demasiadamente distante do arraial [de Farinha Podre], costumam vir até ali para comprar bois e em seguida enviá-los à capital do Brasil. As terras de Farinha Podre são igualmente favoráveis à cultura do milho, da cana-de-açúcar, do feijão e do algodão, mas unicamente este último é exportado, devido à grande distância que separa o arraial das grandes cidades e do mar (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 151).

É possível notar no relato do viajante francês, o quão rápido ocorria a expansão geralista pelas terras entre os Rios Grande e Paranaíba. Em sete anos de ocupação não-indígena, a região já havia se tornado fornecedora de bois de corte para o abastecimento do Rio de Janeiro, com numerosos plantéis, sendo que alguns contavam com 500 ou mesmo 1000 animais.

Ora, a atividade agrícola e, principalmente, a pecuária no século XIX, demandavam grandes extensões de terras devido às técnicas rudimentares, como a utilização de pastagens nativas ou mesmo de roças plantadas após o processo de derrubada de matas, queima de solo e posterior plantio, o que ocasionava em um curto período de tempo, o empobrecimento do terreno, o abandono da área e a formação de outra a partir da mesma técnica.

Quanto às pastagens nativas, elas suportavam poucas cabeças de um gado de origem europeia que não produzia carne e leite em quantidades satisfatórias. Sendo assim, havia a necessidade de grandes áreas para a prática da agropecuária, o que fez com que os não-índios se expandissem pelas férteis terras dos aldeamentos. Além da disponibilidade de terras, outro item importante era a presença de bebedouros salitrosos úteis para o gado, pois dispensavam o uso do sal, produto essencial para a pecuária, mas de difícil acesso no interior da América portuguesa. Como exemplo, Eschwege (1996, p. 124) relatou que, em Rocinha, as duas famílias indígenas eram “invejadas pelos portugueses da vizinhança, por causa das fontes de água minerais próximas”. Já nos arredores da atual cidade de Uberaba, a pecuária se desenvolvia animada “pelas fontes de água mineral das cercanias” (ESCHWEGE, 1996, p. 126).

Se Antônio Eustáquio partiu para uma ofensiva no território dos índios aldeados que se encontravam no Julgado do Desemboque, transferindo-os para o Julgado de Araxá, o potentado não quis estender suas ações além do Rio das Velhas (curso d’água que delimitava os dois Julgados), em território que se estendia até o Rio Paranaíba. Dois fatores talvez possam explicar esse fato: o primeiro deles, a existência de cartas de sesmarias dos aldeamentos de Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas, instituídos em meados do século XVIII e que possivelmente seriam encontradas em São Paulo ou em Goiás. O principal

alvo do potentado foram os sítios indígenas e o já decadente e quase extinto aldeamento de Lanhoso. Outro fator que talvez tenha impedido a ação do sargento-mor foi a jurisdição dos aldeamentos, então subordinados ao Julgado de Araxá, consequentemente entregues a outra elite (a araxaense) e, portanto, fora do alcance das ações de Antônio Eustáquio.

A ação de membros da elite local, com medidas antiindígenas era comum no século XIX, uma vez que foi uma característica da questão indígena ser “função apenas da maior ou menor centralização política do momento, e a desenvoltura do poder local aumenta na razão direta da distância da corte” (CUNHA, 1992b, p.134). Ou seja, segundo as reflexões de Cunha (1992b), a ação do poder local (no caso em análise, de Antônio Eustáquio), era maior quanto mais se distanciava da sede da Corte. Com poderes significativos para conduzir a ocupação de terras entre os Rios Grande e Paranaíba, além de uma família influente politicamente, o potentado tinha amplos poderes de ação no Sertão da Farinha Podre, que foram usados em seu próprio favor, a favor dos geralistas e contra os índios aldeados.

Soma-se a esses fatores, segundo Saint-Hilaire, a mudança, em 1819, dos soldados do Regimento de Minas que se encontravam no Registro do Rio das Velhas e que foram substituídos pelos soldados da Guarda Nacional, chamados pelo viajante de “milicianos”, vindos de Paracatu. Os “milicianos” eram “homens grosseiros, ignorantes, imbuídos de preconceitos [...] e além do mais dependentes, por sua triste posição, dos fazendeiros do lugar”; dependentes dos fazendeiros e subordinados ao poder de Antônio Eustáquio, “é quase certo que apoiariam estes últimos em detrimento dos habitantes das aldeias” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 142).

Em algumas partes da América portuguesa, os colonos “desejavam os aldeamentos os mais próximos possíveis de seus próprios estabelecimentos, já que neles se abasteciam de mão-de-obra” (CUNHA, 1992a, p. 18). Já no Sertão da Farinha Podre, a ocupação das terras se fez mediante a deportação dos índios para a faixa de terra entre o Rio das Velhas e Paranaíba, o que talvez seja um indicativo da pouca importância que a mão de obra indígena tinha naquele momento. Possivelmente esse panorama fosse diferente se os índios deportados fossem transferidos para uma área cuja expansão não-indígena se apresentasse consolidada, o que poderia propiciar a absorção do trabalho dos indígenas nas fazendas, o que não era o caso naquele momento, do Sertão da Farinha Podre.

Ainda sobre o trabalho dos índios fora dos aldeamentos, as fontes lacunares não nos permitiram avançar sobre a utilização da mão de obra dos indígenas aldeados nas fazendas que então se formavam. Em 1816, Eschwege relata que, em sua estadia na Fazenda dos

Troncos²²⁸, encontrou na propriedade com o preceptor “do tipo que anda descalço, entenda-se -, que ensinava, além das crianças da vizinhança, alguns índios” (1996, p. 116), podendo ser um indício de uma dispersão dos índios aldeados, talvez utilizados como trabalhadores nas atividades de agricultura e pecuária.

Os aldeamentos não só tiravam ou confinavam os índios em parcelas de regiões que eram disputadas pelas frentes agrícolas ou pastoris, mas também os deslocava para locais em que seriam úteis, ou seja, era uma política de concentração (CUNHA, 1992a). No caso dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre, o deslocamento para o Julgado de Araxá se deu para uma área ainda com pouca ocupação generalista, cuja “utilidade” dos índios seria quase nula.

Para os que trabalharam a fim de empreender essa concentração de índios no Julgado de Araxá, os indígenas eram vistos mais como empecilho (por conta da propriedade que possuíam sobre a terra) do que como sujeitos úteis ao trabalho. Contribuiu também para esse panorama, a ausência de um inimigo a ser combatido, principal “utilidade” dos índios aldeados, uma vez que os Kayapó do sul já não travavam relações tão hostis com os não-índios.

Trasladados de diferentes áreas da América portuguesa, concentrados em dois aldeamentos principais (Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas) que foram os núcleos que cederam índios para o surgimento de novos aldeamentos e sítios indígenas, desde a segunda década do século XIX, os índios aldeados passaram por um novo processo de concentração a partir da deportação para o Julgado de Araxá.

Tendo como fonte os números apresentados por Eschwege (1996), quando os índios apresentaram a queixa contra a invasão das suas terras, temos o número de 234 indígenas deslocados para as terras localizadas entre os Rios das Velhas e Paranaíba que, juntamente com os 637 viviam na região, totalizavam 871 índios habitando os 18 aldeamentos e sítios indígenas²²⁹ (desde o Rio Grande até o Rio Paranaíba). Esse segundo processo de concentração foi a etapa final para que alguns anos depois os indígenas dos aldeamentos finalmente perdessem suas terras.

O processo de espoliação das terras dos aldeamentos, além de concentrar os índios em um território ainda menor e naquele momento pouco visado pelos generalistas, resultou no recolhimento ao Patrimônio Nacional do território entre os Rios Grande e das Velhas, que “ficou sendo de livre concessão e aquisição e por isso muitos proprietários nêle existentes uns

²²⁸ Atual cidade de Grupiara (MG).

²²⁹ Além dos já citados, os índios também mencionaram a existência dos sítios de Paranaíba e Furnas (entre os Rios das Velhas e Paranaíba) - Rio das Velhas, Uberaba (Verdadeiro), Tijuca (Tijucu), Joídas, Posse, Espinhos e Rio Grande (entre o Rio das Velhas e o Rio Grande).

aleavam tt.ºs de sesmarias e as fizeram medir, e outros lançaram posses e levantaram nêles seus estabelecimentos que estão possuindo” (SAMPAIO, 1971, p. 109).

Outro documento pode ser importante para compreendermos o processo de expulsão dos índios e da ocupação da terra pelos não-índios. Nos processos de divisões de terras em fins do século XIX e início dos do século XX na região de Uberaba, era comum um breve histórico da propriedade a ser repartida. Em “Notas históricas explicativas de como se originou a comunhão das terras dissidentes da Fazenda do Lanhoso e apuração dos títulos”, podemos compreender também como se deu a espoliação de terras:

Em 1823, as terras aldeianas ou dos Índios, foram recolhidas ao Patrimônio Nacional e consideraram-se proprietários das mesmas todos aqueles que ali lançaram as suas posses. Os índios ainda restantes passaram para a parte do Julgado de Araxá á saber: Aldeias do rio das Pedras, estiva, São Domingos, etc. além do Rio das Velhas. A parte de terras ocupada pela fazenda do Lanhoso foi apossada por José Manoel Dias – o Velho, antigo tutor dos índios habitantes da Aldeia que tinha o mesmo nome de Lanhoso.²³⁰

Ocupando as antigas terras do aldeamento de Lanhoso, após a expulsão dos índios, o geralista José Manoel vendeu diversas partes da propriedade para terceiros. Em 1823, dois anos depois da retirada dos indígenas, as terras foram recolhidas ao Patrimônio Nacional para, posteriormente, serem concedidas aos não-índios. No ano de 1826, cinco anos depois da expulsão dos índios para o Julgado de Araxá, Matos (1981a) encontrou o aldeamento de Lanhoso quase deserto. Segundo Eschwege (1996), em Lanhoso havia duas fontes minerais (bebedouros salitrosos) importantes para a prática da pecuária. Possivelmente, a presença dessas fontes tenha sido um dos motivos da cobiça dos não-índios pelas terras do antigo núcleo indígena.

Por meio dos relatos dos viajantes Eschwege (1996), Saint-Hilaire (1975) e Matos (1981a), podemos compreender o processo de dispersão de índios dos aldeamentos entre os Rios Grande e das Velhas. Em Rocinha, Eschwege (1996) havia encontrado duas famílias indígenas, contabilizando dez habitantes em 1816. Três anos depois, Saint-Hilaire (1975) apontou a existência de apenas um morador, enquanto Matos (1981a) não cita o sítio indígena quando percorreu o Sertão da Farinha Podre em 1826, o que talvez seja um indicativo de que já não existia. Lanhoso, em 1816, abrigava quatro famílias e 27 habitantes (ESCHWEGE, 1996). Em 1819, Saint-Hilaire (1975) encontrou duas casas habitadas por índios e Cunha

²³⁰ Arquivo Público de Uberaba - Divisão de Terras – Fazenda do Lanhoso – 1908 – Irmãos Trezzi – 2ª Vara – Caixa: 184.

Matos (1981a) afirmou que o aldeamento estava quase deserto em 1826. Em Uberaba Falso, no ano de 1816, existiam nove famílias e 47 índios (ESCHWEGE, 1996). Em 1826, possuía quatro casas e também era descrito como quase deserto (MATOS, 1981a).

Deslocados para o Julgado de Araxá, o conflito entre os índios e os não-índios dessa região não tardaria a começar. Já no ano de 1833 foi a vez do Regente do Distrito dos Índios, Manoel José de Almeida, dirigir-se ao presidente da província de Minas Gerais, denunciando mais de 50 não-índios que haviam invadido as terras indígenas, dentre eles, o juiz de paz Joaquim Rodrigues de Resende. Posteriormente, foi a vez de dois índios denunciarem o incêndio de suas residências por Antônio Rodrigues Tosta, José Gonçalves Chaves, Miguel Rodrigues da Silva e outros camaradas a mando de Antônio do Vale Pereira (BARBOSA, 1971).

Em 1836, a Câmara Municipal de Araxá propôs ao governo da província de Minas Gerais a dispersão dos índios que se encontravam no Julgado de Araxá (BARBOSA, 1971). Essa pressão por parte dos araxaenses demonstrou a ação das “Câmaras Municipais, cobiçosas das terras, [e] que pressionam no sentido de concentração de índios em poucas aldeias” (CUNHA, 1992a, p.19).

Quando percorreu o Sertão da Farinha Podre em 1844, o viajante francês Francis Castelnau (2000, p.126), encontrou Piçarrão transformado em uma “miserável fazenda [...] cujos habitantes, como de costume, fugiram”. Os soldados que o acompanhavam arrombaram a porta de uma casa para que pudessem passar a noite e, no outro dia, ao saírem, deixaram uma indenização pelos danos causados (CASTELNAU, 2000).

Em Rio das Pedras, Castelnau (2000, p. 124) apenas mencionou a existência de uma fábrica de louça de barro; em Santa Ana do Rio das Velhas, o nome “aldeia indígena” já não correspondia à realidade para o viajante, uma vez que “passou pouco a pouco a tornar-se quase portuguesa, com exceção dos poucos descendentes mestiços, que ainda se vêem”. Santa Ana do Rio das Velhas contava com 150 a 200 habitantes e as casas eram de um pavimento, construídas com madeira ou terra, cobertas com palha e distantes umas das outras (CASTELNAU, 2000).

Em 1846, segundo um relatório produzido em Uberaba, havia 424 índios em Santa Ana do Rio das Velhas e o processo de ocupação dos não-índios, continuava avançando sobre as terras mais férteis (BARBOSA, 1971). Esse número total de índios (424) talvez corresponda não somente aos habitantes de Santa Ana do Rio das Velhas, mas também aos demais aldeamentos entre os Rios das Velhas e Paranaíba, dado que, como visto

anteriormente, dois anos antes, Castelnau (2000) havia contabilizado entre 150 e 200 índios somente em Santa Ana do Rio das Velhas. Levando em consideração os números apontados por Eschwege (1996) a partir da queixa dos índios no ano de 1821 (871 indígenas) temos em 25 anos, uma queda de quase 50% do número de habitantes, o que é bastante considerável.

Santa Ana do Rio das Velhas se encontrava elevada à condição de curato em 1840, quando foi então alçada à paróquia, denominada “Freguesia de índios da Aldeia de Santa Ana do Rio das Velhas”, conforme Lei número 184 de 3 de abril de 1840²³¹. De aldeamento para curato e, posteriormente, para paróquia e com uma presença cada vez maior de não-índios em suas terras, todos esses fatores foram determinantes para selar definitivamente o fim do aldeamento.

Quanto ao aldeamento de Rio das Pedras, as fontes muito lacunares não nos permitiram compreender a sua dinâmica histórica. Santa Ana do Rio das Velhas, talvez por se tornar com o passar dos anos, o aldeamento mais importante do Sertão da Farinha Podre e o núcleo em que próximo a ele residiam o diretor dos índios e o padre, possivelmente tornou-se mais conhecido com base nos documentos produzidos pelos moradores do núcleo indígena e do seu entorno.

No fim da década de 1930, o então distrito de Santa Ana do Rio das Velhas, pertencente ao município de Araguari²³², elevado à categoria de cidade²³³, mudou seu nome para Indianópolis. Em 1890, criou-se um distrito de paz com sede em Rio das Pedras²³⁴ e, em 1923, foi alterado o nome do distrito para Cascalho Rico²³⁵, que se tornou município²³⁶ em 1948.

Com o passar dos anos, os dois primeiros aldeamentos do que viria posteriormente a se tornar o Sertão da Farinha Podre (Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas) foram, aos poucos, se transformando até se tornarem cidades. Outros desapareceram, como São Domingos, Estiva, Piçarrão, Boa Vista e Lanhoso. Um deles, Baixa, tornou-se um pequeno núcleo populacional que atualmente é um bairro rural do município de Uberaba. Os sítios indígenas de Rocinha e Uberaba Falso se extinguíram, mas, próximos a eles, em consequência da ocupação não-indígena, surgiram respectivamente Tapuirma, distrito da cidade de

²³¹ Livro da Lei Mineira. Lei número 184. Tomo VI, Parte 1ª, Folha número 6

²³² Cidade do Triângulo Mineiro (MG)

²³³ Pelo decreto-lei número 148 de 17/12/1938 (BARBOSA, 1971).

²³⁴ Decreto 199 de 06/10/1890 (BARBOSA, 1971).

²³⁵ Lei número 843 de 07/09/1923 (BARBOSA, 1971).

²³⁶ Lei número 336 de 27/12/1948 (BARBOSA, 1971).

Uberlândia, e o município de Uberaba, uma vez que o então capitão de Ordenanças Antônio Eustáquio decidiu instalar sua propriedade próxima ao sítio habitado pelos índios aldeados.

Surge a interpelação: e os Kayapó do sul que tanta resistência opuseram aos não-índios, travando até o século XVIII, uma guerra contra os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre? Como já adiantamos, o aldeamento foi uma alternativa de sobrevivência para esses índios que ocupavam uma área na confluência dos Rios Paranaíba e Grande. E é sobre a história dos Kayapó do sul no século XIX e XX que trataremos agora.

Os Kayapó do sul do Sertão da Farinha Podre: alianças e conflitos

A expansão geralista motivou o contato entre os não-índios e os índios: tanto os que habitavam os aldeamentos ao longo do Caminho dos Goiaes quanto os Kayapó do sul que, por anos, foram os responsáveis por inúmeros ataques, mantendo um contato hostil com a sociedade colonial. Segundo Saint-Hilaire (1976, p. 96), na segunda década do século XIX, nas vizinhanças do arraial da Farinha Podre, os não-índios travavam relações com os Kayapó do sul, mas estes evitavam um contato mais próximo, uma vez que “não se esqueceram, sem dúvida, as atrocidades que os homens de nossa raça praticaram contra os seus ancestrais”. Contudo, essa expansão dos geralistas pelo Sertão da Farinha Podre motivou uma aliança entre Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira e João Batista de Siqueira com os próprios Kayapó do sul. Quanto ao primeiro, o capitão de Ordenanças e, posteriormente, sargento-mor, já tratamos anteriormente. Quanto ao último, faremos um breve histórico de sua vida.

João Batista de Siqueira era um comerciante de gado paulista que frequentava o arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque para a realização de negócios. Fugitivo da justiça por ter matado sua primeira esposa, teve que fugir também de Mogi Guaçu, quando seu crime passou a ser conhecido pelos moradores do local. Mudou-se então para São Roque, localidade onde sua segunda esposa assassinou a própria irmã, depois de um acesso de ciúme. Deslocou-se, como fugitivo novamente, para o Sertão da Farinha Podre, quando adquiriu de José Francisco de Azevedo (um dos primeiros geralistas a se estabelecer nas terras entre os Rios Grande e Paranaíba e um dos fundadores do arraial da Capelinha), as terras em que foi edificada a fazenda Campo Belo (MACEDO, s/d).

João Batista, um dos responsáveis pelo aldeamento dos Kayapó do sul que habitavam a região próxima à confluência dos Rios Grande e Paranaíba, possuía terras contíguas à

Fazenda da Aldeia²³⁷, às margens do Rio Verde²³⁸, local em que residiam os Kayapó do sul por dispor de abundante caça e cursos d'água piscosos (MACEDO, s/d). Nesse local, a Fazenda da Aldeia, surgiu o primeiro aldeamento Kayapó do sul no Sertão da Farinha Podre.

Como visto anteriormente, a concessão de sesmarias no Sertão da Farinha Podre não se restringiu ao entorno do florescente arraial da Farinha Podre, uma vez que, até mesmo em áreas distantes, famílias de geralistas buscavam obter terras, como no próprio caso de João Batista que, junto com sua esposa, eram considerados foragidos da justiça. Residir em áreas afastadas poderia ser também uma maneira de evitar que seus crimes pudessem ser descobertos por outros moradores, fato que João Batista já havia vivenciado em Mogi Guaçu.

As ações de João Batista e Antônio Eustáquio com os Kayapó do sul foram construídas para que uma aliança entre índios e não-índios se consolidasse. Essa aliança possivelmente não se deu por acaso, mas sim movida por interesses tanto por parte dos índios quanto do capitão de Ordenanças. Se os governos das capitanias de São Paulo e Goiás, no século XVIII, decidiram se aliar aos inimigos dos Kayapó do sul (como os Bororo e os Xakriabá) para combatê-los, no século XIX ocorreu exatamente o oposto: Antônio Eustáquio, um representante do poder colonial, se aliou aos Kayapó do sul, inimigos históricos dos índios aldeados e que destes “guardavam ‘velhas mágoas’ e teriam oportunidade de revide” (COSTA, 2004), caso algum confronto porventura ocorresse.

Assim, o tratamento dispensado por Antônio Eustáquio aos Kayapó do sul contrastava com o que era empregado aos índios aldeados ao longo do Caminho dos Goiaeses. Os índios dos aldeamentos, para os planos do capitão de Ordenanças e demais geralistas, eram considerados um obstáculo para a ocupação das terras e abertura de novas fazendas. Além disso, outros interesses motivavam as ações de Antônio Eustáquio. Foi corrente, no século XIX, a concentração e/ou deportação de grupos indígenas para locais em que seriam úteis (CUNHA, 1992a). O aldeamento dos Kayapó do sul também foi motivado por essa prática de concentração de terras, pois se, de um lado, limitou o território a partir da instituição de alguns núcleos indígenas, por outro, as terras até então ocupadas por esses índios foram concedidas por meio de sesmarias aos não-índios.

O segundo fator foi a possibilidade de abertura de uma via que ligasse Uberaba aos Campos de Vacaria²³⁹ pelo vale do Rio Grande, denominada “Estrada do Piquiri”, utilizada entre os anos de 1836 e 1838 por criadores e roceiros mineiros (LOURENÇO, 2010). O

²³⁷ Território da atual cidade de São Francisco de Sales na região do Triângulo Mineiro (MG).

²³⁸ Afluente do Rio Grande.

²³⁹ Localizados no atual estado do Mato Grosso do Sul.

terceiro fator para a promoção do contato com os Kayapó do sul deve ter sido a necessidade de evitar novos ataques destes índios, afinal, com a espoliação das terras indígenas ao longo do Caminho dos Goiaes, os não-índios não poderiam mais contar com o apoio dos indígenas aldeados. Foi assim, uma aliança estratégica levada adiante pelos geralistas.

Para os Kayapó do sul, o aldeamento possivelmente representou, conforme visto no capítulo 2, uma possibilidade de sobrevivência em uma região que paulatinamente era ocupada por fazendas destinadas às atividades agropastoris, assim como a possibilidade de adquirirem os bens materiais dos não-índios.

Ao que parece, o aldeamento dos Kayapó do sul teve início no ano de 1820, quando Dom João VI informou ao então presidente da província de São Paulo, João Carlos Augusto de Oeynhausien, que Antônio Eustáquio havia se “offerecido” para “promover a civilização dos Indios, aldeando-os, dirigindo-os e fazendo-os habituar ao trabalho não só na Provincia de Minas Geraes, mas também nessa de São Paulo”; interessado no trabalho realizado pelo sargento-mor “pelas grandes e preciosas vantagens que della devem resultar em beneficio da prosperidade deste meu Reino”, Dom João VI afirmou que até aquele momento o trabalho de “civilização” dos índios era feito “a sua custa” [de Antônio Eustáquio - e que se] tem praticado no Districto da Farinha Podre [...] [a] colonização de Indios e outros Moradores que para ali tem atrahido”.²⁴⁰

O relato do rei é mais uma importante fonte para demonstrar o poder que o potentado do Sertão da Farinha Podre possuía, realizando ele próprio, o aldeamento dos índios e coordenando a ocupação das terras entre os Rios Grande e Paranaíba. O rei ordenou ao presidente da província de São Paulo para prestar a “protecção e auxilio que for conveniente” aos não-índios e aos índios “que se acharem aldeados ou se estabelecerem no limite dessa Capitania entre o Rio Pardo, Rio Grande e Tieté”.²⁴¹

O aldeamento dos Kayapó do sul não seria interessante somente para os planos de Antônio Eustáquio e dos demais geralistas, mas também para os moradores da província de São Paulo. Em uma carta dirigida a João Carlos Augusto de Oeynhausien, o sargento-mor informou que havia obtido a autorização de Thomaz Antonio de Villanova Portugal (então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino no governo de Dom João VI), para

²⁴⁰ Carta Regia ordenando que se preste auxilio a Antonio Eustaquio da Silva para a catechese e aldeamento dos índios (02/03/1820). Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902, p. 107.

²⁴¹ Carta Regia ordenando que se preste auxilio a Antonio Eustaquio da Silva para a catechese e aldeamento dos índios (02/03/1820). Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902, p. 107.

receber a quantia 400\$000 que “El-Rei Nosso senhor Se Dignou Mandar-me dar pela Junta dessa Capitania para ferramenta, e vestuários dos Índios da Colonia dessa Capitania”.²⁴²

Antônio Eustáquio encontrando-se impossibilitado de receber o dinheiro, pois estava em uma expedição pela região central do Sertão da Farinha Podre e “afim de dar algumas providencias necessarias ao bom êxito das diligencias”²⁴³, enviou para auferir a quantia prometida, José Vicente de Magalhães Purtilho. O valor recebido seria empregado na compra de 150 enxadas, 2 quintais²⁴⁴ de aço, setenta arrobas de ferro, 46 machados, além de “cento e sicoenta e quatro foices”.²⁴⁵ Pelos documentos consultados, podemos notar que, em 1820, antes da produção das correspondências citadas, Antônio Eustáquio estava, às suas custas, tentando aldear os Kayapó do sul. As ferramentas adquiridas com o dinheiro doado por Dom João VI possivelmente seriam úteis para que o processo de aldeamento se consolidasse e impedisse alguma ação guerreira dos índios. Contudo, não sabemos se os Kayapó do sul receberam as ferramentas mencionadas no documento consultado.

Além das ações dos geralistas que requeriam sesmarias, o aldeamento dos Kayapó do sul contou também com a efetiva participação dos religiosos. Em 1827, o padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro, da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, sediada no Santuário do Caraça em Minas Gerais, percorreu o Sertão da Farinha Podre encarregado de iniciar a construção de um seminário²⁴⁶ em terras doadas por João Batista de Siqueira e sua esposa, Barbara Rodrigues Pires, no local denominado Campo Belo do Rio Verde²⁴⁷ (PONTES, 1978).

O primeiro contato entre o padre Leandro e os Kayapó do sul foi documentado pelo próprio religioso em uma carta. Na missiva, Leandro afirma que teve

falla com os Índios Caiapós, e apezar que só por interprete lhes falava, achei nelles as melhores disposições; baptizei quatro meninos com consentimento de seus pais, aos quaes não baptizei por não terem instrucção, mas os convidei, e consegui, que viessem morar junto da casa da nossa habitação,

²⁴² Carta de Antonio Eustaquio da Silva sobre a catechese (22/08/1820). Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902, p. 108-9.

²⁴³ Carta de Antonio Eustaquio da Silva sobre a catechese (22/08/1820). Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902, p. 108-9.

²⁴⁴ Quintal é uma medida de peso que corresponde a 4 arrobas ou 58 kg 758g 400mg (BERTRAN, 2010)

²⁴⁵ Relação dos gêneros pedidos pelo sargento mór Antonio Eustaquio da Silva e Oliveira p.^a a conquista dos Gentios, próximos á Freguezia de S.^{to} Antonio, e S. Sebastião. Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902, p. 108-9.

²⁴⁶ O “Seminário de Campo Belo” funcionou até o ano de 1879 (PONTES, 1978).

²⁴⁷ Atual cidade de Campina Verde, região do Triângulo Mineiro (MG).

lhes fiz arranjos, os vesti, e dei as providencias para que com elles mesmos se fizesse rossa, e plantasse mandioca para o seu sustento, em fim eu os vi chorar, quando delles me apartei. Meu Sr., só deste modo he que aquelles selvagens adquirirão alguma policia, aliás os filhos, que elles agora tem, hão de seguir a mesma vida selvática em que são criados.²⁴⁸

Os Kayapó do sul que procuraram os membros encarregados da construção do seminário, ainda não sabiam o português, o que talvez nos permita sustentar a hipótese de que travavam os primeiros contatos com os não-índios. Poderia ser algum pequeno grupo que estivesse enfrentando dificuldades de sobrevivência no sertão. O padre também recebeu dos Kayapó do sul, algumas espécies de plantas “raras” e terminou seu relato sobre a experiência com os índios afirmando que “todos se admirarão de quanto me distinguirão os índios”²⁴⁹.

Talvez essa aproximação dos Kayapó do sul com os novos habitantes do Sertão da Farinha Podre, pudesse ser um indicativo de que a relação com João Batista Siqueira começava a apresentar sinais de desgaste. Ainda que João Batista fosse “visinho aos mesmos Indios [Kayapó], com quem tem freq.^{es} comunicações, e os supre muitas vezes com mantimentos do seu Paiol” (SILVA, 1896, p. 341-2), segundo Alexandre Barbosa (1918, fl. 51), em um trabalho de medição de terras na fazenda Tijucal em São Francisco de Sales, o agrimensor ouviu o relato dos moradores da propriedade que afirmaram que, em uma noite, quando João Batista de Siqueira estava caçando na lagoa do Bebedouro, os Kayapó do sul chegaram até o local e declararam que não permitiam ao geralista estender suas posses “além do espigão da margem direita do Ariranha sob pena de se tornarem inimigos. Intimado, Siqueira prometeu que não ultrapassaria aquelles limites”.

Com esta ameaça contra João Batista, os índios possivelmente tentavam impedir ainda mais a espoliação de suas terras ou então, podemos aventar a hipótese de que a aliança feita pelo geralista com os Kayapó do sul na verdade tenha sido realizada com um determinado grupo enquanto outros não pretendiam manter contato tão próximo com os não-índios.

Essa última hipótese ganha mais força na medida em que, segundo Alexandre Barbosa, havia em 1830, três aldeamentos Kayapó do sul: Macaúba (na margem esquerda do Rio Paranaíba, acima do porto de Alencastro), São Francisco de Sales e Água Vermelha²⁵⁰ (BARBOSA, 1918). Ou seja, não foi formado apenas um aldeamento que congregasse todos os Kayapó do sul do Sertão da Farinha Podre (ou se isso foi feito, teve duração bastante

²⁴⁸ Carta. O Universal, Ouro Preto, 14 de Novembro de 1827, número 53, p. 4.

²⁴⁹ Carta. O Universal, Ouro Preto, 14 de Novembro de 1827, número 53, p. 4.

²⁵⁰ No atual território da cidade de Iturama, no Triângulo Mineiro (MG). As terras da aldeia de Água Vermelha atualmente encontram-se inundadas pelas águas do Rio Grande após a construção da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha.

efêmera), mas foram instituídos núcleos indígenas que, apesar de relativamente próximos, congregava grupos que possivelmente interpretavam o contato de maneira diferente.

A região da confluência dos Rios Grande e Paranaíba foi o local em que alguns grupos de Kayapó do sul decidiram se estabelecer, talvez fugindo ou tentando retardar ao máximo um contato com os não-índios, seja do lado do Sertão da Farinha Podre (Minas Gerais) ou de Mato Grosso. Sobre essa região de confluência entre rios, é importante mencionar que no século XIX, Matos (2004) teve acesso a um mapa e um roteiro de uma expedição liderada por João Caetano da Silva e José Pinto da Fonseca (por falta de maiores informações não sabemos se era o capitão de Dragões que liderou uma bandeira a qual promoveu a aproximação com grupos Karajá e Javaé na Ilha do Bananal) que, no ano de 1816, percorreu o sul de Goiás (nesta data a capitania já não contava com o Sertão da Farinha Podre) com o intuito de conhecer os rios que banhavam aquela região.

Ao chegar ao atual Rio Paranaíba, a expedição atravessou a cachoeira de São Simão, local em que avistaram ranchos possivelmente dos Kayapó do sul, e, no encontro das águas desse rio com o Grande, no lado do atual Mato Grosso do Sul, encontraram o

gentio bravo à borda do rio; descobriram uma aldeia, cujas casas eram cobertas de palha; tinham plantações que pareciam de arroz, milho e mandioca; encontraram uma canoa perto da aldeia, aberta a ferro, e de perfeita construção, semelhante às de Goiás, e avistaram pela terra dentro matos roçados. Os índios da aldeia não quiseram aparecer (MATOS, 2004, p. 342).

Se em 1820 Antônio Eustáquio estava dedicando parte de seu tempo para aldear os Kayapó do sul, já em 1824²⁵¹, o número de índios aldeados no Sertão da Farinha Podre excedia a “1:000 de ambos os sexos. Estes Índios (Caiapos) passeiam de tempos em tempos por toda a freguesia; mas não commettem a menor hostilidade” (SILVA, 1896, p. 341), uma vez que Antônio Eustáquio os visitava anualmente, providenciando roupas e ferramentas.

O vigário Silva, autor do trabalho citado, terminou escrevendo que “He para lamentar-se a desgraça destes Entes embrutecidos; por isso que se não tem adotado as necessárias e urgentes medidas para a sua catequização” (SILVA, 1896, p. 342). A catequização dos Kayapó do sul do Sertão da Farinha Podre, como visto, deve ter começado com o padre David José de Urzedo, após o ano de 1827. Neste mesmo ano, Antônio Eustáquio buscava regularizar as terras dos Kayapó do sul às margens do Rio Paranaíba (GIRALDIN, 1997). Em 29 de janeiro de 1835, chegou ao aldeamento um companheiro do padre David e também

²⁵¹ Data provável do trabalho de Antônio José Silva (BILHARINHO, 2007).

membro da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, Jerônimo Gonçalves de Macedo, que batizou o núcleo indígena com o nome de São Francisco de Sales, cujo dia do santo da Igreja Católica era comemorado naquela data (BARBOSA, 1971).

No ano de 1833, Inácio Ferreira de Meireles, morador do Distrito de Dores do Campo Formoso²⁵² prestou informações sobre os índios do Sertão da Farinha Podre à Câmara Municipal da Vila de São Domingos do Araxá. O documento, transcrito por Odorico Costa (2004) (editor do Jornal Lavoura e Comércio de Uberaba), nos permite compreender como era a dinâmica do aldeamento dos Kayapó do sul, uma vez que

tendo o finado Eustáquio como regente e inspetor dessa colônia domesticado [os Kayapó do sul] por alguma forma sempre tiveram liberdade; viveram aldeados sim, mas na forma de seus costumes, entrando todos os anos pelas povoações a passear, a buscar ferramentas novas concertando as velhas e surtirem-se de algumas roupas.

Ao que parece, os índios, mesmo aldeados e recebendo o auxílio de bens materiais tanto de Antônio Eustáquio como de João Batista, promoviam incursões pacíficas nas povoações e ainda desfrutavam de relativa liberdade, assim como aconteceu também no aldeamento de Maria I. Em 1832, com a morte do “capitão Grande”, como era chamado Antônio Eustáquio pelos índios, os Kayapó do sul passaram a enfrentar algumas dificuldades.

Reunidos em uma fazenda [talvez seja o aldeamento de São Francisco de Sales que era conhecido anteriormente pelo nome de fazenda da Aldeia], relatou Inácio Ferreira de Meireles que havia 13 casais de índios com suas respectivas famílias, totalizando 40 Kayapó do sul, que regressavam da Vila de Franca²⁵³, local em que tentaram conseguir ferramentas com o governador de São Paulo. O capitão dos índios disse que, após a morte de Antônio Eustáquio, “não tem quem dê ferramenta e que o governador não quis dar” (COSTA, 2004).

Pretendendo “zangar” com Inácio, caso ele não os suprisse com as ferramentas, os Kayapó do sul voltaram para a roça para colherem o milho, que era quebrado pelos homens e recolhido pelas mulheres, “o que resulta o rendimento de dois carros por dia; com interesse de eu mandar concertar as ferramentas o que estou fazendo” (COSTA, 2004). Inácio já havia providenciado o conserto das ferramentas dos índios, mas queria obter da Câmara de Araxá, informações de como proceder com os Kayapó do sul, uma vez que a ausência de uma liderança não-indígena (que era desempenhada por Antônio Eustáquio), poderia dificultar a convivência entre os índios e os não-índios, conforme a ameaça feita ao autor do documento.

²⁵² Atual cidade de Campo Florido, localizada na região do Triângulo Mineiro – MG.

²⁵³ Atual cidade de Franca (SP).

Talvez, a chegada do padre Jerônimo em 1835 em São Francisco de Sales, estivesse relacionada a uma tentativa de instaurar entre os Kayapó do sul, além da catequese, a presença de algum não-índio que exercesse certa influência entre os indígenas e que pudesse ser também um elo entre estes e as autoridades. Os índios tinham confiança no sacerdote, pois dez anos depois de sua chegada, em 1845, os Kayapó do sul, junto com outros agregados sob a direção do padre Jerônimo, edificaram uma igreja ainda que desprovida de alfaia (BARBOSA, 1971).

É interessante notar que, se em 1824 existiam 1000 Kayapó do sul aldeados, conforme o vigário Silva havia noticiado, em 1845, apenas 200 índios residiam em São Francisco, uma queda populacional considerável. Podemos suscitar algumas hipóteses, como fugas, epidemias e, a principal delas, a mudança para outros aldeamentos. Posteriormente, os índios de São Francisco se deslocaram para a “Aldeia Nova” e depois para Água Vermelha. Nos anos 1870, havia em Água Vermelha, cerca de 600 índios, conforme informações repassadas pelo coronel José Simeão de Queiroz ao agrimensor Alexandre Barbosa (1918). Barbosa (1918, fl. 4) relatou também que na década de 1880, os índios de Água Vermelha “andavam ainda nus”, mais um indicativo da relativa liberdade que os Kayapó do sul desfrutavam nos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre.

Em seu manuscrito, Barbosa (1918) informou (utilizando um ponto de interrogação – talvez por faltarem informações mais concretas para a afirmação que se pretendia fazer) que em 11 de fevereiro de 1844, as terras do aldeamento de Macaúbas foram vendidas pelo diretor do aldeamento para o padre Francisco de Salles Souza. Em 1871, segundo a diretoria Geral dos Índios de Minas Gerais, havia 118 Kayapó do sul em duas aldeias: São Francisco de Sales e Prata²⁵⁴ e que os índios estavam se mudando para a “Cachoeira”, provavelmente a cachoeira de Água Vermelha (GIRALDIN, 1997).

No ano de 1911, os Kayapó do sul que residiam em Água Vermelha foram encontrados por Alexandre Barbosa quando este fazia o trabalho de medição de terras próximo à confluência dos Rios Grande e Paranaíba, recolhendo o vocabulário que foi remetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Esses índios que viviam “em estado de quase miséria” mas não pediam esmola, pouco plantavam, não criavam gado e sua principal fonte de alimentação era conseguida por meio da pesca no Rio Grande; nas terras do estado de São Paulo, faziam pequenas roças utilizadas como “ceva” para a caça (BARBOSA, 1918, fl. 4).

²⁵⁴ Até 1885, São Francisco de Sales foi um distrito da cidade de Prata (MG) (BARBOSA, 1971).

Um ano antes, em 1910, poucos Kayapó do sul alegaram direito a um lote gratuito do terreno do aldeamento de São Francisco de Sales, quando o governo decidiu converter as terras em propriedades particulares (BARBOSA, 1918). Água Vermelha foi o último núcleo de habitação dos Kayapó do sul no antigo Sertão da Farinha Podre, restando em 1911, 50 índios remanescentes que eram “caçadores, pescadores e fabricantes do chapéu de cambahuba, *kôîônkéupiô*” (BARBOSA, 1918, fl. 26).

Do fim da década de 1910 até os anos 1950, encontramos uma lacuna considerável sobre a história dos Kayapó do sul no atual Triângulo Mineiro, o que não nos possibilita uma compreensão adequada do processo histórico vivenciado pelos remanescentes dos índios de Água Vermelha. Da década de 1950, restou uma fotografia (Imagem 6). Essa fotografia é do índio Kayapó do sul João Luís, morador na “Aldeia da Cachoeira”, localizada na fazenda Água Vermelha. Essas informações podem ser um indicativo de que as terras do antigo aldeamento de Água Vermelha já estavam ocupadas por fazendeiros. Posteriormente, João Luís residiu na fazenda de Olentino Simeão de Queiroz.



Imagem 6. Índio Kayapó João Luís. Fonte: Arquivo Público de Uberaba.

Por meio de comunicação pessoal, a historiadora Sônia Fontoura, residente em Uberaba, nos informou que ainda na década de 1990, existia uma descendente dos Kayapó do sul em Alexandrita²⁵⁵, que foi entrevistada por ela e que, além dos traços fisionômicos, ainda conhecia um pouco da língua dos seus antepassados. Possivelmente era uma descendente dos índios de Água Vermelha.

Mas afinal, o que pode ter acontecido com os índios aldeados no Sertão da Farinha Podre, situados ao longo do Caminho dos Goias, assim como os Kayapó do sul, cujas informações que temos são baseadas em documentos essencialmente produzidos durante os séculos XVIII e XIX?

Podemos aventar algumas hipóteses: a primeira delas diz respeito a um possível deslocamento empreendido pelos índios a partir da ação dos geralistas. Expulsos de suas

²⁵⁵ Distrito do município de Iturama (MG).

terras, os índios podem ter se dirigido para outras regiões próximas ao Sertão da Farinha Podre, como o sul de Goiás ou o norte de São Paulo. Outra hipótese diz respeito a uma possível absorção de uma parcela dos índios como trabalhadores nas fazendas que então se formavam. Segundo Odorico Costa (2004), na década de 1820, os índios que estavam aldeados entre os Rios Grande e das Velhas viviam “dispersos e confundidos na massa da população civilizada, dedicando-se aos trabalhos na agricultura rotineira de então”. Essa informação pode ser um importante indício da dispersão dos índios pelas fazendas localizadas no entorno dos núcleos indígenas. Outro exemplo foi o descrito por Eschwege (1996) que encontrou índios em uma escola na Fazenda dos Troncos.

A terceira hipótese (ainda que possa parecer vinculada à ideia de uma “história dos vencedores”, que vê o índio fadado à extinção – mas, obviamente, este não é nosso intuito) é que os indígenas aldeados tenham se mestiçado com os não-índios, até adquirirem as características de uma população caipira, conforme as reflexões de Petrone (1995) sobre os índios dos aldeamentos paulistas. No caso do Sertão da Farinha Podre, o processo de mestiçagem ocorreu predominantemente entre os índios e os negros, mulatos e mestiços e, em menor escala, com os “brancos”. Corroborar para a hipótese da mestiçagem, a constante presença indígena no atual Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, reafirmada pela memória. Há inúmeros relatos orais de membros de famílias que se afirmam descendentes dos índios que habitavam a antiga região do Sertão da Farinha Podre. Nesses relatos familiares, há quase sempre a presença de uma avó ou bisavó que se reconhecia como índia e se dizia “pega no laço”. Soma-se a essa memória, para compreendermos ainda hoje a presença dos descendentes dos índios do Sertão da Farinha Podre, a existência de algumas famílias que possuem sobrenomes indígenas como os “Caiapó”, de Uberaba, Conceição das Alagoas e outras cidades da região do Triângulo Mineiro.

Por fim, sobre os Kayapó do sul, ao que tudo indica, alguns índios passaram a se deslocar para a região próxima do então arraial da Farinha Podre. Na década de 1830, alguns índios dos aldeamentos ao longo do Caminho dos Goiaes, encontravam-se “mesclados com os poucos Caiapós, submissos a estes, vivendo todos no Lanhoso, e algum tanto andejos pelas imediações, como Vendinha e o Tijuco” (COSTA, 2004). Ao que parece, o passado de guerra entre os índios dos aldeamentos e os Kayapó do sul, se não foi esquecido, foi aos poucos superado, possibilitando uma convivência entre antigos inimigos. Assim, como no caso dos índios aldeados ao longo do Caminho dos Goiaes, as hipóteses aventadas – o trabalho em fazendas, a fuga dos aldeamentos para outras regiões no entorno do Sertão da Farinha Podre

ou a mestiçagem com a população não-indígena crescente – ressaltando novamente o cuidado com a afirmação sobre a mestiçagem, para que não fique exposto que compactuamos com uma historiografia praticada há alguns anos, que via o índio fadado a um processo de desaparecimento - podem também ser consideradas para o caso Kayapó do sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 3 de janeiro de 1870, em uma sessão extraordinária da Câmara Municipal de Uberaba, foi informado aos vereadores presentes que havia duas Circulares expedidas pelo presidente da província de Minas Gerais, cujo teor de uma delas versava sobre os índios então existentes nas terras do município. A resposta deliberada pela Câmara foi a seguinte:

neste município não existe hoje mais aldeamento algum, e [...] os índios dos aldeamentos acabarão morrendo por aqui mesmo, ficando as terras possuídas por descendentes, e particulares e isto a muitos anos.²⁵⁶

Em outra sessão ordinária, datada de 4 de abril de 1870, novamente uma Circular do presidente da província questionava a Câmara Municipal de Uberaba sobre dois assuntos:

1º Quais são as terras pertencentes aos índios por aforamento, arrendamento ou quaisquer outros títulos; 2º Quais dessas terras não estão de facto ocupadas e aproveitadas pelos mesmos índios e devaõ ser consideradas devolutas, segundo a lei nº 601 de 18 de 7br.º de 1850.²⁵⁷

A resposta da Câmara ao ofício do presidente da província teve o seguinte teor:

Que neste município no presente não existem terras desocupadas que possam ser aproveitadas e nem alguma devoluta, q' todas as terras do Município são cultivadas por seos possuidores.²⁵⁸

Conforme demonstramos por meio das fontes consultadas para este trabalho, a história dos índios do Sertão da Farinha Podre difere das respostas dos vereadores de Uberaba. Como membros da elite local, os políticos objetivavam ocultar qualquer resquício de uma presença indígena no município, chegando inclusive a negar a expulsão dos índios, uma vez que, segundo a resposta dos vereadores, os índios ficaram e morreram na região entre os rios Grande e Paranaíba.

Interesses não faltavam para tal prática: uma possível participação de algum antepassado ou de membros do poder econômico e político uberabense nos processos de expulsão dos indígenas, assim como de ocupação das áreas dos aldeamentos, além da possível

²⁵⁶ Livro de Atas da Câmara municipal de Uberaba (Livro número 1) 08/01/1857 a 02/03/1871, p. 363 Frente.

²⁵⁷ Livro de Atas da Câmara municipal de Uberaba (Livro número 1) 08/01/1857 a 02/03/1871, p. 370 Verso.

²⁵⁸ Livro de Atas da Câmara municipal de Uberaba (Livro número 1) 08/01/1857 a 02/03/1871, p. 374 Frente.

existência de índios, cuja presença impediria a posse (por parte dos não-índios) de terras que ainda estavam ocupadas por indígenas.

Nestes trechos citados, podemos notar que uma das questões preponderantes do processo histórico vivenciado pelos índios aldeados no Sertão da Farinha Podre, foi a questão da terra. As atas consultadas demonstram o poder delegado às Câmaras Municipais, responsáveis por revelar (ou ocultar) do governo da província, a existência de indígenas durante o século XIX, uma vez que o reconhecimento da presença de índios, possivelmente significava o impedimento de acesso a novas áreas que eram cobiçadas pelos grandes fazendeiros da região. Região cuja riqueza individual era medida pela posse de grandes propriedades de terra e de elevado número de escravos.

Se durante muitos anos a historiografia encobriu os índios sob um manto de silêncio e de esquecimento, assim como no caso da Câmara de Uberaba, esse logicamente não foi nosso intuito. Ao longo dos três capítulos deste trabalho, buscamos analisar o processo histórico vivenciado pelos índios que ocupavam a região que compreende o atual Brasil Central (de 1748 – ano do ajuste entre o sertanista Pires de Campos e o governador e capitão-general de São Paulo, Dom Luís Mascarenhas e, também, data da criação do aldeamento de Rio das Pedras – até a segunda década do século XIX, com ênfase nas relações que se desenvolveram a partir dos aldeamentos instituídos pela Coroa portuguesa localizados entre os Rios Grande e Paranaíba, úteis principalmente para a guerra promovida aos Kayapó do sul.

Sobre estes Kayapó do sul, abordamos a extensa área de ocupação desses índios (grande parte do atual Brasil Central), assim como apontamos para a necessidade de se utilizar o termo “guerras Kayapó do sul”, termo genérico, cujo objetivo é compreender os ataques praticados por esses índios, assim como por outros grupos indígenas, mas que foram, pelos não-índios, creditados aos Kayapó do sul. Abordamos, também, o tempo mítico e histórico proposto por Mano (2010; 2011), como uma tentativa de controle do contato por parte dos Kayapó do sul. Contato que se tornou mais contínuo a partir da demarcação do Caminho dos Goiaes pela bandeira do Anhanguera entre os anos de 1722 e 1725.

A partir das reflexões de Giraldin (1997) sobre os motivos que desencadeavam as incursões guerreiras Kayapó do sul (o contato com o inimigo, a realização de cerimônias, a apropriação de bens materiais e a vingança) e também dos relatos constantes nas fontes setecentistas, pudemos compreender a dinâmica desses ataques: certos, pontuais e com grande rapidez. Pudemos perceber, inclusive, com a expansão da ocupação não-indígena e o contato empreendido entre índios e não-índios, que os Kayapó do sul optaram por diferentes

estratégias de contato: alguns grupos decidiram por permanecer em sua área de ocupação, se aproximando de fazendas, vilas ou arraiais, enquanto outros optaram pela fuga.

Com a utilização da projeção etnográfica, apoiado nos dados sobre os Panará (descendentes dos Kayapó do sul e contatados no ano de 1973, na região norte do estado do Mato Grosso por uma expedição comandada pelos irmãos Villas Boas), pudemos propor também a possibilidade de que os Araxá pudesse ser um grupo Kayapó do sul a partir de três elementos: a área de ocupação, a forma de ataque realizado pelos Kayapó do sul, além da evidência da reciprocidade negativa (morte dos homens e captura de mulheres e crianças).

As incursões guerreiras dos Kayapó do sul ocasionavam a morte de pessoas, animais, destruições em lavras e fazendas, além de incêndios e a rapinagem principalmente de objetos de ferro. Com isso, foram iniciadas por parte dos não-índios, tentativas sistemáticas de combate aos Kayapó do sul, desde a década de 1730 até o fim da década de 1740, na então capitania de São Paulo. Todas essas tentativas mostraram-se infrutíferas.

Se a guerra movida pelos não-índios não surtia o efeito desejado, um projeto idealizado para uma região entre os Rios Grande e Paranaíba, passou a ser gestado pela Coroa portuguesa: a criação de aldeamentos indígenas para o combate aos Kayapó do sul e, conseqüentemente, uma guerra entre índios. Assim, foi celebrado um ajuste (contrato) entre Dom Luís Mascarenhas, então governador e capitão-general de São Paulo, e o sertanista que administrava um exército de índios Bororo e Paresí: Antônio Pires de Campos, em 1748. Em uma das cláusulas do contrato, foi definida a criação de um aldeamento que seria dirigido pelo sertanista para abrigar o seu exército de índios e guerrear contra os Kayapó do sul, quando estes índios promovessem algum ataque ao longo do Caminho dos Goíases ou nas adjacências de Vila Boa (o que caracterizava a guerra justa), ou então tentando pacificá-los, objetivando a criação de um aldeamento.

Em 1749, foi iniciada a construção do aldeamento de Santa Ana do Rio das Velhas (o segundo na região do Sertão da Farinha Podre), pelo padre jesuíta José de Castilho para receber os índios Araxá. Entretanto, desmantelados pelos Kayapó do sul, os Araxá não chegaram a ser aldeados, sendo deslocados para o núcleo indígena seis casais de índios oriundos dos aldeamentos de São Paulo. Posteriormente, outros grupos indígenas foram trasladados para os dois principais aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba (Rio das Pedras e Santa Ana do Rio das Velhas): os Kurumarê, Karajá, Javaé, Tapirapé e os Xakriabá.

A guerra comandada por Antônio Pires de Campos e seus índios administrados também não conseguiu conter os Kayapó do sul, ainda que a morte de índios e a captura de

sobreviventes das aldeias atacadas tenha ocorrido. Os Kayapó do sul só aceitaram selar a “paz” com a sociedade colonial a partir do ano de 1780, quando foram residir no aldeamento de Maria I, em Goiás, motivados talvez pela seca, pela guerra por parte dos não-índios, por epidemias (GIRALDIN, 1997) ou então atraídos pela oportunidade de adquirirem os objetos que tanto desejavam.

Ainda que a guerra contra os Kayapó do sul a partir da utilização de outros índios e com a criação de aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba, não tenha significado o extermínio daqueles, essa foi a tentativa mais duradoura. É necessário ressaltar também outra característica dos aldeamentos do Sertão da Farinha Podre: a direção desses núcleos indígenas foi entregue a sertanistas e militares, com forte presença do governo da capitania de Goiás.

Os índios trasladados para os aldeamentos entre os Rios Grande e Paranaíba (em pequenos ou grandes contingentes e oriundos de diversas regiões da América portuguesa), com a união por meio do casamento entre eles e também com não-índios (negros, mulatos, mestiços e uma pequena parcela de “brancos”), vivenciaram um processo de etnogênese. A etnogênese, assim como a mestiçagem, é um fenômeno político e que compreende processos de fissão, fusão e incorporação de elementos alógenos (BOCCARA, 2005a; 2005b), consistindo na capacidade adaptativa e criativa de grupos indígenas frente às situações relacionadas ao contato, como o etnocídio, as epidemias, as violências e os deslocamentos forçados (HILL, 1996).

Esse processo de etnogênese configurou uma população indígena aldeada constituída por meio de processo histórico que envolveu deslocamentos forçados, compartilhamento de território, união com o poder colonial, o uso da língua geral e do vestuário entre seus membros além das apropriações de cargos honoríficos (como o de capitão do aldeamento). Esses índios aldeados por meio de ações políticas tentaram resguardar os seus direitos à posse da terra que já era habitada por seus antepassados frente à expansão dos geralistas entre o fim do século XVIII e o início do século XIX.

Esses geralistas eram migrantes oriundos principalmente da região oeste e centro-oeste de Minas Gerais e buscavam terras para a prática da agricultura e da pecuária no Sertão da Farinha Podre. A ocupação das terras entre os Rios Grande e Paranaíba coordenada pelo sargento-mor Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira e o conflito entre índios e não-índios foi inevitável. Se o potentado decidiu estabelecer uma aliança com os Kayapó do sul que habitavam a confluência dos Rios Grande e Paranaíba, inclusive conseguindo que esses índios fossem residir em aldeamentos, com os índios dos núcleos indígenas ao longo do Caminho

dos Goias, o tratamento foi radicalmente oposto, baseado na violência e expulsão de suas terras para posterior ocupação dos não-índios mediante a concessão de sesmarias. Os índios ainda tentaram resistir frente à espoliação de suas terras, denunciando a invasão dos geralistas (ESCHWEGE, 1996), mas o poder político foi conivente com a atuação de uma elite local que então se formava a partir da fundação do arraial da Farinha Podre, futura cidade de Uberaba.

Por fim, como toda pesquisa, este trabalho possui algumas limitações que surgiram devido ao tempo de um curso de pós-graduação em nível de Mestrado; pela existência de fontes fragmentadas, as quais não permitiram uma análise satisfatória de determinados processos históricos ou mesmo pela existência de fontes que estão acondicionadas em arquivos pelo país e que não conseguimos ter acesso por diversos fatores.

Um dos questionamentos diz respeito aos índios aldeados ao longo do Caminho dos Goias: o que pode ter acontecido aos indígenas expulsos de suas terras pelos geralistas? Aventamos algumas hipóteses: a mudança; a inserção dos índios como mão-de-obra nas fazendas que se formavam no entorno ou nas terras dos aldeamentos; ou então, que os índios tenham se mestiçado com os não-índios. Outra questão diz respeito ao processo histórico vivenciado pelos Kayapó do sul encontrados pelo agrimensor Alexandre Barbosa na confluência dos Rios Grande e Paranaíba: o que pode ter acontecido com os descendentes de Cândida, a Kayapó do sul que ditou a lista de palavras de sua língua materna ao intelectual uberabense? São temas para futuras pesquisas ou mesmo para pesquisadores que se interessam sobre a história indígena do Brasil Central.

Assim, acreditamos que uma parte da história dos índios do antigo Sertão da Farinha Podre pôde ser escrita tendo como preocupação analisar as ações desses índios enquanto sujeitos históricos. Por mais que a História durante muito tempo tenha negligenciado o estudo das populações indígenas em um país culturalmente tão diverso e habitado por centenas de etnias, a presença indígena na formação do povo brasileiro – desde sua configuração genética, fenotípica, da língua, dos costumes, como a utilização das redes, da alimentação, entre outros – ainda hoje é bastante marcante. Há um potencial bastante expressivo para o surgimento de novos estudos sob uma perspectiva histórica das populações indígenas brasileiras. Acreditamos, com a produção deste trabalho, ter contribuído para a compreensão de uma parte da história dos índios no Brasil.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino

Caixa: 2, Documento: 179 (1742); Caixa: 3, Documento: 203 (1745); Caixa: 3, Documento: 233 (1748); Caixa: 5, Documento: 427 (1749); Caixa: 6, Documento: 465 (1751); Caixa: 6, Documento: 466 (1751); Caixa: 7, Documento: 547 (1752); Caixa: 14, Documento: 829 (1757); Caixa: 14, Documento: 856 (1757); Caixa: 14, Documento: 867 (1757); Caixa: 15, Documento: 933 (1759); Caixa: 19, Documento: 1191 (1763); Caixa: 21, Documento: 1275 (1765); Caixa: 23, Documento: 1440 (1767); Caixa: 27, Documento: 1730 (1773); Caixa: 28, Documento: 1825 (1775); Caixa: 29, Documento: 1862 (1777); Caixa: 30, Documento: 1920 (1778); Caixa: 32, Documento: 2019 (1781); Caixa: 34, Documento: 2085 (1783); Caixa: 35, Documento: 2131 (1784); Caixa: 35, Documento: 2141 (1784); Caixa: 48, Documento: 2776 (1804).

Arquivo Público Mineiro

Caixa: 12, Documento: 25 (1782); Caixa: 12, Documento: 61 (1782).

Arquivo Público de Uberaba

BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição feita por Alexandre de Souza Barbosa sobre os índios Cayapós e os Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós. Resgate Histórico de Odair Giralдин.

Divisão de Terras – Fazenda do Lanhoso – 1908 – Irmãos Trezzi – 2ª Vara – Caixa: 184.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba (Livro número 1) – 08/01/1857 a 02/03/1871.

FONTES IMPRESSAS

Dicionário

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* [...]. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

Documentos primários impressos ou transcritos

COSTA, Odorico. *Escritos de Odorico Costa*. Transcrito pelo Prof. Pedro Coutinho, Uberaba, 09.12.2004.

Diretório que se deve observar nas povoações dos índios [...]. In: CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983, p. 189 - 225.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos e Portarias de Rodrigo Cesar de Menezes. São Paulo: Typographia Aurora, Volume XIII, 1895.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Bandos, Regimentos e Ordens dos capitães-generaes Conde de Sarzedas e D. Luis Mascarenhas – 1732-1748. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, Volume XXII, 1896.

Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Cartas Regias e Provisões – 1730-1738. São Paulo: Typographia da Casa Eclectica, Volume XXIV, 1898.

Documentos Interessantes para a historia e costumes de São Paulo. Correspondencia do Governo Geral 1815 - 1822. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, Volume XXXVI, 1902.

Guia “Origens de Uberaba”. Arquivo Público de Uberaba, 1995.

Livro da Lei Mineira. Lei número 184. Tomo VI, Parte 1ª, Folha número 6.

Revista do Arquivo Público Mineiro. SILVA, Antônio José. Uberaba: história topográfica da Freguezia do Uberaba vulgo Farinha Podre. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 01, 1896, p. 339 – 346.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Carta da Camara de Tamanduá á Rainha Maria I a cerca de limites de Minas-Geraes com Goyaz. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 02, 1897, p. 372-388.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Requerimento dos moradores de S. Domingos do Araxá pedindo sua passagem para a Capitania de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ano/Volume 09, 1904, p.875 – 882.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Subsidios para a historia da Capitania de Goiaz (1756 – 1806). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 84, 1919.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Editora Oriente, Número 9, 1980.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Goiânia: Gráfica Editora Líder, Número 10, 1982.

Revista Trimensal de Historia e Geographia, ou Jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Noticias praticas das minas do Cuiaba e Goyazes, na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de L. P. da Costa, Tomo 4, 1842, p. 492.

Jornais

A Matutina Meyapontense, Meyaponte, 07 de ago. de 1830, número 56, p. 2.

O Universal, Ouro Preto, 14 de nov. de 1827, número 53, p. 4.

Cronistas e relatos de viajantes

BRAGA, José Peixoto da Silva. Notícia 1ª prática que dá ao P. M. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga [...]. In: TAUNAY, Afonso de E (org.). *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 121 – 137.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo [...]. In: TAUNAY, Afonso d'E. (org.). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 181 – 200.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Brasil, novo mundo*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1996.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e S. Paulo*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil: primeiros registros sobre o Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FONTES ICONOGRÁFICAS:

Fotografia:

Índio Kayapó João Luís, [s.d], 1 fot., p&b, n. 5785.2 (Arquivo Público de Uberaba).

Mapa:

COLOMBINA, Francisco Tosi. Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.jpg. Acessado em: 26/06/2014 às 14:00 horas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos, Dissertações, Teses e Livros

ADONIAS, Isa. *Mapas e Planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960. 2v.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás: 1863*. Brasília: Sudeco, Editora Gráfica Ipiranga; Governo de Goiás, 1979.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ALVES, Daniella Santos; MANO Marcel. História e identidade: o contato entre índios e negros no Triângulo Mineiro – séculos XVIII e XIX. In: *II Seminário Internacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Uberlândia, 4 a 7 de nov. 2013. CD - Anais do II Seminário Internacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais. Uberlândia, 2013. p. 1 – 17.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145 – 151, 1995.

AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. *Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão – Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII*. Goiânia: Kelps, 2006.

ARNT, Ricardo; PINTO, Lúcio Flávio; PINTO, Raimundo; *Panará: a volta dos índios gigantes*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1998.

ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Editora UCG, 1998.

_____. (org.). *Documenta indígena do Brasil Central*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001.

AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 33, p. 23 - 40, 1959.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editôra Saterb, 1971.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, p. 39 - 68, abr. 2006.

BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: ICBC, 2010.

BERTRAN, Paulo; FAQUINI, Rui. *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens*. Brasília: Ed. Verano; São Paulo: Takano, 2002.

BILHARINHO, Guido. *Uberaba: dois séculos de história*. v. 1. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

BOCCARA, Guillaume. Genésis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y mas allá) de la obra de Nathan Wachtel. In: *Memoria Americana*. vol. 13, p. 7 – 19. 2005a.

_____. Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [Online], 2005b, posto online no dia 08 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/426>. Acesso em 06 de dezembro de 2014.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CHAIM, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811*. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.

CLASTRES, Pierre. Troca e poder: filosofia da chefia indígena. In: _____. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: _____. *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre a servidão voluntária: outro discurso. Escravidão e contrato no Brasil colonial. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

_____. (org.). *Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992a.

_____. Política indigenista no século XIX. In: _____. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992b.

_____. Les études gé. *L'Homme*, Paris, tome 33, n. 126 – 128, p. 77 – 93, 1993.

_____. Imagens de índios do Brasil no século XVI. In: _____. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Américanistes*, Paris, tome 71, p. 191 – 208, 1985.

ELIAS, Norbert. Da sociogênese dos conceitos de “civilização” e “cultura”. In: _____. *O processo civilizador*. (1939) vol 1. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

_____. *Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. Preface. In: _____. *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research, 1992a.

FERGUSON, R. Brian; WHITEHEAD, Neil L. The violent Edge of Empire. In: _____. *War in the tribal zone: expanding states and indigenous warfare*. Santa Fe, New Mexico: School of American Research, 1992b.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.

FREITAS, Ludmila Gomides. *O sal da guerra: padre Antônio Vieira e as tópicos teológico-jurídicas na apreciação da guerra justa contra os índios*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

GINZBURG, Carlo. Sinais - raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

GORDON, Cesar. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Editora Unesp: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

HILL, Jonathan D. *Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492 – 1992*. In: _____. *History, Power, and Identity. Ethnogenesis in the Americas, 1492 – 1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957.

_____. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

JONG, Ingrid de; RODRIGUEZ, Lorena. Introducción. In: *Memoria Americana*. vol. 13, p. 7 – 19. 2005.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás, 1780 – 1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

_____. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

KOK, Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMES, Fernando Lobo. Goiás na arquitetura geopolítica da América portuguesa. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 19, n. 35, p. 185 – 209, dez. 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. *Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. *O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MACEDO, Nicodemus. *Campina Verde e sua primeira História – pelo seu primeiro prefeito*. [s.d.].

MANO, Marcel. *Os campos de Araraquara: um estudo de história indígena no interior paulista*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. *Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul/dez. 2010.

_____. Contato, guerra e paz: problemas de tempo, mito e história. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, João Pessoa, n. 34, p. 193 – 212, abr. 2011.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981a.

_____. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981b.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis* [Online], 4-5, 2003, posto online no dia 5 novembro 2012. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 17 maio 2014.

NEME, Mário. Dados para a história dos índios Caiapó. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, tomo XXIII, p. 101 – 147, 1969.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos sertões enunciados: configurações do oeste de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: _____. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, p. 47 - 77, 1998, abr. 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 39, n. 1, p. 13 - 37, 1996.

PAIVA, Eduardo França. Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII. In: LAGE DE RESENDE, Maria Efigênia; VILALTA, Luiz Carlos. *As Minas setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

PALACIN, Luiz. *Goiás: 1722-1822. Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. Goiânia: Editora Gráfica Oriente, 1972.

PALACIN, Luís; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em documentos: I. Colônia*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UCG, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

RAVAGNANI, Oswaldo Martins. A agropecuária e os aldeamentos indígenas goianos. *Revista Perspectivas*, São Paulo, vol. 9/10, p. 119 - 143, 1986/87.

_____. Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 30/31/32, p.111 - 132, 1989.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SAMPAIO, Antônio Borges. *Uberaba: História, fatos e homens*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Xakriabá: identidade e história*. Brasília, UnB, 1994. (Série Antropologia, 167).

SCWHARTZMAN, Stephan. *The Panará: Indigenous Territory and Environmental Protection in the Amazon*. Yale School of Forestry & Environmental Studies – Bulletin 98, Yale, p. 66 – 85, 1995.

SIDER, Gerald. Identity as history: ethnohistory, ethnogenesis and ethnocide in the Southeastern United States. *Identities Global Studies in Culture and Power*, vol. 1, n. 1, p. 109 – 122, 1994.

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos: os Xerente, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749 – 1851)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz. In: TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. Goiânia: Oriente, 1978.

SOUZA, Laura de Mello e. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STAROBINSKY, Jean. A palavra “civilização”. In: _____. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TEIXEIRA, Edelweiss. *O Triângulo Mineiro nos Oitocentos*. Uberaba: Intergraff Editora, 2001.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

VENANCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial. In: FURTADO, Júnia Ferreira. *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

VERSWIJVER, Gustaaf. *Considerations on Mekragnoti warfare*. s.l. : Faculteit van Rechtsgeleerdheid, 1985. 418p. (Tese)

WHITEHEAD, Neil Lancelot. Ethnogenesis and ethnocide in the european occupation of native Surinam, 1499 – 1681. In: HILL, Jonathan D. *History, Power, and Identity. Ethnogenesis in the Americas, 1492 – 1992*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.

ZAGO, Lisandra. *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (século XVIII e XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005.